UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FRANCISCO BAHIA LOPES

A VIOLÊNCIA COMO PAISAGEM
UMA LEITURA DO *QUADROS DA NATUREZA*
DE ALEXANDER VON HUMBOLDT

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
JANEIRO DE 2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FRANCISCO BAHIA LOPES

A VIOLÊNCIA COMO PAISAGEM
UMA LEITURA DO *QUADROS DA NATUREZA*
DE ALEXANDER VON HUMBOLDT

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós- Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, sob
orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter
Heidemann.

SÃO PAULO
JANEIRO DE 2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L864v LOPES, Francisco Bahia
A violência como paisagem: uma leitura do Quadros da Natureza de Alexander von Humboldt / Francisco Bahia LOPES ; orientador Heinz Dieter Heidemann. - São Paulo, 2015.
227 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Paisagem. 2. Alexander von Humboldt. 3. territorialização colonial. 4. modernização. 5. Terra Firme. I. Heidemann, Heinz Dieter, orient. II. Título.

[...] como então vencer a fleuma imperturbável
do povo quando ele não se estimula
pelo desejo do lucro?

Alexander von Humboldt sobre os homens
livres dos *Llanos*, 1820

Fleuma

1. *hist. med.* na medicina antiga, humor corporal supostamente causador de indolência e apatia.
2. *fig.* qualidade, caráter ou comportamento de quem não sente nenhuma emoção ou não deixa transparecer sentimento ou perturbação alguma; frieza, impassibilidade.

RESUMO

Em 1799, enquanto a Europa sacudia com as guerras napoleônicas, o naturalista prussiano Alexander von Humboldt e o botânico francês Aimé Bonpland embarcavam rumo à América do Sul para realizar uma expedição científica. Oficialmente, era a primeira vez que cientistas viajavam ao mundo colonial espanhol sem escolta militar. Durante a viagem, uma peste atinge a tripulação obrigando Humboldt a desembarcar em Cumaná, na *Tierra Firme*, área marginalizada pela colonização espanhola. Humboldt permaneceria na área (hoje território colombiano e venezuelano) até 1801; este trecho da viagem seria seu principal objeto de representação quando, em 1808, já de volta ao mundo metropolitano, publica o *Quadros da Natureza*. No prefácio, Humboldt dizia que a obra tinha a intenção de evocar, através da descrição paisagística, aquilo que vivenciou no mundo colonial; neste procedimento, porém, pintava a colônia como espetáculo natural regido pela harmonia do mundo; com o *Quadros da Natureza*, Humboldt aniquilava, na paisagem descrita, aquilo que unia a colônia à metrópole: a mais brutal violência.

Palavras chave: Alexander von Humboldt; Quadros da Natureza; História do Pensamento Geográfico; paisagem; territorialização.

ABSTRACT

In 1799, while Europe concussed by the Napoleonic wars, the Prussian naturalist Alexander von Humboldt and the French botanist Aimé Bonpland boarded to South America to perform a scientific expedition. Officially, was the first time that scientists travelled to the Spanish colonial world without military bodyguard. During the trip, a plague reaches the ship forcing the scientists to land in Cumana, in *Tierra Firme*, Spanish colonization's marginal area. Humboldt stays in *Tierra Firme* (now Colombian and Venezuelan territory) until 1801; this travel section would be his main representation object when, in 1808, having returned to the metropolitan world, publishes *Views of Nature*. In the preface, Humboldt said that the work was intended to evoke, through the landscape description, what he experienced in the colonial world; this procedure, however, painted the colony as natural spectacle governed by harmonic forces; with *Views of Nature*, Humboldt annihilated, in landscape description, what tied colony and metropolis: the most brutal violence.

Key words: Alexander von Humboldt; Views of Nature; History of Geography; Landscape; Territorialization.

À minha companheira, querida demais, que pôde
aturar este pesquisador ridículo e ajudar a dar um sentido
crítico a estas tagarelices; sem sua presença
cá comigo certamente Humboldt seria bem pior.

AGRADECIMENTOS

[...] "somos dois diversos?
O que não entendo hoje naquele
tempo não sabia"

Riobaldo in Rosa
Grande Sertão: Veredas

Ô Mundo-ruim!

FLORÊNCIO (2013) inaugurou uma nova tendência em agradecimentos de trabalhos acadêmicos, ao menos dentro do circuito geográfico fefelechiano. Em *Nos braços do leviatã*, ele propôs que os agradecimentos pudessem também ganhar o formato de um texto científico, normatizado pela ABNT. Nesse procedimento num ato de uma violenta despersonalização de seus companheiros de estudo, ele destruía completamente o único espaço do texto acadêmico no qual o pesquisador poderia sem nenhum comprometimento profissional expor seu "lado pessoal", como se diz. Mas talvez dividido pelo seu vigor científico e suas memórias, a comoção da lembrança de uma Kombi pelo sertão ou um arrepio causado pela voz de Elvis Presley, como que inclinado à antiga moda que ironizava, desabafou:

Diante desse processo dialético que é graduação, cabe a mim nesse momento na condição de sujeito, e, colocadas às devidas críticas balizadas pelos devidos autores, colocar em palavras que não traduzem a experiência do narrador de todos esses anos na geografia (FLORÊNCIO, 2013, p. 6).

Assim preferimos aqui também manter essa dicotomia que tanto nos é cara e que sem ela o trabalho (acadêmico ou não) é simplesmente insuportável. Por isso ao invés de nos referirmos a FLORÊNCIO (2013) em caixa alta deveríamos agradecê-lo, como todos os restantes, pelo seu apelido.

Mas trás desses apelidos, existem nomes; por trás desses nomes personagens típicos de um mundo colapsado: geógrafos que no passado foram marinheiros e holdings de grandes grupos musicais, economistas garimpeiros de conversas, dançarinas questionadoras de movimentos, pesquisadores de abelhas sem ferrão, trabalhadores dorminhocos de sebos (hoje atores teatrais ou membros de duplas caipiras), garçons-zeladores-kafkianos viajando pela Itália, peões coadministradores de fazendas, fotógrafos aéreos, perseguidores de derivativos, fotógrafos terrestres,

varejistas on-line de livros usados, geógrafas-fisioterapeutas com ganas médicas (não confundir com fisioterapogeografia), cultivadores de bonsais membros de expedições latino-americanas, geógrafos loucos (e são muitos), surfistas de trem estudando um trem já sem surfe, cineastas entusiastas de Djavan, pesquisadores de ventos, poetas visuais técnicos do IBGE, roteiristas indisciplinados, varejistas de tabaco, jardineiros de bicicleta (anarquistas ou não), antropólogas fazedoras de Matapas, sérios pesquisadores de brincadeira, mestres pedestres, investigadoras se perguntando “cadê meu objeto que estava aqui?”; *band leaders* da barbárie, artistas plásticas corretoras imobiliárias, arquitetas de dupla jornada arquitetando surpreendentes serzinhos; ongueiras militantes no Xingu, atrizes aspirantes sempre interpretando a realidade, pesquisadores de genocídios juntando um dinheiro para voltar à *Avetyats’ yerkir*, historiadores marceneiros, mestras cervejeiras de mão cheia, guias de estudo do meio monitorando a subversão, boêmias críticas literárias.

Outros tantos, muito mais do que isso, buscando uma maneira de se reproduzir e conversar em meio ao colapso.

Mundo ruim ou pior, não sei. Mas sem aquilo que estas personas escondem seria impraticável fazer este trabalho.

APRESENTAÇÃO

Antes de apresentar a pesquisa é importante fazer uma ressalva ao leitor desafortunado que encontra um texto desses pela frente. Mas a ressalva é válida se não estivermos equivocados em pensar que esta dissertação pode circular principalmente por dois campos de interlocutores: um que compartilha de alguma maneira o objeto desta pesquisa, e que é constituído por pesquisadores que assim como eu viram-se impelidos em analisar um autor ou uma obra de dois séculos atrás, e outro grupo possível, não menos desafortunado, que partilha do interesse em refletir acerca do processo social por trás das coisas e que poderá encontrar aqui alguma discussão sobre como foi possível a representação do violento mundo colonial sob a forma da paisagem.

O esforço em escrever este texto foi o de, na medida do possível, tentar articular estes campos que inicialmente podem aparecer separados um do outro: de um lado a teoria do conhecimento, de outro a discussão acerca do processo social totalitário do capitalismo.

A ressalva que aqui coloco é para aqueles que estão acostumados com pesquisas de história do pensamento geográfico terem um pouco de paciência ao encontrar pela frente a problematização dos termos humboldtianos visando uma discussão de forma social. Por outro lado, para aqueles que buscam nesse texto a discussão sobre a América colonial, a paciência também é bem vinda, pois ainda que a colônia tenha sido narrada por Humboldt como pura natureza, numa perspectiva idealista e harmonizadora, pensamos que a violência vivenciada pelo Barão em sua viagem pela América estava na base dessa formulação. Inescapavelmente mesmo tendo ignorado a sociabilidade colonial a narração de Humboldt revela relações de poder da relação metrópole-colônia.

Dito isto, penso que podemos dizer com relativa tranquilidade que esta dissertação tem como objeto as descrições da paisagem nos *Quadros da Natureza*, obra publicada por Alexander von Humboldt em 1808. Mas por mais que nosso objeto esteja formalmente restrito ao autor e sua obra não por isso temos que pensá-los nas restrições normalmente postas à epistemologia, justamente porque, enquanto descrição, a paisagem em Humboldt foi pensada como *evocação* e inescapavelmente

referiu-se à realidade empírica. No caso específico do *Quadros da Natureza* tem-se fundamentalmente a paisagem da *Tierra Firme* (hoje Guiana, Venezuela e Colômbia) na virada para o século XIX, à beira de seus processos independentistas.

No primeiro capítulo poderá ser encontrada uma leitura *pari passu* do primeiro livro do *Quadros da Natureza* (*Sobre Estepes e Desertos*). Escolhemos este trecho da obra para uma análise pormenorizada por entender que é nele que a paisagem cumpre o caminho que é anunciado por Humboldt no prefácio da obra (a partir da publicação francesa *Tableaux de la Nature*): operacionalizar a relação entre ciência e arte visando uma unidade harmônica na composição. Para tal, a análise recorre à uma revisão do significado desta proposta considerando primeiramente Goethe, Kant e por último Schelling e Schiller.

Na medida em que se desenvolve nosso esforço de compreender este movimento que a paisagem cumpre, temos a necessidade de uma compreensão histórica das noções mobilizadas. Como apontado, a composição da paisagem humboldtiana tem um sentido que trabalha para que o elemento descrito surja ao leitor como *evocação*. Procuramos dar importância a este aspecto de sua descrição paisagística na intenção de encontrar em seu discurso os vestígios de sua vivência na colônia. Assim partimos da discussão da especificidade da ideia de paisagem para encaminhar o problema para além do plano interno da obra.

Buscando os interlocutores contemporâneos de Humboldt encontra-se nos *Quadros da Natureza* uma revisão crítica da ciência e da história natural até então produzidas; este é o objeto do item “*os dignos de fé*”. Lá vasculhamos um pouco o que foi chamado de *conhecimento prévio* acerca do mundo, diferentes descrições do planeta que Humboldt reúne para apresentar sua noção unitária do globo.

Ao notar que há no *Quadros da Natureza* uma incorporação crítica das descrições científicas anteriores, sugerimos o resgate da crítica de Adam Smith às formulações econômicas do mercantilismo e sua ideia da *previous accumulation* para compreender o significado histórico da crítica humboldtiana. Algo também suscitado pelas semelhanças da formulação liberal burguesa com a perspectiva liberal humboldtiana.

O segundo capítulo funciona como uma espécie de ponte ao terceiro capítulo. Tendo passado pela crítica de Humboldt à defesa que a natureza americana era naturalmente mais próxima do caos, esta ponte busca compreender o que

acompanhava a ideia defendida por Humboldt de que a natureza tanto da metrópole e do mundo colonial devessem ser compreendidas em pé de igualdade, a partir de um mesmo princípio. Nesta parte da dissertação está desenvolvida a tentativa de uma articulação de sua visão de mundo como crítica, ao mesmo tempo política e científica, das formulações mercantilistas e ao próprio mercantilismo. No entanto esta crítica está pautada pela racionalidade do desenvolvimento capitalista posto em sua época, há ali a necessidade da explicitação daquilo que entendemos ser as abstrações que determinaram o pensamento humboldtiano.

No terceiro capítulo, desenvolvemos uma análise de certa forma mais materialista da consideração de sua descrição paisagística. Levando em conta a história colonial da área representada no *Quadros da Natureza* fizemos o esforço de observar a paisagem como representação estética do processo de territorialização colonial na *Tierra Firme*. Esta discussão é feita a partir do relato de viagem de Humboldt, mas considera também a história de uma expedição científica que adentrou a bacia do Orenoco cerca de 50 anos antes da viagem de Humboldt e Bonpland. Inicialmente com a tarefa de demarcar astronomicamente os limites coloniais espanhóis, a *Expedición de Límites al Orinoco* (1754-1767) se transforma, no encontro com o mundo colonial, numa expedição de extermínio dos grupos indígenas *Caribes*, aliados holandeses da Guiana.

Tendo considerado estes antecedentes, aliás importantíssimos para que Humboldt pudesse navegar pelo Orenoco sem a companhia da guarda colonial, intentamos encontrar nas propostas práticas de Humboldt, apresentadas em seu relato de viagem, elementos que nos ajudassem a pensar a representação americana apresentada no *Quadros da Natureza*. O relato nos serviu como contraste desarmônico que reforça a possibilidade da pergunta da forma social no *Quadros da Natureza*, mas ao mesmo tempo sugere a possibilidade de pensarmos a paisagem do *Quadros* como proposta idealista de modernização na representação.

Assim ao fim do trabalho buscamos retomar a discussão da dimensão estética da paisagem humboldtiana, contrapondo as ideias de Schiller acerca do sublime com aquilo que fora vivenciado por Humboldt no mundo colonial.

INTRODUÇÃO

DESENTERREM HUMBOLDT, O PAI DA GEOGRAFIA! <i>ou a ciência e arte da exumação geográfica</i>	17
--	----

CAPÍTULO I - A AMEAÇA DA HARMONIA

O DESEJO DE HUMBOLDT <i>ou considerando sua "difícil tarefa" como um problema de composição</i>	25
A COMPOSIÇÃO DA PAISAGEM <i>ou o problema dos conjuntos significativos</i>	30
A FRIA E MORTA PERSPECTIVA DO DESERTO <i>ou diferentes formas de entender um dissimulado</i>	40
A DISPOSIÇÃO ARTÍSTICA NO QUADROS DA NATUREZA <i>ou a indisposição estética do viajante na colônia</i>	49
POR UM NOVO MÉTODO DE DISSECAÇÃO DE TRAÇAS <i>ou o desejo da presença de um Barão eloquente</i>	50
A DISPOSIÇÃO CIENTÍFICA <i>ou a promessa da harmonia como ameaça à América</i>	58
OS DIGNOS DE FÉ <i>ou em busca de uma circulação harmônica de mercadorias</i>	67
O MODELO DA TRANSIÇÃO FELIZ <i>ou a violência como fundamento para uma colônia harmônica</i>	85

CAPÍTULO II - UM SIGNIFICADO HISTÓRICO PARA A AMÉRICA NOS QUADROS DA NATUREZA

A PAISAGEM ENQUANTO MÉTODO <i>ou a possibilidade de inserir a colônia numa totalidade harmônica</i>	94
O GESTO DA PAISAGEM HUMBOLDTIANA <i>ou aquele que quer abraçar o mundo</i>	100
APRESENTANDO O RELATO DA VIAGEM DE HUMBOLDT E BONPLAND <i>ou outros gêneros de violência</i>	110

CAPÍTULO III - A TERRITORIALIZAÇÃO COLONIAL PARA O SENTIMENTO DE NATUREZA

A TERRITORIALIZAÇÃO COLONIAL NA <i>TIERRA FIRME</i> <i>ou a formação do território do contrabando</i>	116
DE UM ILUSTRADO GABINETE À COLÔNIA <i>ou sobre a preparação de um plano de colonização sistemática na Tierra Firme</i>	138

<i>A EXPEDICIÓN DE LÍMITES AL ORINOCO</i> <i>ou a faceta colonial da ilustração</i>	145
<i>HUMBOLDT NOS LLANOS E A PERDA DE VALOR DO DINHEIRO</i> <i>ou o acesso aos meios de produção como um problema de falta de ambição</i>	170
<i>A CONTRADIÇÃO NA PAISAGEM HUMBOLDTIANA</i> <i>ou "um trabalho para mais de um século"</i>	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS <i>ou o uma infinidade de coisas que poderiam ter sido consideradas</i>	204
<i>A VIOLÊNCIA COMO PAISAGEM</i> <i>ou a autoflagelação estetizada.....</i>	213
BIBLIOGRAFIA	222

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LANDSCAPE WITH NARCISSUS AND ECHO (CLAUDE LORRAIN, 1644).....	35
FIGURA 2 - SCHILLER, GOETHE, HUMBOLDT E WILHELM IN JENA (ADOLPH MÜLLER, 1797).....	59
FIGURA 3 - CAMEL CONVEYING A BRIDE TO HER HUSBAND (IN LYON, 1821).....	72
FIGURA 4 - DETALHE DA LÂMINA V DO <i>VCMPIA</i> "PASSAGE DU QUINDIU DANS LES CORDILLÈRES DES ANDES" (IN HUMBOLDT, 1810)	112
FIGURA 5 - MALPIGHIA GLABRA LINN. (WEST INDIAN CHERRY). PEHR LÖFLING COMMISSION TO THE ORINOCO. ARCHIVO DEL REAL JARDÍN BOTÁNICO (CSIC), MADRID. DIV. II, 30.....	150
FIGURA 6 - O TRIUNFO DA MORTE (PIETER BRUEGEL, O "VELHO", 1562)	214
FIGURA 7 -- INÍCIO DAS OBRAS DA USINA BELO MONTE ALTAMIRA/PA (GILSON CAMPOS, 2012).....	218
FIGURA 8 - DE PROJETOS COMO BELO MONTE DEPENDE A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. MAS O AMBIENTALISMO SEMEIA PERIGOSOS OBSTÁCULOS" (UHE BELO MONTE, 2011).	218
FIGURA 9 - #EUFACOPARTEDESSAHISTÓRIA (FACEBOOK BELO MONTE OFICIAL, 2015).....	219
FIGURA 10 - NOTA DE 5 MARCOS ALEMÃES COM O BUSTO DE ALEXANDER VON HUMBOLDT (IMPRESSA NO ANO DE 1964)	220

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - ISOTHERMAL CHART DRAWN FROM THE ACCOUNTS OF HUMBOLDT & OTHERS (WOODBIDGE, 1823).....	63
MAPA 2 - ALEXANDER VON HUMBOLDT'S AMERICAN EXPEDITION (1799-1805).....	119
MAPA 3 - MAP OF COLUMBIA FROM THE ASTRONOMICAL OBSERVATIONS AND THE TOPOGRAPHICAL NOTICES OF MR. ALEXANDER VON HUMBOLDT (BRUÉ IN HUMBOLDT, 1826)	121
MAPA 4 - MAPA ITINERARIO DEL CURSO DEL ORINOCO, DEL ATABAPO, DE CASIQUIARE Y DEL RIO NEGRO QUE OFRECE LA RAMIFICACIÓN DEL ORINOCO Y SU COMUNICACIÓN CON EL RIO DE LA AMAZONAS POR M. ALEJANDRO DE HUMBOLDT ([1830]).....	142
MAPA 5 - MAPA DE UNA PARTE DEL TERRITORIO DE COLOMBIA EN LA AMÉRICA MERIDIONAL, COMPREHENDE LAS NUEVAS PROVINCIAS DE CORO, CARABOBO, TRUJILLO, BARINAS, ACHAGUAS, CARACAS, BARCELONA Y CUMANA CON PARTE DE LAS DE MARACAIBO, MÉRIDA, CASANARE Y GUYANA (BAUZÁ, 1841).....	157
MAPA 6 - MAPA DE LA PARTE ORIENTAL DE LA PROVINCIA DE VARINAS COMPRENDIDA ENTRE EL ORINOCO EL APURE Y EL RIO META HECHA SEGUN LAS OBSERVACIONES ASTRONOMICAS Y MATERIALES TOMADOS ALLI MISMO EN 1800 POR ALEJ. DE HUMBOLDT (HUMBOLDT, 1830)	164
MAPA 7 - CARTE DU COURS DE RIO META ET D'UNE PARTIE DE LA CHAINE ORIENTALE DES MONTAGNES DE LA NOUVELLE GRENADE: DRESSÉ SUR DES OBSERVATIONS ASTRONOMIQUES ET (QUANT AU META) D'APRÉS UNE CARTE MANUSCRITE DE DN. J. CORTÉS MADARIAGA (HUMBOLDT, 1830) ...	165

INTRODUÇÃO

DESENTERREM HUMBOLDT, O PAI DA GEOGRAFIA!

ou a ciência e arte da exumação geográfica

Não é de hoje que se enfileiram trabalhos acadêmicos destinados a dar sua versão da grandiosa história do pensamento geográfico. Na realidade, a tarefa de contar sua própria origem talvez tenha sido a primeira que a geografia colocou para si quando finalmente em fins do século XIX se estabelece enquanto disciplina científica.

É que toda ciência que se preza deve ter destacado um corpo de pesquisadores que se ocupam dessas chatices. Mesmo nos momentos onde nenhuma alma sã desconfia da cientificidade da disciplina, lá estão eles trancafiados, dignos pesquisadores, num gabinete a ler um clássico. Mas feliz é o destino reservado aos penitentes, pois como diria Humboldt - e isto eles sabem muito bem – “após as tempestades da vida vem o raio luminoso do sol”; e quando a prática científica entra em crise, quando se questionam os paradigmas e fundamentos teóricos da metodologia em voga, são àqueles renegados a quem se recorre, são os estimáveis pesquisadores da epistemologia e história da disciplina que são convocados a darem um esclarecimento público sobre o que se deve fazer.

Finalmente ao ar livre, com um sorriso de canto de boca, eles se olham ofuscados, tentando ao máximo aparentar já estarem cientes que aquilo iria ocorrer mais cedo ou mais tarde. Logo põe-se a falar de maneira loquaz o que calaram por anos: finalmente citam os clássicos, recorrem aos gregos, e todas demais almas científicas como que arrefecem seus ímpetos, deleitam-se com a erudição daqueles pálidos e veem pouco a pouco o reestabelecimento de sua fé na disciplina.

Foi talvez num contexto parecido que Horacio Capel foi intimado a escrever o bastante utilizado livro *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea* (1988). Nesta obra ele versa sobre o percurso da ciência geográfica desde seu nascimento moderno a partir de seus “*supostos pais*”, isto é, desde Alexander von Humboldt e Carl Ritter. Porém, Capel trata também naquela obra de uma história da História da Geografia, apresentando historietas sobre o contexto que acompanhou a elaboração de

algumas obras que ao seu tempo deram sua versão sobre a origem da geografia moderna.

Pelo menos à nossa perspectiva isto talvez possa interessar, pois era como se Capel estivesse sugerindo que uma obra que trata da história da Geografia em geral sempre está embebida por uma história maior, que se refere ao processo social, e assim teria mais a dizer do próprio momento que a pôs à depor do que da história da disciplina mesmo. É mais ou menos nestes termos que esta pesquisa se debruçou sobre a obra de Humboldt. Buscamos ao ler o texto de Humboldt discutir seu lugar histórico no processo de formação de uma relação social de produção, mesmo que, no caso, os *Quadros da Natureza* não falassem aparentemente sobre questões sociais, mas sim sobre a paisagem e as forças da natureza.

Mas voltando à historieta narrada por Capel, ele parte de um questionamento acerca do incontestável patriarcado da geografia remetido a Humboldt e a Ritter. Diz que na realidade isto passa a ser construído a partir do momento em que Ferdinand von Richtofen recebe a nomeação à primeira cátedra de geografia na Universidade de Berlim, em 1886. Na ocasião caía-lhe sobre os ombros também a necessidade da divulgação de seu livro *Aufgaben und Methoden der heutigen Geographie* [1883]¹, obra na qual recuperava a obra já empoeirada de Humboldt e tentava explicar de onde vinha, para onde ia e para que servia a ciência geográfica cuja representação institucional máxima dali em diante iria ocupar.

Era então época do batismo institucional da geografia, uma disciplina que nascia em meio ao monstruoso desenvolvimento das relações de produção do século XIX. Naquele contexto estava em marcha o massivo plano de escolarização da força de trabalho alemã. Deste processo que acompanhava e fomentava a unificação do país, emanava uma enorme demanda tanto por professores de geografia para alunos do primário e secundário como por materiais escolares: Atlas, manuais de geografia, mapas, livros didáticos, enfim, um sem número de publicações a serem dirigidas pelos mais respeitados geógrafos da época.

Mas não havia ainda naquela altura gente ligada à Universidade com diploma de geógrafo; na realidade talvez não existisse até então diploma universitário de

¹ O que deixou ser conhecido pelo pesquisador que aqui escreve é que o livro não foi traduzido ao português, mas ganhou a tradução de alguns trechos na revista acadêmica dirigida por Capel: "*Tareas y métodos de la Geografía actual: el método de la geografía General*". *Didáctica Geográfica*, 3: 49-62 ([1883] 1978).

geógrafo. Nada que não pudesse ser contornado com sabedoria e astúcia. Após alguns anúncios de emprego, viu-se para a alegria geral diversos profissionais e cientistas de diferentes ramos, como matemáticos e farmacêuticos, sentirem a súbita vocação geográfica, o sopro fresco da predisposição de berço à disciplina. Logo, lembranças e anotações de largas viagens a terras estranhas viraram relevantes dados para elaboração de teses de habilitação – é assim que se conta a vinculação de Ratzel com a ciência geográfica². Enfim, tudo se resolvia da melhor maneira possível.

Mas havia apenas uma última coisa a decidir com relação ao batismo da geografia. Quem seria o Pai? Toda ciência afinal tem lá em seus anais um nome pomposo que a acompanha. E em fins do XIX não ter uma figura heroica para amarrar o burro institucional era no mínimo fora de moda.

Estavam então todos os catedráticos sentados à velha e lustrosa mesa de carvalho na sala de honras da Universidade de Berlim preocupados em resolver o problema. A quem seria remetida a honra e o heroísmo da fundação da disciplina? – Heródoto!, gritara um catedrático. – “Não!, era já muito antiquado, sem falar que seu Atlas é vago e bastante desatualizado, ademais é grego; definitivamente não se encaixa no perfil”. – “Já sei, Mercator!” exclamava outro. – “Ora, um geógrafo que se preze além de alemão deve fazer mais do que mapas, vamos e convenhamos!”

Antigas rixas pareciam novamente vir à tona. Mas não era para aquilo que todos estavam ali; e esse pensamento pareceu cruzar todas as cabeças da sala quando um silêncio sepulcral caiu sobre as togas puídas. O sol, que entrava até então pelas vidraças, parecia novamente se esconder atrás das nuvens. Sim, lamentava o mais apressado deles, todos os esforços haviam sido vãos... Olhares baixos, lamuriosos, adornados por grandes olheiras... “Ficaria o mais novo curso oferecido pela faculdade sem as honrarias que tinham já a biologia e a astronomia?” Pois é, caro leitor, mesmo no século XIX positivistas também choraram.

Nesse instante porém algo parece acontecer. Alguém se ergue, atraindo para si todos os olhares, seu ímpeto se transforma então em nervosismo, mas mesmo assim e para a sorte da ciência geográfica ele balbucia: – “E Alexander?”. Todos se olham

² Alguns meses antes de sua morte em 1904, Friedrich Ratzel contou a J. Brunhes como havia sido sua conversão de farmacêutico a geógrafo: “He realizado viajes, he dibujado, he descrito. [...] Mientras, tanto, volví de América, y me dijeron que se necesitaban geógrafos. Entonces, reuní y coordiné todos los hechos [...] y redacté mi obra [...] que fue mi tesis de habilitación” (Ratzel apud Capel, 1988:100).

estupefatos, incrédulos. – “Sim, claro, o irmão de Wilhelm von Humboldt, que aliás é co-fundador da Universidade! Nada mais apropriado!”

Um passageiro entusiasmo pela lembrança do nome de Humboldt domina as togas. Porém uma sábia tosse voluntária recorda a todos a necessidade da seriedade e do autocontrole em ambiente catedrático. Inicia-se então um discurso longo e germânico que terminou mais ou menos assim: – “Fica decidido então que apesar das enormes diferenças existentes na proposta científica de Humboldt com os desígnios da ciência positiva – e que aliás, lembremos, possuem devaneios filosóficos quase místicos que devem ser ignorados - é definitivamente mais interessante do ponto de vista da vinculação institucional a figura de alguém como Humboldt a qualquer outro, mesmo um Ritter da vida, que indiscutivelmente dá pouquíssimo relevo à descrição empírica. – “Um historicista como os malditos franceses!”, exclamou uma toga raivosa.

Tudo parecia no fim se resolver sem constrangimentos. O Barão von Humboldt cumpria alguns requisitos básicos: era um prussiano legítimo e isso bastou para que (quem sabe?) exclassem na velha sala de cúpula da Universidade de Berlim:

- Desenterrem então o Barão Alexander von Humboldt!

Assim conclamou-se a figura do romântico, idealista e finado Barão Alexander von Humboldt como pai da Geografia Moderna. Talvez esta tenha sido sua primeira exumação.

Quase 70 anos mais tarde, já quando até mesmo Richtofen virara verbete de história do pensamento geográfico, Pierre Monbeig, longe de sua pátria mãe, escrevia um artigo um tanto quanto curioso. Não a julgar pelo título, com nome cerimonioso (algo como “*Papel e valor da geografia e sua pesquisa*”). Era curioso, por outro motivo; em suas reflexões sobre o tema, Monbeig chega a exclamar tornar-se urgente “*fechar os departamentos de geografia das Faculdades de Filosofia e instituições como o Conselho Nacional de Geografia!*”. A não ser que fosse possível “*estabelecer o valor da geografia e determinar sua utilidade como moderno instrumento de trabalho*” e “*provar a sua utilidade num mundo onde toda e qualquer ciência é também uma técnica*” (1957, p. 6).

Ao que parece ou ninguém deu muita bola para o ímpeto monbeiguiano em fechar o departamento ou então ele conseguiu, no final das contas, convencer a

comunidade acadêmica da utilidade pública da ciência geográfica. De qualquer modo o que sabemos é que a continuidade da prática científica da geografia resistiu (e resiste) a ameaças como a de Monbeig e a resposta histórica da necessidade de estabelecer a geografia como moderno instrumento de trabalho parece ter vindo mais da necessidade prática da reprodução da disciplina (ou então da guerra, como diria Y. Lacoste) do que da formulação de um pesquisador. Sorte do pesquisador que aqui escreve? Azar dele? De qualquer forma, a manutenção daquela instituição foi a maneira encontrada pelo pesquisador em escapar do incrível exército de desempregados, ao menos temporariamente.

Resumindo um pouco o texto de Monbeig, nele o geógrafo francês faz todo um percurso histórico-esquizofrênico para chamar a atenção para a atualidade do conceito de paisagem em tempos em que a planificação do espaço nacional se impõe como ordem do dia. Novamente circunstâncias vivenciadas pelos geógrafos colocavam a necessidade de se repensar a geografia epistemologicamente, atualizar sua tarefa e seu papel a ser desempenhado para o progresso social. Novamente cutucávase o túmulo de Humboldt.

Na metade do século XX, o que foi formulado pela geografia positivista alemã de fins do XIX (e depois dela tantas outras) deveria ser reformulado; afinal era necessário que os geógrafos dissessem algo sobre si mesmos de maneira a estar em confluência com as novas demandas daqueles tempos - se não seriam carta fora do baralho.

Naquela época, para demonstrar os motivos da manutenção daquelas honrosas instituições científicas, Monbeig recorreu à uma reflexão sobre a *“evolução da geografia”*. Na ocasião, dizia que para entendê-la bastava pensar que ela *“acompanhou o mesmo ritmo das demais ciências naturais e sociais”*, notando uma mudança nas principais preocupações dos ditos geógrafos do século XIX, com relação à geografia do século XX: *“O pensamento científico do século XIX”*, dizia ele, *“foi grandemente dominado pelo progresso das ciências naturais. A descoberta da natureza era um assombro muito recente”* (Op. Cit., p. 12).

[...] era então a grande época da conquista das liberdades políticas, mas não ainda a das angústias econômicas e sociais. Os geógrafos partilhavam com seus contemporâneos a tranquila confiança nos destinos humanos, mais ou menos convencidos de que o melhor conhecimento da natureza acabaria por conferir à humanidade o poderio total, garantia de

sua felicidade. A estrada do progresso abria-se para esse horizonte (Monbeig, 1957, p. 13).

Talvez, grosso modo, pudéssemos apresentar o contexto do Barão Alexander von Humboldt com estas palavras de Monbeig, situá-lo no momento de universalização da ideologia liberal – mas ainda assim, mesmo com sua canetada francesa, correríamos risco de vermo-nos possivelmente censurados por algum especialista rigoroso e humboldtiano.

Monbeig colocava tudo o que pudesse ser chamado de “Geografia” num mesmo balaio de gato, ignorando que, enquanto disciplina científica, a Geografia só tenha sido reconhecida no fim do século XIX, o que implicou em mudanças significativas em sua inserção social. Além disso, como lembrou Capel e antes dele Hartshorne, o próprio Humboldt nunca defendeu que a totalidade de seu fazer científico pudesse estar nos limites de uma “Geografia”. Esta abstração vaga à qual Monbeig compara sua própria prática científica pouco tem à ver com o que era produzido por Humboldt ou Ritter e demais geógrafos novecentistas.

Por outro lado, Monbeig traz ao texto uma questão importantíssima. Fala que uma transformação alterara aquele quadro de entusiasmo dos “*geógrafos*” do século XIX. “*Guerras, revoluções, fome, desemprego, vida em campos de concentração, aniquilaram toda tranquilidade [...]*”. Era uma transformação que envolvia o objeto de pesquisa do geógrafo, mas neste caso ela não poderia ser compreendida apenas como uma mudança paradigmática, interna ao debate científico da geografia, pois o próprio campo de pesquisa da geografia, ou seja, o mundo mesmo em que os geógrafos vivem se transformara.

Para Monbeig, não é então mais possível manter aquela inocência idílica dos “geógrafos” novecentistas; pois o louvor primaveril confiante dos antepassados apresentou-se como ilusão que conduziu ao seu oposto: o inverno atômico e depressivo do pós-guerra. Ele mesmo chega a afirmar que “*quanto mais se desenvolvem ciências e técnicas, mais duvidamos do futuro de nossas sociedades*” (Monbeig, 1957, p. 13). Mas mesmo tendo notado o desenvolvimento capitalista de forma bastante pessimista, apontando ainda que os “*geógrafos são arrastados para o movimento do pensamento da época atual, da mesma maneira como haviam sido seus predecessores em tempos eufóricos*” (Op. Cit., p. 13), ele deixa de lado seu desânimo como que também impelido pelo pensamento de sua época: “*Por toda parte surgiu e*

se impôs”, diz Monbeig, *”o problema da organização do território da forma mais racional possível, e de uma ocupação mais proveitosa do solo a fim de aumentar a produção e aumentar a produtividade”* (Op. Cit., p. 22). Encontrando por fim na organização do espaço a legitimidade social da geografia ele conclui, *“Ora, ninguém mais indicado que o geógrafo para fazer as pesquisas necessárias à solução desses problemas. [...] é ele o técnico, por excelência, da organização do espaço* (Op. Cit., p. 22-23). No fim das contas a pergunta sobre a tarefa e papel do geógrafo para meados de 1950 parecia novamente respondida, ainda que talvez não passasse de uma euforia que acomete aqueles a quem se promete um bom emprego público.

Tendo isso em vista, Monbeig põe-se então a tarefa de propor caminhos para o cumprimento daquele receituário que, como ele mesmo notava, se impunha. A pesquisa em geografia deveria propor soluções para a organização racional do espaço³ através do estudo da paisagem, por ser ela *“a essência da pesquisa geográfica”*.

Estas duas historietas que no limite dizem respeito a como, no calor do momento, *“geógrafos”* procuraram narrar os processos no qual estavam inseridos, apontam mais do que para a história do pensamento geográfico em si, para a maneira como a ciência reconstrói seu passado como uma alternativa de sobrevivência frente às demais ciências numa lógica concorrencial. Um determinado posicionamento científico, sempre parece acarretar na defesa correlata de uma versão particular da utilidade da disciplina na divisão do trabalho, partindo do pressuposto da necessidade de sua participação obrigatória para o progresso.

O processo de institucionalização da disciplina, personificado por von Richtofen, ou o momento (keynesiano?) do pós-guerra, da necessidade da planificação do espaço nacional, no qual estava imerso Monbeig, demandou a recuperação da figura de Humboldt ou do conceito de paisagem, mesmo que tais recuperações não tivessem muito à ver com o que fora defendido pelo Barão na primeira metade do século XIX. A exumação de Humboldt, para apadrinhar a geomorfologia de Richtofen, teve de isolar os termos humboldtianos de seu sistema filosófico estético-científico e se é possível entender uma continuidade da ideia da paisagem de Humboldt para Monbeig, deveria ser notado que as intensões da

³ “Feliz decisão aquela que determina a construção de uma barragem sobre um rio, a fim de produzir maior quantidade de eletricidade e poder transportá-la a algumas centenas de quilômetros. Feliz decisão que tende a melhor organizar o espaço nacional” (Monbeig, 1957, p. 23). Quantas felicidades se destinavam aos geógrafos em seu gabinete, tendo sublimes regozijos diante de mapas coloridos!

mobilização do conceito e a finalidade que a ideia de paisagem cumpre nestes diferentes momentos históricos são bastante distintas. A paisagem na obra de Humboldt aponta para outro momento da articulação com o Estado, por exemplo, ainda mais se pensarmos que seu estudo se dirige, principalmente, a uma paisagem colonial da América espanhola no início do século XIX. Humboldt certamente teria calafrios românticos se ouvisse que o estudo da paisagem tem como finalidade última a racionalização do espaço⁴.

Mas interessa observar Humboldt como que arrastado pelo processo social, buscando encontrar em suas descrições paisagísticas elementos que nos ajudem a compreender o que em seu momento histórico se impunha. Ainda que inescapavelmente a história seja sempre contada no *post festum* do processo histórico e, mais do que isso, a partir da urgência da demanda de uma nova versão.

E aqui cabe a pergunta: qual a urgência de se rever novamente a obra de Humboldt? Difícil respondê-la sem mencionar a própria urgência de assegurar com esta pesquisa a bolsa à qual ela foi correspondente. Para além disso, é ainda mais constrangedor balbuciar qualquer resposta; se em 1957 Monbeig duvidou que a ciência poderia oferecer mais que um aprofundamento das tragédias históricas do início do século XX, o que dirá um pesquisador em tempos atuais, em que a lógica do genocídio e do campo de concentração se generaliza como mediação da reprodução social?

No entanto, a ideia da paisagem ainda opera hoje. Ainda mobiliza as forças sociais: é menina dos olhos do turismo, da preocupação ambientalista, do cartaz de uma incorporadora que tenta se desfazer de um apartamento numa cobertura em frente à cidade universitária.

Inicia-se aqui então o produto de mais uma pesquisa a rolar nas esteiras da produtividade acadêmica, versando sobre a paisagem em Alexander von Humboldt mas com algumas pulgas atrás da orelha.

⁴ Se fosse possível a nós responder à pergunta do que une a “geografia de Humboldt” (isto é, pós-mercantilista) com a de seus sucessores talvez seja exatamente a crença no devir histórico enquanto progresso e de que a ciência deve servi-lo de forma incontestável.

CAPÍTULO I

A AMEAÇA DA HARMONIA

O DESEJO DE HUMBOLDT

*ou considerando sua "difícil tarefa"
como um problema de composição*

A realidade oferece muitos motivos reais para dela se fugir e mais, admite a indignação a respeito da fuga, que é veiculada pela ideologia da harmonia; [...]. Sem dúvida, a imaginação é também fuga, mas não completamente: o que o princípio de realidade transcende para algo de superior encontra-se também sempre em baixo. É maldoso pôr ali o dedo. Destrói-se a imago do artista como aquele que é tolerado: neurótico incorporado na sociedade da divisão do trabalho.

T. Adorno, Teoria Estética, 1970.

Em 1808, quatro anos após o retorno de sua viagem à América (1799-1804), o Barão Alexander von Humboldt tinha publicado em Stuttgart, Tübingen e Paris seu *Quadros da Natureza* (*Ansichten der Natur* e *Tableaux de la Nature*); era sua primeira obra destinada a um público não especializado desde seu retorno à Europa⁵.

O termo *Ansichten* que agrega o título da publicação alemã (que pode ser traduzido como *visões*, *perspectivas* e até como *opiniões*) dava a dimensão de uma

⁵ As primeiras publicações de Humboldt a partir de seu retorno de viagem tinham seus interlocutores nas sociedades científicas europeias, as obras *Ideen einer Physiognomonik der Gewächse* (publicada em Tübingen, no ano de 1806) e o *Essai sur la géographie des plantes* (em Paris, 1807) voltavam-se especialmente a este público. Já o *Quadros da Natureza* teve origem numa “*amplamente aclamada série de conferências apresentadas em Berlim em 1806*” (Pratt, 1999), e se diferenciava daquelas outras na medida em que visava não apenas se restringir a leitores especializados na história natural. A primeira edição da obra, redigida originalmente em alemão, ficou pronta para a publicação em maio de 1807 nas referidas cidades. Em 1808 ocorre em Paris uma publicação da obra em francês. Acompanharemos aqui a leitura da terceira edição francesa, cuja tradução de Charles Galusky fora indicada por Humboldt, publicada em 1851 em dois volumes, e a tradução brasileira de Assis Carvalho, publicada também em dois volumes nos anos de 1952 e 1953. Os prefácios da obra (da primeira, da segunda e da terceira edição) não foram traduzidos para o português.

nova maneira de lidar com o que fora observado por ele nas colônias espanholas do ultramar. A obra oferecia diferentes *vistas* da natureza americana.

O título utilizado na tradução francesa, *Tableaux* (pinturas), reforçava ainda mais a ideia de que seu texto guardava um deliberado tratamento imagético na descrição; que aquelas *visões* eram compostas a partir de um ponto de vista que não abria mão de uma construção visual para a representação da natureza americana⁶.

Como comentou Lúcia Ricotta Pedras em seu artigo “A paisagem em Alexander von Humboldt, o modo descritivo dos Quadros da Natureza” (2000, p. 97) a obra era de certa forma um experimento. Tentava lidar com aquilo que o Barão observara não apenas enquanto objeto de análise científica, mas, entremeando ciência e arte, tentaria resguardar *na descrição* do Novo Mundo, seu *efeito sensível*, empírico, aquilo que só o viajante experimentara.

O próprio Humboldt comentava no prefácio da primeira edição que cada uma das cenas narradas (os diferentes livros da obra) deveria formar por si mesma uma “*unidade*”, como uma pintura que se basta para sua apreciação. Mas ao mesmo tempo, todos eles tinham de “*fazer sentir uma tendência única*”; isto é, embora cada *quadro* focasse cenas diferentes, eles deveriam estabelecer entre si uma certa comunicação que guardasse um mesmo princípio, assim sendo cada quadro estava também comprometido com os demais, cada cena narrada constituiria uma unidade em relação com as outras, formando a unidade da obra. A linguagem científica tinha por sua vez a tarefa de costurar essa relação, de trazer à tona aquele princípio comum; não atoa cada livro era acompanhado de “*éclaircissements scientifiques*”⁷.

Mas a problemática da composição da obra não acabava aí pois sua razão de ser se dava em função da preocupação com o leitor.

⁶ Há apenas um “quadro”, o livro terceiro, em que a descrição foca uma cena noturna. De qualquer maneira a própria ausência da luz será um importante aspecto para sua composição, que ressaltará os sons da floresta às margens do Orenoco sob a luz da lua. Sob este ponto de vista mantém-se o caráter central da visualidade para a descrição empírica humboldtiana.

⁷ Cada capítulo do *Quadros* é acompanhado de “*Éclaircissements et Additions*”, que trazem em uma linguagem mais científica esclarecimentos e outras informações relativas ao que havia sido descrito acerca dos fenômenos naturais, e, em alguns casos, tratam das ocupações humanas. A primeira edição publicada em alemão e francês [1808] era composta de três livros, sendo ampliada para seis na segunda edição [1826]. A terceira edição da obra [em 1849 em alemão e 1851 em francês], que sofreu as últimas modificações feitas por Humboldt, não ganhou novos livros, mas tiveram seus “*esclarecimentos científicos*” atualizados, inclusive com os resultados de suas observações e aferições realizadas em sua viagem pela Ásia Central (em 1829).

Como Humboldt comenta no prefácio da segunda e terceira edição, em 1849, a "*dupla finalidade*" do *Quadros* não era simplesmente trazer descrições das "*grandes cenas da natureza*", pois ao " *revesti-las de uma forma literária*" seu desejo era de que a exposição fosse também capaz de estabelecer uma unidade estético-científica na apreensão do leitor: isto é, ao mesmo tempo em que as descrições tinham o intuito de "*enriquecer a vida com novas ideias e conhecimentos*", deveriam "*estar reunidos à imaginação*"⁸, evocando a sensibilidade e o gozo que, de acordo com Humboldt, o contato direto com a natureza propicia.

"*Que possa meu Quadros da Natureza*", dizia ele, "*tornar disponível ao leitor alguns dos prazeres que, em qualquer alma sensível, causa a contemplação imediata das grandes cenas que são aqui reconstruídas*"⁹.

Poderia até ser dito que, para Humboldt, eram as próprias "*forças da natureza*" que incidiam sobre seu texto; forças que em seu "*espírito sensível*" ganhavam consciência de si, revelando-se harmoniosamente. A difícil tarefa de Humboldt era transmitir, ou melhor, fazer com que o leitor sentisse essa harmonia que a natureza continha em seus "*mistérios*", em suas "*forças ocultas*" e mesmo "*no mais íntimo do nosso ser*". Talvez não se possa falar que Humboldt deu conta dessa difícil tarefa ao longo de toda a obra, mas a harmonia aparece como a categoria central, sob a qual se estabelece a relação entre ciência e arte e perante a qual os objetos da descrição deveriam se curvar.

Humboldt se comprometia, como ele mesmo notava, numa "*tarefa difícil de ser realizada*", que aparecia na dificuldade da "*unidade da composição*" da obra. O *Quadros da Natureza* se empenharia em "*revelar a ação comum e harmoniosa das forças que animam o mundo*"¹⁰. Mas ao colocar aquele objetivo para si, Humboldt parecia sugerir que vivenciava um processo oposto em andamento. Afinal, se eram forças harmoniosas que animavam o mundo por que então a obra tinha como principal finalidade "*revelar a harmonia*"?

⁸ Tradução nossa. Original: L'alliance de préoccupations littéraires et d'un but purement scientifique, le désir d'attache l'imagination et d'enrichir la vie d'idées et de connaissances nouvelles, rendent bien difficile d'ordonner les différentes parties et de satisfaire à ce qu'exige l'unité de composition (Humboldt, [1849] 1851, vol. I, p. XII).

⁹ Tradução nossa. Original: Puissent [...] mes Tableaux de la nature [...] procurer à ceux qui les lisent une partie des jouissances que cause à toute âme sensible la contemplation immédiate des grandes scènes qui y sont retracées (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. X).

¹⁰ Tradução nossa. Original: [...] dévoiler [...] l'action commune et harmonieuse des forces qui animent le monde (Humboldt, [1849] 1851, vol. I, p. XII).

Humboldt viajou e escreveu em meio à guerra tanto na Europa quanto no ultramar; a começar pelos eventos catastróficos para a monarquia prussiana à qual ele era ligado através do título de Barão: em 1792 as tropas revolucionárias francesas cruzam o Reno; em setembro do mesmo ano ocorre a batalha de Valmy, onde tropas prussianas são mais uma vez derrotadas. As guerras napoleônicas no Egito e na Síria, lutando contra o Império Otomano, mudaram seus planos de viagem de visitar o norte da África. Em 1806, já de volta do "Novo Mundo", no ano que apresentava sua série de conferências em Berlim, viu o desmembramento do Sacro Império Romano, da qual sua Prússia fazia parte.

O Ultramar também não estava livre da Guerra; em 1813, ano em que Humboldt escrevia uma outra obra, seu relato de viagem, o império francês travava guerras e ampliava seus domínios tanto na Europa quanto no mundo colonial, o britânico via-se em guerra com suas antigas colônias e apoiava as Independências na América espanhola; a coroa espanhola, por sua vez, já com obras humboldtianas em mãos, via tudo ruir.

Voltar-se à natureza seguindo a sua narrativa era como uma promessa heroica de afugentar o que oprimia os homens. *"Aquele que escapou das tempestades da vida, amará me seguir nas grandes florestas, através dos desertos infinitos e na cadeia elevada dos Andes". "Por toda parte eu fiz sentir a influência eterna que a natureza física exerce sobre a moral e sobre os destinos humanos"*.

Humboldt parecia mesmo querer criar um outro mundo para seus leitores. Pois ao atravessar o Atlântico rumo às colônias espanholas da América, sua grande preocupação eram as ameaçadoras fragatas inglesas, por toda a parte. Nas colônias o Barão entrou em contato com grupos indígenas escravizados e encerrados em missões, viu mercados de escravos africanos, viu a *mita*, presenciou ânimos agitados em discussões políticas numa *hostería* à beira de uma trilha a caminho de Caracas. Mas nada daquilo seria dito no *Quadros da Natureza*, na obra ele afirmaria que os pensamentos que resultaram em seus escritos tinham nascido em seu espírito *"frente às grandes cenas da natureza"*.

Os grandes momentos do *Quadros da Natureza* referem-se à evocação de sua própria experiência nas colônias espanholas, ainda que, na obra, tenha narrado sua presença na América de outra maneira. A descrição dos *Llanos* venezuelanos, na época um dos maiores centros coloniais de produção pecuária da América espanhola,

surgem como um vazio, uma paisagem cuja história e dinâmica parece estar unicamente no campo das ciências naturais. A bacia do Orenoco, palco de 300 anos de apresamento indígena, aparece como natureza grandiosa e selvagem. Não são revelados no livro o percurso de sua viagem, pouco se fala dos aspectos sociais da colônia, são raros os momentos em que se fala das relações de poder que o Barão teve necessariamente de integrar para depois poder narrar as "*grandes cenas da natureza*". Humboldt simplesmente dizia no prefácio que o leitor o seguiria pelas "*florestas do Orinoco, nas estepes da Venezuela e na solidão das montanhas do Peru e México*".

Assim, ainda que não se alinhasse propriamente ao gênero do relato de viagem e mesmo que se esforçasse em diferenciar sua obra das formas mais corriqueiras daquele gênero, seu *Quadros da Natureza* deveria cumprir a função de "*reconstruir*" alguns cenários desconhecidos à maioria do público europeu. Desta maneira, o desejo de Humboldt de evocar em suas descrições os efeitos da experiência empírica fizeram-no lidar com a questão: como retransmitir na obra de maneira a "*revelar a harmonia das forças que animam o mundo*" não somente o que mediu e os dados que levantou em suas aferições, mas também aquilo que viu, que sentiu e vivenciou?

Alguns anos antes de sua viagem à América, na época de sua estada em Jena (no reino da Prússia ainda membro do Sacro Império Romano), Humboldt teve contato com Goethe, relação que haveria de ser fundamental para sua forma de conceber a natureza. Poder-se-ia dizer até que a maneira pela qual Humboldt procurou realizar aquela sua "*difícil tarefa*" do *Quadros* ("*revelar a ação comum e harmoniosa das forças que animam o mundo*") tenha sido adquirida, em parte, a partir de sua estada em Jena, através de um contato pessoal e com as obras de Schiller, Goethe e Schelling (ver Silveira, 2012, p. 294 e seguintes e 305 e seguintes).

A herança de Goethe em Humboldt se delineou no *Quadros* através do tratamento estético dos objetos naturais similar à forma que a natureza era representada pela pintura de paisagem, objeto de estudo de Goethe desde sua viagem à Itália em 1776¹¹.

¹¹ Humboldt nunca escondeu a herança das formulações de Goethe para a elaboração de suas obras: "*O sentimento da grande influência de Jena*", disse ele certa vez, "*me persegue por todas as partes, já que as ideias de Goethe a respeito da natureza me transmitiram e, por assim dizer, me dotaram de novos órgãos*" (Humboldt, s.d., p. 143, trad. nossa). O próprio barão numa outra obra haveria de traçar uma espécie de gênese da paisagem na arte, onde além de mencionar pinturas e pintores "*de uma perspectiva artística mais vasta*" daria grande relevância às obras de Goethe, tanto literárias como científicas. No que se refere à visão de Humboldt sobre a pintura de paisagem, assim como Goethe,

Mas há que se notar que se hoje a paisagem, principalmente na ciência geográfica, pode ser vista de forma livre de uma problemática estética - basta observar como ela é concebida pela chamada geografia sistêmica -, a incorporação da forma da pintura da paisagem por Humboldt caminhava na direção oposta, sua proposta era deliberadamente utilizar-se de uma via estética como forma capaz de lidar com o problema de como representar de forma harmônica sua experiência nas colônias espanholas da América.

A COMPOSIÇÃO DA PAISAGEM *ou o problema dos conjuntos significativos*

Foi em sua primeira viagem à Itália (de 1786 a 1788), quando Goethe começaria a formular teoricamente aquela forma de compreender a Natureza que teria sido incorporada por Humboldt no *Quadros*. Mas a concepção da paisagem segue uma direção distinta se compararmos as obras de Goethe e Humboldt, justamente porque no *Quadros da Natureza* a paisagem tem um sentido que convive com um pensamento puramente especulativo, formal, para o qual Goethe torcia o nariz¹².

Como arrisca Silveira (2012), Humboldt teria sido "*o primeiro a estrategicamente incorporar o conceito de paisagem cientificamente*" (p. 254)¹³, mas

mostrava singular apreço pela pintura seiscentista, a julgar pelos seus comentários (no *Cosmos*) sobre as obras de Claude Lorrain (1600-1682) e Salomon von Ruysdael (1602-1670). Alguns trechos desses comentários publicados inteiramente no *Cosmos* foram aos *Quadros da Natureza* a partir da terceira edição da obra [1849].

¹² "Em Goethe", diz Silveira, "a associação entre arte e ciência, quando tratadas em conjunto no mesmo trabalho, só acontece na perspectiva artística, visto que é este universo o espaço de representação superior, capaz de conformar o discurso científico de uma maneira simbólica. Com Humboldt o processo é diferente. Ele também considera a arte como uma forma de representação simbólica capaz de completar e apresentar pela medida intuitiva o invisível no visível, bem como aglutinar em unidade o que de outra maneira não seria possível. Não obstante, a tarefa aqui é produzir essa integração numa obra científica" (2012, p. 361-362).

¹³ Hartshorne aponta no entanto outros dois "geógrafos" contemporâneos a Humboldt que faziam uso científico da descrição paisagística, Hommeyer e anteriormente G. Forster. Acerca da relação com Forster com quem Humboldt realiza sua primeira viagem de exploração científica em 1790, Hartshorne comenta: "*Na realidade, pode até ser questionado se Humboldt teria se tornado um geógrafo se não fosse por Forster, seus posteriores trabalhos geográficos eram amplamente dependentes das ideias de Forster; mas os antecedentes deste último desconhecemos*" (Hartshorne, [1939] 1951, p. 30 - tradução nossa). A similaridade do título da obra mais importante de Forster (*Ansichten vom Niederrhein*, [1791]) com o *Ansichten der Natur* humboldtiano, sugere uma influência bastante próxima. Talvez Silveira tinha a intenção de chamar a atenção para a inovação "estratégica" da paisagem em Humboldt, isto é, a entrada em sua ciência como elemento chave para sua base filosófica.

a forma da paisagem no *Quadros*, longe de esvaziar os preceitos estéticos da pintura, reiterava aquele seu desejo para a obra, de revestir sua ciência com arte. Isso porque a utilização daquela noção de paisagem advinda da arte pictórica possibilitava a ele que o empírico fosse, ao mesmo tempo, o pitoresco; que o olhar do naturalista que esquadrihava as formas naturais, adquirisse também uma postura contemplativa, sintetizadora, neste sentido; permitindo que as descrições das formas naturais não as reduzissem como simplesmente resultantes de forças mecânicas, mas abrissem caminho para que a imaginação do leitor seguisse às "*mais elevadas aspirações*", como gostava de dizer, à "*dedução das leis empíricas*", "*das forças harmônicas que animam o mundo*".

Já o caso de Goethe é bastante diferente. Em seu primeiro romance *O sofrimento do Jovem Werther* (de 1774), a natureza se apresenta marcando os sentimentos da personagem como um "*espírito de ilusão*"; as formais naturais o atraem, fazem-no "*voar*" em direção a elas, mas, no contato, quando Werther vê-se frente aos objetos naturais acha-se a impossibilidade da "*mistura*", a personagem vê o "*engano*" - "*Ai!*" - fazendo sofrer ainda mais o atormentado Werther¹⁴.

A forma como a natureza é representada nesta obra de Goethe, diz-se, alinhava-se, ou então foi enquadrada, ao movimento *Sturm und Drang* (*Tempestade e Ímpeto*), que via-se impelido numa formulação sobre o mundo sensível em contraposição ao mecanicismo e ao racionalismo (Silveira, 2012 e Caldas, 2007). Para o *Sturm und Drang*, em linhas gerais, conforme um mal-afamado manual do movimento, a natureza deveria ser tratada pela valorização do sentimento, como uma "*força caótica, misteriosa e imprevisível*" (*As Belas Artes*, Sulzer apud Silveira, 2012, p. 236).

¹⁴ "É admirável, quando a princípio vim aqui e de um dos outeiros contemplava este belo vale, como eu era atraído por todas as coisas que via à roda de mim. Daquele lado, o bosque me atraía: que eu não possa misturar a minha sombra com as sombras dele! Deste, o cume das montanhas: oh! que não me seja possível ir ali para descobrir toda a extensão do país! [...] Eu voava a todos estes lugares e voltava ao mesmo ponto, sem ter satisfeito minha expectativa. Ai! a distância assemelha-se ao futuro! Uma massa enorme de trevas existe constantemente diante de nossa alma; a ideia voa ali e se engana bem como nossos olhos; nós ardemos no desejo de transportar àquele lugar toda nossa existência, para nos enchermos de uma única sensação deliciosa e capaz de produzir efeito em todas as nossas faculdades. Ai! depois de muitos esforços para conseguir isto, quando o futuro se torna presente, tudo fica no mesmo estado; nós permanecemos na mesma miséria, o mesmo asilo nos cerca e a nossa alma suspira em vão pela felicidade que acaba de fugir-lhe" (Werther in Goethe, [1774] 2006, p. 50-51).

Com o grande sucesso de Werther por toda a Europa - que levou muita gente a imitar a personagem em suicidar-se - Goethe se muda para Weimar a convite do governador do ducado de Saxe-Weimar-Eisenach. Alguns anos depois, cansado de seu trabalho na administração pública, faz sua primeira "*Viagem à Itália*", que resultaria numa publicação de mesmo nome na forma de um diário epistolar (1813 a 1817). Naquela obra o aspecto da natureza se transforma, ele supera o que tanto atormentava Werther. Mas ao se desvencilhar daquela compreensão da natureza (no qual o contato com as formas naturais no presente é tormento - afastando-se do *Sturm und Drang*) Goethe ainda mantinha uma recusa radical à compreensão formal newtoniana, como comenta Besse:

[No *Viagem à Itália*] tudo se passa como se a natureza, ao invés de ser entendida como uma unidade formal e legitimidade exterior dos fenômenos, fosse percebida em sítios privilegiados onde ela se concentra, onde ela contrai sua verdade para um olhar atento. A natureza torna-se visível na paisagem, não em sua objetividade científica (uma natureza newtoniana), mas como uma imagem, onde o sujeito pacificado reencontra uma natureza pacificada. A paisagem, o mundo do olhar, reconcilia as faculdades (razão e sensibilidade) separadas pela ciência. A contemplação e o gozo se encontram. Mas, nesta serenidade aguardada, é uma sensibilidade de aspecto cambiante que desempenhará o papel principal: porque a harmonia não é um objeto, e só pode percebê-la na paisagem o olhar com um sentimento aberto aos acordes íntimos que religam o homem ao mundo (Besse, 2006, p.48).

Durante sua permanência na Itália, Goethe entra em contato com J. Philipp Hackert (1737-1807) e vê de perto as pinturas de paisagem de Claude Lorrain (1600 - 1682), Salvador Rosa (1615-1663) e Nicolas Poussin (1594-1665). Lá também Goethe inicia formulações que colocam em outro plano a experiência das qualidades sensíveis frente a natureza, impulsionando seus estudos morfológicos, suas teorias para o estudo das plantas, da luz e das cores¹⁵.

Como Goethe comenta, na Itália ele se "*entrega à impressão dos sentidos*"; as paisagens italianas representadas nas pinturas despertam o "*olhar do pintor*" em sua maneira de ver o mundo.

As variadas formas que a natureza apresenta, dizia Goethe, "*tinham me alargado a alma, tinham-lhe apagado as rugas*"¹⁶.

¹⁵ Respectivamente, a *Metamorfose das Plantas* ([1790] 1997) e *Doutrina das Cores* ([1810] 1993).

¹⁶ Tanto Besse (2006) quanto Caldas (2007) sugerem a ideia de que, considerando Werther como seu *alter ego*, há uma similaridade também quanto ao gênero comum às obras (um diário epistolar) e na

Foi apenas quando cheguei a Roma que compreendi que não entendia nada de arte; que até então não tinha admirado e degustado nas obras de arte outra coisa senão o reflexo geral da natureza. Aqui se revelaram a mim uma natureza diferente, uma perspectiva artística mais vasta; diria mesmo que tive a impressão de não poder perceber o fundo do mistério da arte que dirigia meu olhar, com o mesmo prazer a que me habituara ao escrutar os mistérios da natureza. Eu me abandonei às impressões dos meus sentidos e foi assim que visitei Roma, Nápoles e a Sicília [...]. Essas grandes cenas da natureza tinham me alargado a alma, tinham-lhe apagado as rugas; aprendi a compreender a dignidade da pintura da paisagem, vi Claude e Poussin com outros olhos (Carta ao duque Charles-Auguste, de 25 de janeiro de 1788, Goethe apud Besse, 2006, p. 50).

Assim, ele tenta aplacar o desespero de Werther entendendo que na natureza, na aparência da diversidade, na renovação de suas formas, subjaz uma identidade a ser extraída. Quando Goethe se entrega ao olhar do artista, especialmente influenciado pelas pinturas de Claude Lorrain, a natureza se-lhe “*oferece*” à visão como “*paisagem*” (Besse, 2006, p. 58). Nas palavras de Goethe, como um “*instante de valor infinito, porque ele é o representante de toda uma eternidade*”. Besse sugere que a paisagem se coloca para Goethe da mesma forma em que ele pensa o “*verdadeiro símbolo*”, “*aquele em que o particular representa o universal, não como ilusão ou imagem, mas como revelação viva e instantânea do inexplorável*” (Goethe apud Besse, 2006, p. 58).

Goethe parece construir essa ideia, num duplo sentido, como uma busca ideal para a disposição do olhar, mas também concretamente em seu projeto de procurar a “*planta primordial*” (*Urpflanze*); que pelo que parece buscou por toda a vida sem sucesso. No entanto, no que cabe a Humboldt, interessa-nos notar esse duplo sentido: a intencionalidade da disposição artística do olhar para uma busca. Em Humboldt isto conviverá também com definições de “*leis empíricas*”, pois permitiria, através da representação estética de um instante do fenômeno natural, a comparação.

Mas para atingir aquele “*alargamento da alma*” que Humboldt, a seu modo, se referiria como “*sentimento de Natureza*”, havia para Goethe uma postura própria, um olhar diferenciado e um ponto de vista adequado para a *Ansichten* da natureza.

À tarde, fomos visitar o vale fértil e agradável que, a partir das montanhas do sul, se estende até Palermo, e através do qual serpenteia o rio Orieto. Também essa paisagem, se se deseja transformá-la num quadro, demanda um olho de pintor e

transformação da personagem durante a experiência de viagem, nesse sentido não é apenas a natureza que se modifica mas na relação com ela, o próprio olhar da personagem.

uma mão hábil; e Kniep de fato logrou encontrar um ponto de vista adequado: a água represada a escorrer de um dique semidestruído, à sombra de um alegre grupo de árvores e tendo, ao fundo, a vista livre do vale a subir e algumas construções rurais (Goethe [Palermo, 4 de abril de 1787], 1999 [1813 a 1817], p. 277 - grifos nossos).

Neste trecho de uma carta de Goethe que compõe o diário epistolar de sua *Viagem à Itália*, percebe-se alguns procedimentos para a composição da pintura de paisagem: um olhar treinado, a técnica artística, um posicionamento adequado e motivos pitorescos, que poderiam variar. Estes motivos, que aqui são "*agradáveis e alegres*" - isto é, objetos do sentimento do belo - são dispostos na composição destacando-se de uma vista que se espraia no horizonte.

Assim, também a expressão artística, na representação duma área num quadro, via-se diante da questão da melhor maneira de expor na representação o objeto percebido; encontrava-se às voltas com o problema de como representar harmonicamente uma vista na unidade da composição? A representação pictórica de longa data já lidava com o mesmo problema que Humboldt enfrentaria e mesmo no início do XIX já haviam postulados estéticos, leis da representação para contornar a questão.

O pintor, que utiliza todos os meios que a arte põe à sua disposição, pode estabelecer vários planos, de forma a pôr em relevo certas figuras que considera como principais, em relação a outras, e dispõe, além disso, para obter o mesmo efeito, da iluminação e da cor. A disposição das figuras resultará perfeitamente natural: as principais não serão colocadas aos lados e as secundárias não o serão em locais demasiado proeminentes; do mesmo modo a luz mais forte será projetada sobre os objetos que fazem parte do conteúdo principal e que serão pintados com as cores mais vivas (Hegel, [1835] 2010, p. 260-261 - grifos nossos).

Como vimos também Hegel, a seu modo, trataria da mesma questão. Eram algumas interpretações formais (filosóficas) sobre a problemática da composição, que Rousseau já chamara de "*constituição do discurso*" ([1750] 1999). De qualquer forma, podemos notar que também o olhar do pintor não era livre de um *modus operandi* próprio, regrado e técnico, para conseguir lograr uma composição harmônica. Ele também a partir de seu olhar deveria criar uma hierarquia dos elementos mais importantes a seres representados, obviamente deixando outros tantos de lado.

Figura 1 - *Landscape with narcissus and echo* (Claude Lorrain, 1644)

Parece-nos apropriado considerar que o procedimento da composição da pintura de paisagem seguia a operação de isolar a representação de seu contexto destacando, a partir de um olhar intencional, seus conjuntos significativos para que assim fosse possível a representação no quadro de uma unidade harmônica (Besse, 2006, p. 46).

Por esse caminho, podemos pensar que Humboldt seguiu este mesmo procedimento da pintura de paisagem para a composição do *Quadros*, e assim estaríamos, convenientemente, entrando em acordo com Vitte & Silveira, quando afirmam que "*seus 'Quadros da Natureza' poderiam ser equiparados a uma pintura linguística da paisagem*" (2010, p. 12). Justamente porque, para compor a desejada unidade harmônica na obra, Humboldt também teria de isolar a representação (o espetáculo de uma natureza grande e selvagem) de seu contexto, destacando seus conjuntos significativos para realizar sua composição, para constituir seu discurso harmônico. Mas neste caso o contexto não precisa ser tomado apenas como o espaço americano, pois nos interessa considerá-lo também como contexto social e histórico, em outras palavras, o contexto da representação do *Quadros da Natureza* era o território colonial espanhol em meio à crise do Antigo Regime. Desta forma, a "*difícil tarefa*" de Humboldt anunciada no prefácio da obra não era algo que se limitava à uma problemática de composição alheia ao processo histórico e social; afinal o Barão não teve de lidar somente com o problema de como compor uma unidade harmônica através de suas descrições, ou apenas como transmitir sua experiência de viagem, mas também teve de selecionar o que transmitir.

Justamente por isso, não nos parece ser o mais apropriado pensar a paisagem no *Quadros da Natureza* como muitas vezes encontra-se postulado pela ciência geográfica, isto é, como "*seção da realidade ingenuamente perceptível*" (Sauer, 1998, p. 15). Ao se colocar como síntese estético-científica, a noção de paisagem em Humboldt traz para si, como aspecto essencial, o problema da composição harmônica, da perspectiva (*Ansichten*), e portanto de uma particular mediação subjetiva para a "*reconstrução*" de uma dada concretude. Tomar sua descrição como forma objetiva de representação nem mesmo a Humboldt lhe pareceria correto.

Além disso, ao lidar com o problema de como apresentar a colônia, aquela particular mediação subjetiva haveria de apresentar a si mesma de alguma forma. Em outras palavras a narração das descrições paisagísticas deveria assumir características

próprias, que não eram nada ingênuas - aliás no debate estético da época essa discussão se apresentava nos termos kantianos do "gênio", o oposto do ingênuo.

A menção a Sauer serve para mostrar a particularidade histórica da formulação humboldtiana, bem anterior aos postulados positivistas da geografia institucionalizada.

Com isto, também chamamos a atenção para o problema da vinculação direta da maneira como entendemos a paisagem hoje com aquela da época do Barão. Mas antes de com isto querermos nos aproximar de seu real significado, interessa-nos mais mostrar que a forma que a paisagem em Humboldt, enquanto discurso, se relaciona com o processo social é totalmente distinta. A definição de paisagem em Sauer se vincula a um outro momento de inserção social do pensamento científico sobre a paisagem, já na consolidação pós-Guerra da institucionalização da ciência geográfica nos EUA. Não deixa de ser curioso, no entanto, que a paisagem que fora concebida desde sua origem científica como forma deliberadamente estética de representação, como produto de uma composição, de um olhar intencional, seja hoje muitas vezes compreendida como forma natural de observação do recorte espacial; a exemplo de outros tantos geógrafos contemporâneos no estudo morfológico de Sauer a paisagem já está, para ele, completamente liberta da forma estética¹⁷.

Mas, por sua vez, a narração humboldtiana (como tal intencionalmente estética) para realizar seus preceitos estéticos teve de deitar fora da descrição as diversas mediações sociais que se estabeleceram na viagem do Barão à colônia, para que os quadros do espaço colonial espanhol pudessem surgir como "*um teatro selvagem, onde se exhibe livremente a vida dos animais e das plantas*" (1952 [1808], p. 10).

Quando consideramos a paisagem humboldtiana nos *Quadros da Natureza*, como uma composição, enquanto constituição de um discurso particular e intencional,

¹⁷A proposta da *Morfologia da Paisagem* de Sauer é que, como uma categoria central de seu método empírico, a paisagem funciona como um "sistema puramente evidencial - sem qualquer ideia preconcebida que diz respeito ao significado de sua evidência, pressupondo somente a realidade da organização estrutural [...] sendo [esta] objetiva e livre de valores." Temos aqui uma compreensão positivista da forma paisagística, diferentemente de Humboldt, para quem a paisagem se torna objetiva apenas na medida em que é representada na forma da obra de arte. Esse entendimento de Sauer se reflete, e não poderia ser diferente, na forma como compreende o observador do recorte paisagístico. Segundo ele "o elemento pessoal da descrição só fica sob um controle limitado, tudo que pode ser esperado é a redução do elemento pessoal pela concordância com uma forma predeterminada de pesquisa, o que será lógico" (Op. Cit., p. 27).

temos que a "mão hábil" do pintor, de que Goethe falava para a composição de uma pintura de paisagem, funciona no *Quadros* como a habilidade do autor construindo uma narração.

As palavras de Goethe parecem ter sido seguidas à risca por Humboldt:

Para que [a natureza] seja aproveitada e desfrutada [...] o escritor deve falar e apresentar os fenômenos aos ouvintes como num texto em que uma parte deles vem até nós sem que os busquemos, enquanto a outra parte pode ser vista mediante dispositivos deliberadamente construídos para esse fim; só então comentários, interpretações e esclarecimentos produzirão um vivo efeito (Goethe, [1810] 1993, p. 41).

A estrutura de cada livro do *Quadros* mantém exatamente este ordenamento elencado por Goethe: a tentativa de uma narrativa descritiva que evoca a experiência da natureza, o aparecimento no texto de "*dispositivos deliberadamente construídos*" (como a personagem do viajante presente no livro), e, posteriormente, comentários, interpretações, ou, ao modo de Humboldt, "*éclaircissements scientifiques*".

Mas há na paisagem de Humboldt aspectos que Goethe não formulara, ou deixara em aberto, pois Humboldt desenvolve aquela noção de paisagem advinda da arte pictórica e a desdobra numa obra que se propõe a pensar a "*fisionomia da natureza*" (1952, p. 288), uma "*geografia regional geral*" - "*allgemeine Länderkunde*" (1952, p. 4, 1849, p. 14) - e ainda a "*estrutura do corpo terrestre*" (1952, p. 124). Humboldt se apropria das ideias de Goethe e ao mesmo tempo se distancia delas.

Mas para considerar a particularidade da composição de paisagem nos *Quadros* interessa-nos pensá-la não apenas em seu aspecto filológico¹⁸ justamente porque nos interessa ver em que medida a paisagem em Humboldt representa uma relação empírica que se estabeleceu com sua experiência de viagem.

Seria demasiadamente problemático desconsiderar, e isso Silveira (2012) mostrou bem, que foi a partir de um amplo referencial e em meio a um grande debate estético, científico e filosófico que Humboldt escreve suas obras. No entanto, sua

¹⁸ Isto é, como "*resposta ao debate ontológico-metafísico*" dentro do qual se envolviam "*a ciência, a estética e a filosofia na passagem do século XVIII para o século XIX*" (Silveira, 2012). Trataremos deste debate ao longo deste capítulo. Grosso modo, é o debate que se estabelece principalmente a partir das críticas kantianas. A tese de Silveira oferece diversos elementos para a compreensão da paisagem humboldtiana dentro no plano das ideias científicas, estéticas e filosóficas. "A passagem do século XVIII para o século XIX [...] guarda um amplo legado de transformações estruturais nos diferentes segmentos considerados por Humboldt, quer dizer, guarda profundas e importantes transformações e ressignificações no campo da estética, da ciência e da filosofia" (2012, p. 6). O que estamos sugerindo é que Humboldt também considerou outro "*segmento*", a saber, o mundo colonial na passagem do século XVIII ao XIX.

paisagem, como produto de uma composição, procurava representar algo, e para tal se apropriava através dessas e de outras mediações do dado empírico. E talvez seja ainda mais problemático nos dias de hoje desconsiderar que este dado empírico era o mundo colonial. Assim, sugerimos que pensemos sua paisagem na relação (filológica, mas também social e histórica) que se estabelece para sua composição.

Poderíamos avançar nesta ideia utilizando um pequeno esquema de Raffestin, que sugere pensar a "*representação*" de um local, simultaneamente, como uma "*apropriação*" (1980, p. 143), um ato que guarda uma relação de poder e que se insere num processo de territorialização.

Para Raffestin:

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1980, p. 144).

Antes de mais nada, cabe-nos então perguntar como é esta *representação* humboldtiana? Se, como vimos, a obra de Humboldt pretendia compor o *Quadros* de maneira a formar uma "*unidade harmônica*" na obra, quais são os dispositivos utilizados por Humboldt para alcançar seu objetivo? Além disso, se é sob a concepção de *harmonia* que se estabelece a relação dos diferentes elementos da representação, como essa concepção mobiliza a relação entre ciência e arte e como ela apresenta o objeto da descrição? Em outras palavras, como a harmonia é orquestrada e como ela apresenta a América? Estes serão os temas dos próximos itens.

A FRIA E MORTA PERSPECTIVA DO DESERTO
ou diferentes formas de entender um dissimulado

El desierto implica dos sentidos simbólicos
esenciales: es la indiferenciación principal, o es la
extensión superficial, estéril, bajo la cual debe ser
buscada la Realidad.

Chevalier (1986, p. 410)

Para tentar responder às questões que nos colocamos no item anterior deveremos penetrar um pouco no texto de Humboldt, buscando ver, a partir do que ele narrou, como ele retransmitiu sua experiência de viagem na obra.

Para tal, daremos mais atenção ao primeiro livro do *Quadros (Sobre Estepes e Desertos)* por entendê-lo como aquele no qual a descrição pitoresca da *paisagem* tem um sentido que dialoga de forma mais evidente com o seu desejo para a obra: a revelação da harmonia do mundo. Justamente por carregar esta tarefa, a paisagem no *Quadros da Natureza* apresenta-se em constante dinamismo, afinal, se a harmonia é proposta como uma revelação, a dimensão de uma sucessão que leva a ela (e o desdobramento necessário que isto implica na exposição) faz parte do pressuposto de sua composição. Assim, mesmo no primeiro livro do *Quadros da Natureza* diferentes perspectivas são mobilizadas, a paisagem é apresentada do alto e de uma vista horizontalizada, o cenário também se modifica numa sucessão de tempos geológicos de formação da área, numa sucessão dos ciclos naturais das estepes, mas também numa sucessão histórica de sua ocupação; as estepes ganham personagens e a partir de todas essas transformações surgem questões que levam a discussão humboldtiana a outros patamares, de uma discussão que constrói a relação daquelas estepes com as forças da natureza agindo em todo o planeta.

O livro "*Sobre estepes e desertos*", que abre o *Quadros da Natureza* de Alexander von Humboldt, inicia-se com a aproximação ao local que será o centro das atenções do autor: as estepes venezuelanas ou os *Llanos*. Humboldt viajou por lá ao lado de seu companheiro de viagem Aimé Bonpland de 7 de fevereiro a 27 de março do ano de 1800; até então sua viagem pela América se resumia ao território percorrido

dentro da *Capitanía General de Venezuela*, mais especificamente a *Província de Caracas* e de *Cumaná*, onde havia desembarcado em 16 de julho de 1799.

Veremos, na análise deste livro do *Quadros* como a paisagem, ou seja, a representação estética dos *Llanos*, encaminha o leitor à necessidade de um contraponto: uma perspectiva deliberadamente científica, visando com isto uma relação harmônica entre arte e ciência. Este movimento de que falamos dirige-se portanto a um momento em que ocorre o abandono da forma estética, o descarte da paisagem pitoresca, trazendo a noção de *fisionomia* que insere a paisagem dentro de um concepção formal da estrutura do globo terrestre¹⁹. Assim trataremos deste movimento e mais particularmente deste abandono, o abandono da particularidade *llanera* para a revelação harmônica.

Antes de mais nada cabe dizer que visamos com isto encaminhar nossa análise sobre a paisagem humboldtiana suscitando questões que devem problematizar a forma pela qual ela foi, grosso modo, interpretada pela ciência geográfica, para quem a descrição humboldtiana trata apenas de formas naturais e que, por isso, pouco tem a dizer acerca de formas sociais e históricas da colonização.

Justamente porque propomos o oposto, uma vez que tentamos ver esta particularidade da paisagem das estepes também como particularidade histórica e social da territorialização dos *Llanos da Província de Caracas*, a análise da obra nos suscita sempre novas perguntas que tornam necessárias a apresentação da revisão da bibliografia especializada.

Junto das montanhas de granito, que desafiaram a erupção das águas, ao formar-se na mocidade da Terra, o mar das Antilhas, [assim inicia-se o *Quadros da Natureza*] começa uma vasta planície que se estende até se perder de vista. Se, depois de atravessar os vales de Caracas e o lago Tacarigua, semeado de numerosas ilhas, e no qual se refletem os plátanos que lhe assombream as margens, se passar pelos prados onde brilha a verdura clara e suave das *canas de açúcar* do Taiti, ou se deixar para trás a sombra densa dos bosquezinhos de *cacau*, a vista dilata-se e descansa para o sul sobre as estepes as quais parecem ir-se levantando gradualmente e desvanecer-se no horizonte (Humboldt, 1952, pg. 5 - grifos nossos)²⁰.

¹⁹ Chamamos esta concepção de formal pois nela não está presente a descrição do dado empírico propriamente dito. Antes ela trata os fenômenos não nos termos da sensibilidade empírica, mas justamente a partir da abstração dela.

²⁰ Tradução nossa, original: Au pied de la haute montagnes de granit qui, dans le jeunesse de la terre, lors de la formation de la mer des Antilles, bravèrent l'irruption de eaux, commence une vaste plaine qui s'étend à perte de vue. Si, après avoir dépassé les vallées de Caracas et le lac Tacarigua, parsemé d'îles nombreuses, dans lequel se reflètent les bananiers que en ombragent les bords, on traverse les

Se, por um lado, a aproximação aos *Llanos* se dá pelo mar das Antilhas, por onde Humboldt havia chegado para visitar o local, a narrativa do *Quadros* abre mão da forma corriqueira do relato da viagem para reconstruir essa aproximação. Em sua outra obra a *Relation historique* ([1814, 1819, 1825] 1985), a chegada aos *Llanos* se dá através de diversos percalços: tendo Humboldt e Bonpland que superar burocracias coloniais, problemas das vias de acesso, relações tensas com guias, com escravos fugidos, com pilotos de barcos, etc.

No *Quadros*, porém, a narrativa se constrói acima de tudo isso, exatamente "Sobre" as estepes e os desertos coloniais. Mas mesmo do alto, como que num "sobrevoo", o olhar revela diversos aspectos daquele território. Ele "deixa para trás" as plantações de cana de açúcar e de cacau (na época umas das principais atividades da região costeira da *Província de Caracas*), para poder repousar o olhar num espaço desértico, aparentemente desabitado.

Como comentou Ette, a "*escrita humboldtiana*" apresenta por vezes as cenas sem um "*eu narrado*" e sem um "*eu narrador*"; o leitor encontra-se face a uma "*instância narrativa*" que recorre ao olhar, e através dele ordena, a partir de um elevado observatório, a apresentação dos fenômenos (1999, p. 34).

Conduzindo o leitor às "*vastas planícies*", a instância narrativa se introduz no texto na mesma medida em que recupera a formação natural da região na "*mocidade da Terra*". Aparece ao leitor, "*junto das montanhas de granito*", com o mesmo poder daquela formação natural, perante a qual só mesmo sua palavra se equivale. Descorporificada, ela está também aparentemente desligada de qualquer estrutura social. Paralelamente, sua aproximação ocorre como que "*sobrevoando*" a colônia²¹.

No local que será o centro dos olhares da narração surge uma personagem, sob a forma de um genérico e solitário viajante:

prairies où brille la verdure tendre et claire des cannes à sucre de Tahiti, ou si on laisse derrière soi l'ombrage sombre des buissons de cacao, les yeux se reposent au sud sur des steppes qui semblent s'élever graduellement et s'évanouissent au loin avec l'horizon (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. 1).

²¹ Tomamos emprestado a ideia de Lúcia Riccota Pedras, na análise deste mesmo trecho do *Quadros*: "O olhar continua a pairar numa espécie de sobrevoo da planície vasta e, assim, pode identificar os vales, cujas margens parecem sombreadas, a claridade, a suavidade da vegetação dos prados e a densa concentração de árvores de cacau. [...] termina o trajeto de sobrevoo que equilibra os vários aspectos e fixa o conjunto numa forma ajustada pela empunhada firme do olhar. A paisagem que nasceu daí é resultado de uma previsão abstrata da construção do 'quadro'" (Pedras, 2000, p. 105). Ela irá chamar a contraposição do "*olhar de sobrevoo*", "*olhar tátil*", que aqui entendemos como a perspectiva da personagem "viajante".

Arrebatado, de súbito, a todas as riquezas da vida orgânica, o viajante fica surpreendido ao penetrar nesses espaços sem árvores, que mostram apenas indícios de vegetação. Nem uma colina, nem uma rocha sequer, que se destaque, como uma ilha, no fundo da planície sem limite. Apenas algumas camadas horizontais se levantam rotas aqui e ali sobre o solo que as rodeia, e cobrem superfícies de quinhentas léguas quadradas (Humboldt, 1952, p. 5)²².

Mas quem é "*o viajante*"? Da onde ele veio? Acerca disso não há nada dito - tudo está subentendido. Mas quando o olhar finca os pés no terreno, a vista horizontalizada (a que Pedras se refere como "*olhar tátil*") torna-se subitamente estranha, dando indícios que ele realmente não é de lá.

O local surpreende o viajante, a paisagem o atinge arrebatando também o narrador²³. O olhar de sobrevoos da narração encontra nas estepes a perspectiva do viajante e ambos se fundem numa única, que contempla agora uma paisagem que se apresenta aqui livre das marcas coloniais: nela mesmo a vegetação se mostra apenas como indício, não há "*nem uma colina, nem uma rocha sequer*"; é a imagem de um vazio, de um vazio que se estende a perder de vista naquela "*planície sem limite*".

Mas, paradoxalmente, daquele vazio surgem vozes indígenas, cujos corpos estão ausentes na descrição.

Os naturais do país chamam *bancos* a essas camadas, expressando assim, por acaso ou pressentimento, o antigo estado das coisas, naquele tempo em que essas estepes eram o leito de um vasto mar interior, cujos baixios seriam tais eminências (Humboldt, 1952, p. 5 - grifos do autor)²⁴.

²² Enlevé subitement à toutes les richesses de la vie organique, le voyageur pénètre avec surprise dans ces espaces sans arbres, où il rencontre à peine quelques traces de végétation. Pas une colline, pas une roche qui se détache comme une île du milieu de cette plaine sans limite. Seulement çà et là quelques couches horizontales fracturées s'élèvent sensiblement au-dessus du sol qui les entoure, et couvrent des surfaces de cinq cents lieux carrés. (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. 2).

²³ Trabalharemos a partir da sugestão de Ette (1999) com alguns níveis para pensar a composição do *Quadros da Natureza*. O primeiro deles diz respeito à "instância autoral", à forma escolhida por Humboldt para a composição da obra. Num segundo nível, há a "instância narrativa" ou a narração, a forma escolhida pelo autor para lidar com a problemática da apresentação dos elementos internos à obra (a relação entre ciência e arte e os objetos da descrição); num terceiro nível, há as personagens que surgem submetidas à narração, descritos como parte da cena. No entanto, entre todos os personagens que veremos, se destaca a personagem viajante, pois ao contrário dos demais, não está diretamente vinculado à dinâmica natural da paisagem. Ora, ele faz parte do cenário como objeto da cena visualizada, ora ele é ativo na construção do cenário, tendo sua perspectiva fundida à da instância narrativa. O viajante se destaca como uma personagem pois sua perspectiva também é responsável por evocar a impressão da experiência empírica.

²⁴ Les indigènes nomment ces couches des bancs, exprimant ainsi, par hasard ou par divination, l'ancien état des choses, du temps où ces steppes formaient le lit d'une vaste mer intérieure, dont éminences étaient les bas-fonds (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. 2).

Talvez os *naturais do país* não fossem "*conjuntos significativos*" pois ao que parece o viajante ouve suas vozes, mas a narração não nos diz de onde elas vem. Além disso, tudo o que o viajante ouve se coagula numa única palavra, proferida na própria língua (europeia) da narração: "*bancos*" ("*bancs*", "*Bänke*"); em meio àquelas "*quinhentas léguas quadradas*" não fica claro de onde veio aquele som²⁵.

Assim, da potência da descrição imagética de um deserto, de um vazio territorial, surgem vozes silenciadas; indícios ou vestígios de um antigo estado das coisas naquelas estepes.

No artigo de Pedras (2000) sobre "*o modo descritivo*" do *Quadros da Natureza*, a autora nota como a ideia do vestígio opera no interior da "*descrição científica da paisagem*", como fonte por meio da qual se torna possível a reconstituição do fragmento do objeto natural²⁶.

Este caráter que Pedras nota na ideia do vestígio é bastante esclarecedor quanto ao modo em que a descrição humboldtiana trabalha para a reconstrução dos cenários naturais. A partir dos vestígios da vegetação Humboldt irá pensar o passado geológico dos *Llanos*.

Esse tempo geológico remetido por Humboldt na descrição da paisagem *llanera* também é abordado por Ette como elemento de um "*o esquema básico do ensaio literário-científico [humboldtiano]*" que "*se desenvolve numa diacronia que começa com a formação da rocha na 'juventude', quando as 'imagens da pré-história se despertam'*" (1999, p. 37).

Ette, no entanto, irá argumentar da relação possível de ser feita dessa descrição "*científico-geológica*" com "*dissimuladas*" referências ao Gênesis²⁷.

Tomando emprestado a ideia dos dois autores, pensamos ser possível trabalhar com a ideia de vestígio tendo outras intenções, a saber, suscitadora de relações

²⁵ Mesmo no texto original a designação indígena (citadas respectivamente nos parênteses em francês e alemão), aparece em língua europeia.

²⁶ A autora cita inclusive um trecho do volume II do *Quadros*: "O naturalista (...) pode às vezes operar (...) verdadeiras maravilhas; e acha, na observação de um fragmento que na aparência é informe (...) uma folha, por exemplo, cujo conhecimento lhe permite a reconstrução perfeita de todo vegetal de que seu fragmento fazia parte" (Humboldt apud Pedras, 2000, p.108-109).

²⁷ Para Ette o início da narração das Estepes no *Quadros* guarda ironias com a seguinte passagem do Gênesis: "*el primer día de la creación Dios crea una bóveda para separar las aguas que hay debajo de las que hay encima; el segundo día separó la tierra del mar: 'Dijo Dios: produzca en la tierra la vegetación: hierbas que den semillas y árboles frutales que den fruto, de su especie, con su semilla dentro sobre la tierra. Y así fue'*"(1, 11, apud Ette, 1999, p. 38).

históricas na narração humboldtiana. Mas estas relações não se constroem apenas num diálogo com textos sagrados ou com escritos de história natural do século XVIII. As vozes indígenas emudecidas, apenas mencionadas pela instância narrativa, sugerem um “*antigo estado das coisas*”, que estaria remetido na designação indígena.

Justamente por serem proferidas por indígenas sua ocorrência no texto não precisa ser entendida como vestígios apenas para a história de uma formação natural daquelas planícies, podem ser vestígios históricos, portanto, para além da temática da natureza.

Vendo a ocorrência do indígena desta maneira encontramos-nos novamente face à problemática sugerida por Raffestin (1980) - de tomar a representação de um dado local, como um ato que guarda uma relação de poder. Assim, mesmo que a narração se constitua como a voz que substitui Deus, perante a qual toda a representação daquela realidade está submetida, ela não impede que se intrometa no texto alguns aspectos que fogem de uma caracterização das estepes como absoluto vazio ou como pura natureza.

A notícia de indígenas naquela planície sem limite aparece no texto sugerindo a presença de uma deliberada omissão. E isto poderia ser interpretado como um importante aspecto para pensarmos as relações de poder que se estabeleciam no local quando Humboldt empreendeu sua viagem, ao cruzar os *Llanos* da *Província de Caracas*. A presença dessa omissão sugere no mínimo que havia mais alguém com o genérico viajante - talvez algum guia indígena que o acompanhasse.

Assim, vimos até aqui, numa leitura *pari passu* do primeiro livro do *Quadros*, como - num primeiro momento - se configura na obra a *representação* daquela parte do território colonial, dos *Llanos*: uma narrativa que se esforça em dirigir a imaginação do leitor a contemplar do alto a colônia, em seguida procura conduzi-la à perspectiva do viajante.

Através desse procedimento é composta uma paisagem liberta de qualquer forma de ocupação, ao mesmo tempo em que para tal desligue - aparentemente - a observação de qualquer caracterização social. Assim se delineia inicialmente a descrição pictórica do empírico como uma “*concorrência de forças*” entre seus elementos. Isto se verifica na tensão entre o movimento da narração com os diferentes objetos da descrição (por exemplo as plantações de cana e cacau que fazem-na fugir e descansar no vazio das estepes e a voz indígena omitida).

Pedras considera que com essa abordagem literária da representação dos *Llanos*, nas palavras da autora o "*modo pictórico descritivo*" utilizado por Humboldt, o Barão visava construir um "*fraternal encontro do homem com a natureza*" (2000, p. 100).

Sugestiva a afirmação de Pedras. Mas afinal que homem é esse nessa relação e por que a colônia é tida simplesmente como natureza?

Chamamos a atenção para a necessidade de problematizar o que o texto de Humboldt apresenta como imediatamente reconhecível, como algo que simplesmente opõe homem e natureza e que, pela universalidade dessa relação, freia uma discussão da particularidade histórica da relação entre metrópole e colônia já presente neste trecho do *Quadros da Natureza*. A ideia da *fraternité* é histórica e pode inclusive ser compreendida não como algo referente a uma relação harmoniosa, mas como ideologia que pretende resolver um conflito.

Desta forma, enquanto encontro fraternal ou enquanto revelação harmônica, a busca humboldtiana deve ser observada como algo que possui um lastro histórico, e que com seu tempo abre um diálogo, por mais silenciada que estejam as vozes coloniais.

Quando, na sequência, pela primeira vez no texto, faz-se referência ao tempo como algo que se mostra na cena percebida, ou seja, na evocação empírica, a paisagem se apresenta não nos tempos imemoriais "*da mocidade da Terra*". O cenário se torna de certa forma tenebroso, suscitando ilusões terríveis na personagem viajante:

Hoje, contudo, ao chegar a noite, recordamos, por uma ilusão dos sentidos, aquelas imagens de um tempo que passou. Quando o extremo da planície se ilumina com o rápido nascimento ou ocaso dos astros brilhantes, ou a luz trêmula destes se reflete sobre as camadas inferiores dos vapores ondulantes, julgamos ter diante dos nossos olhos um oceano imenso. Como este, as charnecas [sic! estepes] enchem também a alma com o sentimento do infinito, desligam-na da impressão material que produzem os espaços limitados, e elevam-na a mais altas aspirações. Mas tão suave é a contemplação do claro espelho do mar, encrespado pelas ondas inquietas e espumantes, como fria e morta a perspectiva do deserto, semelhante à que apresentaria a crosta escavada de um planeta devastado (Humboldt, 1952, p. 6)²⁸.

²⁸ Souvent encore de nos jours, une illusion des sens rappelle dans la nuit ces images d'un temps qui n'est plus. Lorsque des astres brillants, dans le rapide moment de leur lever et de leur coucher, éclairent l'extrémité de la plaine, ou si leur lumière tremblante se réfléchit dans les couches inférieures des vapeurs onduleuses, on croit voir devant soi un océan sans rivages. Comme l'Océan, les steppes remplissent l'âme du sentiment de l'infini, la dégagent des impressions matérielles que cause un espace

O viajante, ao ser arrebatado de súbito pela perspectiva da planície sem limite, pôde situar seu olhar e identificar na paisagem alguns traços que o remetem a tempos remotos daquele local. Mas, ao chegar a noite, atinge-o uma "*ilusão dos sentidos*". A infinidade da paisagem, que agora não divisa mais seus contrastes, confunde o juízo da personagem. O deserto faz a narração recordar de "*imagens de um tempo que se passou*", a imagem do "*oceano*".

Como chamou a atenção Ette sobre este mesmo trecho, "*ante los ojos del observador aparece neptúnicamente la imagen borrosa de un proceso de sedimentación que se extiende por una época geológica y en el que, en lugar de un desierto pobre en agua, aparece la superficie de los mares*" (Ette, 1999, p. 38).

O autor sugere que, através da dissimulada referência ao Gênesis, Humboldt estabelece a ironia da "*visão da criação terrestre, como fruto de uma ilusão de ótica*". Pois o que se apresenta ao "*leitor é a história da criação dessacralizada*" (p. 38).

No entanto, Ette faz uma outra sugestiva afirmação comentando que a passagem poderia indicar ainda outras metáforas sobre a estepe e o mar: "*ambos espacios en su infinitud atraen al viajero que los cruza y fascinan sus pensamientos y deseos*" (1999, p. 38).

Mas Ette para por aí nesta sua breve problematização acerca dos viajantes que cruzam os mares e os interiores continentais. Não fala mais sobre esse novo fascínio dessacralizado que levou à colonização ultramarina. Não concede aos viajantes nenhuma particularidade histórica e social e mantém aqui aquela generalidade que o próprio texto de Humboldt propõe.

Mas não poderíamos esquecer que no *Quadros da Natureza* há um constante diálogo com outros viajantes; contemporâneos a Humboldt e de momentos anteriores, como conquistadores, missionários, cronistas coloniais, etc.. A figura de Colombo, por exemplo, é bastante recorrente em diversos livros dos *Quadros*.

Mary-Louise Pratt, em seu livro *Imperial Eyes (Os Olhos do Império, 1999)*, aborda o texto de Humboldt sob ângulos diferentes dos dois comentadores citados.

borné, et lui communiquent des aspirations plus hautes. Mais il y a quelque chose de doux à contempler le clair miroir de la mer, ridé par le vague mobiles et écumantes, tandis que le désert est froid et mort, comme peut l'être l'écorce nue d'une planète dévastée (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. 2-3). Pode-se ler a passagem citada também como algo que se refere a uma crítica ecológica da modernização na *Tierra Firme*. O trecho abaixo não deixa dúvidas quanto à essa possibilidade: "Observa-se também que, quanto mais progride a cultura de um país, tanto mais decresce a extensão dos bosques, mais propendem o clima e o solo a tornar-se secos e as plantações de cacau deixam de prosperar" (Humboldt, 1952, p. 34).

Interessa a ela justamente observar a descrição paisagística humboldtiana como "*estratégia discursiva*" de um olhar imperialista sobre o que chama de "*zonas de contato*", isto é, as fronteiras da dominação efetiva da colonização moderna.

Interessa-lhe mostrar em que medida uma viagem científica, como a de Humboldt, foi capaz de "*reinventar ideologicamente a América do Sul*". Trata desse problema chamando a atenção para que no final do século XVIII, isto é, na época em que Humboldt viajava pela América espanhola ocorria uma "*mudança paradigmática*" nas viagens de exploração ao mundo colonial. A partir da metade do XVIII, com cada vez mais força, novas formas de aparecer metropolitanas penetrariam o interior continental, agora sob a roupagem pacífica e inocente das expedições científicas.

De fato, há a possibilidade de várias leituras para o *Quadros da Natureza*, mas duas delas apresentam singular interesse à nossa perspectiva: uma interpretação é que enquanto narrativa da natureza a descrição humboldtiana eclipsa as formas sociais coloniais (como bem mostrou Pratt, 1999); outra leitura sugere que podemos ver nesse eclipse, na narração dos elementos naturais, elementos que se referem inescapavelmente ao processo histórico de um jogo de forças da disputa de um novo momento da exploração colonial.

Com isso em mente, voltemos nossa atenção novamente à citação de Humboldt do *Quadros*. A forma em que se apresenta para ele o tempo é "*Hoje*", e mais, é "*Hoje ao chegar a noite*". "*Hoje ao chegar a noite*" os Llanos são "*frio e morto*". Benigno Trigo, em seu livro *Subjects of Crisis* (1999), sugere que pelo momento histórico em que Humboldt viajou e escreveu, em meio a diversas guerras pelo mundo (tanto no mundo colonial quanto na Europa), o tempo na descrição humboldtiana aparece sempre como uma *penúria* ("*scarcity*") cujas cicatrizes se apresentam recorrentemente na paisagem: quando há a menção ao tempo a América se assemelha à "*crosta escalvada de um planeta devastado*". A este espaço, ao espaço americano no "*tempo de uma penúria*", de uma decadência, de uma crise, Humboldt tinha uma nova promessa: a harmonia.

A DISPOSIÇÃO ARTÍSTICA NO QUADROS DA NATUREZA
ou a indisposição estética do viajante na colônia

Acompanhando o texto do primeiro livro do *Quadros da Natureza* vimos que a narração antes onisciente se misturou à perspectiva da personagem viajante; a paisagem encontrada a faz recordar o tempo que passou; a realidade do deserto *frio e morto* conduziu à traidora imagem da visão do oceano, que por sua vez o remete a um tempo imemorial (geológico) da formação natural da planície. Ambos, deserto e oceano se fundem então em sua "*ilusão de sentidos*". A paisagem se apresentava a ele como uma indefinição, e assim uma ambiguidade se abria ao juízo da personagem: por um lado, a ilusão fá-lo recusar a experiência empírica daqueles "*espaços limitados*" e sua alma se enche com o "*sentimento do infinito*". A ilusão aqui é propulsora das "*altas aspirações*". Mas ela é também atormentadora pois revela um mundo estranho: "*a fria e morta perspectiva do deserto*", "*a crosta escavada de um planeta devastado*".

Humboldt parece fazer uso daqueles "*dispositivos deliberadamente construídos*" (de que Goethe falava) para encaminhar o pensamento do leitor a uma outra forma de representação das estepes. Pois ele indica uma ambiguidade composta na forma de uma encruzilhada que se abre à personagem.

Por um lado a experiência empírica, evocada a partir da perspectiva do viajante, apresentada na forma do pitoresco, possibilitou-o identificar os traços particulares daquela paisagem (sugeriu-lhe inclusive um passado remoto naquelas planícies). Mas tais sugestões acabam por levar o viajante à incerteza frente ao que vê. Ele não pode definir o que foi aquele passado na planície simplesmente a partir de suas impressões sensíveis. Assim, a encruzilhada construída por Humboldt faz a personagem viajante se deparar com os limites do juízo frente à experiência empírica dos fenômenos.

Porém, a encruzilhada que se abre também se coloca ao nível da narrativa, isto é daquela voz onisciente que deverá agora abandonar a perspectiva do viajante e retomar as rédeas do texto.

Como apontou Pedras, o objeto da relação empírica, no caso, os *Llanos* da *Província de Caracas*, tornou-se cognoscível ao ser embalado pela forma pitoresca da paisagem, pela impressão e primeira sensação que o viajante tem dela (2000, p. 111).

Mas pela indefinição que se produziu em sua perspectiva, a instância narrativa, a narração, o abandona, reivindicando um limite para a utilização do tratamento estético, a partir do qual não se poderá trazer um juízo seguro daquilo que se reconheceu, a paisagem da estepe.

A encruzilhada no texto humboldtiano apresenta-se de forma dramática: de um lado "*a crosta escavada de um planeta devastado*", do outro "*o sentimento do infinito*" "*que enche a alma*" ao desligá-la da "*impressão material*".

Assim, nesta encruzilhada, encontram-se aspectos importantes para discutir a forma que Humboldt combinou ciência e arte na obra.

A disposição artística da descrição permite a representação cognoscível do empírico, e pode assim traduzir o território colonial como paisagem pitoresca; mas esse *modus operandi* levou-a à "*ilusão dos sentidos*", a uma *indisposição* da narração do simples tratamento estético. O outro caminho que se abre, "*elevam-na a mais altas aspirações*", um futuro que se abre "*que enche a alma*".

A composição humboldtiana para o *Quadros* queria revestir com arte sua descrição, mas acima de tudo buscava a harmonia, ainda que para isso devesse abandonar o tratamento estético, abandonar a evocação e deligar-se da impressão material dos *Llanos*.

POR UM NOVO MÉTODO DE DISSECAÇÃO DE TRAÇAS *ou o desejo da presença de um Barão eloquente*

Ainda bem antes de Humboldt viajar para as colônias da América espanhola, antes de Goethe ver pinturas na Itália, Immanuel Kant trabalhava num texto onde tratava dos diferentes tipos de prazer que qualquer pessoa, mesmo as que "*carecem de talentos excepcionais*", poderia experimentar.

Era uma sistematização e categorização dos sentimentos humanos que foi publicado sob o título *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* em 1764.

Na primeira seção da obra, Kant se atém à análise dos sentimentos que considera de "*espécie mais refinada*", "*que pressupõe uma sensibilidade de alma*". Advertia, no entanto, que naquela obra estaria "*excluindo o sentimento que se liga a visões elevadas*" (Kant, [1764] 1993, pp. 20-1), atingido por pouquíssimos homens, e

dava indicações que trataria dele em um outro momento (o que fez em sua *Crítica da faculdade de julgar*).

Nas *Observações*, Kant diferenciava o sentimento do belo e do sublime de outros mais corriqueiros: aquele de *"um acomodado, que ama a leitura dos livros porque o induz ao sono; [ou de] um homem astuto que goza quando calcula seus ganhos"*, etc. Para ele, o sentimento do belo e do sublime seriam superiores *"porque se pode desfrutá-los mais demoradamente sem saciedade e extenuação"*, e também *"porque indicam qualidades do entendimento"* (p. 20-1).

Como falamos anteriormente, Humboldt declarou no prefácio do *Quadros* que queria *"tornar disponível ao leitor alguns dos prazeres que, em qualquer alma sensível, causa a contemplação imediata das grandes cenas"*, assim parecia tentar evocar em quem lia estes sentimentos mais refinados de que Kant falava.

Assim, talvez poderia ser dito que predominam nos *Quadros da Natureza*, a descrição da América como o *"insólito"*, ou nos termos kantianos, a América é narrada por Humboldt a partir de *"objetos do sentimento do sublime"*; diferentemente do que se apresenta nas descrições paisagísticas das viagens de Goethe, em que parece predominar *"os sentimentos dos objetos do belo"*.

Como dizia Kant, *"a comoção produzida por ambos os sentimentos é semelhante mas segundo maneiras bem diferentes"*.

Grandes carvalhos e sombras isoladas num bosque sagrado são sublimes; tapetes de flores, pequenas cercas de arbusto e árvores talhadas em figura são belos. A noite é sublime, o dia, é belo. [...] O sublime comove, o belo estimula. O rosto de um homem que experimenta integralmente o sentimento do sublime é sério [...] a intensa sensação do belo anuncia-se por uma irradiante satisfação nos olhos [...] (Kant, [1764], 1993, p. 21-2).

Mas o sentimento do sublime, ainda segundo Kant, podia ter variações, o *"sublime terrível"*, o *"nobre"* e o *"magnífico"*:

O sentimento de sublime é por vezes acompanhado de certo assombro ou também de melancolia, em alguns casos apenas de uma calma admiração e, noutros, de uma beleza que atinge uma dimensão sublime [...]. A solidão profunda é sublime, mas de maneira terrível. Daí as vastas extensões desertas, como o colossal deserto de Chamo, na Tartária, propiciarem sempre a ocasião de povoá-los de sombras medonhas, duendes e fantasmas (Kant, 1993, p. 22-3).

Difícil para uma pesquisa investigar se Humboldt conseguia realizar o que propunha. Se conseguia propiciar a seus leitores os efeitos esperados pela evocação

do sentimento do sublime. Para saber acerca disso teríamos que recorrer talvez aos diários de seus leitores - a pesquisa afinal seria árdua. Imaginemos só, bater de porta em porta em famílias tradicionais de Berlim, de Paris, de Tübingen, Stuttgart, etc.; constrangidos, colocados porta à dentro, teríamos que fazer sala até balbuciar nossa proposta: poderíamos ler os diários de seus antepassados? Poderíamos vasculhar aqueles papéis que se encontram no porão? Provavelmente, seríamos vistos como as traças que já devem ter carcomido aqueles escritos. Entenderiam a nós, dignos pesquisadores, como essas traças que se alimentam daqueles sentimentos particulares confessos em folhas de papel. E se, ainda assim, encontrássemos uma alma sensível que compreendesse nossas dignas intenções, decerto ela não teria tempo ou paciência em ajudar-nos vasculhando o porão. Naturalmente a alma sensibilizada seria atacada por uma renite e subiria novamente à superfície arejada. Assim, se com sorte achássemos em algum diário palavras sobre os sentimentos que a leitura do livro de Humboldt propiciava, certamente os papéis se esboroariam em nossas mãos vestidas com luvas de silicone e ficaríamos a sós com aquelas traças.

No porão, vendo aquele quadro desolador e somente uma traça à sua frente, o pesquisador sorrateiramente iniciaria um inquérito às pobres traças, vendo-se coagido a abrir-lhes seu sistema digestivo (se é que possuem) em busca daqueles sentimentos evocados por Humboldt.

Mas a vida moderna sempre apresenta atalhos para situações sórdidas. E na época de Humboldt já haviam grandes escritores que tratavam dos sentimentos propiciados por sua leitura. Goethe por exemplo o fazia, mas fazia-o dentro de seus romances. Em *As Afinidades Eletivas*, obra na qual Goethe já realiza uma crítica da fruição da paisagem, ele nos oferece um desses atalhos: o diário de uma leitora assídua das obras de Humboldt. É a jovem de destino trágico, Ottilie, que dividia as horas que tinha para si entre a leitura de um livro de Humboldt e a escrita em seu diário. Em um desses momentos resolve conciliar os dois passatempos e escreve sobre o livro que lia:

Digno de veneração é apenas o naturalista que sabe descrever e expor o mais estranho, o mais insólito, com sua cor local, com todo o seu entorno e sempre em seu elemento mais próprio. Como eu gostaria de me ver um dia na presença de Humboldt, ouvindo suas narrativas! (Ottilie apud Goethe, [1809] 2014, p. 224).

A América narrada por Humboldt sob a embalagem da palavra pitoresca é entendida por Ottilie como estranha, esquisita, como algo que não é próprio de seu mundo. Algo que imediatamente ela não compreende de maneira familiar. Isto é, algo que se opõe à descrição do belo. Mas justamente por esta via, narrando a América como insólita, como sublime, ele consegue tocar os sentimentos da jovem, consegue que sua imaginação tenha dimensão do que vivenciou nas colônias.

Mas mesmo Humboldt sendo um naturalista "*digno de veneração*", mesmo que utilize "*a cor local*", mesmo "*com todo o entorno sempre em seu elemento mais próprio*", só mesmo expondo o objeto de sua descrição como o "*mais estranho, o mais insólito*" é que consegue atingir Ottilie e representar as paisagens americanas de forma "*inteligível*"²⁹.

Isto não é um fracasso da descrição humboldtiana. Humboldt declarara que desejava suscitar no leitor "*prazeres que, em qualquer alma sensível causa a contemplação imediata das grandes cenas*", embora no caso de Ottilie a leitura provocara nela o desejo de se "*ver um dia na presença de Humboldt, ouvindo suas narrativas!*". Não seria de bom tom dizer que Ottilie não tinha uma alma sensível, mas junto com o prazer das "*grandes cenas*" do mundo colonial vinha a necessidade de ouvir a figura heroica e eloquente do naturalista. Humboldt conseguia o que queria, pois ele queria revestir sua ciência com arte e não o contrário; a última palavra deveria ser científica, aquela que ordena e não deixa espaço para dúvidas.

Como nota Adorno rapidamente em sua *Teoria Estética*, "Humboldt" teria adotado "*uma posição média entre Kant e Hegel ao aderir firmemente ao Belo Natural, esforçando-se, ao contrário do formalismo kantiano, por concretizá-lo*" ([1970] 2008, p. 88). Ou seja, aquilo que Kant categorizara em 1764 e que desenvolveria mais demoradamente em sua *Crítica da faculdade do juízo* [1790], Humboldt tentava concretizar em 1806.

Na *Crítica da faculdade do juízo*, Kant pretendia encontrar uma maneira, ainda que num plano puramente formal, de conciliar "*a irreduzível oposição entre o pensamento subjetivo e a realidade objetiva*" (Hegel, 2010, p. 76). Depois de haver mostrado com a *Crítica à razão pura* que a metafísica estava ainda viva mesmo na

²⁹ Hegel chamava a atenção em uma de suas palestras que: "Um quadro, e nisto reside o ponto principal, deve [...] representar antes de tudo uma situação, a cena de uma ação. A primeira lei que se impõe a este respeito é a da *inteligibilidade*" (Hegel, 2010, p. 257).

experiência empírica (na medida em que só se concebe os objetos a partir das categorias apriorísticas do sujeito), sua tarefa na *Crítica da faculdade do juízo* era fundamentalmente, grosso modo, propor uma conciliação àquela oposição (entre o mundo interior e exterior do homem).

Naquela obra, Kant "*vê na arte um meio em que se opera a conciliação do espírito abstrato, descansado em si mesmo, com a natureza, quer nas manifestações exteriores quer nas manifestações interiores, afetivas e psíquicas*". A filosofia kantiana, segundo Hegel, "*sentia a exigência desta conciliação e indicava a sua viabilidade*". Para Kant, pelo "*juízo estético*" resultar "*do livre jogo do intelecto e da imaginação*" ele não seria "*produto do intelecto como tal*", não seria simplesmente Razão Pura. "*Livre das leis e finalidades subjetivas [...] o objeto ficaria referenciado ao sujeito e ao seu sentimento de prazer e agrado*" (Hegel, 2009, p. 76-7). Como mostra Hegel, Kant leva ao extremo aquelas considerações acerca dos sentimento de prazer para a proposição, no plano formal, da conciliação entre razão e sensibilidade. No entanto, havia regras para tal conciliação:

O sentimento deve ser completamente desinteressado, quer dizer, não se referir a qualquer desejo. Quando nos guia um interesse tal como a curiosidade, uma exigência material ou o desejo da posse e do uso, os objetos importam-nos não por si próprios, mas por causa do nosso desejo e de nossa exigência. Então, o valor do objeto provém da relação em que está com nosso desejo ou exigência, e essa relação é tal que há de um lado o objeto e do outro uma determinação que lhe é estranha mas que nós lhe conferimos. Quando consumo, por exemplo, um objeto para me alimentar, o interesse que lhe encontro reside em mim e não nele. Ora, segundo Kant, não seria esta nossa atitude perante o Belo. O juízo estético deixa livremente subsistir o que existe fora de si, e provém do prazer que se alcança no objeto como tal, sem que intervenha qualquer outra consideração e atribuindo ao objeto um fim em si (Hegel, 2009, p. 77 – grifos nossos).

Assim, segundo Kant, via Hegel, se a Natureza é sentida no sujeito como Beleza por meio do juízo estético, poderia ser aceita uma finalidade que não vem das finalidades puramente subjetivas, "*mas da íntima correspondência entre o exterior e interior*" (Op. Cit., p. 79).

Para Kant, quando se dá a experiência da beleza do sol, por exemplo, não há nenhum interesse subjetivo mobilizado, não está em jogo se o sol fornece energia para aquilo que alimenta o homem, por exemplo. É na realidade o sol que age no homem, manifestando-se através da experiência do Belo.

Vale notar que há uma diferença qualitativa entre a experiência do Belo e o sentimento do belo, a experiência do Belo é a conciliação kantiana, o sentimento do belo ou o sentimento do sublime são, segundo Adorno, "*flutuações na experiência do Belo Natural*" ([1970] 2008, p. 86-7)³⁰. Não necessariamente o sentimento do belo atinge a conciliação vislumbrada por Kant.

Se é que se pode entender bem, a conciliação entre interior e exterior, espírito abstrato e natureza, razão e sensibilidade, se daria para Kant quando o sujeito se liberta de todos os seus desejos, de todas as suas inclinações subjetivas de satisfação imediata, quando *expropria* a si mesmo de todos seus meios e, assim, nenhum outro fim que não a finalidade da Natureza age sobre ele, esta seria a *experiência do Belo*.

Humboldt tentaria executar o que Kant formulara em termos estéticos e filosóficos. O Barão formularia de forma bem parecida esse problema na consideração de uma cena da natureza americana (sempre reafirmando a estética do sublime):

Semelhante quadro não há-de oferecer ao observador outro interesse a não ser aquele que em si mesmo tem a Natureza. Nenhum oásis lembra a morada de antigos povoadores; nem a pedra lavrada, nem árvore alguma que afirmem a atividade de raças extintas. Estranho, por assim dizer, aos destinos da humanidade, e ligado apenas ao momento que passa, este canto de terra parece um teatro selvagem, onde se exhibe livremente a vida dos animais e das plantas (Humboldt, 1952, vol.1, p. 10).

Assim, Humboldt bebeu - nem tão desinteressadamente - da problemática gerada pelas formulações de Kant, diretamente ou nas obras de Schiller, Goethe e Schelling - a quem Hegel se referiria como os "*preenchedores das lacunas da concepção kantiana de arte*" (Hegel, 2009, p. 80).

No entanto, a descrição humboldtiana da paisagem pitoresca, emergida da proposta kantiana de conciliação por meio do juízo estético, mantinha o problema que era justamente contra o qual Kant lutara filosoficamente em sua proposta formal: a conciliação de razão e sensibilidade.

A descrição da paisagem humboldtiana suscita em Otilie não um sentimento desinteressado, mas uma nova oposição entre o sensível e o racional, pois quando

³⁰ Vale notar que Adorno formula-os desta maneira já bem depois da crítica hegeliana à concepção da arte em Kant. Não trataremos aqui da crítica hegeliana à concepção de arte kantiana, apenas vale notar que é ele quem diz que o Belo em Kant era na realidade o Belo Natural, o qual criticaria.

sente o insólito a jovem quer a razão (a presença de Humboldt), a voz da ciência para colocar tudo nos eixos.

Deste modo, a descrição humboldtiana atingia a familiaridade com o objeto de sua representação expondo a América na sua cor mais própria mas como um mundo distinto, estranho, insólito (o deserto frio e morto, a crosta escavada de um planeta devastado); a descrição assim se submetia à embalagem do Belo, procurando evocar no leitor o sentimento do sublime. Até aí tudo bem. Mas, no final das contas, na conciliação realizada por Humboldt, a evocação e o sentimento que surgiu na cabeça e no coração de Ottilie não foi somente o de natureza mas também o desejo de tê-lo por perto; pois tão logo Ottilie reconhecia o insólito, desejava a presença personificada da ciência, do naturalista eloquente, para poder explicar-lhe toda aquela esquisitice do mundo. Ou seja, a conciliação na descrição estética humboldtiana se desdobra na leitora numa nova oposição. Ao tentar materializar a proposta kantiana, Humboldt se deparava com os limites dela, mas ele parecia perceber a limitação do juízo estético para a conciliação e por isso propunha que a ciência acompanhasse a arte.

Neste sentido, se a descrição humboldtiana sob a forma do Belo kantiano apresentava a América como insólita, como um outro mundo, aquela América é tomada como impulso à definição científica que trará, através de categorias formais, a identidade.

Retomemos a descrição das estepes: o viajante via-se tomado por uma ilusão de sentidos; a mesma paisagem ora parecia um oceano imenso, ora era um deserto frio e morto. A disposição científica virá para acalmar seu juízo e colocar em ordem as coisas, ainda que elas percam sua beleza. Da indisposição estética para tratar os fenômenos insólitos, deverá submergir a composição harmônica. E a harmonia deverá se estabelecer na composição como um acordo entre forças díspares: o acordo da disposição estética que gera a sublime instabilidade com a disposição científica, que produz uma monótona estabilidade. Na composição humboldtiana ambas necessitam uma da outra neste jogo de forças que tenciona as cordas para a harmonia.

Desta forma, por mais que Humboldt desse sinais de reconhecer as limitações da proposta formal da conciliação kantiana, novamente seguiu na obra o conselho de Kant quando diz: "*um juízo sobre um objeto de satisfação poderia sem dúvida ser desinteressado, e, no entanto, ser interessante, isto é, suscitar um interesse*" (Kant

apud Adorno, [1970] 2008, p. 27). A descrição da experiência do Belo Natural em Humboldt funciona no interior do *Quadros* para suscitar o interesse de uma explicação científica.

E assim esta será, para o alento de *Otilie*, a tarefa da disposição científica no *Quadros* após a evocação pitoresca do sublime. Nas palavras de Pedras, "*fixar o contorno do pitoresco no interior de uma fisionomia ideal, que descarta a aparência paisagística*" (2000, p. 111), negando assim o juízo estético como fonte única para a busca da harmonia. O sentimento e a arte desequilibram o juízo seguro e precisam ser contrapostos à ciência, à razão. Assim, o tratamento estético e a evocação empírica são mandados pra escanteio e aparece no texto, no lugar daquela instância narrativa, um "*eu científico*" (Ette, 2009):

Eu mesmo tive ocasião de ver, trinta anos depois de minha viagem à América Meridional, as estepes dos Calmulcos e Kirghisos, isto é, uma parte dos desertos que enchem, entre o Don, o Volga, o mar Cáspio e o lago chinês de Dsaisang, um espaço de quase mil e duzentas léguas (Humboldt, 1952, p. 8).

Nota-se que com o "*eu científico*" vem uma noção de espaço notadamente mecanicista, dentro da qual a paisagem pitoresca desaparece.

A DISPOSIÇÃO CIENTÍFICA
ou a promessa da harmonia como ameaça à América

O que "*animava*" Humboldt, mesmo antes de visitar "*regiões remotas*", era "*a esperança de recolher alguns fatos úteis ao progresso das ciências*"³¹. Tendo este objetivo, não poderia simplesmente se contentar com uma exposição que apresentasse a América como o insólito. Mas, paralelamente, sua contribuição às "*ciências físicas*" não deveria se colocar somente nos próprios termos estabelecidos pela ciência da época.

Antes de ir para a América, Humboldt flertara com o vitalismo. Naquela época, antes da publicação das obras da *Naturphilosophie*, de Schelling, Humboldt via no vitalismo uma possibilidade de se contrapor à frieza da perspectiva mecanicista, entendendo que a natureza poderia ser explicada não apenas pela matemática, e que havia nos organismos, nas plantas, nos animais e também nos homens, uma finalidade que escapava às leis físicas matematicamente construídas. De certa forma ele nunca abandonou estas ideias por mais que talvez, mais tarde, dela se envergonhasse.

Mas a partir de sua estada em Jena começou a cultivar uma grande consideração pela crítica kantiana, principalmente como ela havia se refletido em Goethe, Schiller e Schelling. Ao que parece isto fazia-o dar relevância ao sentimento, ao juízo estético para a consideração dos fenômenos, que se refletia em uma disposição científica que se contrapunha ao caráter puramente formal das elaborações mecanicistas.

No mecanicismo, a experiência empírica serve para reafirmar uma lei axiomática - uma sentença científica à qual a experiência está submetida e que só serviria se reafirmasse a lei pré-concebida. Com isso, Humboldt não estava de acordo,

³¹ "Desde minha primeira juventude me senti com uma viva inclinação e ardente desejo de fazer uma viagem às regiões remotas e pouco visitadas pelos europeus (...). Não era o desejo da agitação nem da vida errante o que me animava, mas o de ver e observar de perto a natureza selvagem (...) e a esperança de recolher alguns fatos úteis ao progresso das ciências" (Humboldt apud Moraes, 1989, p. 80). Humboldt manteria essa inclinação por toda a vida, ao escrever seu relato de viagem (em 1816) dizia que sua ida à América havia sido "*ideada con el designio de contribuir al progreso de las ciencias físicas*" (1985, Tomo I, p. 4).

afinal subestimava a potência científica "*de ver e observar de perto*", um desejo de sua juventude.

Figura 2 - Schiller, Wilhelm, Alexander von Humboldt e Goethe in Jena (Adolph Müller, 1797)

O que se conformou na incorporação do pensamento de Goethe, Schiller e Schelling foi que a descrição empírica, embalada pelo Belo Natural, funcionaria "*como matéria complementar e compensatória do discurso da ciência*" (Pedras, 2000, p. 98). No entanto, o inverso também poderia ser dito, pois o "*pensamento especulativo*", impulsionado pelo olhar artístico, aparece também para recolocar nos eixos o juízo sobre os fenômenos empíricos, é ele que atestará o "*veredicto*" acerca da embalagem insólita com a qual os *Llanos* eram apresentados.

Isso parece ser, em termos estéticos e científicos, o que aparecia a Humboldt como uma "*difícil tarefa*" em 1808, que Pedras (2000) pôde apresentar como um "*problema de fácil formulação*": "*conciliar o percebido e o premeditado, isto é, a aparência e seu significado ideal*". Segundo a autora, a descrição humboldtiana procura "*extrair da distribuição diversa das formas naturais determinada 'constância e consistência' até derivar uma 'lei empírica' capaz de explicar as condições sob as quais o fenômeno se manifesta*" (Pedras, 2000, p. 100).

Desta forma, uma vez que a narração põe de lado aquela descrição em que a personagem viajante se via só em meio a um "*planeta devastado*" - ou em termos estéticos: quando a narração abandona a evocação da experiência do belo natural na forma do "*sublime terrível*" -, produz-se uma inflexão no texto. Frente aos *Llanos*, a narrativa busca uma forma de considerá-los sob uma perspectiva que procura estabilizar o que se apresentava de forma terrível. Ela diz:

Em todas as zonas a natureza apresenta o fenômeno destas planícies sem fim; mas, em cada região, têm elas caráter particular e fisionomia própria, derivados da constituição do solo, diferença de clima e elevação sobre o nível do mar (Humboldt, 1952, p. 6 - grifos nossos).³²

Deste modo, toma o lugar do "*sublime terrível*" uma forma de tratamento das "*planícies sem fim*" que se despede dela. Elas serão tratadas agora, ao lado de muitas outras que existem no mundo, nos termos (humboldtianos) de uma "*allgemeine Länderkunde*", uma "*geografia regional geral*".

A partir da ideia da "*estrutura do globo terrestre*", a narração apresenta categorias como "*caráter particular*" ou "*fisionomia própria*", que ao longo da obra possibilitam seu desdobramento em um conceito mais geral: de "*fisionomia da natureza*"³³.

Esta noção será mais profundamente desenvolvida no livro *Quarto do Quadros* (*Da Fisionomia das Plantas*), quando, num diálogo aberto com "o Goethe" da *Metamorfose das Plantas* ([1790] 1997), Humboldt propõe um olhar sobre a

³² *Sous toutes les zones, la nature offre le phénomène de ces plaines immenses; mais dans chaque région elles ont un caractère singulier, une physionomie propre, déterminée par le constitution du sol, par les différences de climat et par leur élévation au-dessus de la surface de la mer* (Humboldt, [1808] 1851, vol. I, p. 3). Esta mesma passagem no original alemão não se utiliza do termo "*Region*" ("*région*"): *In allen Zonen bietet die Natur das Phänomen dieser großen Ebenen dar; in jeder haben sie einen eigentümlichen Charakter, eine Physiognomie, welche durch die Bescheidenheit ihres Bodens, durch ihr Klima und durch ihre Höhe über der Oberfläche des Meers bestimmt wird* (Humboldt, [1808] 1849, Erster Band, p. 5).

³³ Há que se atentar para o problema da identificação direta das formulações humboldtianas com o pensamento científico da geografia institucionalizada do final do XIX e início do XX. Nas primeiras décadas do século XIX, quando Humboldt escreve o *Quadros*, ainda não se pode falar em uma ciência geográfica universitária institucionalizada (Capel, 1988), com conceitos e definições metodológicas próprias. Aqui queremos indicar apenas os termos que o próprio Humboldt utiliza, para podermos ver como ele opera a combinação estético-científica na obra, sem pretender no momento desdobrar mais profundamente a relação daqueles termos com o que a ciência geográfica institucionalizada viria a produzir. Contudo, cabe notar que a noção de fisionomia é utilizada também na obra de Paul Vidal de La Blache - "*fisionomia de uma região*", "*de um país*", "*da paisagem*", ou ainda, "*fisionomia da terra*" (apud Besse, 2006, p. 66), e de maneira diferente na obra de Jean Brunhes, como fundamento *objetivo* do saber geográfico (Op. Cit., p. 67); havendo uma diferença significativa à concepção do termo em Humboldt (principalmente no caráter assumidamente estético que o leva ao conceito de fisionomia).

paisagem, e sobretudo sobre sua vegetação, que fuja de uma sistematização da natureza tradicional (como era o caso do sistema linneano) que observava cada planta de forma individualizante.

Tendo em vista o conceito de *fisionomia da natureza*, importa para Humboldt o caráter mais geral da morfologia vegetativa, percebida pelo "olhar do pintor", que permite, por não se ater demasiadamente à individualidade das espécies, uma relação da vegetação com o clima, sua posição geográfica e até com a "*impressão que uma região nos produz*" (Humboldt, 1952, p. 284).

Como nos estudos morfológicos de Goethe, as categorias humboldtianas de fisionomia guardam a ideia da relação com uma totalidade; no entanto, no caso de Humboldt a totalidade é expressa também num âmbito puramente formal, como a "*estrutura do corpo terrestre*" (Op. Cit., p. 124). É portanto neste nível, livre do sensível, na consideração de fatores que poderiam ser aferidos a partir de medições instrumentais, que são pensadas as determinações que derivam na "*fisionomia particular*" de uma região - a "*constituição do solo, a diferença de clima e elevação sobre o nível do mar*", etc. -, que por sua vez respondem a *leis físicas* universais, não propriamente visuais nem aferíveis em si³⁴.

Assim, aquilo que se apresentava como sublime, mas de forma instável e insólita na paisagem, é estabilizado por um "*pensamento especulativo*", profundamente ordenador no qual a narração reclama para si a voz sóbria da ciência, e afirma o modo pelo qual devemos entender o que causara ao viajante sua ilusão de sentidos. Seguindo esta interpretação, agora é um "eu científico" que explica o que eram aqueles "*bancos*" que o viajante vira e a qual se referiam as vozes indígenas:

[...] rochas, de contextura cristalinas e semelhantes a pedaços de *dolomito*³⁵ [...]; devem ser consideradas antes como partes da praia do que como ilhas desse antigo golfo. E chamo golfo a esses plainos, porque, levando em conta a sua pouca elevação sobre o actual nível do mar e o seu aspecto particular, que parece dar acesso à corrente de rotação, dirigida de este para oeste, assim como a depressão das costas orientais, entre a embocadura do Orenoco e do Essequibo, - não resta dúvida de que, em outra época, o mar cobriu toda a cavidade, desde a cadeia costeira até a serra de Parima, e foi banhar, a oeste, os

³⁴ Ainda que Humboldt relacione "a *impressão* que nos causa a vista da natureza" com o "*caráter da região*" (Humboldt, 1952, p. 211). Chamamos a atenção aqui para uma diferença qualitativa na ideia da "*impressão de uma vista da natureza*" (inexoravelmente remetida à experiência empírica) com a do "*caráter da região*" ou "*fisionomia própria*", que carrega um certo nível de abstração do empírico.

³⁵ Rocha sedimentar.

montes de Mérida e Pamplona [...] (Humboldt, 1952, p. 185 - grifos nossos).

Nesta nova postura deliberadamente científica não há espaço para a ilusão, o que se diz sobre as coisas está liberto de qualquer dúvida. Dela pode então nascer um outro "*tipo de paisagem*", bem distinta da forma evocatória que a narrativa apresentou até aqui.

Pedras, analisando o *Quadros da Natureza* chama de "*paisagem ideal*" "*exatamente aquela que figura um conteúdo pré-dado e consome a aparência na medida mesma em que esta sirva de conduto para a dedução de leis frente à diversidade de elementos naturais*" (2000, p. 100). No entanto, salvo engano, Humboldt não se refere no *Quadros* a este outro "tipo de paisagem", com o termo "paisagem", mantendo sempre o termo "fisionomia". Se é que não caímos em equívoco, a paisagem ideal de que fala Pedras aparece no *Quadros* como a ideia de fisionomia.

Essa concepção tornou possível uma cartografia da paisagem, realizada por exemplo por Willian Channing Woodbridge (1794-1845), de Massachussets (EUA), que produziu, a partir de 1823, mapas baseados nas narrativas humboldtianas.

O mapa abaixo se refere a uma sistematização dos levantamentos de temperatura que Humboldt reuniu no *Quadros da Natureza* e no seu relato de viagem, e que Woodbridge representou através de linhas isotérmicas:

.

Mapa 1 - Isothermal Chart Drawn from the accounts of Humboldt & Others (Woodbridge, 1823)

Este tipo de representação paisagística torna-se mais comum ao longo do século XIX e firmaria-se como forma objetiva de mapeamento das paisagens com a institucionalização da ciência geográfica. No entanto, para que a paisagem humboldtiana fosse possível de ser cartografada haveria de tomar seu conceito de fisionomia natural desvencilhando-o da totalidade de sua proposta estético-filosófica - o que a geografia alemã, de fins do XIX e início do século XX, realizou sem problema algum e veiculou posteriormente em livros didáticos da Alemanha nazista da década de 1930. A obra de S. Passarge, *Die Landschaftsgürtel der Erde* (Os Cinturões Paisagísticos da Terra, 1922), dá a medida exata dessa desvinculação estética para a concepção da paisagem³⁶.

Retomando o *Quadros da Natureza* temos que a narração, que já abandonou a evocação empírica da paisagem, apresenta o dado paisagístico num plano formal onde o empírico é parcialmente (ou totalmente) subsumido ao ser conjugado com a categoria de "espaço" mecanicista, inserida num plano cartesiano.

Cobre esta estepe um espaço de mais de quarenta e quatro mil léguas quadradas. Tem sido representada, com frequência, por ignorância de dados geográficos, como dilatando-se, sem interrupção, e com largura igual, até o estreito de Magalhães. Não se levou em conta a planície, semeada de árvores, do Amazonas, encerrada ao norte e ao sul pelas planícies arenosas do Apure e do Rio da Prata. Os Andes de Cochabamba e o grupo do Brasil mandam, por entre a província de Chiquitos e o desfiladeiro de Vilabela, algumas montanhas isoladas, colocadas frente a frente. [...] Os pampas têm superfície tripla da dos plainos da Venezuela; e sua extensão é tão prodigiosa que, limitadas ao norte por bosques de palmeiras, estão logo quase cobertas, na sua parte meridional, de neves perpétuas (Humboldt, 1952, p. 11 – grifos nossos).

Vimos com esta citação como se apresenta a disposição científica no qual o empírico é subsumido pela categoria de espaço mecanicista. A idealidade que caracteriza esta forma de representação não se coloca mais no relevo da sensibilidade frente ao empírico, na evocação da experiência, mas exatamente na abstração da empiria para a descrição territorial. E isso fica ainda mais evidente quando Humboldt se refere (por exemplo na citação acima) ao restante do continente sul-americano. Afinal, ele nunca viajara "*até o estreito de Magalhães*", ainda que tenha percorrido a

³⁶ Segundo Adilson Avansi de Abreu (2013, informação oral), aquela concepção de Passarge teria sido possível através de um resgate da obra de Humboldt realizada por Von Richtofen em fins do XIX. A análise de Capel (1988) acerca dos "padres putativos" da geografia institucionalizada reafirma essa ideia, ressaltando justamente o caráter positivista do resgate de Richtofen.

bacia Amazônica, o ponto mais ao sul que chegou foi a fronteira das possessões espanholas com o território colonial português³⁷.

Portanto, não é só sua experiência de viagem que torna possível a descrição da constituição física do continente sul-americano, mas também a "*experiência intertextual*" (Ette, 2009) ou, nas palavras de Humboldt, "*uma reunião em conjunto dos fatos isolados*" (1952, p. 35), que o leva inclusive a criticar as representações anteriores do interior colonial.

Neste plano formal, o sublime está ausente, não há a evocação do sentimento de natureza, mas também não há ameaças ou intromissões que desestabilizam o juízo. Por isso, na composição do *Quadros* a disposição estética e científica precisam ser combinadas. Elas se equilibram - num jogo violento de forças - em busca da composição harmônica. Parte-se de um a outro, em busca de uma coesão, de uma relação harmônica entre a experiência empírica e o pensamento especulativo; uma coesão que se propõe harmoniosa pela concorrência de forças.

Assim, o que chegou a ser apresentado como a "*a crosta escavada de um planeta devastado*" pode ser descrito agora como um "*espaço de mais de quarenta e quatro mil léguas quadradas*".

Nas palavras de Humboldt, uma possibilidade "*mais elevada*" se abria à América. Deste modo, a disposição científica pode ser pensada como uma resposta à decadência de seu tempo; seu distanciamento da impressão sensível pode ser pensado como uma resposta à instabilidade de sua vivência na colônia; uma resposta firme, que engloba a colônia não como alteridade, mas de forma identitária, na harmonização da alteridade que nasceu do seu encontro com a colônia.

A América pode ser tomada agora como um quadro num plano formal - sob molduras cartesianas - e a descrição trabalha tentando incorporar a ela o sublime, através de uma narrativa de "*dramáticos e arrítmicos fluxos e refluxos*" (Pratt, 1999, p. 216); evocando não mais o Belo Natural (pela palavra pitoresca) mas como dado empírico distanciado se querendo sublime, desejando interessar e visando despertar o interesse no leitor.

³⁷ Em maio de 1800, no intuito de chegar até o Amazonas, Humboldt desce o Rio Negro até "*Forte San Carlos*" (na fronteira com o território colonial português). Impedido pelas autoridades coloniais portuguesas de seguir viagem, Humboldt navega Rio Negro acima até a confluência com o rio Casiquiare, por onde retorna ao Orenoco. Ele julgou, posteriormente, ter "*destruído completamente as dúvidas [...] sobre a possibilidade de comunicação entre o Orenoco e o rio Amazonas*" (1952, Vol. I, p. 218).

A pouca largura das terras, entrecortadas em todos os sentidos na parte tropical da América do Norte, onde a base líquida da atmosfera faz subir às regiões superiores uma corrente de ar menos quente; a extensão longitudinal do continente que se prolonga até os dois polos gelados; o vasto oceano, onde se desenvolvem, sem obstáculo, os ventos mais frescos dos trópicos; o declive das costas orientais; as correntes de água fria que, partindo da região antártica, dirigem-se primeiro de sudoeste a nordeste, vão despedaçar-se contra as costas da China, no grau 35 de latitude meridional, sobem para o norte, ao longo das costas do Peru até o cabo Pariña e desviam-se, por fim, para oeste; o grande número de cadeias de montanhas, abundantes em mananciais, cujos cimos, cobertos de nuvens, e que fazem descer correntes atmosféricas ao longo das suas vertentes; a quantidade e a largura prodigiosa dos rios, os quais depois de infinitos rodeios, vão procurar sempre, para se meterem no mar, as costas mais distantes, estepes de areia e portanto menos prontas a abrasar-se; os bosques que bordam a planície próxima ao equador, entrecortada de rios, bosques impenetráveis que abrigam do sol a terra, ou não deixam, pelo menos, passar os raios sem que coem através da folhagem e que, no interior do país, nos sítios mais afastados do mar e dos montes, exalam e lançam na atmosfera massas enormes de água que aspiraram, ou produziram eles mesmos no acto da vegetação; todas estas circunstâncias [...] são a causa dessa seiva exuberante e dessa vegetação vigorosa, caráter distintivo do continente americano (Humboldt, 1952, p. 13 - grifos nossos).

O distanciamento da evocação empírica - quer naquela primeira disposição deliberadamente científica que mostramos (em que a ciência é *veredicto*), quer na outra na qual é subsumida pela categoria de espaço, quer agora, nesta que *se quer sublime* - estabiliza a impressão sensível de uma América decadente.

Mas se na disposição estética o empírico atormentava o viajante, confundia a narração, agora é a instância narrativa que ameaça o empírico com uma identidade abstrata que permite pensar a América em termos universais, abstraindo suas particularidades - uma promessa que nasce do encontro com a colônia e se estende a qualquer parte do mundo.

Mas nos interessa sublinhar um último aspecto dessa disposição científica humboldtiana: mesmo nesse novo caminho que Humboldt promete à América, o traço marcante do território colonial continua a ser a natureza; para usar suas palavras o "*carácter distintivo*" do continente ainda deverá ser sua "*vegetação vigorosa*"; voltaremos a essa discussão quando conseguirmos espreitar as entranhas da proposta harmônica de Humboldt.

OS DIGNOS DE FÉ

ou em busca de uma circulação harmônica de mercadorias

Os progressos da ciência do mundo foram
adquiridos ao preço de todas
as violências e de todas as crueldades
que os conquistadores, ditos civilizadores,
trouxeram de um lado a outro da Terra.

Humboldt, *Cosmos*, 1848, p. 160

Humboldt viajaria em 1829, já bem depois de ter voltado da América, para a Sibéria enviado pelo Czar russo, mas aquela viagem, ao contrário do que ocorreria com os participantes da Revolta Dezembrista em 1825 e se tornaria prática cada vez mais comum ao longo do XIX e XX, não se caracterizaria como uma deportação.

O Barão Humboldt era um especialista em mineralogia e geologia e as havia estudado antes de sua viagem à América, em Freiberg; trabalhara depois como assessor e engenheiro de minas em Berlim. Diz-se que, algum tempo antes de definida a viagem para a Ásia, o ministro de finanças do Czar havia sondado Humboldt acerca da viabilidade de cunhar moedas czaristas com platina; pelo que consta Humboldt do alto de suas especialidades havia logo de cara rejeitado a ideia (argumentando acerca da instabilidade do preço daquele metal).

Como fala Silveira, numa frase típica de um *trayler hollywoodiano*,

Se havia um homem na face da Terra que possuía
conhecimento diversificado e profundo o suficiente para lidar
com a complexidade de transformações científicas ocorridas
nas diferentes áreas em um momento de especialização do
saber, este homem era Alexander von Humboldt (Silveira,
2012, p. 366-367).

Naquela altura, depois do sucesso do *Quadros da Natureza*, do *Vistas de las Cordilleras* e de seu relato de viagem ele já carregava uma grande fama e via-se frequentemente incumbido de dar conselhos às monarquias da época - comenta-se que Humboldt era visto como uma espécie de enciclopédia ambulante dos monarcas; mas não só delas. Humboldt frequentemente dava informações e conselhos às novas repúblicas do mundo, especialmente a estadunidense.

Mesmo quando ainda morava em Paris (onde viveu até 1825) o Barão era frequentemente enviado a missões diplomáticas a serviço do monarca prussiano

Friedrich Wilhelm III, que tinha como braço direito o irmão de Humboldt, Wilhelm; principal conselheiro da monarquia e idealizador da Universidade de Berlim (na época Friedrich-Wilhelms Universität).

Na ocasião de sua viagem à Ásia Central as relações entre a coroa prussiana e o império czarista eram bastante próximas, pois a invasão napoleônica não havia dado muita escolha à família real que se mandara de Berlim para as margens à sudeste do Mar Báltico - a algumas braçadas do território czarista.

Alexander von Humboldt aceitou o convite apresentado pelo ministro do Czar desde que pudesse realizar uma exploração (custeada por ambas coroas) para investigar o caráter mineralógico de algumas formações naturais nos Urais e nos montes Altai. A viagem resultaria em uma outra obra, em três volumes, intitulada *Zentral-Asien* (1844). Mas também na terceira edição do *Quadros da Natureza* [1849] são incorporadas algumas das informações de aferições e observações realizadas na viagem pelo Império Russo.

Aquele tipo de incorporação era prática comum nas reedições do *Quadros da Natureza*, em 1826 e 1849, pois Humboldt sempre estava atualizando seus saberes, o que indica que a construção de sua proposta científica caminhava lado a lado com a história das expedições, aquelas que o próprio Barão encabeçava mas também as chefiadas por outros homens.

Assim, essas informações não eram fruto somente de suas próprias explorações; mesmo na primeira edição do *Quadros* muitas das informações que trazia de outros lugares se apoiavam em documentos produzidos por outras expedições: mapas, crônicas, relatos de viagens, escritos de naturalistas, etc. Estes documentos são mencionados ao longo do texto, nos "*esclarecimentos científicos*" ou nas notas³⁸.

Isso vem à tona no texto do *Quadros* quando a narração se distancia daquela descrição empírica pitoresca dos *Llanos* e começa a comparar as estepes da América meridional com outras planícies da Terra (somente agora atribuindo aos *Llanos* uma "localização geográfica"). "*Desligado da impressão material*" a narração percorre todo o planeta, e com documentos de outras expedições embaixo do braço pode

³⁸ Ette (1999) ao falar do elemento comparativo na "*humboldtian writing*", também chamará a atenção para esses documentos, vendo-os funcionar na escrita humboldtiana como entrecruzamento da experiência individual do viajante com a "*experiência intertextual, ou seja, a dos textos de outros autores*" (p. 35).

comparar por exemplo "*os terrenos baldios do norte da Europa*", "*as planícies da África*", os "*pampas de Buenos Aires*", as estepes da "*Ásia Central*" e "*as planícies arenosas do Missouri*".

No início das comparações, são apenas características visuais abstraídas de qualquer particularidade que vão possibilitar as relações. No entanto, mesmo para uma descrição do aspecto geral das outras estepes e desertos, a narração se apoia nestes documentos de que falamos.

Por exemplo: "*As planícies, situadas no interior da África*", diz a narração humboldtiana, "*são ainda mais vastas, e apresentam aspecto mais severo*", se comparadas com os "*terrenos baldios do norte da Europa*", mas, completa, "*só em épocas recentes se tem tentado o início de sua exploração*" (1952, pp. 6-7).

No esclarecimento daquela afirmação mencionam-se os nomes dos exploradores que, no final do século XVIII e até a metade do século XIX, até a última reedição do *Quadros*, puderam redimi-lo de uma descrição baseada em "*conjecturas*" pois trouxeram de suas viagens, assegura-nos, "*informações mais recentes, dignas de fé*" (p. 100).

Em seu giro planetário pelas estepes do globo, a narração vai aos poucos dando elementos a essas planícies: a princípio animais cruzam o deserto e monumentos se erguem (vestígios de civilizações antigas). Da mesma forma, fundidos à paisagem, aparecem "*povos nômades*" e "*até civilizados*". A descrição desses elementos em outras planícies vai suscitar à narração comparações com os *Llanos*, compreendidos agora através dessas relações (por meio de reconstruções especulativas das outras planícies no interior de uma concepção formal da estrutura do globo terrestre).

Ao final de seu giro ocular pelo globo, que percorre o mundo mantendo sempre um olho na América meridional, a narração voltará a pousar os dois olhos nos *Llanos*, como veremos.

Quando a narração do *Quadros* se propõe a descrever uma das "*planícies da África*" são mencionadas nos esclarecimentos científicos (ou nas notas do *Quadros*) algumas dessas explorações, como por exemplo, as observações das viagens realizadas por George Francis Lyon (1795–1832) e Friedrich Konrad Hornemann (1772 -1801) respectivamente membros da "*Royal Navy*" inglesa e da

“*African Association*”. A nota em que Lyon, Hornemann e diversos outros viajantes são mencionado se encontra nesta passagem da narração:

[...] no meio dos desertos que rodeiam os montes basálticos de Harudjé, se encontra o oásis de Siwah, fértil em palmeiras, e no qual as ruínas do templo de Júpiter indicam o lugar venerável de uma civilização passada. Jamais uma gota de orvalho ou de chuva humedece essas planícies devastadas, nem desenvolve no seio abrasado da terra o germe da vida vegetal. Por todos os lados sobem colunas de ar embraseado, dissipando os vapores e afugentando as nuvens, que deixam, apressadas, aqueles sítios (Humboldt, 1952, p. 7 – grifos nossos).

No entanto, ao comparar aquela planície com os *Llanos*, a narração diz:

Semelhante quadro não há de oferecer ao observador outro interesse a não ser aquele que em si mesmo tem a Natureza. Nenhum oásis lembra a morada de antigos povoadores; nem a pedra lavrada[*], nem árvore alguma que afirmem a atividade de raças extintas. Estranho, por assim dizer, aos destinos da humanidade, e ligado apenas ao momento que passa, este canto de terra parece um teatro selvagem, onde se exhibe livremente a vida dos animais e das plantas (Humboldt, 1952, vol.1, p. 10 – grifos nossos)³⁹.

Desta última citação se lança um esclarecimento acerca da “*falta de vestígios, por grosseiros que fossem, que atestassem a existência de habitantes anteriores*” nos *Llanos*. Este “*éclaircissement scientifique*” compara aquela situação *llanera* com a das “*planícies arenosas do Canadá*” onde um monumento fora achado. O esclarecimento se refere então aos escritos de Pehr Kalm (1716-1779), um naturalista discípulo de Carl von Linné que havia viajado a cargo da *Kungliga Vetenskapsakademien* (a Academia Real de Ciências da Suécia) para as ex-colônias suecas da América do Norte em busca de amoras para a indústria têxtil⁴⁰.

Em seu relato, Kalm conta suas viagens pela América do Norte e para as “*planícies do Canadá*”. No entanto, uma passagem chamara especialmente a atenção de Humboldt; nela Kalm contava sobre um viajante que havia passado por aquele local anteriormente e encontrara enormes pedras amontoadas, e numa delas algumas inscrições. Tratava-se de Verandrier (ou Louis-Joseph Gaultier de la Vérendrye,

³⁹ Repetimos a citação por servir a diferentes momentos da exposição.

⁴⁰ Kalm viajou pela América entre os anos de 1748 a 1751. Montou sua base de observações em Racoon (hoje Swedesboro, New Jersey). Da América “*deveria trazer sementes para a agricultura e a indústria*”, “*e sobretudo a Morus Rubra*” (a tal da amora). Em Racoon, uma comunidade de migrantes suecos e dinamarqueses, Kalm acabou substituindo o falecido pastor da Igreja Luterana local (inclusive casou-se com a ex-esposa do defunto pastor). Apesar de Humboldt não citar exatamente qual dos três livros publicados por Kalm estava utilizando, é bem provável que (tendo todos em mãos) fosse do *En Resa til Norra America (Travels into North America* [Stockholm, 1753–1761] 1771) de onde faria a seleção do que iria mencionar.

1717-1761), um intrépido viajante membro de uma família franco-canadense de mercadores de peles⁴¹.

Os esclarecimentos humboldtianos se limitam à questão que gira em torno do que Verandrier havia encontrado: "*Massas enormes de pedras, levantadas pelas mãos de homens*", "*encontradas a 900 léguas de Montreal [...] no meio da planície; e, numa delas, alguma coisa escrita, que se tomou por uma inscrição tartária*" (1952, p. 188). Ao apresentar essas outras planícies, a narração começa a dar a elas elementos que até então haviam sido privados à paisagem dos *Llanos*: "*vestígios*" de "*habitantes anteriores*", "*monumentos, por grosseiros que fossem*".

Os primeiros "*povos*" que surgem nas paisagens que a narração do *Quadros* constrói são as "*tribos nômades dos Tibos e Tuaricks*", que constam tanto no relatório à *African Association* da viagem de Hornemann (*Journal of Travels from Cairo to Morzouk*, 1802) quanto no de Lyon.

No relato de Lyon, *A Narrative of Travels in Northern Africa* (1821), que vem acompanhado de um mapa e coloridas gravuras⁴², encontra-se uma dedicatória "*to his most excellent majesty George IV*". Nele Lyon, além de descrever sua "*jornada pelo deserto*", os "*camelos*" e os "*estranhos hábitos árabes*", inclui, ainda no primeiro capítulo, algumas notas sobre as "*formas empregadas pelo Sultão de elevar os tributos em dinheiro*" (*Manners of Raising the Tribute Money*), inclusive unindo à sua narrativa o relato de quando acompanhou "*o filho do Sultão*" a uma vistoria do recolhimento das "*taxes*" em Hoon e Wadan. Fala também sobre um grande evento em Wadan: a partida de uma expedição para aprisionamento de escravos (talvez algum povo nômade). E, claro, Lyon não esquece de falar dos "*principais artigos comercializados*" "*entre Fezzan e o Interior*" (p. 58 e seguintes).

⁴¹ Verandrier participava das expedições do pai (Pierre de la Varenne) oficial do exército colonial francês. O pai de Verandrier encabeçou uma série de expedições à sudoeste de Montreal em busca de peles para comercialização, entrando em conflito com os índios Fox. Na década de 1730, a mando de "*Charles de la Boische, marquis de Beauharnais*" oficial da marinha francesa e "*gouverneur général de la Nouvelle-France*" Verandrier, seus irmãos e seu pai realizam uma expedição às Montanhas Rochosas em busca de ouro; durante a expedição Pierre de la Varenne foi morto por indígenas (*Dictionary of Canadian Biography* vol. III, 2003/2013).

⁴² Interessante notar que, assim como em outros relatos de viagem, quase todas as gravuras que representam uma figura humana estende-se como fundo uma paisagem quase sempre vazia, disponível tanto ao olhar quanto ao interesse colonial.

CAMEL CONVEYING A BRIDE TO HER HUSBAND.

London: J. Smith, 1821. — Murray's Almanac, 1822, p. 117.

Figura 3 – Camel Conveying a Bride to her Husband (in Lyon, 1821)

Ao chegar ao Cairo em 1797, Hornemann deu sequência a seus estudos árabes iniciados na Universidade de Göttingen e financiados pela *African Assossiation*⁴³. Mas ele parecia ser um cara azarado pois, poucos meses depois de sua chegada, Cairo foi invadida pelas tropas napoleônicas; a guerra parecia perseguir os cientistas aonde quer que fossem. Em meio à guerra e sob o consentimento de Bonaparte, ele realizou suas andanças pelo norte da África e conseguiu despachar de Trípoli (Líbia) seu *Journal* a Londres. Nele relatava o que já havia visto e avisava que daria continuidade às suas viagens em direção ao sul, tentando escapar das "*sanguinárias conquistas francesas*". Mas mesmo fugindo para o sul a sorte não o acompanhou e desde então nunca mais se teve notícias suas dignas de fé; assim não pôde escrever o prefácio de seu relato quando da publicação em Londres.

Com todos esses relatos em mãos (entre muitos outros) a narração humboldtiana mostrava o poder de síntese de um naturalista: só falava sobre a natureza. Na passagem do *Quadros* que se refere às "*tribos nômades dos Tibos e Tuaricks*", primeira em que se descreve, digamos, habitantes na paisagem, eles surgem como que fundidos ao deserto, da mesma forma que os animais:

Atravessam esses espaços sem fim [entre o Uádi Nun e o Cabo Branco] rebanhos de gazelas e avestruzes de marcha rápida [...] vagueiam as tribos nômades dos Tibbos e Tuaricks, o resto do deserto pode considerar-se inabitável para o homem. Até os povos civilizados que lhe estão próximos, não se atrevem a aventurar-se nele, senão em certas épocas periódicas. As extensas caravanas vão de Tafilite a Tomboctu, ou de Murzuk a Bornu, por caminhos adotados invariavelmente pelo comércio há milhares de anos. Essas empresas são atrevidas, e só possíveis com a existência do camelo, o navio do deserto [...] (Humboldt, 1952, pp. 7-8 - grifos nossos).

Não seria de estranhar que junto com a aparição dos "*povos civilizados*" viesse o comércio. Era praticamente impossível ler os relatos de Lyon e Hornemann que perambulavam pelo norte da África de uma cidade à outra e não ficar com o "comércio" na cabeça. Mas a forma que a narração humboldtiana traz as "*tribos*" e mesmo os "*povos civilizados*" ao texto do *Quadros* nem de longe exprime a complexidade das relações comerciais e dos interesses em jogo que se estabeleciam nesta área naquele momento. Um exemplo, talvez nem tão digno de fé mas bastante

⁴³ Hornemann estudou durante pouco tempo em Göttingen, na mesma universidade que Humboldt teve aulas de física e química anos antes. Ao que parece os dois não se conheceram, mas Humboldt era bem próximo de um naturalista inglês que viajou à África com Lyon: "meu intrépido e malogrado amigo Ritchie" (Humboldt, 1952, p. 54) que, como Hornemann, nunca voltou à Europa.

sugestivo, é o prefácio do relato de Hornemann (que não o escreveu pois foi tido como morto). Na ocasião da publicação, o Secretário Chefe da *African Association* prontamente se incumbiu da tarefa de prefaciador, assegurando aos leitores que suas palavras "*fariam jus às do honrado emissário Hornemann*":

Não deveria ser omitido [dizia o Secretário], que o viajante Hornemann, cujo trabalho é agora publicado, está amparado pelo espírito esclarecido e liberal, que dirige o gênio dos verdadeiros homens de valor para as artes e a ciência em meio ao horror da guerra [...].

Esse emissário explorou caminhos que brevemente a empresa mercantil vai e precisa entrar [will and must enter]. Nesta nova corrida pelo comércio [...] a trilha espinhosa do explorador se torna a estrada batida do comerciante [...] para promover a civilização, para aumentar o nível geral da felicidade e do conhecimento humano. [...] a conclusão desse processo será de grande vantagem, para a Grã Bretanha, para a África e para o Mundo (Young apud Hornemann, 1802, pp. ix e seguintes, tradução nossa).

Talvez devêssemos seguir o exemplo do Secretário e não desamparar a Humboldt dessas mesmas honras: também ele era certamente dirigido pelo "*espírito esclarecido e liberal nesta nova corrida pelo comércio*" (já em andamento também nas colônias americanas). Afinal, Humboldt endossava todas aquelas expedições ao continente africano vendo-as como fruto do "*interesse tão vivamente despertado na Inglaterra*" (1952, p. 123)⁴⁴.

No entanto, a consideração desse espírito e desse interesse que se afigurava ao Secretário Young e a Humboldt, talvez não devesse ser entendido como algo simplesmente comandado pelos homens a partir de seus princípios verdadeiros e valiosos (como sugere Young), e também não como o despertar no homem do interesse que tem em si mesma a natureza (como pensava Humboldt).

A forma como Marx (1988) consideraria esses "interesses naturais" e "nobres princípios subjetivos" seria como "*fantasmagoria*", em sua análise sobre um despertar vívido do capital na Inglaterra. O entendimento acerca do liberalismo econômico que Marx elaboraria seria formulado como uma forma de inconsciência social na qual, grosso modo, os homens são sujeitos sujeitados do processo histórico moderno.

⁴⁴ O processo ainda inconcluso do "*espírito esclarecido*" na África, e informações acerca das sanguinárias "*vantagens*" trazidas ao continente africano pela "*promoção da civilização*" podem ser apreciadas no documentário *All Watched Over by Machines of Loving Grace*, episódio 3 (2011). A apreciação das vantagens trazidas à América, especialmente aos *Llanos*, serão apresentadas aqui mesmo.

O Secretário Young por sua vez dava mostras dessa sujeição, posta pela necessidade de escoamento de manufaturas inglesas⁴⁵. Ele subjetivava aquela inconsciência como uma espécie de consciência esclarecida que levaria a civilização para a África: a trilha aberta pelo explorador deveria se tornar a estrada batida do comércio, carregando um grande fardo, uma enorme quantidade de mercadorias.

Assim, voltando ao texto de Humboldt, temos nas notas da narrativa do *Quadros* nomes de homens e personagens típicos de um sistema colonial em transformação: naturalistas lineanos, como é o caso de Kalm, reunindo escritos de mercadores de peles com ligações com o exército colonial (Verandrier); oficiais da marinha britânica (Lyon) junto com membros da *African Association* (Hornemann), esclarecendo os equívocos de Heródoto sobre o Saara. Esse novo grupo de cientistas "*dignos de fé*", membros de instituições respeitadas, sistematizando escritos de missioneiros⁴⁶, conquistadores⁴⁷, navegantes⁴⁸, plantadores de tabaco com gostos para explorações científicas⁴⁹, poetas espões⁵⁰, etc.; resumidamente, personagens daquela

⁴⁵ Ao comentar os custosos, porém inquestionáveis, benefícios trazidos por estas novas expedições aos interiores africanos, num balanço das iniciativas da *African Association*, um outro secretário haveria de tecer os seguintes comentários: "*uma porta foi aberta para toda nação mercantil entrar e comerciar da extremidade ocidental à oriental da África. ... Com as devidas informações e empenho do crédito e iniciativa britânica, é difícil imaginar a extensão e potencial a que pode chegar a demanda pelas manufaturas de nosso país, por parte de países vastos e populosos*" (Bovill apud Pratt, 1999, p. 133).

⁴⁶ Humboldt menciona vários missioneiros cronistas como por exemplo Gregorio García (1556-1561) que esteve por doze anos em missões dominicanas na Nueva España e no virreinato del Perú. Assim como Francisco Hermenegildo Tomás Garcés (1738-1781), um frei franciscano missioneiro e explorador que esteve na parte sudoeste da América do Norte e que, segundo consta, teria batizado o Rio Colorado com este nome.

⁴⁷ Por exemplo, pois são muitos: Pedro Cieza de León (1518-1554), explorador da região andina que escreveu *Crônica del Perú*, fascinado, provavelmente não por acaso, pelas práticas funerárias dos índios Quillacingas, dizimados no século XVII, que segundo ele "*falavam com o demônio*" (León, 1877, Tomo I p. ij).

⁴⁸ A grande extensão do nome de Martín Fernández de Navarrete y Ximenez de Tojeda (1765-1844) talvez fizesse jus aos seus diversos contatos e numerosos talentos. Começou sua carreira científica como Alferez de Fragata, escrevendo nas horas vagas sobre história náutica, como fazia seu pai. Isso lhe abriu portas de outros navios e para outros mares, chegou ao posto de *Capitán de Navío* e fez parte inclusive do *Instituto Histórico do Rio de Janeiro*. No final da vida, abandonou o manche e virou bibliotecário, não sem antes escrever um livro sobre a *Vida de Miguel de Cervantes Saavedra* (1819).

⁴⁹ É o caso do Sir Robert Hermann Schomburgk (1804-1865) que mudou-se para a Virgínia incumbido de acompanhar um transporte de ovelhas da Saxônia. Começou lá empreendimentos com tabaco e na ilha de Saint Thomas, no caribe. Após ir a bancarrota mudou-se para uma das Ilhas Virgens Britânicas, Anegada, sobre a qual escreveu um relato, enviado a *Royal Geography Society*. Pelo sucesso de seu relatório recebeu o comando de uma expedição inglesa à Guiana.

⁵⁰ A história de Sir Walter Raleigh (1554-1618) é cheia de curiosidades, foi um poeta, soldado e espião inglês enviado para a América do Norte pela coroa britânica (mais pelas suas habilidades marciais que pela sua poesia). Lá fundou, segundo consta, o primeiro núcleo de colonização inglesa da região, na ilha de Ranoeke (entre 1584 e 1585). Depois chefou uma expedição inglesa para a descoberta da Guiana. Diz-se que Raleigh foi o homem responsável a levar o tabaco para a Inglaterra. Um dia ainda no mundo colonial comentou acerca da utilização do machado para uma decapitação: "*este é um afiado*

"nova corrida pelo comércio" viajando e sistematizando escritos de personagens típicos da corrida anterior, agora sem pernas⁵¹.

Esses escritos já velhos, desatualizados, eram amplamente criticados tanto por Humboldt quanto pelos cientistas das novas explorações, na maioria das vezes por darem informações "grosseiras" ou "errôneas" sobre o interior dos continentes, coisa que só agora a empresa colonial começava a empreender com mais força. Aqueles velhos documentos guardam claramente a marca de uma "ciência" mercantilista no mundo colonial, onde as práticas científicas ainda não estavam totalmente *autonomizadas* (Marx, 1988) das posições que assumiam na empresa colonial: naqueles documentos a mesma mão que molhava a pena no tinteiro para a escrita científica empunhava em outros momentos armas, dava direção aos manches ou levantava com louvor o livro sagrado aos índios apresados.

Mas era através daqueles documentos e com o auxílio dos outros mais recentes que a narração do *Quadros* pôde executar sua seleção e apresentar os "conjuntos significativos" das outras planícies (como já dito, muitas das quais Humboldt nunca visitara e jamais visitaria). Nesse procedimento, no entanto, a narração novamente desvincula as informações trazidas pelos documentos do lugar social daqueles que os haviam produzido, e isola a representação de seu contexto: "*uma nova corrida comercial*" em meio ao "*horror da guerra*", como percebia o Secretario Young.

Desta forma, juntando, apesar das ressalvas, os esbaforidos da antiga corrida comercial aos "*dignos de fé*" - novos cientistas daquelas explorações mais recentes - a narração humboldtiana podia ver-se desligada da espúria colonial mercantilista, colocando-se acima de todos seus personagens.

Os progressos da ciência do mundo foram adquiridos ao preço de todas as violências e de todas as crueldades que os conquistadores, ditos civilizadores, trouxeram de um lado a outro da Terra (Humboldt, *Cosmos* [1848] apud Lourenço, 2002, p. 160).

Ao dizer que sua viagem à América havia sido idealizada com o desígnio de trazer contribuições às ciências físicas, Humboldt não via que aqueles progressos haveriam de acompanhar novas violências e novas crueldades. Pois entendia que só

remédio para todas as doenças e misérias". Até recentemente circulavam pela Guiana Inglesa moedas cunhadas com seu busto (Williams, 1962).

⁵¹ As exceções são alguns autores clássicos, pré-modernos, mencionados, como Deodoro (ou Diodoro Sículo – séc. I a.C.), Ptolomeu (90 -168 d.C.) e Heródoto.

agora em seu momento histórico (diferente daquele dos conquistadores) poderia ser realizada uma civilização plena.

No entanto, é curioso o fato de Humboldt, ao contrário de todos os cientistas mencionados das novas explorações, ter custeado sua viagem com sua própria fortuna, como gostava sempre de lembrar. Em sua viagem pela América o dinheiro da expedição vinha de seu próprio bolso e talvez isso reforçava-se nele a ideia de que sua proposta harmônica (esclarecida e liberal) estava separada de tudo que lhe antecederia.

Porém, Adam Smith, na Escócia, já notava, nos idos de 1776, com seu *A riqueza das nações*, que o "desenvolvimento da filosofia" e o aumento do "cabedal científico" não precisavam ser considerados como desligados do processo histórico anterior, do mercantilismo, pois este havia afinal das contas permitido o que chamava de "*acumulação prévia de capital*".

Essa acumulação que propiciava a "*divisão do trabalho*" gerava direta ou indiretamente "*grandes avanços*" para o "*aperfeiçoamento das forças produtivas*". Para Smith, mesmo esses tipos novos de ciência, como a que ele mesmo propunha (a Economia Política), eram decorrência daquela "*acumulação prévia*":

Assim como a acumulação prévia de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento (Smith, [1776] 1996, p. 286).

[...] alguns desses aperfeiçoamentos foram obra de pessoas denominadas filósofos ou pesquisadores, cujo ofício não é fazer as coisas, mas observar cada coisa, e que, por essa razão, muitas vezes são capazes de combinar entre si as forças e poderes dos objetos mais distantes e diferentes. Com o progresso da sociedade, a filosofia ou pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas (Smith, [1776] 1996, p. 70 – grifos nossos).

Era bem provável, a julgar por esta afirmação, que se Smith fosse anacronicamente perguntado acerca de Humboldt diria que certamente ele seria um daqueles filósofos ou pesquisadores “capazes de combinar entre si as forças e poderes dos objetos mais distantes e diferentes”, coisa que o próprio Humboldt dizia que fazia com muitos esforços:

Todos os dados colhidos [pelos membros das expedições científicas dignas de fé - FBL] põem fora de dúvida as considerações [anteriores] [...] que eu não podia apresentar senão a título de conjecturas. Na descrição da natureza, como na crítica histórica, os factos permanecem isolados durante

muito tempo, até que se logra a ventura, à custa de muitos esforços, de os reunir em grupo, constituindo um todo (Humboldt, 1952, p. 35 – grifos nossos).

Para Humboldt aqueles fatos isolados, isto é o que havia sido produzido pela ciência anteriormente, deveriam ser por ele reunidos num grupo de maneira constituidora de um todo; assim temos aqui que o "todo" para Humboldt se dá através da “*constituição do todo pela descrição da natureza*”, “à custa de muitos esforços”, como um resultado intelectual, como algo que se forma a partir de uma perspectiva subjetiva específica.

Isto pode ser interpretado como puro idealismo, pois como vemos, para Humboldt, a totalidade se estabelece pela ideia que se faz dela conscientemente, e os muitos esforços são os processos intelectuais e sensíveis (subjetivos) da descrição da natureza.

Mas esses fatos isolados de que Humboldt falava, teriam sido articulados por ele à sua “*composição híbrida*” a partir do que Pedras (2000) apontou como um “*conhecimento prévio*”. Ainda que a ideia da autora do “conhecimento prévio” esteja mais ligada a um “*conhecimento prévio das leis naturais*”, ela torna-se sugestiva para nossa perspectiva se relacionarmos novamente, como sugere o barão, a “*descrição da natureza com a crítica histórica*”; na investigação daqueles muitos esforços a partir da crítica de Marx n’*O Capital* (1988).

Ao passo em que ia se desenvolvendo com cada vez mais força uma crítica científica – autonomizada – que punha em questão os fundamentos religiosos do poder dos Estados Absolutistas, questionava-se também o sistema mercantilista de acumulação de capitais (um dos objetos de crítica central de *A Riqueza das Nações* de Smith).

A partir de meados do século XVIII era cada vez mais comum, principalmente a partir da expedição La Condamine (de 1734), a realização de explorações científicas executadas por uma *categoria específica de pessoas* cuja *ocupação principal ou exclusiva* era a ciência. Nesse processo de superação crítica das explicações teológicas, o discurso que justificava a prática científica se apoia na necessidade tautológica do “*progresso das ciências*” (La Condamine, 1745, p. v); e na ideia de que

a ciência traria melhorias "*à vida dos homens*" (p. ij), "*vantagens comuns às nações*" ("*à l'avantage commun des Nations*") (p. j-ij)⁵².

Como qualquer outro ofício, também esse [a filosofia e a pesquisa] está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico (Smith, [1776]1996, p. 70 – grifos nossos).

Humboldt decerto contou com o aumento do cabedal científico para escrever os enormes volumes de obras publicadas. Mesmo que essa subdivisão do trabalho filosófico lhe causasse calafrios em sua espinha romântica, sua proposta harmônica totalizante poderia remediar este problema à medida que articulava diversas perspectivas científicas, estéticas e filosóficas.

Já Smith não via problema algum nessa subdivisão do trabalho filosófico, muito pelo contrário, era dela um apologeta. O grande problema para Smith era que "*a divisão do trabalho*", e com ela o progresso das artes, do comércio e dos ofícios (dentre as quais as ciências), estavam sendo obstaculizados "*pelo antigo menosprezo pela indústria*", "*pelos monopólios e subsídios, privilégios outorgados a certas corporações*" (pp. 223-236).

A divisão do trabalho estaria sendo impedida de seguir seu curso normal, pois só "*em uma sociedade bem dirigida*" pode ocorrer a "*multiplicação das produções de todos os diversos ofícios*", que "*geram aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo*" (Smith, p. 70).

Smith entendia que essa sua crítica ao sistema mercantilista (ao monopólio mercantil e ao menosprezo da indústria) podia ser formulada pois seu próprio ofício (um cientista da Economia Política) havia sido fomentado pelo processo de divisão do trabalho que decorria da acumulação prévia de capital; esse processo prévio ainda que tivesse permitido que se formasse uma subdivisão do trabalho filosófico, no seu caso,

⁵² Junto com a autonomização científica surge uma ideia do humano bastante distinta daquela que explica a obediência ao soberano pelos desígnios de Deus. O humano passa a ser visto em sua igualdade, um fazedor de contratos.

uma ciência própria para o uso do estadista, agora obstaculizava a implementação desse saber científico⁵³.

Assim, no final das contas o grande problema para Smith era que a sociedade não estava sendo "*bem dirigida*", e essa ideia Humboldt compartilhava com o economista-político.

O Barão também haveria de fazer diversas observações como as de Smith, apresentando-as diferentemente conforme o gênero de sua obra. No *Ensayo político del Reino de Nueva España* ([1811] 1827) por exemplo, obra encomendada pela coroa espanhola e publicada durante as guerras independentistas hispano-americanas, Humboldt faz diversas sugestões ao governo espanhol colonial visando o aumento da riqueza territorial, entre eles a construção de um canal no "*Istmo do Panamá*":

[...] una empresa que inmortalizaría el gobierno que así se ocupara de los intereses del género humano.

Entonces se abriría un camino, ya que no fuese para los buques, aa lo menos para las mercancías que deben pasar del Oceano Atlántico al mar del Sur. No estamos ya en los tiempos en que la España por una política suspicaz quería negar a los demás pueblos todo tránsito por medio de unas posesiones que por largo tiempo ha tenido desconocidas al mundo entero. Los hombres ilustrados que se hallan hoy al frente del gobierno, acogen benévolamente las ideas liberales que se los proponen; y no se mira ya la presencia de un extranjero como un peligro para la patria.

Cuando se establezca un canal de comunicación entre los dos Oceanos, las producciones de Nootka-Simd y da la China se acercarán de la Europa y de los Estados-Unidos más de dos mil leguas. Solo entonces se verificarán grandes mudanzas en el estado político del Asia oriental; porque hace siglos que aquella lengua de tierra, contra la cual se estrellan las olas del Océano Atlántico, es el baluarte de la independencia de la China y del Japón (Humboldt, 1827, p. 53).

A crítica de Smith ao mercantilismo voltava-se contra o monopólio, ou o "*exclusivo metropolitano*" (Novais, 1977)⁵⁴, tão importante ao capital comercial mercantil; nas palavras de Smith, aquilo era na melhor das hipóteses "*uma norma inútil ou danosa*". O pressuposto lógico da crítica smithiana ao mercantilismo pode

⁵³ "A Economia Política", diz Smith, "deve ser considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano" (Smith, 1996, p. 413).

⁵⁴ Isto é, a reserva do mercado das colônias para a burguesia mercantil metropolitana (Novais, 1977, p. 60).

ser bem parecido com o pressuposto harmônico que permitia a Humboldt criticar a ciência mercantilista. Smith partia da ideia de que o monopólio, até então exclusivo do soberano, deveria ser compartilhado por todos os indivíduos postos na divisão do trabalho, e justamente por todos terem esse desejo se produziria um equilíbrio econômico (ver Smith, [1776] 1996). Smith reconhecia uma ética movendo os interesses dos homens, o desejo de enriquecer comum a todos na realidade econômica levaria à confiabilidade das leis da oferta e da demanda que regem o mercado na concorrência destas forças. Mantidas à sua própria sorte as mercadorias são vendidas em seu “*preço natural*”. Não fossem elas subsidiadas através de políticas monopolistas circulariam de maneira equilibrada e essa troca equilibrada não só aferiria vantagens comerciais como promoveriam o equilíbrio econômico de cada mercado: “*cada um reporá um capital que fora empregado em cultivar e preparar para a comercialização essa parte do excedente de produção do outro*” (Smith, [1776], 1996, p. 467).

Com base nessa ideia, Smith não era contrário, assim como Humboldt, à colonização propriamente dita ou às monarquias, e também não defendia a ausência completa da participação estatal na economia, mas reivindicava um estado que levasse em conta a famosa “*mão invisível*” do mercado; conforme dizia, “*a melhor política é sempre deixar as coisas andarem seu curso normal*” (p. 182)⁵⁵.

Ele não negava que a “*acumulação de capital*”, que tanto louvava, havia sido efetuada pelo próprio mercantilismo, queria apenas corrigir seus problemas. Mostrava no horizonte uma perspectiva mais vasta comparada às teorizações mercantilistas anteriores e buscava naquele cenário soluções baseadas em argumentações científicas para os problemas que o mercantilismo enfrentava. No entanto, Smith não entrava muito nos detalhes da história daquela paisagem, de como havia se estabelecido aquela “*acumulação de capital*” e qual era sua sustentação histórica, o segredo que se

⁵⁵ Interessante notar que Smith já percebe a cegueira capitalista, mas como um bom economista-político é dela é um apologeta: “*Geralmente, na realidade, ele [o capitalista] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público*” (Smith, 1996, p. 438).

encontrava no coração do que tanto defendia: o capital. Quanto ao processo de acumulação anterior simplesmente nomeava-o "*acumulação prévia*" (*previous accumulation*): "*necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho*" (p. 286), algo que ele próprio presenciava e via se desenvolver em Glasgow⁵⁶.

A sistematização dessa história, mostrando que as diferentes realidades metropolitanas e coloniais não eram simplesmente fatos isolados, e que, independentemente da forma como era concebida, estavam *realmente* articuladas, só seria realizada, salvo engano, por Marx n'*O Capital* em 1867. Em cuja obra é possível uma leitura que percebe sua intenção de não buscar encontrar soluções ao capitalismo, afinal não propunha uma obra de Economia Política, como a de Smith, e sim uma Crítica à Economia Política (como pode-se ler no subtítulo da obra).

No *Capital*, Marx trataria daquela história mercantilista, a da acumulação prévia a que Smith se referia, ironizando justamente a forma idílica pela qual até então se contava a história.

De acordo com Marx, a acumulação de capital misturava "*diferentes métodos*":

[...] resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial (Marx, [1867] 1988, Vol. II, p. 275-276).

Humboldt havia vivenciado o sistema colonial, mas ao contrário de Marx, enxergava-o de outra forma.

Juntando ao nosso modo ambas as perspectivas sobre o mundo colonial (uma que o pinta como harmônica e outra que a vê como a mais brutal violência) temos que a proposta harmônica humboldtiana pode ser pensada em seus mais finos acordes se notamos que o que a sustentava (*reposit*) era exatamente seu negativo: a violência. Deste ponto de vista, o que Humboldt buscava com seu *Quadros da Natureza*, a

⁵⁶ Glasgow, onde Smith passou a maior parte de sua vida adulta antes de iniciar a composição de sua grande obra, recebeu ainda o estímulo adicional provido pela abertura dos mercados coloniais ingleses às mercadorias escocesas, após a união da Escócia ao Governo de Westminster na primeira década do século. Isto transformou a região do estuário do Clyde no maior empório europeu de tabaco e proporcionou o desenvolvimento do núcleo da futura grande siderurgia escocesa e de inúmeras outras indústrias (Fritsch in Smith, 1996, p. 17).

harmonia, era exatamente o oposto do que vivenciou, a violência das décadas finais do processo de acumulação primitiva de capital:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. [típicos da colonização mercantilista] De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra [de 1793 a 1802, no momento em que Humboldt viaja para as colônias americanas] e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China [até 1860, um ano após a morte do barão], etc. (Marx, [1867] 1988, Vol. II, p. 275).

Vale notar que na citação anterior do Barão, ele reivindicava a abertura de um canal no Istmo do Panamá, entre outros motivos, para aproximar as produções chinesas da Europa e dos Estados Unidos. A Guerra do Ópio, por outro lado, iniciada pela Inglaterra, visava garantir o sentido inverso da circulação: a Inglaterra acumulava um déficit na balança de exportação pois as fronteiras comerciais chinesas só se abriam ao ópio importado ao país pelo comércio britânico que o transportavam da Índia. Em meados do século XIX a China proíbe a liberdade dessa única mercadoria entrar em seu território. A Inglaterra que já queria equilibrar o déficit da balança de exportação e via-se compelida em inundar a China com suas outras mercadorias (muitas delas industrializadas) abre guerra então com aquele país asiático. Contemplemos o quadro da aproximação mercantil entre as nações! Aquilo que para Humboldt seria a imortalidade de um governo, maiores trocas comerciais entre os continentes, resultava na morte de mais de 40.000 chineses.

Se olharmos desta maneira parece que tudo que o Barão propunha se realizava de maneira inversa às suas intenções, ou então esta passava-lhe às costas, pois o que entendia como a busca da harmonia era justamente a realização da opressão da qual de início tentava fugir.

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As '*sociedades monopolias*' foram alavancas poderosas da concentração de capitais. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital [...] Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que

dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o "deus estranho" que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra (Marx, 1988, Vol. 2, pp. 277-8).

Assim, talvez pudéssemos pensar que aquela "experiência intertextual" suscitada no texto de Humboldt, a partir dos relatos, crônicas e mapas, os fatos isolados que Humboldt reunia e concentrava no texto do *Quadros*, na realidade já estavam reunidos - já se articulavam num processo de totalização da forma social. A violenta formação capitalista e seus impactos profundos na experiência do sujeito moderno, era vista por Humboldt como força misteriosa própria da natureza, por vezes oculta e por assim dizer impossível de ser plenamente compreendida pela razão. Força que se materializava na indústria nascente do norte europeu, que "despertava vivamente na Inglaterra" e que ganhava vida com suas mercadorias. Acumulando a herança colonial mercantilista, representada na forma daqueles escritos mal-afamados, que por sua vez tinham relação íntima com a mais brutal violência (violência extra-econômica do sistema colonial), Humboldt pôde reuni-los e sistematizá-los de forma que em seu texto funcionassem como um suporte empírico e histórico subjugado à sua compreensão idealista do todo como harmonia. Desta forma, a proposta harmônica humboldtiana pode ser pensada como o revés da moeda do processo final da acumulação primitiva, da transição da supremacia do capital comercial mercantilista à supremacia industrial (Marx, 1988, p. 278) que iria se desenvolver ao longo do século XIX.

Talvez Humboldt notasse que a harmonia enquanto composição, ou nas palavras de Adorno, "*enquanto resultado, nega a tensão que a garante*". Mas ele percebia esta tensão, como mesmo falava, como uma "*concorrência de forças*" que se estabeleciam no plano interno de sua composição harmônica. Não suspeitava que também a idealidade, a busca da revelação harmônica, haveria de ser a continuidade da violência proposta num outro nível: uma violência harmoniosa, a violência econômica do dinheiro - da subjugação ao trabalho assalariado. Proposta essa que se assemelhava à da liberdade burguesa com a qual reiteradamente flertava. Como pudemos ver na última citação do Barão, a liberdade reivindicada é a do liberalismo, a liberdade do comércio, e, se quisermos, da *mercadoria manufaturada*. Sua proposta harmônica "*transforma-se assim em elemento perturbador, falsidade e, se se quiser, dissonância*" (Adorno, 1970, p. 60).

O MODELO DA TRANSIÇÃO FELIZ *ou a violência como fundamento para uma colônia harmônica*

Até aqui entrevimos relações de poder na paisagem da América colonial narrada no *Quadros* apenas quando era descrita através da estética do sublime como pura natureza. Foi dentro destes limites, da narrativa de uma natureza sublime, que chamamos a atenção para a possibilidade de interpretar a descrição realizada subordinando o dado empírico a um ordenamento, seja ele estético ou científico, que em certa medida apagava do quadro das estepes os elementos de uma sociabilidade colonial. Se a sociabilidade *llanera* veio ao texto, surgiu como uma intromissão, como rastro, vestígio de uma aniquilação descritiva que constituiu os *Llanos* como o vazio para a sinfonia harmônica humboldtiana. Se aspectos de uma ocupação dos *Llanos* aparecem no texto eram até aqui imateriais, invisíveis - como as vozes que o viajante ouvira. O colonial permaneceu exatamente como este elemento silenciado que se coloca presente como omissão.

Procuramos mostrar por outro lado que num plano interno à obra, do ponto de vista do diálogo com a ciência da época, a relação da composição do *Quadros da Natureza* era sustentada através do que Ette (2009) chamou de "*experiência intertextual*": a composição harmônica tornava-se viável através de referências e incorporações de outras obras científicas que carregavam os traços do colonialismo mercantil. Aquela incorporação era marcada, no entanto, por uma dupla tentativa de suplantação.

As descrições produzidas pela ciência mercantilista estavam sendo superadas por aquelas da época de Humboldt, de uma nova corrida pelo comércio que agora adentrava os interiores continentais; uma ciência que se diferenciava daquela anterior por estar já em vias de autonomização da empresa colonial. A perspectiva humboldtiana, por sua vez, colocava-se acima de todas elas, como nova síntese discursiva, na medida em que era capaz de reunir as partes, as descrições de diferentes lugares do planeta num todo harmônico - compreendido de maneira universalizante.

A análise da composição do *Quadros* sugere que Humboldt tinha consciência de que a ideia da revelação harmônica era sustentada por uma concorrência de forças. Estas forças, por sua vez, formuladas e submetidas numa perspectiva idealista da realidade deveriam se resolver, se equilibrar numa unidade no âmbito discursivo. A

proposição da harmonia do mundo em Humboldt, na qual o mundo colonial está necessariamente incorporado em seu diálogo com a ciência que o precedia, pressupunha no entanto que a percepção ou a intuição daquele que revela a harmonia estivesse em identidade com o mundo; e disso, aqueles que apontam uma filiação de Humboldt com a *Naturphilosophie*, de Schelling, haveriam de estar em acordo⁵⁷.

Deveis recorrer a uma harmonia preestabelecida [dissera Schelling], deveis admitir que nas próprias coisas fora de vós domina um espírito que é análogo ao vosso. Pois só num espírito com poder criador podem interpenetrar-se e unir-se conceito e realidade, ideal e real, de modo tal que entre ambos não seja possível qualquer separação (Schelling, [1797] 2001, p. 99).

Tendo Humboldt aceito a ideia schellinguiana estaria pressuposto que, para que a intuição pudesse revelar a harmonia, ela deveria estar em comum acordo com as forças centrais em jogo na conformação da realidade. Assim, se a tarefa fosse cumprida, significaria que o que fora percebido como harmônico poderia se tornar objetivo no mundo.

Neste sentido a harmonia se afigurava como uma promessa que se abria naquele momento histórico mas que partia de uma racionalidade que entendia a si mesma como necessariamente livre. A transposição da harmonia ideal à realidade objetiva encontrava porém obstáculos, o que implicava na necessidade da incorporação emancipadora desses obstáculos, daquilo que impedia a realização da harmonia entre homem e mundo⁵⁸.

Ao seu tempo histórico, a realização objetiva do ideal harmônico esbarra na limitação imposta aos homens por eles mesmos - como notavam Schelling e Humboldt. Mas, frente a este problema, o homem não deveria dissipar suas forças na luta com ele mesmo, com suas próprias fantasias, pois o homem existia para exercitar suas forças numa relação direta com o mundo.

[...] portanto, entre ele e o mundo não pode existir nenhum abismo, entre ambos deve ser possível o contacto e a

⁵⁷ Diversos comentadores apontam esta ligação filosófica fundante da noção da identidade harmônica entre homem e mundo de Humboldt como sendo tributária de algumas elaborações da filosofia schellinguiana. A revisão bibliográfica aqui realizada apontou Moraes (1989, pp. 91 a 94), Silveira (2012, pp. 308 e seguintes), Richards (2002, p. 129) e Vitte (2010, pp. 189-190).

⁵⁸ Schelling formula esta ideia ao colocar para si a análise do sistema mecanicista. Não interessava ao filósofo se as formulações mecanicistas eram verdadeiras em si. Seu interesse no mecanicismo se dava por entendê-lo como especulação nascida no espírito, e como tal, válida para conduzir a construção de uma filosofia da natureza (*Naturphilosophie*), que poderia finalmente realizar, tornar verdadeira e objetiva a união do espírito com o mundo.

acção recíproca, pois só assim o homem se torna homem (Schelling, [1797] 2001, p. 39).

Frente às questões vivenciadas por Humboldt na colônia, pode-se dizer que o modelo mercantilista de exploração colonial apareciam-lhe como este elemento criado pelos homens que limitavam a ação humana e sua relação com a Natureza. Mais especificamente era o modelo do monopólio metropolitano e o trabalho compulsório da dominação colonial que impedia a realização de uma harmonia percebida idealmente.

Daí que as propostas de Humboldt num plano prático se assemelhavam com a proposta burguesa da Economia Política do livre comércio. Para ambos, o monopólio mercantil é objeto de crítica⁵⁹.

Porém, a solução da racionalidade harmônica não passava de uma positivação idealista do processo prático em vigência pois ela não percebia que o fundamento do processo na qual estava inserida não era um problema moral passível de ser resolvido no plano ideal; fora da idealidade a proposta humboldtiana da harmonia se desenhava não como uma relação idílica entre homem e natureza, mas como uma violenta imposição de ordem, autoritária, que promoveria um equilíbrio da relação entre coisas. No limite, a harmonia pode ser pensada como ideologia de ordenação para o equilíbrio das relações sociais visando o desdobramento da acumulação capitalista pós-mercantil. Neste sentido, escapava-lhe já de saída o próprio pressuposto da intuição como livre, pois aquela racionalidade era ela mesma sujeitada pelo processo em andamento, da transição do capital comercial para o capital industrial. O livre comércio lhe aparecia como possibilidade emancipatória pois promovia a ciência e a arte, algo que era obstacularizado pelo mercantilismo. Mas no fim das contas, o que Humboldt não pôde ver é que o livre comércio não trazia consigo uma ruptura do fundamento mercantil (a troca de mercadorias), pelo contrário, era apenas o alargamento e a generalização de seu horizonte.

⁵⁹ Veremos mais adiante no último item do terceiro capítulo que a crítica de Schiller à adoração moderna da utilidade implicava numa rejeição da riqueza e da satisfação dos desejos subjetivos como realização da liberdade, ao contrário da formulação de Adam Smith. Ainda que este trabalho não tenha explorado essa diferença, que no limite se refere à diferença da noção de equilíbrio (liberal e burguesa) e da harmonia (idealista e conservadora) podemos entender que ambas estão de acordo que o Estado Absolutista não poderia mais justificar seu poder a partir de uma explicação religiosa. De qualquer maneira, interessa ver a semelhanças nessas concepções à medida que em Humboldt há uma justaposição do equilíbrio e da harmonia.

O caráter irrefletido da visão humboldtiana com relação ao fundamento da prática colonial moderna aparece logo que ele pela primeira vez concede à caracterização da paisagem *llanera* elementos sociais e históricos. Isto se torna possível de ser observado pois à continuidade de nossa leitura *pari passu* do livro I do *Quadros da Natureza* poderão ser finalmente observadas menções ao povoamento dos *Llanos*, que imediatamente se apresentam como frutos da relação colonial.

Quando finalmente Humboldt apresenta a ocupação *llanera*, lança mão de um modelo que o permitiu pensar o desenvolvimento das civilizações humanas em geral. Segundo este modelo, aplicado no livro I do *Quadros* à "história dos povos das estepes", o homem seguiria seu rumo à civilização, passando do estágio nômade à "*vida pastoril, transição feliz que assenta as hordas sobre um solo fértil em pastos e as prepara para a agricultura*" (Humboldt, 1952, p. 18).

No entanto, este seu modelo não teria se realizado nos *Llanos* até a colonização moderna, justamente pela ausência de um dos fatores de sua fórmula: aquelas estepes eram naturalmente desprovidas de animais para pastoreio e consequentemente não poderiam reter ocupações humanas. Aos *Llanos* estaria reservado apenas o descompromisso civilizacional das "*hordas nômades*".

[...] apesar de que as estepes da América Meridional estão cobertas de uma leve camada de terra vegetal [...] nunca puderam chamar a si as povoações limítrofes e decidi-las a deixar os formosos vales de Caracas, as margens do mar e esse mundo de rios que formam a bacia do Orenoco, para irem perder-se em desertos desprovidos de árvores e mananciais. Assim, quando os colonos de Europa e África penetraram na charneca, acharam-na quase toda despovoada (Humboldt, 1952, vol.1, p. 16 – grifos nossos).

O modelo humboldtiano para explicar a ocupação *llanera* se constrói através do pressuposto de uma relação recíproca da vida humana com o mundo físico e com os elementos naturais a ela dispostos.

No entanto, no Novo Mundo fora somente com a colonização moderna que os *Llanos* puderam adquirir aquele fator necessário à civilização. Para Humboldt, a colonização - de certa forma em harmonia com o plano da natureza - fora a responsável por realizar a ocupação humana sedentária nos *Llanos*.

Depois da descoberta do Novo Continente, os plainos tornaram-se habitáveis pelo homem. A fim de facilitar as relações entre as costas e a Guiana construíram-se aqui e acolá ciudades próximas dos rios que atravessam a estepe. Por toda parte, naqueles espaços imensos, começou a vida pastoril.

Estão distanciadas uma das outras, um dia de jornada, cabanas feitas de caniçadas e cobertas de pele de boi. Em roda destas, na charneca, vagueiam muitos rebanhos de cavalos, mulas e bois voltados ao estado selvagem, cujo número, na época de calma em que eu visitei estes lugares, não era avaliado em menos de 1.500.000 cabeças (Humboldt, 1952, p. 20 - grifos nossos).

Como vemos, a partir da menção à colonização a descrição dos *Llanos* sofre uma violenta transformação; somente agora sua representação parece fazer jus ao que se afigurava como uma das áreas de maior produção pecuária do Antigo Sistema Colonial. No entanto, quanto ao processo de formação desta nova paisagem, a história por trás daqueles elementos novos, pouca coisa é dita. Ele se limita a comentar: "*Reuniram-se no meio da estepe e em povoações [...] famílias que vivem do gado e não da agricultura*" (Op. Cit. p. 192).

Mas a vida pastoril aqui não pode ser pensada na generalidade abstrata proposta pelo modelo humboldtiano, justamente por ela se estabelecer em relação ao processo de colonização moderno. Enquanto tal, "*travejado por um sistema específico de relações*", difere-se *essencialmente* de qualquer outro tipo de relação colonial das formas sociais conhecidas até então (Novais, 1977, p. 14).

O desenvolvimento da vida pastoril tratada por Humboldt não diz respeito imediatamente à natureza, mas ao processo de produção colonial mercantilista, de acordo com Novais, "*peça da acumulação primitiva de capital*" (Op. Cit., p. 33).

Ao mesmo tempo em que é sugerido que a colonização fora responsável pela humanização da paisagem *llanera*, temos que a vida pastoril surge em decorrência do estabelecimento de cidades; o que altera significativamente o modelo linear da progressão natural à civilização adotado por Humboldt. É que na realidade a afirmação de que as famílias vivem do gado poderia ser válida se considerássemos que a atividade pecuária desenvolvida nos *Llanos* na época estava posta numa relação de produção para exportação - num tipo de organização social totalmente distinta da vida pastoril na história dos povos em geral.

As famílias vivem do gado por ele ser a *mercadoria* pela qual se dá a inserção dos *Llanos* na dinâmica colonial - ligados por sua vez às trocas comerciais com a metrópole. Os *Llanos da Província de Caracas* abasteciam com gado, muares e carne salgada os empreendimentos coloniais da área costeira da *Tierra Firme*, mas também e fundamentalmente as *plantations* antilhanas, seu principal mercado de escoamento. Fora em decorrência do estabelecimento da produção colonial de mercadorias

tropicais, como algodão, cana e cacau, que se deu o avanço da dominação colonial para o interior *llanero*. Por outro lado, podia-se viver do gado, desde que aquela produção pagasse tributo às autoridades coloniais. Sendo assim, era a lógica de uma produção de mercadorias para exportação, algo imposto histórica e socialmente, o que condicionava a "humanização" *llanera*.

A Humboldt lhe escapou que esta lógica não era sob nenhum aspecto natural, e que era sob a noção de uma ruptura histórica com as formas sociais anteriores que haveria de ser considerada a força oculta que animava o mundo e que ele cantava.

Além disso, a ideia de que só com o descobrimento e a posterior colonização os *Llanos* tornam-se habitáveis pelo homem implica, como vimos, numa noção de homem específica: é o homem produtor de mercadorias ou que está submetido a esta prática que poderá lá viver.

Interpretações similares à de Humboldt acerca do sistema colonial são encontradas em Maximilien Sorre, na obra *Les migrations de peuples* [1955], que mantém uma atitude semelhante ao formular a colonização na sua generalidade como "*alargamento da área de expansão humana no globo*" ou ainda como "*expansão do ecúmeno*", uma espécie de humanização espacial que se processaria com o "*progresso histórico*" a partir da relação entre homem e natureza.

Conforme Novais (1977), formulações como as de Sorre, ainda bastante presentes hoje, não percebem a diferenciação que a colonização moderna tem de todas as anteriores; não explicam, por exemplo, por que a colonização ultramarina que Humboldt narra assumiu a forma de uma exploração mercantil.

Segundo Sorre, a colonização implicaria, finalmente, justamente pela organização e ocupação que imprime na área, numa valorização de novas regiões (apud Novais, 1977, p. 14). Ora, considerando aquilo que Sorre retira de sua formulação, que a organização e a ocupação destas áreas implicava num processo de imposição da prática mercantil, aqueles que inviabilizavam essa "organização" e que se contrapunham na disputa do território colonial à ocupação europeia comprometiam aquela "*valorização de novas regiões*". A formulação da colonização como expansão do ecúmeno, de forma a desconsiderar a humanidade das populações originárias anteriores, decorre justamente da "necessidade" hegemônica da colonização europeia no ultramar e dela não permitir nenhuma forma social estranha à efetivação da produção de mercadorias coloniais numa determinada área.

Na apresentação humboldtiana das estepes se reitera, portanto, o próprio processo histórico decorrente da imposição da forma social moderna, não sendo obra do acaso que na reconstituição da paisagem *llanera*, numa apreensão harmônica, as formas sociais marginais ao processo colonial tiveram de ser tornadas invisíveis.

A descrição humboldtiana, repetimos, estava afinal em harmonia não com a natureza como ele pensava, mas com a naturalização da prática social moderna que naquele momento se punha no alargamento das relações de produção para exportação.

Desde o início da colonização a incorporação da população indígena era simultaneamente a aniquilação de suas próprias formas de organização. E, ao que parece, ainda no período da viagem de Humboldt e Bonpland, a questão não estava totalmente solucionada; ainda em seu tempo como ele mesmo diz:

[...] as hordas mais fracas, quando penetram no mar de areia [das estepes], têm o cuidado de apagar, com as mãos, os vestígios do seu passo tímido (HUMBOLDT, 1952, p. 28).

Temos assim nos *Quadros da Natureza* que a "*transição feliz*" sobre a qual Humboldt vacila em revelar seus detalhes pode ser pensada como o sanguinário estabelecimento das condições para a produção colonial no futuro território venezuelano.

Assim, no desdobramento da pintura literária do quadro das estepes *llanera*, no lugar onde se exibia "*livremente a vida dos animais e das plantas*" se ergue uma dinâmica social que não pode ser explicada pelas forças da natureza; os modelos que Humboldt utiliza para pensá-los tentam apaziguar contradições que escapam violentamente de um pressuposto harmônico em identidade com o mundo natural.

Assim como em todos os momentos da consideração das estepes, também aqui a descrição humboldtiana funciona num jogo de forças, numa combinação compensatória que deve por si sustentar a imagem evocada. Mas aqui a combinação não é o choque entre imagens de deserto e oceano, não se reduzem ao jogo de forças entre ciência e arte; num derradeiro traço da "*pintura linguística*" das estepes, a narração lida com elementos sociais e históricos presentes de forma explícita na paisagem:

Poderia pôr aqui termo à empresa arriscada de pintar o quadro das estepes. Mas, assim como sobre o oceano o espírito se deleita gradativamente com a vista das costas afastadas, deitemos ainda, antes que desapareça o deserto imenso, um rápido olhar às regiões que o rodeiam (Humboldt, 1952, p. 26, 1850, pp. 38-39).

Os *Llanos* dotados de uma esparsa, porém significativa, caracterização social, considerados agora num conjunto, deverão colocar-se em relação às forças às quais estão submetidos:

Ao norte, entre a cadeia da Venezuela e o mar das Antilhas, encontram-se com curtos intervalos, ciudades industriosas, aldeias de aspecto risonho e campos cultivados com esmero. Há já muito tempo que o sentimento da arte, o estudo da ciência, e o nobre amor da liberdade política despertaram nestas regiões (HUMBOLDT, 1952, vol.1, p. 26 – grifos nossos).

Se as estepes são de fato um quadro, temos em uma de suas molduras áreas onde tudo de mais sagrado parece florescer: as cidades à beira mar, por onde chegou a colonização, de onde suas forças partem e se renovam; onde o próprio Humboldt desembarcou; de onde chegara como que planando a voz ordenadora da narração; de onde chegam as manufaturas europeias e de onde partem as mercadorias coloniais. Arte, ciência e política despertam lá onde as trocas mercantis têm estímulos mútuos. Aqui, pela primeira vez, a narração concede à paisagem americana elementos de um sentimento do belo, afinal, como Kant prescrevera, o belo é a irradiante satisfação nos olhos, e as aldeias suscitam um "*aspecto risonho*" ao observador da paisagem.

Lá, agora, reside nos olhos de Humboldt a esperança para a superação do que aflige os homens. Porém, no lado oposto da moldura, uma espécie de força antagônica ainda se mantém:

Ao sul, a espantosa solidão rodeia a estepe. Bosques de profundidade impenetrável, e cuja idade se conta por milhares de anos, enchem a região situada entre o Orenoco e o rio Amazonas. Massas enormes de granito cor de chumbo apertam a abertura dos rios espumantes. Os bosques e os montes ressoam com o fragor das quedas de água, dos rugidos do jaguar e dos uivos roucos do macaco barbudo, presságio da chuva (Op. Cit., pp. 26-7).

Uma natureza selvagem, impenetrável para o olhar. Áreas que Humboldt não pode visitar senão pelos rios que o cruzam, guiado e resguardado com armas de fogo. Na consideração desta área a estética do sublime ressurge com mais força do que antes. São regiões que participam marginalmente da dinâmica colonial; cuja principal mercadoria a ela fornecida através do roubo era mão de obra escrava indígena. As relações que as estepes mantêm com este território como que as assombram, as cercam por todos os lados.

No meio desta natureza grande e selvagem vivem raças humanas muito diversas. Algumas, como os Stomakos e

Jaruros, separada das outras pela diferença absoluta de língua, levam vida nômade. Estranhas à agricultura, comem formigas, goma e terra; são as fezes da espécie humana. Outras têm morada fixa e alimentam-se de frutos que cultivaram: não carecem de inteligência e seus costumes têm maior suavidade; a este número pertencem os Maquiritares e os Macos. Os vastos espaços, compreendidos entre o Cassiquiare e o Atabapo, não são povoados senão por tapires e macacos que vivem em sociedade (HUMBOLDT, 1952, vol.1, p. 27 – grifos nossos).

Suas considerações sobre estas formas sociais estranhas à agricultura, que levam vida nômade, e por assim dizer que não estão submetida diretamente à produção colonial, podem ser entendidas como frutos do imperativo histórico da colonização moderna. No movimento da colonização rumo ao interior continental, após a humanização dos *Llanos*, o olhar se depara com uma área sobre a qual a produção colonial ainda não se efetivara. Num plano interno da dinâmica colonial, os tributos oferecidos por aquela área às autoridades coloniais são somente o que era adquirido pelo apreçamento indígena. Naquela área ainda não se estabelece a produção de mercadorias atadas aos fluxos metropolitanos⁶⁰.

Mas a consideração ilustrada do Barão acerca das etnias indígenas, em harmonia com o imperativo da generalização da produção de mercadorias, como que dá aval à continuidade do massacre indígena, pois ele as apresenta como a alteridade indesejada, como excreção: aquilo que deve ser imediatamente descartado.

Se no plano da composição da obra, vimos que Humboldt pretende que a harmonia se sustente numa concorrência de forças, temos que para sua realização no plano prático da particularidade colonial, estas forças se afiguram como a mais brutal violência ainda sendo necessária.

⁶⁰ Veremos mais detidamente o sangüinário avanço colonial na bacia do Orenoco no capítulo III.

CAPÍTULO II

UM SIGNIFICADO HISTÓRICO PARA A AMÉRICA NOS QUADROS DA NATUREZA

A PAISAGEM ENQUANTO MÉTODO

ou a possibilidade de inserir a colônia numa totalidade harmônica

A interpretação dos *Quadros da Natureza* de forma desvinculada de uma reflexão acerca do mundo colonial foi, ao que parece, a forma como costumeiramente a ciência geográfica, particularmente a norte-americana e brasileira, interpretou na primeira metade do século XX a obra de Alexander von Humboldt. Esta literatura da geografia se debruça no método da ciência humboldtiana tendo como principal preocupação suas contribuições para uma metodologia própria da ciência geográfica; é raro encontrar - a bem da verdade esta pesquisa não encontrou - uma relação nestas obras da geografia⁶¹ do *conceito de paisagem* de Humboldt com a realidade empírica de certa forma representada no *Quadros da Natureza*.

Esta bibliografia da geografia que tivemos acesso trata da paisagem em Humboldt apresentando-a desligada daquilo a que ela, enquanto descrição ou evocação, estava remetida, isto é uma experiência empírica no mundo colonial. A paisagem como tal pode então ser formulada como conceito desprovido da particularidade empírica por ela comunicada, podendo assim ver-se liberta de indagações acerca da relação histórica e social que a forjou, ficando então situada num campo da reflexão epistemológica ao lado dos tantos outros conceitos utilizados pela geografia.

Robert Dickinson, por exemplo, afirma:

[...] lo esencial es que [Humboldt] no sólo reconoció paisajes únicos, sino que observó que poseen relaciones generales y causas genéticas comunes con áreas similares en otras partes de la Tierra; ésta es la esencia del método geográfico (Dickinson apud Capel, 1988, p.9).

⁶¹ Nossa revisão recorreu além dos textos mencionados em nosso trabalho à leitura de Tatham (1960), La Blache ([1913] 1982 e [1873] in Lira, 2012), Schaefer ([s.d.] in Macena, 2012 e 1976).

Ao contrário dessa visão, para nós o dado observado importa muito, mesmo para a consideração deste aspecto abstrato carregado pela paisagem humboldtiana enquanto caminho para relações generalizadoras.

Nossa perspectiva sobre a paisagem em Humboldt não pode se completar no campo da epistemologia - a não ser que consideremos que o método geográfico em si tenha sido possível como desdobramento, no plano científico, da racionalidade do capital manufatureiro e da Grande Indústria. De qualquer modo, ainda assim um apontamento como esse pediria uma entrada num campo de discussão social e histórico ao qual um epistemólogo que se preze sempre torce o nariz.

No entanto, é na consideração das relações de poder históricas e sociais que circunscrevem o ato da descrição da paisagem e não numa investigação do saber geográfico em si, que intentaremos apontar a apologia ao livre comércio no mundo colonial como o desdobramento prático da finalidade humboldtiana da revelação harmônica.

Enquanto discurso ou composição, vimos a paisagem cumprir sua função "metodológica": conceder uma via para a compreensão das particularidades americanas numa articulação com a unidade do mundo. Se a consideração dessa metodologia se limitar ao plano epistemológico, essa finalidade da paisagem em Humboldt não implica necessariamente na consideração de sua dimensão política: uma forma de pensar a colônia sob os mesmos fundamentos naturais da metrópole.

Porém, mesmo aqueles que se limitam a pensar as formulações de Humboldt no plano da epistemologia notam que o desenvolvimento de sua exposição está muito mais atrelado às particularidades do próprio objeto observado que a uma maneira pré-estabelecida de uma metodologia a ser aplicada à análise independentemente do objeto da descrição.

Na medida em que Humboldt pressupôs de saída que todos os objetos e forças da natureza [...] estavam interconectados na formação de um Todo, ele reconhece, em teoria mas também na prática, que isto poderia ser cientificamente estabelecido somente na investigação das características individuais e únicas em suas relações mútuas, reconstruindo essas relações na formação do todo (Hartshorne, 1956, p. 68, grifos nossos)⁶².

⁶² Tradução nossa. Original: While Humboldt assumed from the start that all the objects and forces of nature (nature in the sense of the world outside our minds) were interconnected to form a Whole, he recognizes, in theory as well as in practice, that this could be established scientifically only by

Por mais que as visões como as de Richard Hartshorne limitem a análise da obra de Humboldt tendo como propósito o "*entendimento do caráter do campo de pesquisa em geografia*" (1956, p. 34), tomando de saída a preocupação do que é "geográfico" na obra do Barão, ele chama a atenção para um aspecto da ciência humboldtiana no qual o método procura estar em relação com os objetos e fenômenos percebidos. Como também notara Moraes (1989), "*a obra de Humboldt não possui um caráter normativo explícito*" pois "*o plano de exposição de suas ideias é comandado pela própria apresentação do objeto e não por formulações teóricas a seu respeito ou da metodologia para estudá-lo*" (p. 108).

Isto haveria de ser mais um motivo para que o estudo da paisagem em Humboldt fosse também estudo daquilo que a paisagem enquanto representação tinha como objeto: nomeadamente, diferentes particularidades do mundo colonial na crise do Antigo Regime. Deste ponto de vista, seu "método" irá refletir aspectos desta crise e de seu desdobramento histórico pois como veremos Humboldt procurou encontrar soluções para sua superação.

Como vimos, a paisagem humboldtiana se inseria dentro de uma proposta de uma nova maneira de ver o mundo. Ao efetivar-se enquanto tal no tempo de uma crise (Trigo, 1999), inescapavelmente ele carrega consigo uma crítica, cujo ponto de vista se torna mais claro quando aponta soluções, mesmo que no campo do idealismo, para sua superação.

Poderíamos apontar alguns níveis em que se afigura a dimensão de uma crítica histórica que acompanha o "método" humboldtiano. Como vimos no capítulo anterior, seus escritos procuram se efetivar a partir de um princípio comum capaz de tratar em conjunto os "fatos isolados" descritos pela ciência que o antecedeu. A imagem de mundo e da América apresentada no *Quadros da Natureza* incorporava descrições de diversas áreas da Terra, articulando-as a um ordenamento no qual distintas particularidades são apresentadas como manifestações de um mesmo princípio.

Otmar Ette também faz menção à possibilidade interpretativa deste movimento do *Quadros da Natureza* que queremos chamar atenção. O autor defende que os escritos humboldtianos manteriam um sentido de totalização que teria paralelos com o desdobramento do valor no processo produtivo capitalista. Ao incorporar os escritos

investigating the individual, single features in their relation to each other, and building these up in their actual relationships to form the whole (Hartshorne, 1956, p. 68)

mercantilistas dentro de uma totalidade ordenada, Humboldt imprimiam-lhes outro significado já que para terem lugar nesta totalidade uma mesma essência estaria fundamentando a existência empírica da particularidade descrita.

Este tipo de escritura no supone una simple plus-valía literaria, sino que se convierte a si misma en un valor que se puede definir estéticamente como una ensamblaje y no como una simple adición. Esta estética es al mismo tempo fundamento y medio de la concepción científica de Humboldt. No se trata de ciencia más literatura (en el sentido de adorno y ornamento), ni de una estructura aditiva o de una colección, sino de una totalidad que tiene como meta la impresión total (Ette, 1999, p. 45 – grifos nossos).

Reconhecendo a perspectiva de Ette, nossa leitura de Marx permitiu dar um outro passo neste caminho: a incorporação humboldtiana dos escritos mercantilistas aparecem de forma análoga ao papel importantíssimo do sistema colonial na assim chamada acumulação primitiva de capital (Marx, 1996). Se o sistema colonial foi uma das bases pela qual o capital pôde andar com suas próprias pernas, também o acúmulo do "conhecimento prévio", vistos aqui como próprios de uma ciência mercantilista, foi fundamental para a proposta universal e totalitária da harmonia encontrada no *Quadros da Natureza*.

Este reconhecimento implica que a apreensão estética da paisagem já carregaria esta racionalidade do valor. Vimos que foi através do juízo estético que o que se apresentava como alteridade na relação empírica pôde ser reconhecido, pôde se tornar familiar mesmo que através de um certo exotismo. Seguindo Ette, podemos pensar que em Humboldt a paisagem pôde funcionar como forma a inserir a particularidade da colônia numa totalidade ordenada, como também notou Olarte Nieto, "*como un artificio que organiza la diversidad, y que tiene un propósito claro: el dominio y la organización del territorio*" (2008, p. 234).

Mas antes de compreendê-la simplesmente como artifício retórico, ou "*estratégia discursiva*" (Pratt, 1999) queremos chamar a atenção que entender a paisagem em Humboldt como algo que reflete a racionalidade e os desdobramentos da reprodução capitalista em seu tempo implica na consideração do problema fundamental da sociabilidade moderna: a forma mercadoria.

Como vimos, a realidade americana estetizada, transformada em paisagem, entra na descrição científica do mundo num afastamento formal daquilo que lhe conferia alteridade. De maneira semelhante, na medida em que as mercadorias

coloniais deixam a esfera da produção veem-se também desprovidas em sua forma empírica da violenta relação de poder que a constituiu. Suas particularidades empíricas, ainda que exóticas e pitorescas, podem então ser equiparadas a todo o restante das mercadorias produzidas; na realidade só assim se efetivam no mercado mundial.

Por mais que em seu processo de produção houvesse a dependência da violência direta, do trabalho escravo, aquilo que é alteridade ao discurso burguês liberal, quando uma mercadoria colonial entra no processo de circulação, pode ver apagada de si aquilo que as haviam trazido ao mundo. Frente a todo o restante do mundo de mercadorias produzidas, o que lhes são comum é aquela abstração do valor, invisível, mas metafísica real, uma fantasmagoria que efetiva a relação da particularidade com o todo e que rege, por assim dizer, uma totalidade pretensamente equilibrada.

A estética em Humboldt cumpre o papel da apropriação incorporadora do que não lhe é imediatamente idêntico dentro de padrões estéticos cognoscíveis nos marcos da racionalidade burguesa liberal. A ciência, por sua vez, deverá realizar a abstração daquilo que foi apreendido esteticamente; tornando viável a construção de uma identidade metafísica que confere existência universal ao particular. Quando Humboldt estetiza os *Llanos* abriu-se caminho para a consideração das características mais gerais de sua representação, a partir do reconhecimento de sua vastidão a particularidade llanera pode ser pensada dentro de uma noção unitária do globo terrestre. Através deste *modos operandi* Humboldt trazia uma novidade para a representação da colônia, ela poderia ser compreendida a partir do mesmo princípio que rege o mundo metropolitano.

Em nossa perspectiva, esse era, no fim das contas, a finalidade do "método" em Humboldt. Mas ele poderia revelar a harmonia do mundo sem entrar em contradição pois pensava orientar-se a partir de um procedimento intelectual livre. O pressuposto da harmonia preestabelecida tem o mérito de, na visão do Barão, possuir identidade com a harmonia preestabelecida da Natureza.

No entanto, como frisamos no item anterior, o que fora compreendido por Humboldt como a natureza do mundo, não era senão a herança maldita do próprio processo social da formação capitalista passando-lhe as costas. O caráter fetichista (Marx, [1867] 1996) da formulação humboldtiana se estabelece na medida em que

entende como natureza aquilo que tinha sido adquirido pelo capitalismo mercantil através da mais brutal violência: novos patamares das relações de produção tanto na metrópole quanto no ultramar e a criação de um mercado mundial de troca de mercadorias.

Naturalizando o fundamento da transição do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial, Humboldt via a generalização da sociedade de mercado como a possibilidade emancipatória para a realização da harmonia. Aquela "natureza" do mundo, em que tudo é mercadoria, inclusive o trabalho, poderia pôr fim à crise da "semi-civilização" mercantilista.

A harmonia do idealismo romântico de Humboldt não fica, assim, muito distante do que era defendido pela economia-política liberal na crítica às doutrinas mercantilistas. Como já apontara Smith era necessário que a consideração da circulação das mercadorias levasse em conta o equilíbrio subjacente ao comércio entre os homens. Como crítica ao receituário mercantilista da balança favorável, Smith também propugnava de certa forma uma espécie de pressuposto natural que rege a troca de mercadorias. Sem uma interferência de força e coação por subsídios e monopólios o comércio é, para Smith, regular e naturalmente harmônico ao passo que, livre, pode prover uma extensão dos mercados⁶³.

Considerada deste modo, a formulação humboldtiana da harmonia preestabelecida do mundo, onde se dá a incorporação da América em pé de igualdade com o mundo metropolitano, não se coloca apenas como uma questão metodológica que *impulsionava o progresso do conhecimento do mundo* como viu La Blache e tantos outros geógrafos ([1913] 1982, p. 38). Seu método era simultaneamente um ato político em consonância com o processo de abertura dos mercados coloniais já em

⁶³ "Se a balança comercial estiver em *equilíbrio*, e se o comércio entre os dois lugares consistir exclusivamente no intercâmbio de suas mercadorias nacionais, na maioria dos casos não somente os dois auferirão vantagem, senão que o ganho será igual ou quase igual: nesse caso, cada um oferecerá um mercado para uma parte do excedente de produção do outro; cada um reporá um capital que fora empregado em cultivar e preparar para a comercialização essa parte do excedente de produção do outro, e que havia sido distribuída entre eles proporcionando renda e sustento a um certo número de seus habitantes. Por isso, parte dos habitantes de cada um auferirá indiretamente sua renda e seu sustento do outro. Assim como supostamente também as mercadorias trocadas são de valor igual, da mesma forma serão na maioria dos casos também iguais ou quase iguais os capitais empregados pelas duas partes no comércio; e pelo fato de serem os dois capitais empregados para produzir as mercadorias nacionais dos dois países, iguais ou quase iguais serão a renda e o sustento que a distribuição dessas mercadorias proporcionará aos habitantes dos dois países. Essa renda e esse sustento, proporcionados mutuamente dessa forma, serão maiores ou menores, conforme a extensão das transações entre os dois países (Smith, [1776] 1996, p.467).

andamento no início do século XIX. Assim sendo, em seu *modus operandi*, a paisagem carrega aspectos da prática social de seu tempo, da generalização da sociedade de mercado.

O GESTO DA PAISAGEM HUMBOLDTIANA *ou aquele que quer abraçar o mundo*

A imagem humboldtiana da América se contrapunha em sua dimensão política, aos escritos de George Louis Buffon (1707 - 1788) por exemplo. Buffon havia formulado em sua obra *Les époques de la Nature* [1778] uma periodização em 7 épocas do processo de formação da terra, da vida vegetal, animal e humana. Por mais que a teoria de Buffon afirmava-se já dentro de um campo científico, sua história natural ainda estava comprometida em contornar paradigmas religiosos. Ele mesmo teria afirmado que a interpretação do *Genesis* não deveria ser literal, que os seis dias de que trata Moisés acerca da criação do mundo eram na realidade as seis épocas por ele descobertas. Além de um comprometimento com os textos bíblicos, Buffon partilhava da ideia comum na época de que a natureza do novo mundo prevaleceu em um estado de desenvolvimento retardado tanto para as plantas e animais como para os povos indígenas⁶⁴.

Já na imagem humboldtiana da América se dá a inclusão do mundo (colonial) americano numa perspectiva universalista e secular do globo terrestre. E isto não deveria ser necessariamente interpretado como uma proposição científica mais "*realística do planeta*" (Moraes, 1989, p. 17), pois a realidade que a acompanhava não precisa ser tida como a realidade das coisas, em identidade com o em si delas; naquele momento histórico ganhava força o processo de abertura política do mundo colonial que visava, por assim dizer, a universalização do livre comércio e o fim do

⁶⁴ “Existe, portanto, na combinação dos elementos e demais causas físicas, qualquer coisa oposta ao engrandecimento da natureza viva neste novo mundo: há obstáculos ao desenvolvimento e talvez à formação dos grandes germes; os mesmos que, sob a influência de um outro clima, receberam sua plena forma e sua completa extensão, se restringem, se amesquinham sob este céu avaro e sobre esta terra desolada, onde o homem, em pequeno número, era esparsos, errante; onde, longe de usar este território como um mestre a seu domínio, ele não possuía qualquer império; [...] ele era, em si, somente um animal de primeira classe [...] uma espécie de autômato impotente. [...] O selvagem é débil [...] prive-o da fome e da sede e terá destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus movimentos” (Buffon apud Gerbi, 1996, p. 20-21).

exclusivo metropolitano - mais e mais as colônias estariam abertas às mercadorias do nascente capital manufatureiro, mais e mais deveriam atender agora a ele⁶⁵. O "realismo" da proposta humboldtiana só pode aparecer como tal na medida em que a realidade da mercadoria se efetiva como única alternativa possível.

A concepção humboldtiana da Natureza e seu entendimento das leis físicas, cerca de 30 anos posteriores às elaborações de Buffon, eram absolutamente contrárias à busca de oposições entre a natureza do velho e do novo mundo. Humboldt baseava sua argumentação, não mais em paradigmas bíblicos, mas no próprio entendimento da natureza como uma força comum e harmoniosa que incide a partir de um mesmo princípio em toda a estrutura terrestre.

Escritores, aliás justamente célebres⁶⁶, têm repetido frequentemente que a América é, em toda acepção da palavra, um continente novo. A riqueza de sua vegetação, os rios imensos que a sulcam, a potência e fermentação contínua dos seus vulcões, indicam, segundo eles, que a terra, sempre trêmula, está ali mais próxima, do que no antigo continente, do estado primordial de caos. Muito antes do princípio de minha viagem, já tais ideias me tinham parecido tão pouco filosóficas como completamente contrárias às leis físicas geralmente reconhecidas. Estas imagens caprichosas da juventude e da agitação, opostas à secura e inércia da terra envelhecida, não podem brotar senão nos espíritos que se comprazem em procurar contrastes entre ambos hemisférios, e não se dão ao trabalho de abraçar, num olhar geral, a estrutura do corpo terrestre (Humboldt, 1952, p. 124).

Poderíamos pensar que aquele tipo de *imagens caprichosas* do continente americano, que ressaltavam contrastes entre ambos hemisférios, era a explicação dada pela história natural da necessidade da dominação europeia sobre o mundo colonial americano. Deste ponto de vista, o diálogo dessas imagens com os textos bíblicos seriam mais um tributo pago às formas iniciais da dominação colonial mercantil, na qual a Igreja tinha papel fundamental. Muitas das críticas de Humboldt ao que chamamos aqui de ciência mercantilista voltavam-se a este ponto: as imagens anteriores da América não a pintavam sob os mesmos fundamentos do velho mundo⁶⁷. O *trabalho de abraçar, num olhar geral, a estrutura do corpo terrestre* só tornou-se inteiramente viável naquele momento histórico de Humboldt, na virada para o século

⁶⁵ Talvez tenha sido Hegel que disse que para que o realismo levantasse voo era necessário que o idealismo lhe fornecesse as asas.

⁶⁶ Aqui, muito provavelmente, Humboldt faz alusão à Buffon.

⁶⁷ Haveríamos que apontar também que em inícios do absolutismo o poder do soberano era explicado justamente pela contradição com o poder de seus súditos. O princípio da igualdade organizando o discurso político da relação entre os homens só viria a ganhar força no século XVIII.

XIX. Assim, se pensamos que a dominação do capital mercantilista trouxera consigo formulações que legitimavam sua dominação colonial, a problemática permanece necessária na consideração das formulações humboldtianas, mas estas remetem a outro momento da dominação capitalista, como adiantamos, aquele da transição do capital comercial para o capital manufatureiro e no correlato avanço da divisão social do trabalho.

A. C. R. Moraes (1989) afirmara que a concepção de natureza de Humboldt, "*encarada como uma entidade unitária dotada de finalidade*" (p. 94) advinha da Filosofia da Natureza de Schelling, onde teria "*encontrado sua expressão plena*"⁶⁸. Porém, Moraes também afirma que para serem possíveis as formulações daqueles que viu como "*pioneiros do processo de sistematização da geografia moderna*", Alexander von Humboldt e Karl Ritter; para ser possível uma "*consciência mundializada*" que eles expressaram, era antes condição "*o processo de constituição do espaço mundial, que a expansão mercantil vai substantivar*" (Op. Cit., p. 17).

Por mais que Moraes entendesse a expansão mercantil somente como "*pano de fundo*" (p. 25) do processo de sistematização da geografia, ocorre em sua *A gênese da geografia moderna* (1989) a sugestão de duas formas de consideração da formulação humboldtiana: por um lado, num plano superestrutural, a herança do romantismo e do idealismo alemão teria provido a Humboldt as bases filosóficas para pensar o mundo como unidade harmoniosa. Por outro, do ponto de vista material infra estrutural, era "*o movimento de constituição do modo de produção capitalista*" que tornava viável a "*possibilidade de aferição empírica de uma visão conjunta do globo*" (Op. Cit., p. 17).

O fundamento teórico da análise de Moraes (1989) parte das elaborações de *A ideologia alemã* ([1845-1846] 2007) de Marx e Engels. Para fundamentar a perspectiva por meio da qual considerará a "*erupção*" do pensamento humboldtiano⁶⁹. Moraes cita o seguinte trecho da obra:

⁶⁸ Ainda segundo Moraes, "*Schelling influi principalmente em sua concepção de natureza, na ideia de harmonia dos seres naturais. É autor que frequenta assiduamente as páginas de Humboldt, em citações afirmativas e elogiosas. [...] Sua posição quanto a uma ontologia da natureza advém basicamente desse autor*" (1989, pp. 91-92).

⁶⁹ "As condições para a erupção da sistematização da Geografia [diz Moraes se remetendo especialmente à obra de Humboldt e Ritter] vão-se compondo num processo lento calcado em múltiplas condicionantes, tanto histórico-estruturais, remetendo a um determinado grau de desenvolvimento material das sociedades, quanto vinculados à formulação de determinados postulados científicos e filosóficos. A gênese da Geografia moderna necessitou, assim, de uma série de condições

A produção das ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (Marx e Engels, apud Moraes, 1989, p. 16).

Lendo o Marx da Ideologia Alemã, para Moraes observa que a relação da expansão mercantil com o pensamento de Humboldt é tida apenas na medida em que ela fornece as condições materiais para a verificação empírica de toda a superfície terrestre. O autor, talvez tendo considerado o elemento colonial mercantil de forma ambígua quanto à sua especificidade (por vezes até de maneira similar a Max Sorre), busca as bases sociais e históricas do pensamento humboldtiano no processo de constituição do Estado Nacional moderno na Alemanha (algo que por mais que pressuponha uma teleologia dá bastante pano pra manga).

Nossa perspectiva, sem negar essa possibilidade interpretativa, tenta olhar para Humboldt no Ultramar e dar importância para a colônia nesse processo de formação da ciência. Afinal, o colonialismo mercantil é, como apontou Marx, e a partir dele Novais (1977), peça fundamental do processo de acumulação primitiva de capital que implicará por sua vez nas diversas transformações sociais e políticas no continente europeu. Deste ponto de vista, podemos pensar a partir de Moraes num entrecruzamento da noção idealista romântica com aquilo que fora substantivado pela acumulação primitiva de capital. Ou seja, aquilo que Humboldt e o idealismo alemão vira como Natureza era na realidade uma espécie de "*consciência mundializada*" própria do processo de constituição do modo de produção capitalista. Neste sentido, os aspectos sociais e históricos substantivados pelo mercantilismo estavam projetados às avessas pela ciência e a filosofia da época de Humboldt enquanto Natureza. Em outras palavras, o pensamento da época era responsável por naturalizar o que havia sido já realizado pela acumulação primitiva de capital.

O próprio Humboldt sugeriu a relação da colonização americana com o desenvolvimento científico metropolitano. Formulando a seu modo, os

históricas para poder objetivar-se. Essa afirmação não encontrará, provavelmente, contraditores entre os que aceitam a tese da determinação histórica do pensamento humano, logo, da origem socialmente dada das formulações científicas" (Moraes, 1989, p. 16).

descobrimientos haveriam influenciado o "*progreso do conhecimento humano*"⁷⁰ na medida em que propiciaram o contato de europeus com uma natureza exótica até então desconhecida⁷¹.

Una cosa que contribuyó también de una manera notable al progreso de los conocimientos acerca del mundo, en esta época agitada, fue el contacto inmediato de un número considerable de europeos con la naturaleza exótica que desarrollaba libremente sus magnificencias en los dos hemisferios. El espectáculo que ofrecían las llanuras y las regiones montañosas de América, pudo a seguida de la expedición de Vasco de Gama contemplarse en las costas orientales del África y en la India Meridional (Humboldt, [1847] 1874, T. II. p. 271).

Por propiciar uma abertura do horizonte do contato com a Natureza e alimentar a possibilidade da revelação harmônica, Humboldt entendera a colonização como elemento fundamental para uma nova postura do homem com o mundo. Como também apontou Lourenço (2012), para Humboldt o conhecimento do Novo Mundo haveria sido uma das causas para que o homem se abrisse à contemplação da natureza como paisagem⁷².

Inserida em sua visão idealista da harmonia preestabelecida, a compreensão humboldtiana do descobrimento da América se dava, como apontou O'Gorman (1995), como uma realização do desenvolvimento do espírito humano em sua meta progressiva e inexorável. Consequentemente, a colonização é tida como passo

⁷⁰ "El descubrimiento de las regiones tropicales de la América por Cristóbal Colon, Alonso de Ojeda y Álvarez Cabral, no puede considerarse como un acontecimiento aislado en la historia de la Contemplación del Mundo. La influencia de este hecho sobre el desarrollo de los conocimientos físicos y sobre el progreso de las ideas en general, no puede ser bien comprendida, sino a condición de dirigir una rápida ojeada a los siglos que separan el tiempo de las grandes empresas marítimas, de aquel en que florecía la cultura científica de los Árabes" (Humboldt, apud Lourenço, p. 101).

⁷¹ Outro elemento apontado foi o início da manipulação científica de "*mezclas inflamables y explosivos*" no século XVII (ver Cosmos, [1847] 1874, Tomo II, p. 101). Apesar de suprimir as violentas implicações das duas "descobertas", o sistema colonial e armas de guerra, fundamentais para a imposição da sociabilidade moderna, ainda assim ele dá relevo a elas como aquilo que fez progredir o conhecimento humano.

⁷² Em Humboldt há uma clara noção de que a paisagem enquanto forma de relação com o mundo se abre apenas com a modernidade. Mesmo nos registros da antiguidade clássica que tanto louvava, fosse em textos de característica científica ou poética, fosse em objetos da arte pictórica, segundo o Barão sempre faltou a eles um "*gênero propriamente descritivo da natureza*", uma disposição frente ao mundo que permitia compreender as formas naturais não como "*elemento acessório*", "*como o fundo de um quadro onde em primeiro plano se movem formas humanas*", mas como "*principal objeto da representação*". Como ele mesmo ressalta no *Cosmos*, "Ha sido observado con razón que lo que principalmente faltó a los antiguos [...] fue el sentimiento del encanto particular que va unido a la reproducción de las escenas de la Naturaleza por medio del pincel: este goce estaba reservado a los modernos" (Op. Cit., p. 72-3).

necessário ou necessidade de uma força maior, do espírito, para a finalidade imanente da história: sua marcha progressiva rumo à liberdade (1995, p. 37).

Se o caráter de um século é "a manifestação do espírito humano em um determinado momento", então o século de Colombo, ao inesperadamente estender a esfera do conhecimento, imprime um novo desenvolvimento aos séculos futuros. É próprio das descobertas afetar os interesses da sociedade, elas ampliam o círculo da conquista e o terreno deixado pelo conquistador. Espíritos débeis acreditam que em cada época a humanidade atingiu o ponto culminante de sua marcha progressiva. Eles esquecem que - dada a ligação íntima de toda a verdade - a medida em que se avança, o campo a percorrer se torna mais vasto, limitado por um horizonte que recua sem cessar (Humboldt apud Zantop, 1997, p. 253)⁷³.

Claro, esta perspectiva se punha *a posteriori* do processo histórico; e assim Humboldt podia cantar, com a *Filosofia da natureza* de Schelling embaixo do braço, o caráter teleológico da colonização como passo necessário para a realização do progresso do espírito. Se o horizonte daquela realização, a cada passo, colocava-se mais distante, justamente por conta disso a marcha deveria se acelerar.

Assim, até mesmo o Barão reconhecia o papel importantíssimo da colonização moderna para o avanço do "*conhecimento humano*" e nem mesmo para ele aquilo era o "*pano de fundo*" de sua ciência. Ainda que considerasse o problema sob o prisma idealista do impacto do descobrimento na relação mútua entre homem e natureza, reconhecia a importância que aquilo havia estabelecido no ideário metropolitano.

Na obra do Barão o descobrimento e a colonização aparecem dentro de uma noção de história na qual os homens e suas realizações põem-se no processo histórico a serviço do espírito humano e são por assim dizer instrumentos de seus desígnios⁷⁴.

⁷³ Tradução nossa, original: "Si le caractère d'un siècle est 'la manifestation de l'esprit humain dans un temps donne,' le siècle de Colomb, tout en étendant inopinément la sphère des connaissances, a imprime un nouvel essor aux siècles futurs. C'est le propre des découvertes qui touchent à l'ensemble des intérêts de la société, que d'agrandir à la fois le cercle des conquêtes et le terrain à conquérir. Des esprits faibles croient à chaque époque l'humanité arrivée au point culminant de sa marche progressive; ils oublient que, par l'enchaînement intime de toutes les vérités, à mesure que l'on avance, le champ à parcourir se présente plus vaste, borné par un horizon qui recule sans cesse" (Humboldt, 1937, p. 154, apud Zantop, 1997, p. 253).

⁷⁴ A maneira como Humboldt formula os feitos de Cristóvão Colombo, a quem sempre reservou comentários elogiosos, é característico da maneira como interpreta o sujeito histórico. O fato de Colombo nunca ter sabido que descobrira a América (pois imaginava ter chegado nas Índias) não deveria privá-lo, na visão de Humboldt, da "honra" de ser o descobridor do Novo Mundo. Para Humboldt o feito de Colombo não foi um "ato arbitrário e indiferente ao destino histórico do homem", por conta disso são indiferentes as crenças pessoais de Colombo. Poderia ser dito que para Humboldt o homem ascende à qualidade de sujeito histórico na medida em que se coloca em harmonia com o movimento inexorável do espírito. Para ele, Colombo merecia as honrarias do descobrimento por ter sido o indivíduo que pôde ser "*instrumento dos desígnios da história*" (O'Gorman, 1995, p. 38).

Esse entendimento se difere um tanto daquela que Moraes incorpora em sua análise, pois em Humboldt a consciência não é exatamente o "*ser consciente*" como formulado pelo Marx d'A *ideologia alemã* [1846]. Na sua compreensão da história, como também em Schelling, há de certa maneira a formulação de uma inconsciência que dirige os homens. Para ambos é justamente na inconsciência plena quando o espírito age no homem em sua completude; enquanto objeto do espírito a história do homem progrediria positivamente (ver Schelling, [1807] 2004, p. 126).

N'A *Ideologia alemã*, como também em *A sagrada família* [1845], Marx fazia uma crítica justamente ao idealismo alemão, especialmente às posteriores contribuições hegelianas, justamente por não aceitar sua definição idealista da história como autoprodução do espírito. Sob uma perspectiva materialista, Marx apontava o sujeito histórico não no plano ideal, mas nos próprios homens - mais especificamente no proletariado.

Em *O Capital*, obra cuja publicação se inicia cerca de 20 anos mais tarde, Marx reformula o problema do sujeito histórico do capitalismo fazendo uso da formulação idealista hegeliana do espírito humano. Sua incorporação dá-se, entretanto, de forma invertida: o espírito no seu desdobramento dialético positivo é caracterizado como o próprio capital enquanto prática social que se desdobra historicamente de forma negativa. O capital é formulado como uma substância auto-movente que é o sujeito do mundo moderno. Neste sentido, conforme apontou M. Postone ([2003] s.d.), Marx sugere que o sujeito histórico de fato existe no capitalismo, ainda que não o identifique com um grupo social, tal como o proletariado ou a humanidade. N'*O Capital* o sujeito, ou o *Espírito*, surge como uma prática objetivante que constitui as formas das relações sociais, compreendidas como capital. O sujeito histórico é o próprio capital.

Marx não identifica, simplesmente, o conceito de sujeito-objeto idêntico como um agente social, conceito com o qual Hegel procurou superar a dicotomia entre sujeito-objeto própria da epistemologia clássica. Em vez disso, Marx modifica os termos da problemática epistemológica do sujeito individual consciente e sua relação com o mundo exterior, ao entendê-los como formas das relações sociais que determinam tanto a subjetividade social como sua objetividade. A problemática do conhecimento transforma-se agora em uma questão de relação entre as formas de mediação social e as formas do pensamento (Postone, [2003] s.d., p. 8).

A consciência dos indivíduos é formulada como *personificação* ou, no caso do capitalista, enquanto meta-subjetiva do processo objetivo social do Capital. Mas se na concepção idealista de Humboldt o espírito humano caminharía rumo a realização da liberdade, para Marx o processo histórico moderno como produto do sujeito automático, do capital, tem sua finalidade na tautologia da valorização do valor. Sua realização plena é a submissão do homem à coisa, sua própria coisificação enquanto mercadoria força de trabalho; a realização da liberdade aparece assim de forma negativa enquanto expropriação: sob o capital os homens são libertos de qualquer possibilidade de reprodução que não aquela na qual não veem outra alternativa senão vender sua mercadoria força de trabalho. A realização do espírito da era moderna, poder-se-ia dizer, faz os homens livres para se tornarem objeto da apropriação crescente da riqueza abstrata.

Por conta disso, o movimento de constituição do modo de produção capitalista, a acumulação primitiva de capital, pode ser entendido não apenas como uma expansão territorial material e física a partir da qual emana uma "*consciência mundializada*" como que independente do "*plano de fundo*" da formação capitalista. A territorialização do capital, inicialmente mercantilista, implicava numa drástica ruptura histórica, numa violenta transformação da vida social pretérita - se é que podemos chamá-la desta maneira - para a sociabilidade da mercadoria; sua expansão territorial física era simultaneamente a constituição da prática social cuja finalidade universal, no tempo de Humboldt ainda em constituição, haveria de ser da valorização do valor (Marx, [1867] 1996).

Antes de seguir na investigação da paisagem em Humboldt, sugerimos, portanto, uma relação inerente das formulações humboldtianas com o processo da modernização, entendido enquanto universalização da forma-mercadoria. Neste sentido, a paisagem humboldtiana, enquanto apropriação do espaço na representação, estaria intimamente ligada a este processo em suas implicações espaciais e ideológicas⁷⁵.

⁷⁵ Em seu livro *Social Formation and Symbolic Landscape* Denis Cosgrove aborda a "ideia da paisagem" de maneira semelhante como "*ideologia articulada ao período de mudança da terra utilizada para a reprodução da vida humana à terra como mercadoria realizadora de valor de troca*" ([1984] 1998, p. 161). Nas considerações finais apresentamos uma espécie de revisão bibliográfica de autores que assim como Cosgrove trataram da ideia da paisagem ou da experiência paisagística de forma mais generalizante.

Conforme sugestão de Raffestin, poderíamos pensar que a paisagem enquanto representação do espaço "*revela a imagem desejada de um território*" (1980, p. 144). Esta representação do espaço não se produz, no entanto, de forma independente das relações de poder que envolve aquele quem a produziu. Nos termos de Raffestin, o "*ator sintagmático*" é dependente, por assim dizer, das "*forças de trabalho, das relações de produção, em suma, dos modos de produção*" (Op. Cit. p. 144).

Assim, temos que a paisagem de Humboldt não teria representado simplesmente o espaço americano, pois Raffestin diferencia a noção de espaço (a "*prisão original dos homens*") de território, na medida em que o último carregaria também relações de poder historicamente constituídas; o território seria "*a prisão que os homens constróem para si*" (Op. Cit., p. 144)⁷⁶.

Naquilo que vimos até aqui, o processo histórico na *Terra Firme* - porção espacial fundamental da representação paisagística nos *Quadros da Natureza* - havia já constituído relações de poder no espaço americano. Relações específicas que assumiram no processo de colonização a forma mercantilista e que produziram no decorrer dos três séculos de colonização a integração do interior *llanero* e de sua produção de mercadorias-gado nas trocas comerciais coloniais.

De acordo com Raffestin, "*as 'imagens' territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à sua estrutura profunda*" (1980, p. 152). Mas, assim como havia uma história pregressa no espaço percorrido e representado por Humboldt, também seu discurso se colocava em relação ao processo histórico, propondo uma reorganização da territorialização colonial mercantilista. Sua paisagem se comunica, assim, não apenas a um território, mas a um processo de territorialização da qual é parte integrante, mesmo que apenas no nível do conhecimento.

Mas para compreendermos a contradição que funda as *imagens territoriais* de Humboldt, há um limite interpretativo que se desprende do ponto de vista defendido

⁷⁶ Por outro lado, Raffestin ainda aponta a possibilidade de historicizar, ou seja de desnaturalizar, aquilo que é tido como uma forma de representação do espaço puramente objetiva e universalmente válida. Num breve comentário acerca do desenvolvimento da cartografia a partir do Renascimento, diz Raffestin: "Toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede" (1980, p. 149). O mesmo poder-se-ia dizer acerca da noção da perspectiva, de uma representação tridimensional na pintura de paisagem, que como vimos foi a base estética da paisagem humboldtiana. Para uma discussão acerca da historicidade da representação pictórica da paisagem ver *A paisagem na arte* de K. Clark (1949) e *Individuum und Landschaft* de Matthias Eberle (1980).

por Raffestin, afinal poderia ser argumentado que Humboldt não depende diretamente do modo de produção vigente no território colonial; se lá está colocado o modo de produção escravista, haveríamos que considerar o *ator sintagmático* da representação como dependente de outro modo de produção, especificamente capitalista em Paris, onde morava, ou da transição do feudalismo para o capitalismo na Prússia⁷⁷.

Mas diferentemente de Raffestin, partilhamos da ideia defendida por Felipe de Alencastro (2000) e Maria Sylvia de Carvalho Franco ([1974]1976), autores que rejeitam a compreensão do escravismo como modo de produção específico. Em Franco, a escravidão e o trabalho livre são vistos como instituições modernas que dizem respeito a diferentes momentos da totalidade capitalista em processo.

Em nossa perspectiva o reconhecimento da *estrutura profunda* da territorialização cuja paisagem humboldtiana foi testemunha se inviabiliza se pensada nos termos de *modo de produção* pois fica presa à aparência da manifestação das diferentes formas que assumiu o trabalho no processo produtivo. Há portanto em nossa compreensão algo que une as relações de produção metropolitanas e coloniais. Decifrar a estrutura profunda do território representado por Humboldt implica em reconhecer o território colonial como particularidade integrante da territorialização do capital e da modernização, que tem como ponto de partida o estabelecimento da produção de mercadorias.

Mas na particularidade histórica dessa territorialização do capital na *Tierra Firme*, na virada para o XIX, colocava-se ainda a necessidade da constituição dos pressupostos para a produção de mercadorias - se nos *Llanos* já havia a produção de mercadorias-gado para exportação, os territórios ao sul ainda careciam de uma dominação colonial efetiva para que a territorialização do capital atasse suas atividades econômicas ao fluxo metropolitano.

A perspectiva humboldtiana no *Quadros da Natureza*, no entanto, representou o "quadro" daquela territorialização com a tarefa de suprimir seu fundamento de

⁷⁷ Pensamos que a interpretação da particularidade histórica da formação do Estado alemão deveria enfrentar o problema de pensar as relações de produção na área para além de um dualismo que parta da identificação da sociedade alemã do século XVIII e XIX como atrasada em comparação com França e Inglaterra. A tarefa seria a de superar aquilo que foi apresentado por Marx em *A ideologia alemã* e por G. Lukács em *Assalto à razão*. Nossa pesquisa não considerou a possibilidade de entender a formação pueril de Humboldt como fora da vida social da mercadoria, um nobre que cursou Engenharia de Minas e estudou Economia Política certamente não lida apenas com problemas próprios do feudalismo. De qualquer maneira essa discussão a respeito da particularidade histórica do Estado alemão foi deliberadamente esquivada por esta pesquisa.

violência; com vias de efetivar a promessa de que sua continuidade colocaria fim às formas "*semi-civilizadas*" da colonização mercantilista. Mas é a partir da violência que se move a territorialização capitalista, e mesmo o livre comércio e o trabalho livre necessitam dela para se efetivar. Talvez fosse a partir dessa contradição que se colocava a necessidade de uma revelação harmônica do mundo. Algo que, enquanto positividade, só se efetivava no plano ideal, como promessa a ignorar o sangue do terreno colonial.

Esta contradição na proposta idealista humboldtiana se afigura com maior força na medida em que fazemos um entrecruzamento de suas obras. Afinal, no *Quadros da Natureza*, a perspectiva idealista constrói para si mesma os meios pela qual as relações são evocadas ao pressupor idealmente a relação harmônica entre o particular e o universal, entre o dado empírico e o conhecimento formal, entre arte e ciência. Mas nossa reflexão acerca da paisagem não pode se limitar àquilo que a perspectiva da subjetividade idealista supunha como constituidora das relações. Sugerimos a possibilidade de pensar a paisagem de Humboldt enquanto discurso imagético (pictórico ou literário) sobre uma determinada realidade espacial posto nas relações particulares da territorialização capitalista. E é justamente pelo entendimento de que a realidade da mercadoria, ainda que fantasmagórica, articulava metrópole e colônia que podemos pensar o indivíduo responsável pela representação paisagística também ele posto neste processo de territorialização.

APRESENTANDO O RELATO DA VIAGEM DE HUMBOLDT E BONPLAND *ou outros gêneros de violência*

Ao explorarmos outros escritos humboldtianos, vemos que o caráter contraditório de sua obra se expande, justamente pela violência aparecer de forma mais clara como aquilo que viabilizava inclusive materialmente sua proposição harmônica.

Oliver Lubrich estava em certa medida apontando para esta discussão quando notou uma tendência no caráter expositivo destas outras obras "americanistas"⁷⁸ de

⁷⁸ Na falta de um termo melhor para tratar das obras produzidas por Humboldt que dialogam de forma mais central com sua viagem pela América utilizaremos este termo. Ele envolve portanto o *Quadros da*

Humboldt. Para Lubrich, à medida em que elas tratam de forma mais direta da temática social vivenciada por ele na América, menos aspiram uma exposição harmônica. Essa tendência poderia ser verificada se comparássemos o *Vues des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l'Amérique* ([1810-1813] 2010)⁷⁹ com o *Quadros da Natureza*.

Como vimos, cada livro do *Quadros da Natureza* deveria se articular na obra, na unidade da composição; ocorre no *Vues des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l'Amérique*, por sua vez, uma certa independência entre cada um dos ensaios. Se Humboldt viu a apresentação fragmentária do *VCMPIA*⁸⁰ como um "defeito no ordenamento" (1810, p. III), aquilo, de acordo com Lubrich, refletia de certa forma as características de objeto de estudo. A exposição do *VCMPIA* incorporava à apresentação das culturas indígenas seu estilhecimento, fruto de 3 séculos do processo civilizatório colonial.

Também os 3 volumes de seu relato de viagem, a *Relation Historique* ([1814-1825] 1985)⁸¹ não têm, ao contrário de suas "obras sínteses" (o *Quadros da Natureza e o Cosmos*), o plano de uma exposição numa unidade harmônica. Ao nosso ver, há nestas obras, e fundamentalmente no relato de viagem, um compromisso menor de supressão das contradições ao longo de sua apresentação do mundo colonial⁸².

Natureza, o *Relation Historique*, o *Vues des Cordillères et Monuments des Peuples Indigènes de l'Amérique*, o *Examen Critique de la Géographie de Nouveau Continent* e os *Ensayos Políticos (de la Isla de Cuba e Nueva España)*. O termo aponta também à continuidade desta tradição da representação do mundo colonial americano com os americanistas independentistas venezuelanos (ver Pratt, 1999).

⁷⁹ A obra é dividida em 32 lâminas (compostas por gravuras e pinturas) de paisagens americanas, monumentos e artefatos indígenas pré-colombianos, acompanhados de ensaios que dialogam com a imagem apresentada. Ela foi publicada em língua francesa em dois volumes em 1810 e 1813; acompanharemos aqui uma tradução espanhola de Bernardo Giner publicada em 2010 sob o título *Vista de las Cordilleras y Monumento de los Pueblos Indígenas de América*.

⁸⁰ A partir de agora utilizaremos as iniciais do *Vues des Cordillères et Monuments de les Pueblos Indigènes d'Amérique* para nos remeter à obra.

⁸¹ Obra redigida em francês, publicada entre os anos de 1814 e 1825 sob o título *Relation historique du Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*.

⁸² A imagem abaixo, a lâmina V do *VCMPIA*, ilustra a travessia do caminho de *Quindiu*, na cordilheira dos Andes (entre Quito e Cartagena de Índias). Humboldt afirma no texto que acompanha a lâmina que em travessias como aquelas os viajantes não podiam andar sobre mulas, pois o caminho, na crista da cordilheira, era por vezes estreito demais. O viajante podia ou andar por conta própria ou se colocar às costas dos *cargueros*: "*Se oye decir en este país andar en carguero, como quien dice ir a caballo, sin que por esto se crea humillante el oficio de carguero; debiendo notar que los que a él se dedican no son indios, sino mestizos, y a veces blancos*" (Humboldt, 2010, p. 73). Na lâmina V aparece representado um viajante levado às costas do *carguero*. Como apontou Trigo (1999), ele move-se para frente mas voltado para trás. O segundo *carguero* representado, não carrega ninguém em sua *silla*. No texto que acompanha a lâmina Humboldt afirma que teria se negado a viajar daquela maneira e se utilizar de um serviço "*próprio das bestas*". A cadeira vazia na imagem estaria, neste sentido, representando aquela sua decisão. "A lâmina [...] sugere um movimento temporal do *carguero* em

**Figura 4 - Detalhe da lâmina V do *VCMPIA*
"Passage du Quindiu dans les Cordillères des Andes" (in Humboldt, 1810)**

Lubrich comentou ainda que o relato da viagem de Humboldt e Bonpland pela América se move entre dois níveis: narrativa e ciência. Porém, a articulação entre eles se dá através do fluxo linear que acompanha o itinerário da viagem pela América (Lubrich, 2010)⁸³. Se há digressões de ordem científica no texto, sua ocorrência se dá pela própria circunstância vivenciada. Por exemplo, após partir do porto de La Coruña na Espanha, o navio que levava Humboldt e Bonpland faz uma parada na Ilha de Tenerife no porto de Orotava. No tempo que permanecem na ilha, os naturalistas, guiados por guias locais, sobem o pico de Teide; no alto daquele vulcão, realizam

diferentes momentos no tempo. E de fato, ambos *cargueros* são idênticos com uma única exceção. O segundo *carguero*, agora livre de seu fardo, mas mantendo sua posição, olha para cima e para fora do plano da imagem, como que consciente da mudança” (Trigo, 1999, p. 23 - tradução nossa). O gesto igualitário de Humboldt eleva o segundo *carguero* representado. E só ele de certa forma compartilha a perspectiva da lâmina. Ele olha em direção ao ponto de vista do pintor, mais consciente da situação que qualquer outra personagem do quadro. Mas, apesar de sua nova posição, ele continua, como nota Trigo, na mesma postura, seu corpo mantém o gesto do primeiro *carguero*. O ato da dominação ainda se mantém. Por mais que a figura do dominador tenha desaparecido, por mais que agora ele se poste altivo e consciente, ele continua com a cadeira às costas. Assim, por mais que a figura do dominador tenha desaparecido, por mais que agora ele se poste altivo e consciente, ele ainda é representado carregando o fardo da cadeira às costas. Mesmo que livre de seu senhor, a submissão no *carguero* se mantém; seu fardo é a coisa, a mercadoria.

⁸³ Informações orais. Estas reflexões acerca da exposição das ditas obras foram apresentadas durante a disciplina ministrada por Lubrich e Willi Bolle no departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no ano de 2010.

medições barométricas e aferições acerca da composição atmosférica. A partir desse evento, o relato de Humboldt se lança numa discussão científica, comparativa, que reúne diversas medições semelhantes em outros pontos de grande altitude em diversas partes do mundo.

As ocorrências no relato de digressões de ordem histórica vêm ao texto de maneira semelhante e são um recurso bastante utilizado para situar o leitor num plano mais geral do processo de ocupação do lugar por onde Humboldt passou. A passagem abaixo narra a volta de Humboldt e Bonpland ao porto após a visita ao vulcão de Teide.

Siguiendo nuestro camino al puerto de la Orotava, pasamos por los lindos caseríos de la Matanza y la Victoria. En todas las colonias españolas se hallan reunidos estos nombres: contrastan desagradablemente con los sentimientos de paz y sosiego que estas comarcas inspiran. Mantanza significa matadero o carnicería, y la sola palabra recuerda a cuál precio fue comprada la victoria. El nuevo mundo indica generalmente la derrota de los indígenas; en Tenerife la villa de Matanza fue fundada en un lugar, el antiguo Acantejo, donde los españoles fueron vencidos por esos mismo Guanches que pronto después fueron vendidos como esclavos en los mercados de Europa (Humboldt, 1985, Tomo I, p. 133).

A *Relation Historique*, o relato da viagem de Humboldt, é bastante distinta do *Quadros da Natureza* no que se refere à caracterização do espaço colonial, como podemos notar no trecho acima. Livre da responsabilidade de uma apresentação harmônica, a violência na obra surge de maneira explícita entremeada com a narrativa da natureza, seja na toponímia, seja na experiência narrada ou nas digressões históricas. Talvez por isso, Humboldt tenha se negado a escrever o relato de viagem. Reza a lenda que foi só sob enorme pressão do público e de sua editora que ele superou sua "*extremada repugnância*" (1985, Tomo I, p. 27) àquele tipo de literatura e deu início à publicação da obra em língua francesa.

Outra diferença que marca o relato de viagem é o próprio encontro do viajante com a colônia. Ele não se dá, como no *Quadros da Natureza*, de forma descorporificada. Até pelas próprias características do gênero, o relato de viagem de Humboldt se reporta a todo momento acerca da expedição percorrendo a colônia, lidando com diversas instâncias do poder colonial. Aparece a figura de Bonpland, seu companheiro de viagem suprimido do *Quadros*, e toda uma infraestrutura complexa que os dois naturalistas dependiam para a realização da viagem.

Tais obras dizem muito a respeito tanto da fase inicial da ocupação colonial, como de sua territorialização ao longo dos três séculos de colonização na *Tierra Firme*. O relato de viagem, no entanto, não compreende toda a viagem do Barão pela América, os três volumes originais publicados dizem respeito à sua viagem na *Provincia de Nueva Andalucía* e na *Provincia de Caracas* (ou Venezuela). O plano inicial era até estender o relato ao restante da viagem, mas, ao que parece, insatisfeito com o texto, Humboldt queimou o manuscrito do quarto volume e abandonou o trabalho.

Dado o fato de terem sido organizadas e publicadas após já alguns anos do retorno de Humboldt à Europa, as obras lidam com as transformações políticas que atingiam toda a América espanhola nas primeiras décadas do XIX.

Na medida em que elas apresentam o processo de territorialização colonial (pelas digressões históricas do texto) e a contemporaneidade da viagem de Humboldt e Bonpland, surgem discussões acerca do processo de independência das colônias americanas. Assim o relato pode nos sugerir mais elementos à reflexão sobre aquilo que a paisagem humboldtiana se comunicava; isto é, a representação de uma área em transformação, aqui tida como o processo de territorialização do capital na *Tierra Firme*.

O entrecruzamento das diferentes formas de apresentação do mundo colonial mobilizada em suas obras aponta, todavia, para a necessidade de pensar as condições específicas da sociabilidade colonial para que uma viagem como a de Humboldt e Bonpland - "*puramente científica*" - pudesse ocorrer. Assim, na consideração de uma outra expedição, *La Expedición de Límites al Orenoco* (1750-1767), anterior em cerca de 50 anos à viagem dos dois naturalistas, poderemos ter mais elementos para a discussão da imposição da dominação hegemônica da colonização espanhola na *Tierra Firme*.

A *Expedición de Límites* se deparou com o mesmo território que Humboldt percorreria e representaria no *Quadros da Natureza*. Tinha como objetivo principal estabelecer os limites, acordados no Tratado de Madrid, entre as possessões espanholas e portuguesas no norte da América do Sul. Tentaremos explorar, a partir do encontro daquela expedição com o mundo colonial, uma discussão acerca destes pressupostos necessários para a produção de mercadorias como aspectos essenciais

para a viagem de Humboldt pela *Tierra Firme* e sua representação nos *Quadros da Natureza*.

CAPÍTULO III

A TERRITORIALIZAÇÃO COLONIAL PARA O SENTIMENTO DE NATUREZA

¿Qué es de esas piedras preciosas que buscan en las extremidades de la tierra? Las venden y se acaba por convertirlas en oro. Con el oro no solamente se hace lo que se quiere en el mundo, sino que aun se puede emplearlo en sacar almas del purgatorio y en poblar el paraíso.

Trecho da Carta de Colombo ao Rei Fernando
(citada por Humboldt [1814] 1985, Tomo II)

A TERRITORIALIZAÇÃO COLONIAL NA *TIERRA FIRME* *ou a formação do território do contrabando*

Porto de La Coruña, norte da Espanha, 1799. O navio que levaria Humboldt e Bonpland para a América encontra-se impedido de iniciar a viagem: três embarcações da marinha inglesa bloqueiam a saída de navios espanhóis na *Ría de Coruña*.

Após séculos de colonização fazia pouco mais de 30 anos que o porto podia estabelecer legalmente relações ultramarinas. Até então, havia funcionado desde 1503, por meio da Casa de Contratação de Sevilha, o famoso "*regime de porto único*" (Novais, [1973] 1977, p. 34); pelo qual se concentrava todo comércio legal com a América hispânica.

A possibilidade de outros portos espanhóis participarem legalmente do comércio e da dinâmica colonial integrara as medidas das políticas reformistas ou pré-reformistas burbônicas, tanto na metrópole quanto no mundo colonial, que se deram principalmente a partir da metade do século XVIII.

Um dos motivos da implementação de ditas reformas era a concorrência colonial em todo o Atlântico e o crescente poderio de outras nações na disputa pelas trocas comerciais com as colônias espanholas. Mas o bloqueio inglês de um porto

espanhol já meio século depois das instituições reformistas mostrava que nem todo planejamento burbônico ocorrera na forma prevista.

Por uma mudança na maré, as embarcações inglesas têm de se afastar da costa espanhola, permitindo que a embarcação que levava Humboldt e Bonpland, o *paqueboque Pizarro*, um correio marítimo, içasse velas rumo ao mundo colonial. Durante toda a primeira parte da viagem pelo Atlântico a ameaça inglesa era constante, mesmo nas cercanias das Ilhas Canárias, desde o século XV colônias espanholas (ver Humboldt, [1816] 1985, Tomo I, p. 116). Foi somente quando a tripulação do *Pizarro* avista a Ilha Margarita, já bem perto da costa americana e trava contato com pescadores Guaiquerries⁸⁴ aliados espanhóis, que a preocupação de um encontro com embarcações inglesas se ameniza⁸⁵.

Na época da viagem do Barão, a nação colonizadora que de longe mais ameaçava o monopólio colonial espanhol era a Inglaterra. Dois anos antes da chegada de Humboldt à América do Sul, em 1797, a Inglaterra adquirira o controle da ilha de Trinidad, cercando o golfo de Paria, a poucos quilômetros da costa venezuelana. Também a Holanda, que desde o século XVII ocupara, através da Companhia das Índias Ocidentais, as terras da Guiana, via fracassadas suas colônias na região do Essequibo e passava a concentrar seus esforços nas terras do Suriname. Em 1814 aquelas antigas possessões holandesas (a Guiana) passariam ao domínio inglês.

O plano inicial da viagem de Humboldt era desembarcar em Havana, mas uma febre teria atingido a tripulação durante a travessia atlântica⁸⁶, e por conta daquele imprevisto Humboldt e Bonpland mudam os planos da viagem e desembarcam em

⁸⁴ Aí se dá o primeiro contato de Humboldt e Bonpland com ameríndios, nas imediações costaneiras da Ilha de Coche, perto da Ilha de Margarita. O lugar era frequentemente cruzado por navios ingleses que desviavam da rota espanhola que se fazia mais a norte, costeando o lado norte da ilha de Margarita. Os índios, a princípio, os tomaram como ingleses. Um deles, aliás, Carlos del Pino, que pilotava uma das canoas, haveria de acompanhar Humboldt e Bonpland tanto em visitas às regiões costeiras da Terra Firme, como no interior da *Provincia de Nueva Andalucía*.

⁸⁵ "Hemos escapado sin saber cómo de las fragatas inglesas que patrullaban cerca de las Canarias y de la Madera [...] Y aun la noticia de que 4 o 5 barcos ingleses están en este instante en el Golfo, y la máxima de gozar en este mundo terrenal con lo que a la mano se tiene, han contribuido a mi determinación de permanecer aquí. [...] Me cocina una negra; y en fin, si aquí hubiera pan, podría invitarnos a comer en mi palacio de Cumaná" (Carta de Humboldt ao Barão de Forell, Cumaná, 16 de julho de 1799, 1985, p. 465).

⁸⁶ "Los últimos días de nuestra navegación no fueron tan felices como nos lo hacían esperar la templanza del clima y la tranquilidad del océano. No enturbiaban nuestra satisfacción los peligros del mar, sino el germen de una fiebre maligna que se desarrollaba a medida que nos acercábamos de las islas Antillas. [...] Dos marineros, varios pasajeros, y lo que es bastante notable, dos negros de la costa de Guinea, y un niño mulato, fueron atacados de una enfermedad que parecía hacerse epidémica" (Humboldt, 1985, Tomo I, p. 258).

Cumaná, então *Provincia de Nueva Andalucía*, na *Tierra Firme*, por onde passariam os próximos dois anos da viagem. Só então seguiriam para a ilha de Cuba, por onde permaneceriam quase 4 meses.

Conforme mostra o Mapa 2, a viagem de Humboldt e Bonpland a partir de Havana se daria pelo Reino de Nueva Granada até o fim de 1801, de lá a Quito, permanência para algumas expedições na área (incluindo a subida do Chimborazo). Em outubro de 1802 chegam à *Real Audiencia de Lima*, de lá subiriam pelo Pacífico até Acapulco, após uma permanência em Guayaquil já em janeiro de 1803. Humboldt e Bonpland viajariam depois pelo *Reino de Nueva Espanha* até julho de 1804, boa parte do tempo com permanência na capital. A partir daí se iniciaria a viagem de volta não sem antes visitar Washington nos E.U.A, navegando de Cuba à Filadélfia no barco de um correio marítimo. A volta à Europa se dá em junho de 1804, desembarcando em Bordeaux, na França em agosto daquele ano.

Em sua estadia em La Habana e, posteriormente, na cidade do México, Humboldt teve acesso ao registro censitário e aduaneiro das colônias espanholas, teve também a permissão para bisbilhotar as bibliotecas coloniais (que não eram desconsideráveis especialmente na cidade do México e em La Habana). Nelas tem contato com diversos documentos (relatos e crônicas) que o permitem se reportar ao processo inicial de colonização da América espanhola⁸⁷.

Fato curioso para nossa pesquisa. Ao realizar a revisão bibliográfica do contexto histórico nas colônias espanholas na época da viagem encontramos autores que têm suas principais fontes nos textos do próprio Humboldt. Seu relato de viagem e seus *Ensayos Políticos* são tidos, por exemplo, por Sanchez-Barba (in Vives, 1961) como a principal e mais segura fonte acerca das colônias espanholas na virada para o século XIX (ver p. 361 e seguintes). Curiosidade que dá dimensão da importância de suas obras para seu tempo.

⁸⁷ Seu conhecimento acerca da colonização espanhola e das culturas pré-colombianas, um dos objetos do VCMPIA também foi possível por suas pesquisas nas bibliotecas espanholas metropolitanas e nas do Vaticano, já depois de seu retorno de viagem.

Mapa 2 - Alexander von Humboldt's American Expedition (1799-1805)

Da mesma forma que no *Quadros da Natureza*, o relato de viagem irá se utilizar de informações de relatos e crônicas características de um olhar comprometido com a colonização mercantilista. Estes textos além de proverem ao Barão descrições da geografia, da fauna e flora americana, a serem por ele criticados, também alimentam as digressões históricas do relato acerca do processo de ocupação colonial na *Tierra Firme*.

Conforme então ele mesmo relata,

[...] la Tierra Firme permaneció por largo tiempo extraña a un sistema regular de colonización. Si los españoles visitaban su litoral, no era más que para procurarse, ya por violencia, ya por trueque, esclavos, perlas, pepitas de oro y palo de tinte (Humboldt, [1816] 1985, p.8).

Esta marginalidade que caracteriza a colonização da *Tierra Firme* ao longo do século XVI se explica pela empresa colonial espanhola ter centrado suas principais investidas colonizadoras na porção ocidental do continente. Respondendo à dinâmica da exploração mineral a oeste, "*mola mestra da colonização espanhola*" (Prado Jr., 2009, p. 36), a colonização na atual Venezuela também se daria de forma mais incisiva em sua parte ocidental (na então *Provincia de Venezuela* ou *Provincia de Caracas*), através do estabelecimento da mineração na área montanhosa do prolongamento da cordilheira andina, mais especificamente em *Tocuyo* e *Barquisimeto* (Humboldt, [1816] 1985, p. 369).

A colonização costeira da área que se estende de Caracas até Cumaná decorre do estabelecimento da "*conquista*" num sentido oeste-leste, ao longo "*da elevada cadeia de montanhas que vai do poente ao oriente, ao longo das praias de Caracas*" (Humboldt, 1952, vol. 1, p. 29).

A investida espanhola no interior continental se dará na busca de ouro e prata; realizando entradas na bacia do Orenoco ainda no século XVI a procura do *El Dorado*, que havia sido relatado por um desertor espanhol da expedição de Diego Ordáz na década de 30 do século XVI⁸⁸.

⁸⁸ Em sua versão guianense, o mito de El-Dorado se inicia com a aventura de Juan Martinez, membro da expedição de Diego Ordáz ao Orinoco [...], que, desertando, internou-se pela região. Notícias suas surgiram muito tempo depois, quando, nu e gravemente doente, Martinez teria sido levado a um convento dominicano em Porto Rico. Tratado pelos monges, Martinez, em seus últimos momentos, recompensou-os com dois alforjes abarrotados de ouro, cuja origem lhes revelou: havia estado em Manoa, a cidade do El-Dorado, onde as casas, cobertas de ouro, estendiam-se a perder de vista. Manoa, disse ainda, estaria situada junto a um grande lago, ou mar interior, chamado Parima (Farage, 1986, p. 146).

Mapa 3 - Map of Columbia from the Astronomical Observations and the Topographical Notices of Mr. Alexander von Humboldt (Brú in Humboldt, 1826)

Conforme comenta Nádia Farage em sua obra *Muralhas do Sertão: os povos indígenas do Rio Branco e sua colonização* (1986), a notícia de *El Dorado* se espalharia "*como rastilho de pólvora pelas Índias Ocidentais*" (p. 146). A partir daí, não apenas espanhóis mas também expedições inglesas adentrariam a *Tierra Firme*. Nesta circunstância é que se daria a expedição de Sir Walter Raleigh, em 1594, cujo relato compõe as informações acerca da Guiana no *Quadros da Natureza*⁸⁹.

Porém, não encontrando aquele metal precioso que, como anunciava Colombo, "*poderia povoar o paraíso*", as expedições no interior continental encontraram outra solução para não perder a viagem: apresamento indígena em massa para o trabalho nas minas das montanhas do oeste, sobretudo no *Reino de Nueva Granada* (atual Colômbia) e nas Antilhas, numa das tentativas da utilização de escravos indígenas para o cultivo da cana-de-açúcar.

A principio del siglo XVI, los desdichados indios de las costas de Carúpano, Macarapana y Caracas fueron tratados como lo han sido en nuestros días los habitantes de la costa de Guinea. Cultivaban el suelo de las Antillas, y se trasplantaban allí vegetales del viejo continente (Humboldt, 1985, Vol. II, p. 8).

O estabelecimento da colonização agrícola como "*economia de produção*" (Alencastro, 2000, p. 20) só se efetivaria nas possessões espanholas na *Tierra Firme* a partir do século XVII e ainda assim estaria limitada por décadas à área costeira, onde se iniciava a produção de tabaco, cacau, anil e cana de açúcar (Ribeiro, 1970, p. 340).

No entanto, a comercialização dos produtos provenientes daquela área da colonização espanhola se distinguia das demais pois o controle colonial de tributação era ali muito mais fraco do que nos centros coloniais de produção mineral e de produção agrícola mais vultuosos (como era o caso da ilha de Hispaniola).

⁸⁹ A espionagem realizada por Raleigh parece ter também abastecido as informações da Companhia das Índias Ocidentais holandesas sobre as Guianas. No século seguinte, a partir da década de 1620 se iniciou a produção cartográfica holandesa da área que acompanhou suas sanguinárias investidas no Atapabo. Tanto o Mapa 4 como o Mapa 5 foram produzidos sob financiamento da *Companhia* mercantil holandesa nesse período.

Mapa 4 - Terra Firma et Novum Regnum Granatense et Popayan, Willen Jansz Blaeu (1635)

Deste modo, desde logo marginalizada, a colonização na *Tierra Firme* se associa a trocas comerciais internas no *Mar del Norte* (no Caribe), sobretudo, através do contrabando cada vez mais constante com a instalação de outras potências coloniais nas Antilhas, e a leste, nas Guianas e no Suriname.

"A maior glória de Deus"⁹⁰, o estabelecimento de missões jesuíticas, dominicanas, franciscanas, capuchinas, etc., seria elemento fundamental para estabelecer um controle mais efetivo daquelas incipientes unidades de produção. No entanto, como relata Humboldt, a introdução das missões nas colônias espanholas no século XVI alimentou por outro lado a própria dinâmica do tráfico de escravos indígenas que ganharia força pelas instabilidades das relações entre grupos indígenas estabelecidos na *Tierra Firme*.

Ainda que houvesse grandes tensões, inclusive armadas, entre os colonos laicos e os missioneiros formalmente contrários a escravização indígena, Humboldt nota as missões como integrantes do movimento de interiorização da colonização, como que preparando o terreno para a entrada dos "*colonos brancos*".

Las órdenes religiosas han fundado sus establecimientos entre las fincas de los colonos y el territorio de los indios libres. Pueden considerarse las misiones como estados intermediarios. Han atropellado sin duda la libertad de los indígenas [...]. A medida en que los religiosos avanzan hacia las selvas y ganan terreno a los indígenas, los colonos blancos buscan cómo invadir a su vez del otro lado del territorio de las misiones. En esta lucha prolongada el brazo secular tiende sin descanso a sustraer los indios reducidos de la jerarquía monacal; y tras una lucha desigual los misioneros son reemplazados poco a poco por curas (Humboldt, 1985, Vol. II, p. 160).

Uma vez que muitos povos não se submetiam à ordem monástica, o estabelecimento das missões seria mais um elemento que reconfiguraria a ocupação indígena na área. Se intensifica então, a partir daí, também as dissensões entre povos indígenas, por seu envolvimento na disputa entre colonos espanhóis e missioneiros.

O estabelecimento da colonização holandesa nas Guianas, através da *Companhia das Índias Ocidentais*, agravou ainda mais o quadro de violência gerado pela colonização espanhola contra as populações originárias e delas mesmo entre si, mesmo nas áreas mais próxima das costas.

⁹⁰ Lema da Companhia de Jesus.

Grupos indígenas viam-se em meio à concorrência mercantil e até passavam a mediar as relações da colonização espanhola com outras potências na disputa pela “*economia de coleta*” (Alencastro, 2000, p. 20) desenvolvida na parte oriental da *Tierra Firme*.

Já na segunda década do século XVII, os holandeses criavam assentamentos agrícolas principalmente para a produção da cana de açúcar na desembocadura do Rio Essequibo e do Rio Suriname, baseado na mão de obra escrava africana. De quebra a colonização holandesa da Guiana também começaria a buscar índios para apresamento na *Tierra Firme*, com táticas diferenciadas⁹¹.

La trata de indígenas de tez cobriza estuvo acompañada de los mismos actos inhumanos que la de los negros africanos: tuvo también las mismas consecuencias, las de haber vuelto más feroces a los vencedores y los vencidos. Fueron desde entonces más frecuentes las guerras entre los indígenas: desde el interior de las tierras arrastróse a los prisioneros hacia las costas para venderlos a los blancos que en sus naves lo encadenaban (Humboldt, 1985, Vol. II, p. 8).⁹²

Mas como veremos mais adiante, as consequências históricas do apresamento indígena, apesar da semelhança diferenciariam-se *profundamente* daquela realizada do outro lado do Atlântico, nas terras da Guiné.

Humboldt aponta o destaque de algumas “*nações*” indígenas no tráfico dos próprios escravos índios. Elemento que complexifica a dominação colonial da área. Ele refere-se à “*nação*” Caribe, de “*guerreiros e antropófagos*” (Op. Cit., p. 8).

⁹¹ Farage aponta que a organização colonial holandesa para o apresamento indígena, que num primeiro momento coloca-se como decorrência da ocupação da área como política oficial da empresa colonial, desdobra-se com a colonização numa rede privada de tráfico de escravos que supostamente deveria pagar tributo à Companhia das Índias Ocidentais. “*O destino dado aos escravos apresados pela rede privada parece ter sido prioritariamente o trabalho nos canaviais* [holandeses na costa]. [...] Mas, ao que tudo indica a Companhia das Índias Ocidentais reservava a mão-de-obra indígena, escrava ou livre, para o serviço do Forte e dos postos” (1986, p. 161-162).

⁹² Talvez uma das passagens mais críticas do relato humboldtiano em relação à colonização. Vale ler a continuação. Porém, no que se segue, fica evidente que a crítica à desumanidade e selvageria com que indígenas foram tratados pelos espanhóis é feita sob um claro ponto de vista liberal que vê com bons olhos as “*legislações mais humanas*” da colonização da África Ocidental. A crença num humanismo neocolonial constitui a crítica humboldtiana: “*Esto no obstante, los españoles eran en esta época, y lo fueron todavía mucho después, una de las naciones más civilizadas de Europa. La viva luz con que brillaban las letras y las artes en Italia había resurgido en todos los pueblos cuyos lenguajes remontan a la misma fuente que la de Dante y Petrarca. [...] Pero allende los mares, donde quiera que la sed de riquezas trae el abuso de poder, los pueblos de la Europa, en todas las épocas de la historia, han exhibido el mismo carácter. El hermoso siglo de León X se señaló en el Nuevo Mundo, con actos de crueldad que parecen hijos de los siglos más bárbaros. Menos sorprende el espantable cuadro que presenta la conquista de la América si se recuerda lo que todavía sucede, a pesar de los beneficios de una legislación más humana, en las costas occidentales de Africa*” (Humboldt, 1985, Vol. II, p. 8-9). De qualquer forma é de grande interesse a contradição que o barão identifica entre as luzes renascentistas e o caráter sanguinário europeu além mar.

Como apontou Nádia Farage, a "*política indigenista holandesa*" era o principal meio de influência nos interiores continentais. Os holandeses estabeleceram com os chamados "*Caribes*" um sistema de trocas comerciais "*centrado na troca de manufaturados por gêneros de produção natural e artesanal indígena e, notadamente, escravos índios*" (1986, p. 141)⁹³.

[...] o escambo entre holandeses e índios teve por singularidade se justapor às relações intertribais, envolvendo a participação ativa de intermediários índios. Veio deste modo a alcançar povos indígenas muito além da área estrita de influência holandesa, ultrapassando as fronteiras dos vizinhos territórios de Espanha e Portugal (Farage, 1986, p. 141).

Vale dar mais atenção às particularidades destas relações coloniais pois a *Expedición de Límites* que trataremos na sequência surge de certa forma para lidar com este antigo problema da colonização da *Tierra Firme*.

Como Humboldt deixa ver no relato de viagem, as relações de poder entre tribos transformando-se em "*guerras entre indígenas*", surge como consequência dos "*atos desumanos*" da própria territorialização colonial. Ele sublinha a prática do escambo de mão de obra indígena por grupos indígenas aos colonos brancos como decorrência da violência exercida pelo processo inicial do contato pautado naquela mesma prática.

Os escritos de J. Gumilla (de 1731) tratam também da histórica relação dos holandeses com os Caribes. O jesuíta relata que inicialmente a rede de tráfico surge a partir de guerras intertribais incentivadas por colonos holandeses interessados em mulheres e "párvuos" (crianças) capturados pelos Caribes⁹⁴.

A dissertação de Farage se construirá explorando essa dimensão histórica do surgimento da rede de trocas, mostrando que a própria noção do chefe indígena surge nos povos da *Tierra Firme* em decorrência do contato. Como a autora ressalta, no processo de colonização "*se tais chefes não existissem, teriam de ser inventados*"

⁹³ Ao que tudo indica, as táticas holandesas para o domínio colonial baseada no apresamento e escravização de populações originárias não limitavam esses "benefícios da civilização" à Guiana. De acordo com Marx (1996), "*a história da economia colonial holandesa — e a Holanda era a nação capitalista modelar do século XVII — se desenrola em um insuperável quadro de traição, suborno, massacre e baixaza. Nada é mais característico que seu sistema de roubo de pessoas nas Célebes, a fim de obter escravos para Java. Os ladrões de pessoas eram adestrados para esse fim. O ladrão, o intérprete, e o vendedor eram os agentes principais nesse comércio; os príncipes nativos os principais vendedores. Os jovens sequestrados eram escondidos nas prisões secretas das Célebes até que estivessem maduros para o envio aos navios de escravos*" (Tomo II, p. 371).

⁹⁴ O nome dado aos apresados indígenas é historicamente conhecido como *poyto*. Segundo Farage, a origem etimológica da palavra para os Caribes do Suriname significa jovem ou belo. Sua posterior identificação a escravo ou servo teria decorrido do contato com a colonização holandesa (1986, p. 235).

(1986, p. 343). Para Farage a figura do chefe indígena, em outras palavras, o estabelecimento de novas relações de poder intra-tribais, seria fundamental para o funcionamento do escambo⁹⁵.

Nesta historicização das estruturas de poder dos povos originários, a autora põe em questão a própria noção dos índios Caribe como etnia específica, sugerindo que esta noção fora decorrente ela mesma de circunstâncias históricas do contato⁹⁶.

As guerras entre indígenas, aliás, tinham como finalidade, algo também até então estranhos àquelas "*culturas pré-colombianas*": as trocas comerciais. Como apontou Farage, a formação de uma "*rede de circulação de bens* [sobretudo a troca de escravos índios por manufaturas] e a *intermediação exercida pelos assim chamados Caribes, à época reputados apresadores de escravos para os holandeses*" não pode ser entendida simplesmente a partir da noção de uma "*atração natural*" que as manufaturas, enquanto mercadorias, exerceram para a mobilização dos intermediários indígenas.

Em seu debate com D. Sweet (1974), Farage rejeita a análise "*formalista*" daquele autor, que fundamenta a mobilização indígena dentro da rede de trocas coloniais estendendo a eles a lógica de uma sociedade de mercado. Para Sweet, pela própria natureza dos manufaturados, artigos de sociedades com mais "*alta tecnologia e alcance de matéria prima*", "*os índios do subcontinente amazônico dariam o que fosse preciso para obtê-las*" (Sweet apud Farage, 1986, p. 144).

Segundo Farage, Sweet explica a intermediação indígena *caribe* do tráfico de escravos índios por terem "*estimado as manufaturas enquanto mercadorias, isto é, por seu valor de uso e troca*". Mas, para a autora, a relação dos indígenas com os bens de troca estava investida de um sentido a mais, "*algo que certamente os livros contábeis da Companhia das Índias Ocidentais não registraram*" (Op. Cit., p. 144).

⁹⁵ "Encontrar o chefe parece assim não ter sido apenas tarefa de que se encarregaram os primeiros antropólogos, mas, de modo mais trágico, um pressuposto mesmo da tarefa de colonizar" (Farage, 1986, p. 343).

⁹⁶ "Com efeito, ao tratar desta questão, L. Drummond (1977) adverte que toda a discussão sobre a identidade dos Caribes coloniais não deve perder de perspectiva, sob pena de perder-se a própria análise, que os europeus, no momento da ocupação da costa da Guiana, distinguiam basicamente dois grandes grupos de índios: os "guerreiros" Carib e os "pacíficos" Arawak. Além disso, esta teria sido uma representação que fortemente se enraizou na população local guianense, indígena ou não-indígena, redefinindo as diferenças entre grupos Carib e Arawak. Assim sendo, se existe atualmente na costa da Guiana grupos que se auto-identificam como Carib, isto pode muito bem ser atribuído às circunstâncias históricas do contato" (Farage, 1986, p. 183).

A autora se refere a um complexo universo de significações no qual aquelas manufaturas foram incorporadas, permitindo que os colonizadores se inserissem nas dinâmicas políticas entre os povos indígenas da área, alimentando, por assim dizer, "códigos" específicos que exigiram "*toda uma reestruturação do sistema político tanto entre grupos, como intra-grupos*" (Op. Cit., p. 343-344).

Porém, por mais que seja válida a rejeição de Farage da tese de D. Sweet, pelo autor de certa forma compreender de maneira ontológica conceitos de uma forma social histórica, a sociedade de mercado, seguindo a própria linha na qual segue Farage, historicizando os Caribes como uma forma de identificação de indígenas decorrente do contato, permite a sugestão, aqui somente num apontamento superficial, de que a reflexão da lógica da mercadoria e seu fetichismo não deveria ser de todo abandonada para tratar do problema.

Claro que, com isso, não queremos dizer que os bens manufaturados e seus efeitos na mobilização de intermediários do tráfico de indígenas caíram num "*vácuo de significações*". Mas, por mais que as significações sejam específicas e não permitam enquadrar aquelas sociedades indígenas em sociedades de mercado propriamente ditas, a rede de escambo entre indígenas e europeus fazia avançar as tenebrosas implicações da forma mercadoria nos interiores da *Tierra Firme*. Isto é, ainda que em complexas formas de significações intra-tribais a partir de códigos estranhos a um livro contábil e à lógica de oferta e demanda, efetivava-se uma rede de tráfico que se relacionava com a demanda de escravos índios nas unidades de produção coloniais.

Além disso, mesmo esse *outro* processo da "*atração*" indígena pelas manufaturas parece sempre ter sido acompanhado pela mais brutal e violência. Como apontou Humboldt, ela precedia a formação da rede de troca.

De qualquer forma é bastante pertinente uma outra sugestão de Farage de pensar a própria mitologia daqueles povos indígenas historicamente. A autora cita o mito Saliva da criação dos Caribe recolhido pelo cronista e missioneiro jesuíta Padre J. Gumilla, a quem Humboldt diversas vezes se refere tanto no relato de viagem como no *Quadros da Natureza*. Vale a transcrição do trecho:

Dizem os Saliva que o Puru enviou seu filho do céu para matar uma serpente horrível, que destruía e devorava as gentes do Orinoco, e que realmente o filho de Puru venceu e matou a serpente, com grande júbilo e alegria de todas aquelas

nações (...) E acrescentam que aquele consolo durou pouco, porque logo que se putrefêz a serpente, formaram-se em suas entranhas vermes enormes e que de cada verme saiu por fim um índio Caribe e sua mulher. Como a Cobra ou Serpente foi tão sangrenta inimiga de todas aquelas nações, assim os Caribes, seus filhos, eram bravos, inumanos e cruéis (Gumilla [1731], apud Farage, 1986, p. 190).

No mínimo curioso, o mito aponta também para uma "*desumanização*" dos indígenas que se inseriam como atravessadores nas trocas com os colonos.

Gumilla recolhe o mito em uma missão no Orenoco, no período que coincide com o aumento da rede de tráfico caribe-holandesa na Guiana. As missões orinoquenses, no entanto, eram reflexo dos conflitos entre missioneiros e colonos nos *Llanos*. Lá, a colonização laica ganhava terreno frente as missões, em áreas de indígenas reduzidos ou massacrados pelo tráfico de escravos.

Nos *Llanos*, o gado livre (introduzido já no século XVI) "*multiplicara prodigiosamente*" e à medida que crescia a demanda por carne salgada (*tasajo*), couro e muares, principalmente pela economia colonial antilhana⁹⁷, mais e mais ganhava importância a produção pecuária na área, inclusive incorporando força de trabalho escrava negra contrabandeada das Antilhas através de Cumaná.

A ocupação *llanera* constituía o limite da efetividade do controle colonial espanhol, e, na realidade, a medida que se aproximava do rio Orenoco na *Provincia de Nueva Barcelona* ou da bacia do Essequibo, a colonização espanhola estava sujeita a ataques "caribes", fosse em missões ou em pequenos postos coloniais.

É de se ressaltar assim que, na particularidade da colonização espanhola na *Tierra Firme*, o estabelecimento colonial atinge o século XVIII sem ter conseguido efetivar uma dominação hegemônica de suas áreas de produção de mercadorias além da costa, e, o que era mais preocupante do ponto de vista da coroa espanhola, sem que esta produção estivesse diretamente atrelada aos fluxos comerciais metropolitanos.

Como comenta Ribeiro,

O vulto econômico destas empresas [coloniais espanholas na Provincia de Caracas, Nueva Andalucía e Nueva Barcelona, nas Guianas espanholas] era tão pequeno que raramente navios espanhóis tocavam a costa venezuelana, passando o comércio a ser feito principalmente com contrabandistas ingleses, franceses e holandeses (1970, p. 340).

⁹⁷ Humboldt aponta como principal artigo exportado por contrabando para o consumo de escravos nas Antilhas o peixe seco, da costa de Cumaná, e o *tasajo* (charque) *llanero*.

Humboldt utilizou-se, como vimos, de um modelo no *Quadros da Natureza* para apresentar os elementos coloniais na paisagem dos *Llanos*. Segundo ele, a vida nômade e caçadora passaria à sedentária e agrícola através da vida pastoril. No relato de viagem, apesar de lidar com elementos que remetiam mais diretamente à especificidade histórica da colonização moderna, ele apresenta uma espécie de regionalização da ocupação colonial da *Tierra Firme* baseada naquele mesmo modelo.

Hallase primero terrenos cultivados a lo largo del litoral y cerca de la cordillera de montañas costaneras; luego, sabanas o dehesas [pastagens]; y en fin, allende el Orinoco, una tercera zona, la de los bosques en la que se penetra sólo por medio de los ríos que lo atraviesan. Si los indígenas que habitan esos bosques viviesen enteramente del producto de la caza [...] diríamos que las tres zonas en que acabamos de dividir el territorio de Venezuela son la imagen de tres estados de la sociedad humana, la vida del salvaje cazador en los bosques del Orinoco, la vida pastoral en las sabanas o Llanos y vida del agricultor en los altos valles y al pie de los montes costaneros (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 297).

"Se os indígenas vivessem somente da caça", talvez pudesse ser aplicado o modelo, mas o que se apresentou às populações originárias era bem distinto e Humboldt bem sabia disso⁹⁸. Um chefe indígena Caribe, ao ver limitado seu poder no tráfico de escravos por autoridades holandesas, afirmara que aquilo era o "ganha pão" seu e de sua gente (Farage, 1986).

O modelo talvez pudesse ser válido se o desenvolvimento da "*vida pastoril*" dos *Llanos* pudesse ser compreendido sem estar em relação com as trocas comerciais com as Antilhas, caso não tivesse sido a colonização mesmo que introduziu, para fins comerciais a tal da "*vida pastoril*" nas estepes. Em suma, o modelo de Humboldt opera na medida que abstrai das decisivas forças sociais e históricas da introdução do gado nos *Llanos*, retirando do processo da territorialização colonial aquilo que lhe conferia uma integração, isto é, o caráter mercantil da empresa colonial moderna.

Como apontou Prado Jr., a colonização e o povoamento que dela decorreu aparece muitas vezes - e a isto não escapou o Barão - como um acontecimento "*fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato da conquista*" (2009,

⁹⁸ "Los indígenas se mueven en una guerra cruel y se devoran a veces unos a otros [talvez aqui ele se referisse à intermediação caribica no tráfico indígena]. Los frailes tratan de ensanchar sus aldeillas de misión y se aprovechan de las disensiones de los indígenas. Los militares destinados a proteger los frailes viven en disputas con estos" (Humboldt, Tomo II, p. 298)

p. 19). Mas a "*ideia de povoar não ocorre inicialmente*" a nenhuma potência mercantilista. Como frisa o autor, "*era o comércio que interessava*" (Op. Cit., p. 21), pelo menos num primeiro momento.

De acordo com Fernando Novais, seguindo a linha de Prado Jr., foi a não existência ou o esgotamento de produtos imediatamente comerciáveis que levou a empresa comercial europeia iniciar a produção de bens na colônia (1977, p. 29). Era este, aliás, o conceito de "*sentido da colonização*", de Prado Jr.:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, [...] ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (Prado Jr., 2009, p. 29)

No entanto, a particularidade da territorialização colonial na *Tierra Firme* se efetiva marginalizada dessa dinâmica fundamental apontada por Prado Jr.; o desenvolvimento de sua *economia de coleta* ou, posteriormente, da *economia de produção* não se efetiva muitas vezes "*em proveito do comércio europeu*". Ela decorre, de forma mais íntima, atrelada ao avanço das relações de produção de outras áreas da colonização do continente americano e das Antilhas.

Mas o que explicaria esse caráter marginal, ou talvez complementar, da colonização na *Tierra Firme*?

Marx apontou que o processo da colonização americana se desenvolvera inicialmente num acirramento da concorrência comercial por parte das potências mercantilistas que buscavam a pilhagem de produtos tropicais. Esta concorrência se pautou numa disputa pelas rotas marítimas da qual tomaram a dianteira Portugal e Espanha. A formação desses estados absolutistas era simultaneamente seu lançamento no Ultramar, nesta fase, estabelecendo os "*eixos*" a partir do qual se desenvolveriam o avanço colonial nas terras recém-descobertas: o exclusivo metropolitano e o trabalho compulsório (Novais, 1977).

Como vimos, o controle da população nativa não garantia a exploração do trabalho de maneira que seu produto assumisse a forma de mercadorias atadas diretamente aos fluxos metropolitanos. Pelo contrário, nas três zonas verificadas por Humboldt, ocorria das trocas estarem presas a um fluxo interno caribenho: índios

apresados eram objetos de escambo de chefes indígenas num tráfico com unidades de produção coloniais, a produção pecuária *llanera* também dirigia-se ao mercado colonial (sobretudo antilhano) e verificava-se nas produções da costa o cacau produzido (uma das principais mercadorias da *Tierra Firme*) dirigir a portos coloniais no *Virreinato de Nueva España*.

A resposta para este problema talvez tenha relação com a diferenciação observada por Alencastro (2000) no interior da América portuguesa ao longo dos três primeiros séculos de exploração colonial.

De forma similar, também o Estado do Maranhão e Grão Pará, apareciam no conjunto das trocas metropolitanas isolados das trocas sul-atlânticas que caracterizavam a colonização brasileira, escravista e agrícola.

Por causa do sistema de ventos, de correntes e do comércio predominantes no Atlântico Sul, até o final do século XVII, e mesmo depois dessa data, a costa Leste-Oeste (a Amazônia propriamente dita, o Maranhão, o Pará, o Piauí e o Ceará) permanece dissociada do miolo negreiro do Brasil, enquanto Angola se agrega fortemente a ele. Longe de qualquer devaneio da burocracia reinol, a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão decidida em 1621, com um governo separado do Estado do Brasil, responde perfeitamente ao esquadro da geografia comercial da época da navegação a vela (Alencastro, 2000, p. 20).

Talvez fosse, mais apropriadamente, a particularidade oriental da *Tierra Firme* (isto é, a bacia do Orenoco) que guardasse mais semelhança com a territorialização colonial amazônica. Mas entendemos no argumento apresentado por Alencastro, a consideração de uma geografia comercial da navegação a vela e, principalmente, a imbricação da colonização americana com o tráfico negreiro, a chave para pensar o caráter marginal da colonização da *Tierra Firme*.

Com relação à determinação das correntes marítimas na geografia comercial do período inicial da colonização, o próprio Humboldt aponta a força das correntes como determinante para que Colombo atingisse as ilhas caribenhas ao invés de desembarcar no continente americano.

O impulso que o Orenoco dá às águas do mar, entre as costas da Guiana e a ilha da Trindade, [...] é tão poderoso, que os navios, ajudados pelo vento oeste e com as velas desfraldadas, tratam de lutar com a corrente, e encontram dificuldades em se governar. Estas solitárias e temíveis paragens chamam-se golfo Triste [...] (Humboldt, [1808] 1952, Vol. I, p. 213).

Assim, no escopo do desenvolvimento técnico da navegação a vela, o acesso às Antilhas era muito mais favorável às frotas da colonização espanhola que à *Tierra Firme* por onde era “*preciso atravessar a Boca do Dragão*”, onde “*alguns escolhos, semelhantes a torres arruinadas, elevam-se do meio das ondas tempestuosas*” (Op. Cit., p. 214).

Segundo Alencastro, “*na ilha de Hispaniola - nome que Colombo deu ao Haiti - rodavam, por volta de 1550, trinta engenhos tocados por mais de duzentos oficiais de açúcar lusitanos*”.

No auge da produção açucareira, nos anos 1560-70, havia entre 12 mil e 20 mil escravos na ilha, em sua maioria trazidos por portugueses. Por obra e graça dos banqueiros genoveses e dos negreiros, “oficiais de açucares” e artesãos portugueses, Hispaniola produzia nessa época mais açúcar e contava com mais africanos do que o próprio Brasil. Mais tarde a reorientação provocada nas frotas e na geografia comercial da América pelo empuxo das minas de prata do continente, faz a área açucareira antilhana declinar (Alencastro, 2000, p. 32).

Outro elemento que pode ter determinado o relativo desprezo espanhol pela colonização na *Tierra Firme* foi exatamente este “empuxo” das minas de prata de Potosí que enrijeceu o fluxo do comércio com Sevilha.

Diferentemente do comércio metropolitano português, a preponderância da produção metalífera nas frotas da circulação atlântica espanhola, a possibilidade maior do estoque e menor fluxo comercial, tornava ainda mais desinteressante o investimento numa economia de produção na *Tierra Firme*, que, escassa em ouro ou prata, só poderia oferecer mercadorias perecíveis às quais as colônias antilhanas da Espanha já provinham.

Apesar das tentativas, a Espanha nunca conseguira firmar postos coloniais para o tráfico negro na África e, por outro lado, fomentar uma economia de produção na *Tierra Firme* aos moldes do que se constituía em Hispaniola, o que significava além de tudo estar ainda mais sujeita ao *Asiento* detido na época por Portugal.

Ao tratar das vantagens que “*Portugal auferia sobre o negócio negreiro até meados do século XVII*”, Alencastro mostra que o quase-monopólio luso no setor, forçando em suas colônias a introdução do trabalho compulsório de africanos “*através do embargo ao cativo indígena*”, é o que permite que a metrópole portuguesa comandasse “*as operações situadas a montante e a jusante do processo produtivo americano: os colonos devem recorrer à Metrópole para exportar suas mercadorias,*

mas também para importar seus fatores de produção, isto é, os africanos. Fenômeno que configura os rumos da presença lusitana no espaço sul-atlântico (2000, p. 27-28)⁹⁹.

Com isto, Portugal conseguia em suas colônias não apenas o domínio da população nativa, mas também fazer com que o “*excedente econômico ultramarino*” não escapasse ao “*circuito metropolitano*”.

A argumentação de Alencastro, completa de certa forma o *paradoxo* que fora apontado por Novais quando mostrou que “*é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário*”:

[...] os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia [...]; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-nas os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Este talvez seja o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura (Novais, 1977, p. 89).

Diferentemente de Portugal, justamente pela ausência de entrepostos africanos, o controle espanhol dos produtos de suas colônias americanas “*repousa pouco sobre o processo de produção e bastante sobre a circulação de mercadorias*” (Alencastro, 2000, p. 27). Isto explicaria o que Novais viu como “*inflexibilidade única*” do “*exclusivo metropolitano*” espanhol.

Como aponta Novais, “*o resultado do monopólio dos mercadores de Sevilha ou de seus associados foi [...] um regime de grandes lucros, que determinará nas Índias o aparecimento de um regime de altos preços*” (1977, p. 55).

Tal política – que seguia à risca o receituário mercantilista – seria fundamental para o particular desenvolvimento da economia de produção nas possessões espanholas da *Tierra Firme* que de certa forma induziam à realização de trocas comerciais que não pagam os devidos tributos à coroa.

É claro que tal regime de uma inflexibilidade única provocava de imediato o desafio das potências rivais, que desde logo incentivaram o contrabando para a América espanhola. A partir do próprio Brasil-colônia se desenvolvia enormemente o comércio ilegal para a região platina, sobretudo

⁹⁹ O autor mostra como também parte do excedente da produção metalífera das colônias espanholas eram absorvidas pela metrópole lusitana através do tráfico negreiro. A coroa espanhola recorria ao tráfico de escravos negros por conta da proliferação da malária e morte dos indígenas nas minas: “*graças à posição dominante detida no setor, os portugueses penetram nas Índias de Castela, furando o monopólio espanhol sobre a prata, adquirindo ouro e especulando com produtos regionais, tais como o cacau venezuelano exportado para o México*” (2000, p. 36).

no período da União Ibérica. Ingleses, franceses e holandeses não deram tréguas ao exclusivo castelhano, até que no começo do século XVII fixaram-se nas Antilhas, montando economias concorrentes, e ao mesmo tempo firmando entrepostos para incentivar o tráfico de contrabando para as Índias de Castela (Novais, 1977, p. 55).

Cada um à sua maneira, tanto Portugal quanto Espanha, ao verem a colonização passar do comércio ao estabelecimento de unidades de produção no ultramar, lidavam com a contradição embutida nessa “*montagem de uma sociedade nova*”, a colônia no final das contas se queria Metrópole.

Na particularidade colonial da *Tierra Firme* essa contradição aparecerá de forma mais evidente com o contrabando. Como ressalta Ribeiro (1970), os tratos ilícitos desde o princípio da colonização foram o maior estímulo para a penetração colonial na Venezuela, e continuavam sendo até os tempos da viagem de Humboldt, mesmo com todos os esforços da coroa espanhola¹⁰⁰.

Um exemplo poderia ser utilizado para ilustrar essa particularidade colonial da *Tierra Firme*. Depois de um curto ciclo de exploração de pérolas em Cumaná, no qual foram subjugados ao trabalho compulsório os índios Guaiquerries, iniciou-se a exploração de uma salina na península de Araya, estando então esgotadas as pérolas do litoral.

Como relata Humboldt, “*los españoles, que al principio se establecieron en Cubagua, y luego a poco en las costas de Cumaná, explotaban desde los comienzos del siglo XVI los saladares que en forma de laguna se prolongan al Noroeste del cerro de la Vela*” (1985, Vol. I, p. 430). A produção de sal se inseria nas trocas internas da colônia transportadas a grandes custos a Portobello, Cartagena e às Antilhas (Op. Cit., p. 430). Mas os altos preços pelo qual o sal era vendido nas Antilhas fazem com que holandeses se interessassem também pelo comércio. Assim, as altas tributações impostas à circulação comercial do sal no mercado colonial espanhol atraem potências rivais a participarem, mesmo que ilicitamente, de sua exploração através do contrabando¹⁰¹.

¹⁰⁰ Em 1737, os membros espanhóis da Expedição La Condamine, Jorge Juan e Antonio Ulloa se referiram ao contrabando em Cartagena de Índias, atual Colômbia em suas *Noticias Secretas de América*. Segundo os expedicionários a aceitação social do contrabando era tão generalizada que avaliar sua prática era o mesmo que julgar o problema de “*comer y dejar de comer*” (apud Lucena Giraldo, 1991, p. 96).

¹⁰¹ “En 1605 envió la corte de Madrid naves armadas a Punta de Araya con órdenes de permanecer allí y de expulsar por la fuerza a los holandeses; pero estos continuaron sin embargo cogiendo sal furtivamente, hasta que fue construido en 1622 cerca de las salinas un fuerte que se hizo célebre con el

É dizer, o contrabando – realizado também pelos próprios colonos espanhóis com outros itens – é pensado como decorrência da política monopolista espanhola, pois seus altos preços tornavam viáveis seus riscos. Ele, aliás, será um dos "*métodos*" adotados historicamente pela Inglaterra na concorrência comercial no Atlântico para que se emparelhasse à Espanha e efetivasse sua acumulação de capital (Marx, 1996, Tomo II, p. 378).

Deste ponto de vista, a importância do contrabando e das trocas internas para a territorialização colonial na *Tierra Firme* não haveria de se constituir como elemento que priva sua análise do que confere unidade ao assim chamado Antigo Sistema Colonial (Novais, 1977). Justamente pela característica marginal da dinâmica colonial na área se estabelecer *em relação, mesmo que contraditória, com o receituário mercantilista metropolitano*, voltado à exploração colonial dos centros de maior importância¹⁰².

Assim, fornecendo os *meios* para a exploração econômica das áreas mais diretamente atadas aos fluxos metropolitanos (mão de obra indígena num primeiro momento e artigos para a subsistência de escravos negros, com o desenvolvimento das *plantations* antilhanas) "*vai se amarrando*" à dinâmica da colonização metropolitana a costa e paulatinamente o interior venezuelano.

Assim, também na *Tierra Firme* o *sentido profundo de sua colonização* (Novais, 1977) não escapa de se efetivar nas engrenagens do Sistema Colonial - *peça*

nombre de Castillo de Santiago, o de la Real Fuerza de Araya" (Op. Cit., p. 430). Nas intermediações de Araya, Cumaná, em meados do século XVII, também se estabelecia como um centro importante do contrabando de escravos negros, tanto por navios holandeses a partir de Curaçao, como por ingleses partindo de suas colônias antilhanas de Jamaica e Barbados.

¹⁰² A partir da obra de Prado Jr., Fernando Novais em seu livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigos Sistema Colonial (1777-1808)* desenvolveu a ideia do autor buscando entender com *profundidade* o que Prado Jr. apontara como o *sentido da colonização*. O autor desenvolverá de maneira pormenorizada as implicações do caráter mercantilista da colonização moderna. A partir da análise de Marx, Novais aponta que "*o mercantilismo foi, na essência, a montagem do sistema capitalista, e o sistema colonial mercantilista, sua peça fundamental, a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno*" (Novais, 1977, p. 32). Sendo assim, a colonização moderna deve ser entendida a partir de sua "*natureza essencialmente comercial*" como elemento fundamental da acumulação primitiva de capital. Este é para Novais, seu *sentido profundo*. Seu conjunto de mecanismos, as normas políticas econômicas sob a qual se efetivam suas relações econômicas "*integram e articulam a colonização com as economias centrais europeias naquela realidade subjacente e imanente ao processo concreto da colonização*" (Novais, 1977, p. 33). Por sua vez a economia mercantil, apoiava-se e ao mesmo tempo dava força a uma participação efetiva de um Estado centralizado. Como comenta Novais, o mercantilismo, como processo econômico de transição para o capitalismo integral (baseado no trabalho assalariado), era também a formação do Estado-Nacional a todo custo. "*Dai*" a "*política protecionista*" empregada pelos Estados Nacionais absolutistas, "*fomentistas, por assim dizer, da produção nacional daqueles produtos que concorrem vantajosamente no mercado entre as nações*" (Op. Cit., p. 19).

da acumulação primitiva de capital na Europa – marcando a “aurora da era de produção capitalista” (Marx, 1996, Vol. II, p. 275).

DE UM ILUSTRADO GABINETE À COLÔNIA
*ou sobre a preparação de um plano
de colonização ilustrada na Tierra Firme*

Tendo Espanha relegado suas possessões orientais na *Tierra Firme* a dinâmicas não diretamente atadas ao comércio direto com Sevilha, via no início do século XVII ameaçado seu domínio na área.

Outras potências tomavam a dianteira na concorrência colonial. Além do contrabando, do corso e da pirataria efetivarem políticas concorrenciais importantes para o avanço holandês, francês e inglês no Caribe, a coroa espanhola vira, sucessivamente, seu capital acumulado escoar na forma do "*Asiento*" a portugueses, holandeses e franceses, tendo "*negociado para Inglaterra no tratado de Utrecht*" (Novais, 1977, p. 55).

Naquelas circunstâncias, a coroa espanhola entendia que seu modelo de colonização necessitava amplas reformas de maneira a integrar algumas áreas marginalizadas pela colonização (a *Tierra Firme*, mas sobretudo a Província de Sacramento) como centros estratégicos para o reestabelecimento da soberania monopolista.

Tanto em Sacramento como na parte oriental da *Tierra Firme*, até então a coroa não apenas não obtivera o retorno esperado para a balança comercial, mas também via proliferar no umbral do império centros contrabandistas em acordo com outras nações colonizadoras que prejudicavam seu comércio metropolitano com os centros de maior interesse colonial¹⁰³.

¹⁰³ Além disso, aquelas áreas improdutivas na *Tierra Firme* sempre trouxeram a necessidade de investimentos coloniais espanhóis acima do desejado, ao menos do ponto de vista da coroa. Para as autoridades coloniais locais, no entanto, a promessa da produtividade colonial na área, sobretudo metalífera, sempre foi uma forma de atrair investimentos metropolitanos. Humboldt comenta que era praxe para que a administração colonial de Caracas conseguisse investimentos metropolitanos "*exaltando as minas de ouro da província*", "*omitindo por pura ganância sua desprezível e repugnante qualidade*" (Humboldt, 1985, Vol. II, p. 368). Na época de sua viagem algumas vezes ele foi solicitado para averiguar minas abandonadas e determinar se havia ou não a possibilidade de exploração. Ao que

Qualquer ação para reestabelecer a soberania espanhola na *Tierra Firme* tinha de levar em conta a realidade inegável da presença concorrencial: Holanda, como dissemos, na Guiana, Inglaterra com grande domínio naval no Caribe, controlando o *asiento* espanhol e com domínio de Gibraltar, e Portugal, forçando já nas primeiras décadas do século XVIII a área sul do Orenoco pelo Rio Negro.

Carvajal, então ministro das relações exteriores, partia do pressuposto de que era necessário reduzir as inimizades na área, vendo a necessidade de estabelecer alianças com Portugal e Inglaterra.

Siendo el alma e poder de la España sus vastos y opulentos dominios de América, que no puede defenderlos teniendo tres vecinos contrarios, cada uno más poderoso en armar por sí solo a más que todos tres se unen para la defensa de ellos; y siendo infinitamente imposible (...) sustituirlos, queda indispensable, que (...) es necesaria alianza y auxilio (Carvajal apud Lucena Giraldo, 1991, p. 70).

O representante britânico na Espanha, Benjamin Keene, então viu a Carvajal como um ministro "*cheio de projetos sobre o comércio e firme na defesa de seus pontos de vista*" (Op. Cit., p. 70).

Mas as reformas da política colonial não atingiram somente o Ultramar. A concorrência colonial produzia uma crise aberta na balança comercial espanhola e a coroa encontrava forte pressão por parte de uma burguesia comercial até então desligada dos privilégios imediatos do monopólio mercantil nas colônias americanas. No início do século XVIII os benefícios do exclusivo metropolitano até então se limitavam, além da nobreza e do clero, apenas a comerciantes sevilhanos.

Nos anos 30 daquele século, o Bourbon Rei Felipe V inaugura então novas figurações jurídicas autorizadas a exercer o monopólio comercial com as colônias americanas, justamente como forma de integrar essas burguesias e seus capitais na colonização. Uma delas, a *Real Compañia Guipuzcoana de Caracas*, ganha o direito de monopólio no comércio de produtos coloniais venezuelanos¹⁰⁴.

parece a entrada de alemães na área era bastante comum: "*Por dondequiera que he pasado en la América meridional, iban me a enseñar muestras de minerales tan logo sabían el lugar de mi nacimiento. En esas colonias todo francés es un médico, y todo alemán un minero*" (Op. Cit., p. 56).

¹⁰⁴ A *Compañia* podia estabelecer comércio também com as províncias de Cumaná, Margarita e Trinidad (na época ainda sob domínio espanhol). Seus navios podiam tocar os portos coloniais de La Guaira, próximo a cidade de Caracas e Puerto Cabello, na mesma província. Na Espanha podiam partir com manufaturas de San Sebastián (capital de Guipúzco) e regressar atracando no porto de Cádiz, próximo a Sevilha. Sua efetivação se estabelecia a partir da compra de ações restritas a comerciantes de Guipúzco (do norte espanhol).

Obviamente, tais instituições comerciais, que constituíam um plano de reformas administrativas tanto na colônia como na metrópole, tinham a intenção de assegurar o monopólio real e frear o contrabando de *Caracas*. Mas simultaneamente, a colonização instalava, em áreas até então marginalizadas, instituições com certo grau de autonomia comercial. Carvajal, em suas ilustradas negociatas diplomáticas, chegara a admitir oficialmente a possibilidade de concessão aos ingleses de uma parte do comércio americano (Op. Cit. p. 70).

A presença de uma companhia monopolista na área irá estabelecer ao longo do século XVII uma centralização do poder político-econômico venezuelano. Nas suas concessões e restrições comerciais, nas idas e vindas da possibilidade dos colonos efetivarem trocas com navios estrangeiros, surgem demandas cada vez mais “fortemente defendidas” pela elite *criolla* caraqueña.

A empresa [a *Compañia Guipuzcoana*] se defrontara ali, porém, com gente altiva, acostumada a comerciar livremente seus produtos tropicais, crescentemente valorizados e pouco disposta a deixar-se dominar pela rigidez do sistema colonial espanhol. Acabou-se por acertar-se um *modus vivendi* mais liberal que em qualquer outra área hispano-americana. Admitia, inclusive, certo intercâmbio com os contrabandistas nos longos períodos em que o comércio marítimo espanhol era paralisado em virtude das guerras europeias. A própria companhia colonial negociava então com os contrabandistas para prover à população os artigos industriais indispensáveis (Ribeiro, 1970, p. 341).

A citação de Ribeiro, talvez um tanto irrefletida quanto à *altivez do livre comércio*, aponta no entanto para como aquela particularidade da colonização venezuelana, na qual o contrabando constituía grande importância, desdobra-se numa prática relativamente aceita pela política monopolista espanhola local¹⁰⁵.

As reformas da política burbônica lidavam com os problemas do contrabando na *Tierra Firme* num nível administrativo, reduzindo a participação de Holanda e França na parte oriental de maneira a centralizar o poder de Caracas. No entanto, no que se refere a situação continental das possessões orientais da *Tierra Firme*, a integração econômica da área requeria outras abordagens. Na visão de um *Virrey de Perú*, o Conde de Superunda,

¹⁰⁵ Humboldt fez aliás diversas observações neste sentido; na viagem de barco de Cumaná a La Guaiara ao saber de um navio inglês provido de licenças comerciais com *Caracas* sugere a possibilidade de pensar o livre comércio como generalização do contrabando, "*todo se organiza con el tiempo*" (1985, Tomo II, p. 262).

[aqueles] países no conquistados son unas selvas y montañas de difícil tránsito y los llanos muy húmedos, cenagosos y ardientes, por lo que no pueden mantenerse los españoles. Las naciones que allí habitan son bárbaras; no cuidan de cubrir su desnudez y sus casas son tan pobres que nada pierden aunque se las quiten, porque con cuatro palos y unas hojas de árboles, en pocas horas fabrican otras en el lugar que les parece. Reducirlos por armas se ha tenido siempre por imposible, respecto de que, con mudarse de un lugar a otro e internarse en lo más espeso de la montaña [...] quedan frustradas las diligencias, perdidos los gastos y expuestas muchas vidas por las enfermedades que se contraen (Conde de Superunda, Virrey de Perú [1745-1761], apud Lucena Giraldo, 1993, p. 67-68).

Mas não eram apenas fatores naturais que impediram a penetração espanhola. Na realidade, já naquela época haviam se estabelecido diversas missões na área do Baixo Orinoco e seus afluentes, ligadas à colonização espanhola¹⁰⁶. O principal impeditivo parecia ser a instabilidade na dominação por conta da aliança Caribe-holandesa que nessa altura já atingia a dominação espanhola no Alto Orenoco, como comentou Humboldt¹⁰⁷.

Apesar de negar oficialmente sua entrada em território espanhol, autoridades espanholas acusavam a *Companhia das Índias Ocidentais* holandesas de conceder inclusive passaporte em latim, assinados pelo Diretor Geral do Essequibo aos intermediários índios que buscavam em áreas distantes os gêneros e escravos necessários ao escambo efetuado nos postos holandeses da costa¹⁰⁸ (Farage, 1986, p. 153).

¹⁰⁶ Um dos centros espanhóis mais importantes do Baixo Orinoco era Angostura porém a área "no tenía [no início do século XVIII] *comunicaciones directas con la metrópoli*". "Los habitantes se contentaban con ejercer un pequeño comercio de contrabando, en carnes secas y tabaco, con las Antillas, y por el río Caroní con la colonia holandesa de Essequibo. No recibían directamente de España ni vino, ni aceite, ni harina [...]. En 1771 unos negociantes enviaron la primera goleta a Cádiz, y, desde esta época el intercambio directo con los puertos de Andalucía y Cataluña, se ha hecho más activo (Humboldt, 1985, Tomo IV, p. 492).

¹⁰⁷ [...] desde fines del siglo XVII [los Caribes], cuya habitación principal, está entre las fuentes del Caroní, del Essequibo [...], no solamente dominaban hasta las grandes cataratas [Aiturés e Maipures], sino que hacían también incursiones en el Alto Orinoco (Humboldt, 1985, Tomo IV, p. 145).

¹⁰⁸ A entrada holandesa, bastante mediada pelos Caribes, não se dava apenas para o apresamento indígena e também não se limitava às missões. Na época se intensificava o contrabando das produções llaneras: "particulares espanhóis traziam tabaco, carne seca e, especialmente, mulas para trocar por manufaturados" (Farage, 1986, p. 150).

Mapa 4 - Mapa Itinerario Del Curso Del Orinoco, Del Atabapo, De Casiquiare y Del Rio Negro Que Ofrece la ramificación del Orinoco y su comunicación con el Rio de la Amazonas por M. Alejandro De Humboldt (1830)]

Por outro lado, tem-se notícia do avanço português na bacia do Rio Negro e de suas investidas no Orinoco por uma comunicação natural com a bacia amazônica, o *Casiquiari*¹⁰⁹.

A prática já era comum na área, na década de 30 do século XVIII, por meio de apresadores índios Marepizanos, Amuizanos, Manitivitanos¹¹⁰. Os rumores de europeus diretamente ligados àquela prática confirma-se quando dois portugueses chegam aos estabelecimentos jesuítas espanhóis no Alto Orinoco em 1742¹¹¹, após haverem se perdido durante uma expedição de caça indígena¹¹².

Era necessário portanto reduzir adversários na concorrência colonial; ao comprar briga com Portugal a coroa espanhola se encrencava também com os corsários ingleses no Atlântico. A colonização holandesa da Guiana parecia ser a melhor das opções.

Assim, no que tange à possibilidade de implementação de reformas para o fim da estagnação colonial na *Tierra Firme*, a primeira medida era tentar assegurar num plano diplomático que os conflitos da colonização se limitasse aos holandeses havendo então que estabelecer as fronteiras com Portugal. Para tanto, em comum

¹⁰⁹ "Durante las dos primeras décadas del siglo XVIII el tráfico esclavista portugués en Río Negro estuvo controlado casi completamente por los indios Manao, que también tenían trato comerciales con los holandeses. Entre 1723 y 1725, sin embargo, los portugueses desataron contra sus proveedores una guerra de exterminio cuyo objetivo era lograr un control directo sobre la región, que tenía una población muy abundante. El agotamiento de las fuentes de esclavos en las áreas adyacentes a los asentamientos portugueses produjo hacia 1730 una despoblación en el bajo Río Negro que alcanzó niveles críticos" (Lucena Giraldo, 1991, p. 55).

¹¹⁰ Segundo Humboldt, estas "nações", "practicaban la cacería de hombres, como estaba antaño en uso entre Caribes, y como está en uso todavía en África. Unas veces abastecían de esclavos (poitos) a los holandeses o paranakiri (habitantes de los mares), otras veces los vendían a los portugueses o Yaranaves (hijos de músicos). En América como en África la codicia de los europeos ha producido idénticos males: ha excitado a los indígenas a hacerse guerra para procurarse esclavos" (1985, Tomo IV, p. 147).

¹¹¹ "Doy noticia a V. M. cómo los portugueses del Gran Pará tienen paso por agua para entrar en Orinoco. Un brazo de éste se comunica con el Río Negro que desagua en el Marañón o Amazonas. Dista el último pueblo de éstas nuestras misiones del Orinoco hasta el brazo que corre al Río Negro veinte días aguas arriba, y de allí hasta los primeros pueblos de los portugueses cuatro días aguas abajo poco más o menos. En el intermedio hay muchas naciones de diversas lenguas. Los portugueses van haciendo entradas y agregando gente en Río Negro. Estas noticias me han dado unos viajeros, que vinieron aquí desde Marañón embarcados de dicha nación portuguesa" (Carta de Padre Román, superior jesuíta, ao Rei [1742], apud Lucena Giraldo, 1991, p. 56)

¹¹² Já era de conhecimento da colonização portuguesa e espanhola, portanto, justamente pelo Casiquiare ser rota do tráfico de escravos indígenas, a ligação da bacia amazônica com o Rio Orinoco. Humboldt, no entanto haveria de ficar conhecido como o descobridor daquela ligação. "A minha viagem destruiu completamente, creio, as dúvidas que um geógrafo célebre, Buache, tinha suscitado sobre a possibilidade de comunicação entre o Orenoco e o rio Amazonas. Naveguei trezentas e oitenta léguas pelo interior do continente, desde as fronteiras do Brasil até as costas de Caracas, passando do rio Negro ao Orenoco através do Casiquiari (Humboldt, 1952, Vol. I, p. 218).

acordo seriam fixados astronomicamente os limites entre as possessões de forma a substituir o que até então fora firmado com o Tratado de Tordesilhas¹¹³. Tendo reconhecido os estabelecimentos coloniais, os limites deveriam considerar a geografia da área sob princípios geométricos "*e como tais imutáveis*", como falava Pombal.

Por outro lado, o plano espanhol visava consolidar as fronteiras através de um plano de colonização que, segundo Lucena Giraldo, incluía o planejamento de "*un crecido número de fundaciones urbanas, canalizando hacia ellas emigrantes peninsulares y criollos y fomentando nuevos cultivos e industrias*" (1991, p. 12).

Para que se efetivasse o plano de colonização era necessário no entanto a averiguação das potencialidades comerciais da área. Assim, formava-se uma expedição que teria como objetivo principal estabelecer os limites das possessões espanholas ao sul, remontando o Rio Orinoco até seu encontro com o Rio Negro pelo *Casiquiare*. Por tabela, seria realizada também uma averiguação científica das condições naturais de gêneros para o comércio mundial - sobretudo a potencialidade produtiva do cacau e da canela nativa. Era uma ilustrada tentativa de finalmente possibilitar que "aquelas selvas" provessem à coroa tributos a partir de uma produção para exportação atada às redes do comércio metropolitano pela *Compañia Guipuzcoana*.

Do gabinete colonial de Carvajal pintava-se um plano aparentemente infalível, merecido de todas as honrarias da ilustração. Na colônia, no entanto, as coisas se mostrariam um tanto quanto diferentes - talvez o avesso do geométrico. O ilustrado projeto da coroa não levava em conta as particularidades coloniais e as dinâmicas de poder local que para serem passíveis de se curvar à página em branco da cartografia precisariam ser antes aniquiladas de fato.

¹¹³ Conforme reza o texto firmado entre Portugal e Espanha no Tratado de Madrid (em 1750), "*Uti possidetis, ita possideatis*", quem possuir de fato deve possuir de direito; a demarcação dos limites deveria considerar os estabelecimentos coloniais (claro, excetuando os de Holanda).

*A EXPEDICIÓN DE LÍMITES AL ORINOCO
ou a faceta colonial da ilustração*

El río Orinoco se ve atravesado por una serranía de montes graníticos. Constreñido en dos puntos de su curso, se rompe con estruendo contra unas rocas que forman gradas y diques transversales. [...] Ni las grandes escenas de las Cordilleras han podido atenuar la impresión que en mí había producido la primitiva vista de Aitures y de Maipures. Cuando se halla uno situado de modo que abrace de una ojeada esa serie continua de cataratas, esa alfombra inmensa de espuma y de vapores iluminada por los rayos del sol poniente, créese ver el río entero suspendido sobre su lecho (Humboldt, *Relation Historique*, Vol. IV, p. 9).

Tratamos, ainda que superficialmente no item anterior, acerca da nova política espanhola posta em prática no decorrer do século XVIII, fundamentalmente a partir dos anos 50. Interessa agora observar os efeitos de uma das medidas tomadas pela coroa para tentar estabelecer uma colonização sistemática na *Tierra Firme*: isto é, os tenebrosos acontecimentos que envolveram a realização da *Expedición de Límites al Orinoco* (1754-1767).

Dada a impossibilidade de uma leitura de fontes primárias que se referem à expedição (isto é, os relatórios escritos pelos próprios expedicionários ou documentos da administração colonial da época) utilizaremos aqui bibliografias sobre a *Expedición* (como é o caso do livro *Laboratório Tropical* (1991) de Manuel Lucena Giraldo) ou que ao terem de tratar da dinâmica territorial na *Tierra Firme* no século XVIII inescapavelmente se referiram à presença dos expedicionários, caso do trabalho de Nádía Farage (1986). Além destas obras, encontramos comentários acerca da *Expedición* na própria *Relation Historique* de Humboldt, principalmente no volume IV ([1819]1985) de seu relato de viagem (quando narra sua subida do rio Orenoco a partir do rio Apure).

Vale ressaltar de antemão talvez o elemento mais contraditório dos resultados da *Expedición de Límites al Orinoco* enquanto expedição científica. Como apontou Lucena Giraldo (1991), sua marca característica foi de ter visto seus objetivos iniciais, fundamentados numa racionalidade científica e planejados de acordo com princípios ilustrados do absolutismo espanhol, desdobrar-se, no encontro com o mundo colonial, numa guerra de extermínio indígena.

Como falamos, para cumprir a medida adotada após a assinatura do Tratado de Madri para demarcação da fronteira das possessões lusas e espanholas na Terra Firme, a *Expedición* deveria realizar um levantamento topográfico dos limites meridionais da bacia do Orenoco de maneira a fixar astronomicamente a linha divisória. Mas, e isto talvez tenha se caracterizado como o método mais eficiente da expedição, para que se pudesse demarcar a fronteira era antes pressuposto a dominação efetiva da área - como também o era para o estabelecimento de uma colonização sistemática nas terras da *Guayana* e do Médio e Alto Orenoco.

A expedição deveria, ao remontar o Orenoco em direção ao *Casiquiare*, encontrar com os comissários portugueses na junção daquele canal com o Rio Negro (como falamos, a ligação natural das duas bacias). Mas o encontro com Mendonça Furtado, primeiro comissário português e governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, combinado para o fim do ano de 1754, nunca se realizou.

A expedição só chegaria ao posto colonial português no Rio Negro cinco anos e meio depois do combinado e mesmo assim com o mapa em branco de diversos trechos do levantamento topográfico. Áreas em que diversos conflitos com povos indígenas na Guayana, no Médio e Alto Orinoco ainda não haviam se equacionado. Em 1759 pôs-se fim à *Expedición*, vendo fracassado seu objetivo científico mas triunfante um novo padrão de dominação do Orenoco.

Na década de 60 do século XVIII, com a aniquilação e início da debandada de grande parte dos povos indígenas da Guayana, do Médio e Alto Orinoco para a bacia do Rio Branco começariam a surgir novas jurisdições para a efetivação da territorialização colonial, inclusive com a criação de uma administração local na bacia orenoquense.

A "herança" daquela expedição para a *Tierra Firme* permite, por um lado, que pensemos a própria territorialização colonial na área em fins do século XVIII, isto é, na época da viagem de Humboldt e Bonpland; por outro possibilita discutir o traço diferenciador da expedição dos dois naturalistas com aquelas que anteriormente haviam penetrado as colônias espanholas da América. Isto é, a consideração da *Expedición de Límites* suscita que pensemos a especialidade e dedicação exclusiva de Humboldt à pesquisa da natureza como *autonomização* da ciência na divisão social do trabalho, que por sua vez pôde se efetivar na *Tierra Firme* em estreita relação com o extermínio dos Caribe e Maipurés e os demais "legados" da *Expedición de Límites*.

Vale lembrar que os territórios que sofreram mais influência das transformações do padrão de dominação colonial na *Tierra Firme* foram aqueles que (de toda a sua viagem) Humboldt dera mais destaque em suas descrições paisagísticas tanto no *Quadros da Natureza* como na *Relation Historique*: os *Llanos* venezuelanos e a bacia do Orenoco.

Fazia parte também dos planos iniciais da *Expedición* o levantamento botânico da bacia do Rio Orenoco. Carvajal, então primeiro ministro espanhol, visava traçar um projeto de colonização sistemática que promovesse a exploração para exportação dos produtos tropicais nativos.

Nas recomendações de Carvajal aos expedicionários, ele solicitava informações sobre plantas típicas da área com potencial de exploração comercial. Sobre o cacau de Moos, abundante na *Guayana*, havia que se averiguar o potencial e o volume de produção. Sobre "*una especie de canela más aromática que la de Ceilán*", que se tinha registro, era necessário para todos os fins estudar a melhor forma para sua produção em larga escala, averiguar a qualidade do terreno que melhor se adapta, a melhor maneira de secá-la, em suma, desenvolver uma espécie de plano de gestão empresarial para o cultivo e benefício daquela e de outros produtos tropicais que porventura se "descobrisse" (apud Lucena Giraldo, 1991, p. 91).

O responsável pela tarefa era um tal Pehr Löfving, um botânico sueco discípulo de Carl von Linné (ou Linneu, 1707-1778).

Vale debruçar, mesmo que superficialmente, no impacto do pensamento de Linneu. Ele ficara conhecido em toda a Europa a partir da publicação de seu *Systema Naturae* (1735), uma obra importantíssima para o desenvolvimento da História Natural subsequente; importantíssima aliás também às futuras gerações de naturalistas e pesquisadores que (como Bonpland e Humboldt) desembarcariam às dezenas no mundo colonial principalmente no século XIX. Aquela obra de Linneu oferecia um primeiro esboço de um novo sistema de classificação de plantas. Na taxonomia proposta, toda a flora da terra inclusive a que não se conhecia na Europa poderia ser classificada de acordo com seus órgãos reprodutivos, em distintas famílias, gêneros e espécies. O sistema lineano foi tão importante para as ciências naturais que é utilizado até os dias de hoje.

Pouco antes de ver-se metido na expedição ao Orenoco, o discípulo de Lineu, Pehr Löfving havia publicado um breve texto *Discurso sobre la utilidad de la historia*

natural aplicada en la economía de Nortland [1749]. O jovem seguia os planos do mestre, para quem a classificação das espécies permitia consequentemente uma maior exatidão na pesquisa de sua aplicabilidade como produto agrícola comercializável. Ninguém então pareceu mais indicado que Löffling, quando o embaixador real espanhol na Suécia pediu socorro a Linneu para a indicação de algum de seus discípulos.

A entrada do cientista numa expedição colonial, inclusive como responsável em assuntos sigilosos da plataforma produtiva espanhola para a *Tierra Firme*, reforçava a ideia da abertura *ilustrada* da coroa espanhola, que já havia permitido que cientistas estrangeiros entrassem em suas colônias na década de 30 (como foi com La Condamine). Mas agora a abertura se corroborava não apenas pela origem estrangeira de Löffling; a escolha de um discípulo lineano como colaborador num plano de colonização sistemática indicava também de um afastamento da empresa colonial espanhola dos interesses da Igreja Católica.

Isto porque aquele sistema de catalogação da natureza era visto na época como uma afronta ao reino de Deus na terra. Um clérigo, horrorizado após tomar conhecimento da obra de Linneu, teria afirmado que Deus só permitira a um homem nomear a Criação: e este havia sido Adão. Diz-se que Linneu respondera que Ele havia "*permitido que bisbilhotasse Seu gabinete secreto*" (Pratt, 1999, p. 67)¹¹⁴.

Porém, o Deus que criara o reino do sistema lineano, numa escrivania de gabinete, era certamente outro que permitira a Adão nomear as espécies do Paraíso. A taxonomia proposta por Linneu guardava marcas de uma nova racionalidade que se dirigia à natureza vendo-a como uma imensa coleção de objetos que deveriam ser catalogados num mesmo padrão de reconhecimento, válido universalmente.

Como destaca Foucault em seu livro *As palavras e as coisas* ([1966] 1999) conhecer uma planta na taxonomia lineana é, ao mesmo tempo, colocar-se diante de um sistema classificatório (notadamente abstrato) e ter a possibilidade de inseri-la nele¹¹⁵. O "*conhecimento dos indivíduos empíricos*", diz Foucault (as plantas por

¹¹⁴ Segundo Pratt, até o Papa teria manifestado repúdio à taxonomia de Linneu, após este ter incluído na sua classificação dos quadrúpedes o *homo sapiens*.

¹¹⁵ Parte-se de uma "*estrutura privilegiada*", estabelecida *a priori*, que permite, por um sistema de relações calculadas, encaixar cada planta no sistema em um jogo de identidades e diferenças. Escolhe-se, dependendo da precisão da classificação desejada, elementos a serem combinados: para estabelecer os gêneros, por exemplo, "*foi escolhido como caráter a relação entre a flor e o fruto*"; não, como nota Foucault, "*por serem as partes mais úteis da planta, mas porque permitiam uma combinação que era*

exemplo), “*só pode ser adquirido sobre o quadro contínuo, ordenado e universal de todas as diferenças possíveis*” (Op. Cit., p. 199).

Assim, o domínio inteiro do reino vegetal ou animal poderá ser quadriculado. Cada grupo poderá receber um nome. De sorte que uma espécie, sem precisar ser descrita, poderá ser designada com a maior precisão pelos nomes dos diferentes conjuntos nos quais se encaixa (Foucault, 1999, p. 194).

Com o sistema lineano, coloca-se explicitamente uma mediação abstrata para o reconhecimento dos indivíduos empíricos, tanto botânicos como zoólogos. “*Todas as plantas da Terra, argumentava Lineu, poderiam ser inseridas neste simples sistema de distinções, incluindo aquelas ainda desconhecidas pelos europeus*” (Pratt, 1999, p. 55). Fora daquela sistematização, ou antes de seu Advento, “*só existia o caos*”, dissera Linneu (apud Pratt, 1999, p. 56).

A análise de Foucault do sistema lineano enquanto linguagem acerca do mundo dá interessantes sugestões a uma reflexão de seu conteúdo histórico e social. Segundo o autor, ao nomear uma espécie de uma planta de acordo com a taxonomia lineana, as partes anteriores do nome (a classe e a ordem, etc.), deveriam, por comodidade, ficarem “*silenciados*”, por ser desnecessários à sua identificação¹¹⁶.

Não seria talvez irrelevante pensar que aquela forma de esquadrinhar a natureza conjugava também silenciosamente categorias que com cada vez mais força assumiam centralidade na reprodução social capitalista.

Na sistematização de Lineu todos os seres passam a ter existência à medida que adquirem um reconhecimento científico geral (e como tal social), dotando a planta de uma “substancialidade abstrata” que permitia entendê-la como conhecida; é a própria entrada num sistema abstrato que as torna identificável socialmente (talvez por isso a catalogação de novas espécies passou a ser vistas como descobertas).

numericamente satisfatória” (Op. Cit. p. 194). Para a definição das espécies, por sua vez, estabeleceu-se um número de 26 configurações básicas dos estames e pistilos das plantas, permitindo uma diferenciação cada vez maior entre elas.

¹¹⁶ Esta maneira de tratar os objetos da história natural distinguia-se totalmente das formas anteriores, como aponta Foucault. “No século XVI, a identidade das plantas e dos animais era assegurada pela marca positiva (frequentemente visível mas por vezes oculta) de que eram portadores: o que, por exemplo, distinguia as diversas espécies de aves não eram as diferenças que havia *entre* elas, mas o fato de que esta caçava de noite, aquela vivia sobre a água, outra se alimentava de carne viva [...] De sorte que cada espécie se assinalava por si mesma, enunciava sua individualidade, independentemente de todas as outras” (1999, p. 199, grifos do autor).

Aquela maneira de ordenar a natureza, sob um princípio generalizante e totalitário, só surgira aliás numa sociedade em que a mercadoria passa a ter centralidade na vida social. Assim, talvez não era mero acaso que Lineu a respeito de seu método classificatório dissesse que “o nome genérico é, por assim dizer, a moeda de bom quilate de nossa República botânica” (apud Foucault, [1966] 1999, pg. 195).

Figura 5 - Malpighia glabra Linn. (West Indian Cherry). Pehr Löfving Commission to the Orinoco. Archivo del Real Jardín Botánico (CSIC), Madrid. Div. II, 30.

Para Sten Lidroth, o fato dessa sistematização da natureza ter ganhado legitimidade social na contemporaneidade do processo de constituição da indústria manufatureira seria decisivo para entender o surgimento da classificação; a possibilidade de Linneu criar seu sistema teria se dado por ter nascido e trabalhado na Suécia, que na época possuía, como “*nenhuma outra nação da Europa*”, um “*conhecimento mais completo de sua população [...]; um milhão e meio de cidadãos suecos eram todos eles registrados nas colunas estatísticas adequadas como nascidos, mortos, casados, doentes, etc.*” (apud Pratt, 1999, p. 73). Os rótulos que Lineu propunha à sistematização da natureza, se assemelhavam com o que era requerido à força de trabalho (nome, sobrenome, ocupação, etc.). A natureza poderia, como a mão de obra já havia sido, ser vista na forma de uma “*imensa coleção de objetos*”, que o naturalista “*passava em revista como um supervisor, rotulando-os*” (Lindroth, Op. Cit., p. 67).

Lindroth ainda observa “*notáveis semelhanças entre a forma propugnada nos escritos (lineanos) e os princípios que emergiram na manufatura*”. Como lembra Pratt, a padronização e a produção em série antes mesmo da Revolução Industrial, já tinham sido vivenciadas no processo de produção de peças para armas de fogo.

Essas analogias são ainda mais sugestivas se pensarmos que o Estado moderno e a sua violência foram, como apontou Marx, “*potências econômicas*” decisivas para a formação capitalista (1996, Tomo II, p. 370). As formas de pensamento, mesmo aquelas voltadas à natureza, não poderiam deixar de levar sua marca.

No que se refere à relação da sistematização da natureza com a descrição da natureza realizada por Humboldt (ainda que herdada mais diretamente de Goethe ela se proponha crítica ao esquadrinhamento do mundo natural identificado na proposta lineana), poderíamos pensar que enquanto método ela se coloca como forma desdobrada da sistematização da natureza. Ao representar pictoricamente a paisagem, Humboldt prescindia de uma prévia identificação e catalogação das espécies botânicas. Isoladas, elas eram pintadas à parte para posteriormente serem introduzidas na composição pictórica da paisagem, na maioria das vezes levadas a cabo na Europa. No livro quarto do *Quadros da Natureza* (Da fisionomia das plantas) há inclusive uma proposta de que o olhar do pintor teria vantagens ao do botânico por permitir uma generalização da massa dos vegetais permitindo uma sistematização e catalogação mais ampla da vegetação em zonas terrestres (ver 1952, p. 287).

De qualquer forma, aquela maneira de enxergar o mundo natural vinha a calhar para os planos espanhóis da colonização na Terra Firme. Linneu deixou um testemunho acerca de sua relação com Carvajal e sobre a importância da aplicabilidade de seus conhecimentos para uma nova disposição política da colonização espanhola nas suas províncias da América.

Nadie ignora que los españoles poseen en América muchas provincias situadas en el clima más feliz. [...] Parte de ésta estaba ya conocida y disfrutada, pero otra gran parte nunca se había beneficiado para dirigirla a la utilidad común del género humano. De las plantas hay unas que [...] atendiendo a la conservación del equilibrio en el mundo político se cultivan en determinadas partes. Así vemos que jamás se han plantado las especiarías en América, ni el té en Europa, a fin de que los chinos no carezcan de este ramo lucrativo de comercio. Por esta razón es máxima sentada entre las naciones europeas el ocultar y hacer privativas aquellas producciones que son peculiares de sus colonias. El señor Carvajal era muy gran ministro para dejarse engañar de tan errónea máxima. Sabía muy bien que los manantiales de la naturaleza son inagotables, y que de su conocimiento y uso no puede resultar inconveniente ni perjuicio alguno. Sabía asimismo cuán multiplicados provechos sacan de sus colonias los ingleses y franceses, después que han conocido las propiedades y frutos de su celo; y como el gobierno había determinado comisionar algunos sujetos para fijar los límites de las colonias españolas, este digno ministro hizo presente al soberano la necesidad de aprovechar esta ocasión para inquirir y examinar la naturaleza y productos poco conocidos de las provincias de América (Linneu apud Lucena Giraldo, 1991, p. 123).

Além de Pehr Löefling, mais doze cientistas fariam parte da *Expedición de Límites*, quatro deles como ajudantes do botânico sueco e os outros oito (dentre os quais apenas um não fazia carreira militar) ficariam responsáveis pelo estabelecimento astronômico da demarcação dos limites das possessões espanholas com as portuguesas do Maranhão e Grão Pará.

A origem militar dos expedicionários cientistas, como pode-se imaginar, haveria de ser fundamental para o encontro daquele projeto ilustrado com a realidade colonial da *Tierra Firme*.

Sem aviso prévio, desembarcam então em Cumaná no ano de 1754 dois barcos, transportando além dos cientistas um considerável número de soldados, comandados pelo primeiro comissário da *Expedición de Límites* José de Iturriaga, membro da *Real Armada* espanhola e antigo diretor da *Real Compañia Guipuzcoana* (que, como falamos, detinha na época o monopólio comercial da *Provincia de Caracas, Nueva Barcelona e Nueva Andalucía*, ou *Cumaná*). O responsável pelo

relatório acerca das áreas percorridas pela *Expedición* era o segundo comissário, um coronel *criollo* de Popayán, de nome Eugenio de Alvarado¹¹⁷ - de um centro colonial ainda mais importante no *Virreinato de Nueva Granada*. Além de militares, as embarcações também levavam, obviamente, centenas de armas de fogo¹¹⁸.

A primeira medida que o primeiro comissário Iturriaga tinha que tomar ao chegar em Cumaná era obter com a administração colonial local embarcações apropriadas e remadores indígenas para remontar o Orenoco. O comissário solicitou então ao governador da província, Mateo Gual, que imediatamente fosse colocada à disposição da *Expedición* quatro escunas munidas com seis a oito canhões, para a segurança da expedição na embocadura do Orenoco¹¹⁹.

Aí já começam a aparecer as primeiras adversidades à expedição. Tamanha infraestrutura era custosa demais para que o governo da província de Cumaná concedesse à expedição sem nenhuma contrapartida¹²⁰. Ademais, havia muita coisa em jogo numa expedição que buscava o estabelecimento de uma colonização sistemática na bacia do Orenoco e o governador de Cumaná não compartilhava dos interesses monopolistas da *Compañia Guipuzcoana* da qual o Iturriaga, comissário chefe, tinha parte.

Os dois na realidade eram velhos conhecidos. Anos antes o governador encaminhara uma petição à *Compañia* na qual fazia reclamações dos barcos *guardacostas* que extorquiam de "*pobres labradores que conduciendo plátanos y otros frutos de los valles de la costa en el tráfico interior de la provincia experimentan las más vergonzosas extracciones*" (Gual apud Op. Cit., p. 150).

¹¹⁷ Alvarado tinha tido recomendações específicas de Carvajal para recolher informações acerca das práticas políticas das missões jesuíticas na Terra Firme.

¹¹⁸ 78 escopetas de Ripoll com baionetas, 78 pares de pistolas, 22 pares de pistolas de arzón (de qualidade superior), 200 cartucheiras, dezenas de fuzis, trabucos, *trabucones*, sabres, outras armas brancas e apetrechos.

¹¹⁹ Além disso, ele solicitava 37 canoas, seis *curiaras* (embarcações de vela e remo), carne salgada e *cazabe* (tortas feitas com farinha de mandioca) para um ano, cem homens de tropa, quatro oficiais com experiência no Orenoco e 250 índios *bogas* (remadores) (Lucena Giraldo, 1991, p. 149).

¹²⁰ A resposta de Gual informava que a *gobernación* tinha apenas 50 lanchas, 33 piraguas, 3 escunas que aliás eram, segundo o governador, indispensáveis ao abastecimento da província. Quanto aos remadores índios Gual sugeria que Iturriaga os solicitasse ao Governador de Margarita. Só estava disposto mesmo a ceder os soldados, que de qualquer forma, haveriam de ser devidamente pagos com os fundos da *Expedición* (Lucena Giraldo, 1991, p. 149). Gual chegara até a contestar a oficialidade das cédulas de auxílio encaminhadas ao governador por Iturriaga, dizendo que elas careciam de "*sanción real*".

De acordo com o relato de Alvarado, a *Expedición* apareceu aos olhos da sociedade cumanaense como mais uma ameaça relacionada à política monopolista da *Compañía Guipuzcoana*.

Iturriaga não encontrou outra saída se não recorrer às *gobernaciones* vizinhas e aos seus "amigos" de Caracas para conseguir as embarcações, os soldados e os remadores indígenas.

A expedição então se divide; Iturriaga e os botânicos permanecem mais alguns meses na província de Cumaná (Löflying e seus ajudantes deveriam realizar herborizações nas imediações das missões de Píritu), e os militares e a tripulação indígena iniciam a viagem à *Guayana*, onde fariam a identificação da desembocadura do Orinoco e iniciariam os preparativos para subir o rio. Mais tarde, todos se reuniriam na capital da *Guayana*, para iniciar a viagem rio acima.

Cerca de um ano depois da partida dos expedicionários militares de Cumaná, o então Diretor Geral da dominação holandesa no Essequibo, S. van Gravesande, enviava uma carta à Companhia das Índias Ocidentais com sede em Amsterdam, na qual relatava movimentações espanholas no Rio Cuyuní, já na bacia do Essequibo, noticiadas por índios Caribes (Farage, 1986, p. 166). Tratava-se de uma parte destacada da *Expedición de Límites*, liderada por Alvarado, que recebera de Iturriaga missões específicas de reconhecimento da fronteira com o domínio holandês.

Após investigar a situação em que se encontrava a capital da *Guayana* e examinar as rotas das entradas nos domínios espanhóis, Alvarado deveria conseguir o máximo de informações acerca das colônias holandesas do Essequibo.

Noticiando com certo desânimo o estado da capital da *Guayana*¹²¹, segundo ele um "*país homicida*", Alvarado relata a Iturriaga sua entrada no interior da província na direção da fronteira holandesa.

He reconocido por mí mismo las orillas del Curuní, Miamo, y demás ríos que entran en el Yanuario [afluente da bacia do Rio Orinoco que avança no interior do território guayanense em direção ao Essequibo - FBL] y con gusto hubiera penetrado hasta Cuyuní [afluente do Essequibo, já em domínio holandês] si no me detuvieron razones políticas (Alvarado [1755] apud Lucena Giraldo, 1991, p. 156).

As "razões políticas" mencionadas por Alvarado se referiam a um primeiro contato com os índios Caribes na bacia do Essequibo que o impediram de continuar a

¹²¹ Diz Alvarado sobre Guayana: "*una castigada aldea habitada por unos 150 soldados y quinientas personas de otras clases situadas en pésimo lugar [...]*" (Op. Cit., p. 154).

viagem. "*No es uno el capitán indígena*", diz Alvarado, "*sino varios [...] iguales en crédito y fuerza*" (Op. Cit., p. 156).

Segundo Lucena Giraldo, Alvarado tinha instruções de tentar estabelecer negociações com os chefes caribes solicitando a imediata *reducción* sua e dos seus no *Hato de Divina Pastora*, a maior das missões da Guayana que contava inclusive com produção pecuária. Ao que parece a oferta não seduziu muito a chefia caríblica.

No quieren dejar de seren reyes [diz Alvarado numa carta a Iturriaga] para pasar una infelicidad en la misión, donde no puede tener mando, guarichas [mulheres], libertad para hacer *poitos* [isto é, fazer índios cativos] ni comerciar con sus amigos los holandeses, que le proveen de angaripolas para guayucos [tecidos para vestimenta], hachas, machetes y cuanto necesita. Estos hombres [...] trabajan sus labranzas con los *poitos* que hacen, de los cuales escogen los más rollizos y las mujeres más bien parecidas y los demás los venden a los holandeses para útiles de sus labores [manufaturas] y escopetas para sus defensas (Alvarado apud Lucena Giraldo, 1991, p. 157).

Os "*capitanes*" indígenas, na realidade, estavam em posição de outros tipos de negociatas. O escambo com os holandeses, principalmente através de colonos privados, proviam-lhes armas de fogo há mais de duas décadas. O que levava inclusive ao Diretor Geral do Essequibo a proibir as trocas com armas alguns anos antes, sem efeitos práticos (Farage, 1986, p. 163)¹²². O juízo de Gravesande sobre o armamento caríbico parece ter mudado após a notícia da presença da expedição espanhola.

Era um receituário da Companhia das Índias Ocidentais holandesas a utilização de "*meios indiretos*" (isto é, intermediação Caribe) para suas históricas investidas nas possessões espanholas na bacia do Orenoco. Com a notícia dos espanhóis no Rio Cuyuní, a tática para a defesa de seus domínios continuaria a mesma. Talvez também por não haver muitas opções, pois ao que parece a defesa holandesa não era lá grande coisa e Gravesande não confiava muito nos mercenários franceses (católicos como os espanhóis) responsáveis na proteção do domínio holandês. Por conta disso, "*a expectativa em relação ao desempenho bélico dos Caribe contra os espanhóis era alta*" (Farage, 1986, p. 167). Ao encontro dos

¹²² Antes da presença da expedição espanhola no Essequibo, o Diretor Geral Gravesande chegara a demonstrar grandes preocupações com a quantidade de armas envolvidas no escambo com os indígenas. "[...] *os traficantes [de escravos, holandeses] põe nas mãos daquela nação guerreira [os Caribes], que sem dúvida é a mais brava e numerosa desta costa, as armas que no futuro podem trazer sua própria destruição*" (Gravesande [1750] apud Farage, 1986, p. 163).

interesses da Companhia holandesa, estava também os dos chefes caríbios na área, da manutenção da rede de *poytos*.

Desde a chegada da *Expedición* na *Tierra Firme* ela nunca pudera contar com o esperado auxílio dos poderes locais, principalmente com a ajuda daqueles que seriam mais afetados pela plataforma de colonização propugnada. Dificultar o avanço dos expedicionários era uma forma de pressionar os interesses monopolistas de Caracas e Santa Fé. Além da *gobernación* de Cumaná, colocava-se nesta lista as missões ao longo do Orinoco, tão importantes para o abastecimento de víveres e mão de obra indígena para a expedição que viam no avanço da expedição não sem razão a perda do poder monacal na área.

A chegada dos expedicionários na cidade da *Guayana* produziu uma crise no abastecimento de provisões destinada à população local. Segundo o comandante local, "*en una ciudad tan reducida como ésta son más el número de sujetos que le han entrado* [a partir da chegada da *Expedición*] *que el que tenía*" (Farage, 1986, p. 161). Adversidades também foram encontradas durante a viagem para a desembocadura do Orenoco na ilha de Margarita; um confronto com contrabandistas franceses, feitos prisioneiros, teria contribuído para que a expedição chegasse na *Guayana*, necessitando de auxílio médico.

A partir da permanência de parte da *Expedición* na cidade da *Guayana* enfermidades atingem grande parte dos debilitados expedicionários, levando muitos deles à morte¹²³. Löffling, que já não ia lá muito bem de saúde, falece.

Dois anos se passara desde o desembarque em Cumaná e os trabalhos de demarcação da fronteira ainda nem haviam se iniciado. Com as baixas na expedição os astrônomos eram enviados ao Médio Orenoco para averiguar a situação na área. Era necessário reunir novos homens, recorrendo à Coroa em busca de auxílio, formalizando uma mudança significativa nos planos da *Expedición*.

¹²³ "No quiero cansar a V.M. [escreve um dos expedicionários] con noticias melancólicas [...] su esclavo como testigo de vista dirá la desdicha en que estamos metidos. Sólo le digo que hemos quedado de toda la Expedición la mitad, unos mancos, otros tullidos y los demás muriéndose. Acosta murió [...] soldados han sido muchos, patrones, indios" (Op. Cit., p. 162).

Mapa 5 - Mapa de una parte del Territorio de Colombia en la América Meridional, comprende las Nuevas provincias de Coro, Carabobo, Trujillo, Barinas, Achaguas, Caracas, Barcelona y Cumana con parte de las de Maracaibo, Mérida, Casanare y Guyana (Bauzá, 1841)

Enquanto do outro lado da fronteira caribe-holandesa se executava um plano baseado na articulação indígena para a defesa da área do tráfico de escravos, a *Expedición* começava a perceber a dimensão do poderio caríbico também na bacia do Orenoco. A maneira pela qual ela expandia a rede do tráfico nas possessões espanholas se dava através de relações diplomáticas (muitas vezes atribuladas) com as missões capuchinas na área. Mas, por mais que fossem recorrentes as investidas caríbicas nas missões para o apresamento indígena, não era do interesse dos líderes missioneiros do Baixo e Médio Orinoco quebrar essa aliança, já que, de acordo com os missioneiros, o fim do diálogo com os chefes caribes poderia gerar violentos levantes indígenas (Lucena Giraldo, 1991, p. 162).

Dada a imobilidade na qual se encontra a *Expedición*, aguardando a resposta da Coroa, põem-se então em prática algumas ações para desestabilizar o poder local, principalmente o missioneiro espanhol, com ganas de enfraquecer o domínio caríbico no Orenoco. Por outro lado, a declinação da *reducción* caríbica na missão do Hato de Divina Pastora fizera com que aquele caminho percorrido por Alvarado até o afluente do Essequibo passasse a ser o primeiro objetivo militar da *Expedición* na contenção da entrada de traficantes Caribes nas possessões espanholas.

A partir de intromissões espanholas mais incisivas na bacia do Essequibo, vão se alarmar as autoridades coloniais holandesas. É deste período, entre a chegada de Alvarado ao Essequibo e o desembarque da *Expedición* na Guayana, uma outra carta de S. Gravesande à Companhia das Índias Ocidentais:

Todos os Caribes foram também avisados para permanecerem armados e prontos, mas penso que este aviso é de todo desnecessário, pois disse-me um de seus chefes, que veio me ver a semana passada, que a nação está furiosa com os espanhóis porque estabeleceram uma missão no Cuyuni entre eles e a tribo dos Panacays - tentando com isto obstruir o tráfico de escravos naquela área - e apresaram ainda alguns índios. Por este motivo, os Caribes fizeram uma aliança com os Panacays acima mencionados, que estavam tão descontentes quanto eles, e juntos surpreenderam aquela missão, massacraram o padre e dez ou doze espanhóis, e demoliram as casas; após o que enviaram cordões com nós para todas as pessoas de sua nação à guisa de convocação para juntos deliberarem sobre o que ainda deveriam fazer [...] Este triste incidente para os espanhóis nos assegurou aquela parte (Gravesande, Diretor Geral do Essequibo à Companhia das Índias Ocidentais, apud Farage, p. 167).

Com a morte de Pehr Löfling, líder da execução de um dos principais objetivos da expedição (a verificação da flora na área), os militares passam a acumular as funções. Na

realidade, dão outros aspectos a ela. Era pressuposto da herborização em território caríbico a dominação da área. Efetivar um plano viável para uma plataforma de produção de mercadorias tropicais, significava antes de mais nada, um domínio efetivo na área: o massacre indígena ou corrê-los de lá para as montanhas do interior. Quando Humboldt e Bonpland realizam a herborização no Orenoco não encontram tal empecilho pela frente. A partir do contragolpe caríbico à *Expedición de Límites* (mencionado na citação acima), o primeiro comissário Iturriaga revelaria a faceta colonial da ilustração.

Ao modo holandês, o primeiro comissário procura estabelecer alianças indígenas, mas desta feita com grupos indígenas adversários dos caribes, alguns deles até já *reducidos* nas missões capuchinas, ou com chefes caribes com menor poder na rede de *poytos*. As alianças realizadas por Iturriaga visavam numa nova configuração política entre espanhóis e indígenas, como aponta Lucena Giraldo, "*organizando uma rede de poder paralelo das que tinham os capuchinos*" (1991, p. 162).

A partir de suas alianças, Iturriaga passa a pôr em prática uma política de força brutal na fronteira caribica na *Guayana*. Uma primeira medida sua foi organizar uma expedição punitiva às aldeias indígena no Cuyuní que realizara o contragolpe. Um missioneiro capuchino relataria da seguinte forma as primeiras ações de Iturriaga.

Temeridades son las que sobran, y discurro será motivo para que estas misiones se levanten y se ha dado [Iturriaga] en perseguir un capitán de caribes llamado Patacón, que dice [...] que hasta que no dé fin de su casta no ha de parar [...] (Díez de la Fuente apud Lucena Giraldo, 1991, p. 163).

Enquanto Iturriaga punha em prática sua estratégia anti-caribe na Guayana¹²⁴, Alvarado e o quarto comissário José Solano (o terceiro comissário Antonio Urrutia havia falecido) iniciam a subida do Orenoco em direção aos *raudales* (as corredeiras) de Atures e Maipures (nome de tribos indígenas que ainda viviam na área na época da *Expedición de Límites*, das quais Humboldt só encontrara ossadas¹²⁵).

Solano parte na frente, levando 13 soldados e 126 índios (muitos deles retirados das missões capuchinas) esperando ultrapassar os *raudales* e se dirigir ao Rio Negro para averiguar possibilidades de auxílio à expedição demarcadora. Alvarado parte pouco

¹²⁴ As "expediciones punitivas" continuariam nos anos seguintes agindo também sobre o Médio Orinoco. Em 1760 consta uma que teria sido a mais violenta de todas com duas colunas de soldados e indígenas aliados cercando uma aldeia na bacia do Rio Cuchivero (afluente no Médio Orinoco); os sobreviventes caríbios feitos prisioneiros foram destinados a missões em Píritu.

¹²⁵ O barão inclusive recolhe alguns crânios e um dos esqueletos indígena embalsamado para horror dos guias indígenas que o acompanhavam (ver *Quadros da Natureza*, 1952, p. 232).

depois (pois encontra resistência entre os líderes capuchinos para conseguir mais índios e viveres nas missões) com um objetivo mais específico: solicitar apoio nas missões jesuíticas do Médio Orinoco, ainda abaixo dos *raudales*.

Na vagarosa marcha da *Expedición* em sua subida do Orinoco ia-se produzindo uma mudança nos métodos para a demarcação da fronteira. Era necessário, do ponto de vista da *Expedición*, ter garantias efetivas de auxílio do poder local para remontar o rio; e isto significava uma mudança total no cronograma, pois pressupunha ações que de certa forma reconfiguravam os poderes locais espanhóis.

A reestruturação política posta em prática por Iturriaga na *Guayana* ainda causava inconvenientes aos planos da *Expedición*. O retorno de Solano e Alvarado, vendo frustrados o apoio missioneiro jesuíta no Médio Orinoco, inclusive levando Solano a abandonar a subida do rio, faz com que os comissários decidam recorrer à coroa para ganhar força numa reestruturação administrativa na área. Juan Ignacio Madariaga, o alferes basco ajudante do primeiro comissário Iturriaga, é enviado a Madri para obter apoio real no desmonte do poder cumanaense e missioneiro, principalmente da Companhia de Jesus no Médio e Alto Orinoco. Para tal era necessário ganhar força, a contragosto de Iturriaga, com os amigos de Alvarado no ocidente: os interesses monopolistas do *Virreinato de Nueva Granada*, sediado em Santa Fé.

Se fora a própria concorrência num nível intercolonial que levava à constituição da *Expedición*, os expedicionários experimentavam agora a disputa pelo usufruto do poder colonial num plano interno à colonização espanhola na *Tierra Firme*. A mudança de um padrão de colonização na área e das relações da coroa espanhola com as potências vizinhas na colonização da *Tierra Firme* implicavam na necessidade da reestruturação da administração colonial de forma a fomentar um poder centralizado para pôr em prática os interesses metropolitanos. De certa forma era para este fim que Madariaga chegava a Madri. O acolhimento de suas solicitações pela coroa (apesar das duras críticas pelo atraso da expedição) implicaram numa ainda maior influência política dos centros coloniais ocidentais: saíam fortalecidas da entrevista com os ministros da Coroa a *Real Compañia Guipuzcoana* de Caracas, mas também a maior intendência do poder colonial da área o *Virreynato de Nueva Granada*¹²⁶.

¹²⁶ Desde 1729 a Guayana perdera o estatuto de província sendo incorporada a Província de Nueva Andalucía (ou Cumaná) da qual Mateo Gual era governador. Em seu itinerário na Guayana a *Expedición* ficara até então atada à boa vontade do poder cumanaense, cujos interesses, como vimos, distavam daqueles

Madariaga, o ajudante do primeiro comissário Iturriaga, voltava de Madri havendo conseguido o afastamento do governador de Cumaná, Mateo Gual, do cargo e tendo encaminhado futuras vitórias para os interesses monopolistas de Santa Fé. A partir da *Real Cédula* emitida em 1762, a *Guayana* transformava-se em parte da província de Caracas (submetida, por sua vez, a Santa Fé, capital do *Virreinato de Nueva Granada*). A partir de novas nomeações nos cargos administrativos, os ministros espanhóis entendiam não mais haver motivo para imediatamente pôr-se em prática o objetivo principal da *Expedición*: a demarcação do território e o encontro com portugueses no Rio Negro (naquela altura, Mendonça Furtado já havia cansado de esperar os comissários espanhóis na fronteira e levava a cabo as reformas político-econômicas de Pombal, contra o poder jesuítico, contra a escravização indígena e a favor da inserção de mão de obra escrava negra nas unidades de produção do Maranhão e Grão Pará).

Un comentario muy significativo [de um dos ministros espanhóis, Atarriaga] recomendaba que los expedicionarios se dedicaran de lleno al trazado de la línea divisoria, ya que "para reconocer (...) y examinar (los) terrenos del rey habrá tiempo y modo siempre que S.M. lo quiera", una especie de confesión explícita sobre la necesidad de abandonar los propósitos "secundarios" [isto é, o levantamento de produtos comercializáveis na área para o plano de colonização - FBL] para que la Expedición avanzara rápidamente (Lucena Giraldo, 1991, p. 176).

A solicitação do ministro Atarriaga significava ao primeiro comissário Iturriaga abandonar sua guerra contra os caribes e toda a articulação política centralizada por ele na *Guayana*. O primeiro comissário descumpre então as ordens do ministro real, permanecendo no Baixo Orinoco para dar fim à sua estratégia anti-caribe.

Iturriaga no pudo o no quiso plantear un trazado del límite sin una articulación previa de la frontera. De acuerdo con su visión geoestratégica del territorio - nacida de una experiencia real y regional, no de un lejano gabinete -, lo más importante para los españoles era el control del curso medio del Orinoco, la ruta de los llanos y del virreinato de Nueva Granada. [...] Iturriaga se dedicó [...] a dominar los caribes. Sin lograr este objetivo - en ello no iba descaminado - la delimitación con los portugueses era inútil, por que el control español del territorio era completamente imposible y la Expedición estaba destinada al más completo fracaso (Lucena Giraldo, 1991, p. 184).

Alvarado e José Solano (promovido pelo ministro a terceiro comissário) iniciam por sua vez a subida do Orenoco, mas agora, mais do que nunca, com o "aprendizado" obtido na guerra com os caribe para o estabelecimento do controle na *Guayana*.

que envolviam a efetivação do plano de colonização na bacia do Orinoco, mais ligados à política monopolista de *Caracas* (submetidas por sua vez ao Virreinato de Nueva Granada).

Porém, o que se viu a partir de então foi a tentativa, já iniciada no ano de 1758, de viabilizar um sistema de poder laico no Orenoco, através da integração territorial da bacia do rio na dinâmica colonial *llanera* tanto colombiana quanto venezuelana (por onde Humboldt andaria). A experiência real na colônia levava à conclusão que mais importante que delimitar uma linha imaginária era necessário efetivar uma dominação que, por meio da produção colonial, submetesse definitivamente os grupos indígenas ao sentido da colonização.

Porém, segundo Farage, no final dos anos 70 do século XVIII, a partir da nova política posta em prática pela *Expedición*, seria constatado o esvaziamento das missões espanholas no rio Orenoco: "*segundo uma fonte espanhola*" [um padre de nome Silvestre de Varas] os grupos indígenas sobreviventes "*teriam desertado, migrando para as áreas sob [esparso - FBL] controle português e holandês*". Ainda segundo a autora, o tráfico de escravos, com as transformações ocorridas na bacia do Orenoco, que até então era o grande centro de *poyto* da rede de tráfico holandesa com intermediação Caribe, "*concentrar-se-ia agora no lago Parima, ou seja, os campos inundáveis do rio Branco*" (1986, p. 176).

A *Expedición*, durante a década de 1760, transforma-se na rede de poder local no Orenoco, havendo dizimado ou posto para correr os indígenas Caribe da área.

As primeiras ações para pôr em prática a política de integração territorial se dão ainda em 1758, quando dois militares cosmógrafos da *Expedición* (Doz e Guerrero) são desligados de suas tarefas astronômicas e enviados para remontar ao afluente do Orenoco que cruza os *Llanos* venezuelanos, o Rio Apure (por onde Humboldt e Bonpland acessam o Orenoco). Produzindo uma descrição do curso do rio, das missões (fundamentalmente dominicanas), das produções da área e dos "*costos que anualmente impenden S. M. para manutención de ella*".

A tônica da descrição da situação daquelas paragens é a constatação de um poder local totalmente marginalizado, que, ainda que não oferecesse problemas ao controle colonial, punham-se como "*escala para tratos ilícitos*"¹²⁷.

¹²⁷ "En el sitio que llaman La Soledad se halla un crecido número de indios arrojados [fugidos], cuyo caudillo es uno llamado Juan Marcos, con el título de haber ganado una Real Provisión de la Audiencia de Santa Fe para sujetarse a las justicias ordinarias de Barinas o al capitán de las misiones, a la voluntad de ellos lo uno o lo otro, de que usan según y como les conviene" (Doz y Guerrero apud Lucena Giraldo, 1991, p. 185).

No entanto, para o controle da área diretamente fronteiriça aos *Llanos*, a *Expedición* contava com os interesses mais acessíveis de Caracas e Santa Fé. A ideia era a criação de *rutas* que cruzassem os *Llanos* até o Apure, permitindo uma expansão da dinâmica pecuária no território bem como a possibilidade de escoamento da produção por vias fluviais. "*Apenas cuatro meses después de la llegada de Doz y sus compañeros, ya estaban establecidos dos pueblos de españoles, que recibieron por nombre Ciudad Real y Real Corona*" (Op. Cit., p. 188).¹²⁸ O nome dado àquelas "cidades" dava mostras dos interesses da integração do território *llanero*: a ideia era com a abertura do caminho nos *Llanos* da Venezuela a criação de uma Rota Virreinal tributada para o tráfico de muares e demais mercadorias da atividade pecuária *llanera*, dificultando o contrabando. Com aqueles fortins (na realidade aquelas cidades não passavam disso), matavam-se dois coelhos com uma só cajadada. Além de servir como posto avançado que permitiria os trabalhos de abertura de caminhos por terra, era mais um meio para dificultar o trânsito de traficantes indígenas no Médio Orinoco.

Contava então a favor da integração do território a queda do poderio Caribe no Médio Orinoco. Mas os grupos indígenas na área, até então buscados pelos intermediários holandeses, sofriam agora com as investidas de apresadores portugueses e seus intermediários indígenas vindos do sul, isto é, da bacia amazônica pelo *Casiquiare* (já que, tendo quase exterminado os Manao, os lusos recorriam ao Orenoco em busca do "*gentio*").

Os indígenas do Médio Orinoco (sobretudo os Mazerinaves e Mengepures) e do Alto (os Guaipunabis e Manetivitannas) também sofriam com a pressão das missões jesuíticas ao norte (nos afluentes do Orenoco, como o Rio Meta). Essa situação teria facilitado negociações com chefes indígenas que aceitaram ser vassallos "*del rey*", vendo reconhecido oficialmente seu poderio como "*cacique principal*".

¹²⁸ Lucena Giraldo não aprofunda o título de cidade das fundações efetuadas pela *Expedición*. Humboldt, no entanto, comenta que era do próprio interesse colonial local que fortins ou postos coloniais de defesa militar aparecessem como cidades oficialmente como forma de conseguir maiores recursos. "*Como los misioneros y los gobernadores seculares están igualmente interesados en exagerar en Europa lo que han hecho para aumentar la cultura y la población en las provincias de ultramar, sucede a menudo que los nombres de ciudad y de villa son asentados mucho antes de su fundación, en el cuadro de las nuevas conquistas*" (Humboldt, 1985, Tomo III, p. 274).

Mapa 6 - Mapa De La Parte Oriental de la Provincia de Varinas comprendida entre El Orinoco El Apure y El Rio Meta hecha segun las observations astronomicas y materiales tomados alli mismo en 1800 por Alej. De Humboldt (Humboldt, 1830)

Mapa 7 - Carte du cours de Rio Meta et d'une partie de la Chaîne Orientale des montagnes de la Nouvelle Grenade: dressé sur des observations astronomiques et (quant au Meta) d'après une carte manuscrite de Dn. J. Cortés Madariaga (Humboldt, 1830)

É bastante questionável a afirmação de Lucena Giraldo, quando afirma que aqueles grupos indígenas aceitaram pacificamente o assentamento à beira do rio, através de uma conquista diplomática efetuada por Jose Solano, e suas aldeias foram então transformadas em postos coloniais. Questionável pois a diplomacia expedicionária era simultaneamente uma ameaça genocida. Aquelas "cidades" recém criadas passariam a receber "*pobladores voluntários y forzados*" (1991, p. 194).

Pareciendo que para cualquier intento conviene poblar a Maracoa [que posteriormente ganharia o nome de San Fernando de Apure - FBL] aunque sea con presos y vagabundos capaces de tomar las armas, pido al virrey en vista de su aviso que si le pareciese envíe a Maracoa por el Ariari y Guaviare [afluentes do Orinoco que cruzam os *Llanos* na atual Colômbia] algunas familias de los llanos de Casanare y Meta y los presos y vagabundos que pudiere destinar la justicia (Iturriaga apud Lucena Giraldo, 1991, p. 194).

Seguindo mesma linha estratégica, foram fundados mais alguns postos coloniais no Alto Orinoco e em seus afluentes, dos quais o mais importante era San Fernando de Atapabo (no encontro daquele rio com o Orenoco).

Com o estabelecimento daqueles fortins e postos coloniais permitia-se a consolidação de um poder colonial laico oficializado na bacia do Orenoco. Uma rede de defesa territorial se constituía desde a desembocadura do Orenoco (com os fortificações de maior importância em Angostura e no encontro orinoquense do Apure).

A partir do fim do ano de 1759, outras expedições seriam enviadas ao Alto Orenoco, já nas proximidades do *Casiquiare*. A tática de pacificação indígena continuaria a mesma: utilizar-se das instabilidades intertribais (frutos da rede de tráfico de escravos indígenas) para garantir a subjugação das tribos sob domínio espanhol.

[...] hice juntar todos los capitanes indios y por medio del lenguaraz hice con otra arenga como a los otros, añadiendo que el rey sentía mucho los agravios que les hacían los caribes y holandeses esclavizando sus hijos, quitándoles sus mujeres y los males que les hacían los de río Negro y Casiquiare, que ya se trataba de poner freno al orgullo de estas osadas naciones, que estuvieran seguros de que los de Río Negro no vendrían a inquietarlos de allende adelante, porque ya quedaban empezando un fuerte en la boca de Casiquiare con artillería y soldados para no dejar pasar ningún enemigo suyo, y que también había otro oficial en la boca del Casiquiare que entra en el Río Negro con muchos soldados, y que con las mismas prevenciones se les refrenaría a los caribes por otras partes, y así quedarían seguros, pero que habían de poblarse con los españoles y estar prontos a la obediencia del rey (Diez de la Fuente apud Lucena Giraldo, 1991, p. 211).

Porém, as novas expedições da década de 1760 poderiam ir mais longe em seus planos coloniais. A integração econômica da bacia do Orenoco na dinâmica colonial passava, na medida em que os grupos indígenas eram pacificados, a uma outra etapa: a constituição de um *governación* própria, com jurisdição real válida em toda a bacia do Orenoco. Os comissários passaram a ser nomeados governadores ou intendentos no projeto de integração territorial e as incursões nos afluentes do Orenoco passavam a ser feitas por subalternos. Iturriaga assume *La Comandancia de Nuevas Poblaciones del Orinoco y Río Negro* e Jose Solano é nomeado *Comandante General de Venezuela*.

Em fins de 1759, punha-se fim à *Expedición de Límites al Orinoco*, não tendo ela conseguido (nem de longe) efetivar seus objetivos iniciais, mas havendo logrado um feito muito mais importante para a territorialização colonial na área. Como comenta Lucena Giraldo,

No deja de ser irónico que lo que fue un fracaso desde el punto de vista imperial - esa línea divisoria continuamente en el horizonte y siempre imposible de alcanzar - se constituye en un éxito regional de tanta transcendencia (Lucena Giraldo, 1991, p. 203).

Isto porque a própria ideia de uma demarcação da fronteira (desenvolvida num gabinete metropolitano) possibilitava, às avessas de um plano axiomático, o estabelecimento fronteiriço real, baseado no sangue e na debandada indígena para as possessões portuguesas.

Ao fim da expedição fixaram-se as bases para a mal sucedida colonização sistemática na bacia do Orenoco que, se não resultou em unidades de produção consideráveis nas margens do rio, foi de extrema importância para uma modernização da produção pecuária nos *Llanos*. Não havendo mais a administração colonial que se preocupar com investidas caríbias ou holandesas podia-se criar um sistema de tributação para o escoamento da produção *llanera*.

Dois elementos básicos envolvem esse processo que se estabelece ao longo das décadas de 1760 e 1770: a expulsão da Companhia de Jesus de todas as colônias espanholas e o surgimento de milícias chefiadas por colonos no Orenoco e nos *Llanos* provenientes de distintas áreas coloniais. A guarnição da *Guayana* deveria se encarregar dos postos coloniais no Baixo Orinoco, às tropas de Caracas corresponderia a defesa do Médio e de Maracaibo, no ocidente venezuelano, dos *Llanos* e do Alto Orinoco (Giraldo, 1991, p. 218).

Na particularidade da modernização do território *llanero* o processo de destituição jesuítica e do fortalecimento do poder laico foi conjunto; isto porque a construção de uma rota *virreinal* ligando San Fernando de Atapabo a Santa Fé de Bogotá (o chamado caminho de Apiay), fez-se utilizando-se de mão de obra dos índios neófitos das missões jesuíticas do Alto Orinoco e recrutando também a escolta militar jesuítica, soldados da Coroa então sob controle monacal, agora a serviço do *Comandante General* José Solano, principal responsável no plano de integração¹²⁹.

O insucesso de uma produção de mercadorias considerável na bacia do Orenoco pode ser explicado pelas próprias características do processo de territorialização colonial na área. Como já mencionado, haviam diversos interesses do controle do monopólio real das trocas comerciais com a bacia do Orenoco pelos diferentes poderes coloniais mobilizados. Num primeiro momento, a expedição dependeu de forma importante da *Companhia Guipuzcoana*, mas a partir das maiores dificuldades encontradas na aniquilação caríblica, houve uma participação mais efetiva dos centros coloniais ocidentais e do financiamento efetuado por Santa Fé de Bogotá.

Assim, basicamente o plano de colonização da bacia do Orinoco envolvia uma disputa entre o maior fomento de atividades no Médio Orinoco, controlado pelas forças de Caracas e conseqüentemente mais próxima dos interesses da *Compañia Guipuzcoana*, e do Alto Orinoco na sua ligação com Santa Fé pela Rota Virreinal de Apiay, personificado na figura de Jose Solano.

Quando Madariaga foi a Madri, na década anterior, em busca de recursos para a expedição e intervenção direta da Coroa na administração então vigente, ele ressaltou para conseguir a benevolência da coroa "*la fertilidad de aquellas márgenes*" do Rio Orinoco, comparando-a com a do Rio Nilo, capaz de produzir com abundância a cana de açúcar e nas terras montanhosas da proximidade "*cualquiera otros frutos de tierras frías*".

Talvez fosse apenas mais uma forma de conseguir apoio imediato da Coroa quando acrescentou:

Para el cultivo no hay necesidad de llevar negros, ni blancos como las demás partes, pues hay millares de indios deseosos todos de comer, beber y vestir a imitación de los

¹²⁹ Sobre a construção da rota virreinal, Alvarado na solicitação a Solís (então Virrey de Nueva Granada) diz: "una de las más esenciales [obras], que a más de toda ella a favor de los intereses del rey [isto é, por efetivar um controle tributado da produção llanera - FBL] encierra en sí un útil de primer orden para el alivio del público de este reino, haciéndose el tráfico de la cordillera oriental para salir a los Llanos de San Martín y San Juan [...], por el sitio que llaman de Apiay [...]" (Alvarado apud Lucena Giraldo, 1991, p. 216).

españoles, y así consumen el día de hoy tanta porción de aguardiente, lienzo blanco y pintado, herramientas y otras cosas, sin más estímulo que el deseo natural de lograr lo que en otros les parece bien, y éste es el medio más ventajoso de aumentar vasallos que consuman frutos y manufacturas de España, tratándolos como amigos y no como esclavos (Madariaga apud Lucena Giraldo, 1991, p. 291).

Quando Iturriaga, então *Comandante de las Nuevas Poblaciones del Orinoco y Río Negro*, tenta finalmente pôr em prática os objetivos secundários da *Expedición* (da averiguação da possibilidade produtiva da área) seu modelo apresentado ao ministro espanhol distava bastante do que Madariaga dissera em Madrid: ele pedia a Arriaga o envio de "*trapiches*" (moendas) para o beneficiamento de cana de açúcar a ser cultivada nas cidades de Real Corona e Ciudad Real, no Médio Orinoco, ao passo que pedia também verba para compra de mulas e negros "*que pueden traerse de las Antillas o de los portugueses de río Negro*" (Iturriaga apud Lucena Giraldo, 1991, p. 291).

A morte de Iturriaga, em 1767, levou consigo qualquer possibilidade de financiamento do que propusera, já que a coroa não ficara tão entusiasmada com o montante solicitado para pôr em prática a produção de mercadorias no Médio Orinoco.

A partir de então, e já mesmo um pouco antes, Jose Solano movido pelo financiamento de Santa Fé, tenta implementar unidades de produção no Alto Orinoco, desta feita com métodos diferentes, a partir mão de obra indígena, para a produção de gêneros agrícolas tropicais (café, gengibre, peles de animais silvestres, mas sobretudo cacau) e minérios (as esmeraldas encontradas no *Casiquiare*, quase na divisa com as possessões lusas). Solano sugere um modelo de colonização baseado na manutenção da fronteira. Como forma de diminuir os dispêndios da manutenção da defesa do território, apresentava a possibilidade da produção de cacau na área.

La causa de no dar el fruto perteneciente como en Amazonas es porque acá le falta la limpieza, el disfruto y el curso de la gente, y como allá lo disfrutan todos los años le quitan la maleza que cría, y hacen grandes rozas, y las limpian para tenerlo, entran por estos conductos el sol y el viento [...], gente falta, que cacao hay más de 300 leguas que a poca costa talando los bejucos y árboles pequeños [...] en adelante enriquecerían los moradores y pagarían sus tributos a S.M., con ello sin sentir y no dudo que con estas noticias se inclinarían muchos blancos a ir vivir allá, y no serían dañosos, que fortificados aquellos terrenos podrían sostener alguna invasión, pues tenemos por las espaldas al noroeste los holandeses, franceses y portugueses (Fernández de Bobadilla apud Lucena Giraldo, 1991, p. 296).

A Coroa teria ao menos dado ouvido aos planos de Solano, solicitando uma averiguação mais precisa das condições de exploração. Quando em 1768 o ministro

espanhol Arriaga pergunta ao novo governador da Guayana Manuel Centurión suas impressões acerca da possibilidade de colonização do Alto Orinoco ele é enfático:

Hallo, Excmo. Sr., imposibilidad de comerciarse al presente los abundantes cacahuales que expresa por lo remoto de aquellos parajes sin civil población, y por esta razón destituidos de los auxilios que facilita el comercio (Centurión apud Lucena Giraldo, 1991, p. 302)

Manuel Centurión, que assumira o cargo com a morte de Iturriaga¹³⁰ poderia contemplar uma paisagem nova na bacia do Orenoco, toda margem do rio fazia parte de sua jurisdição. Aquelas terras estavam livres por assim dizer, ao menos em seus afluentes do norte, de qualquer forma social estranha à colonização. Frente àquele quadro não havia mais o perigo de intromissões caríbcas, só um problema inviabilizava a colonização na área: a falta de mão de obra.

HUMBOLDT NOS *LLANOS* E A PERDA DE VALOR DO DINHEIRO *ou o acesso aos meios de produção como um problema de falta de ambição*

“Não hão de faltar os recursos necessários”,
redarguiu Eduard. “Podemos vender aquela quinta no
bosque, que é tão bonita mas pouco produtiva. O dinheiro
resultante do negócio poderá ser empregado na obra. Assim,
ao percorrer uma trilha esplêndida, estaremos desfrutando
os rendimentos de um capital bem empregado.

Goethe in *As Afinidades Eletivas*
([1810] 2014, p. 80)

Vejamos a primeira impressão de Humboldt da paisagem de Cumaná:

Lo brillante del día, el vigor de los colores vegetales, la
forma de las plantas, el variado plumaje de las aves, todo
anunciaba el carácter prominente de la naturaleza en las regiones
ecuatoriales (Humboldt, [1816] 1985, Tomo I, p. 377).

Assim se inicia, no relato de Humboldt, o encontro dele e Bonpland com a natureza da zona tórrida na *Tierra Firme*. Este trecho do relato de viagem narra quando enfim os dois naturalistas avistam o continente americano ainda a bordo do *paqueboque Pizarro*. Mas tão logo desembarcam em Cumaná devem imediatamente apresentar-se à administração colonial.

¹³⁰ A cédula real de 1768 restabelecia a Guayana como província e estendia seus domínios a toda área então sob controle da *Comandancia de Nuevas Poblaciones*.

Fuimos conducidos por el capitán del Pizarro a casa del gobernador de la provincia, Don Vicente Emparan, para presentarle los pasaportes que nos había dado la primera Secretaria de Estado (Humboldt, [1816] 1985, Tomo II, p. 380).

O Sr. de Emparán, governador de *Nueva Andalucía*, logo assegurou aos dois naturalistas, após ter devidamente checado seus passaportes¹³¹, que faria o que fosse preciso para que ambos pudessem dedicar-se exclusivamente às suas pesquisas científicas.

Tão logo cumprida a obrigatoriedade, a entrevista caminhou para uma conversa descontraída:

El gobernador de Cumaná nos manifestó su mucha satisfacción con motivo de la resolución que habíamos tomado de permanecer algún tiempo en la Nueva Andalucía, cuyo nombre, en aquella época, era cuasi desconocido en Europa, y que encierra un gran número de objetos dignos de merecer la atención de los naturalistas en sus montañas y a la orilla de sus numerosos ríos. El Sr. de Emparan nos mostró algodones teñidos con plantas indígenas, y hermosos muebles del país. Se interesó vivamente en todo lo que se relacionaba con la física, y preguntó, con gran admiración nuestra, si pensábamos que bajo el hermoso cielo de los trópicos contenía la atmósfera menos nitrógeno que en España, o si la rapidez con que se oxida el hierro en estos climas era únicamente efecto de la mayor humedad indicada por el higrómetro de cabello. El nombre de la patria, pronunciado en una lejana costa, no hubiera sido más agradable al oído de un viajero que lo fueron para nosotros las palabras nitrógeno, óxido de hierro e higrómetro (Humboldt, [1816] 1985, p. 380).

De maneira geral a citação acima diz respeito a como se apresenta a Humboldt a relação dos cientistas com o poder colonial; aqui a decisão de permanecer em Cumaná diz respeito unicamente a ele e Bonpland. O Sr. de Emparán não poderia fazer mais do que lamentar ou se contentar pela resolução dos cientistas de permanecer ou não na província. Isto é, diferentemente das expedições científicas que anteriormente desembarcaram na *Tierra Firme* não há, ao menos aparentemente, nenhum vínculo imediato que colocasse os naturalistas em posição de subserviência com qualquer instância do poder colonial¹³².

¹³¹ No passaporte emitido pelo primeiro secretário de Estado da coroa espanhola, apresentado por Humboldt e Bonpland ao governador constava: "Ordena S. M. a los capitanes generales, comandantes, gobernadores, intendentes, corregidores y demás justicias no impidan por ningún motivo la conducción de los instrumentos de física, química, astronomía y matemáticas, ni el hacer en todas las posesiones ultramarinas las observaciones y experimentos que juzgue útiles, como tampoco el coleccionar libremente plantas, animales, semillas y minerales, medir la altura de los montes, examinar la naturaleza de éstos y hacer observaciones astronómicas y descubrimientos útiles para el progreso de las ciencias: pues por el contrario quiere el Rey que todas las personas a quienes corresponda, den al B. de Humboldt todo el favor, auxilio y protección que necesite" (De Aranjuez, 7 de mayo de 1799, apud Humboldt, [1816]1985, p. 46)

¹³² "Obtuve dos passaportes, uno del primer secretario de Estado [da Coroa espanhola - FBL], y otro del Consejo de Indias. Nunca había sido acordado a un viajero permiso más lato; nunca un extranjero había sido honrado con mayor confianza de parte del gobierno español" (Humboldt, [1816] 1985, p. 45).

Porém, talvez não devesse ser motivo de tanta admiração por parte dos naturalistas o conhecimento científico demonstrado pelo governador durante a conversa. Afinal, a ciência esteve associada ao processo de colonização da *Tierra Firme* pelo menos nos últimos 50 anos. A Coroa espanhola, como vimos no item anterior, tentara dimensionar a viabilidade e propor plataformas para uma colonização da bacia do Orenoco a partir de um extenso levantamento científico (político-econômico, botânico, geográfico, etc.). Humboldt por sua vez também aderiria à nobre causa, inclusive preparando em 1800, quando ainda estava na *Tierra Firme*, uma *Memoria sobre los Límites*, dirigida ao Secretário de Estado espanhol, Dom Mariano Luis de Urquijo (Humboldt, 1985, Tomo IV, p. 284).

No entanto, é sintomático que o Barão sempre apresente seu fazer científico com uma aparente independência frente às autoridades coloniais. Tendo em vista o "ilustrado" papel desempenhado pela *Expedición de Límites*, poderíamos apontar todavia que, do ponto de vista da colonização da *Tierra Firme*, a expedição de Humboldt e Bonpland pela área se coloca como continuidade do projeto de integração econômica do interior venezuelano nas trocas comerciais metropolitanas desenhadas desde meados do XVIII.

Contra esse apontamento, aqueles que estão a par da história da viagem de Humboldt e Bonpland pela América, poderiam argumentar que nos planos iniciais da viagem, inclusive arranjados na negociação com a coroa espanhola, não estava previsto o desembarque dos naturalistas em Cumaná; muito menos sua permanência por dois anos na área, realizando diversas viagens na província de *Nueva Andalucía*, *Caracas*, aos *Llanos* e pelo Orenoco até o *Casiquiare*.

Mas pouco importa a dimensão circunstancial daquela viagem pela *Tierra Firme*¹³³. Ainda que se possa argumentar que Humboldt não entrou na colônia como um funcionário da empresa colonial¹³⁴ e que não há um vínculo direto entre os interesses de

¹³³ Como comentamos brevemente Humboldt alega no relato que não fosse pela peste a bordo no *paqueboque* Pizarro, não teria sequer desembarcado em Cumaná.

¹³⁴ Pelo que consta, a negociação entre o Barão e os ministros da Coroa espanhola se estabelece como um "acordo de cavalheiros": podendo percorrer todas as possessões espanholas, tinha também acesso a todo registro censitário e aduaneiro, a permissão para bisbilhotar as bibliotecas coloniais (que não eram desprezíveis especialmente na cidade do México e em La Habana) e poderia ainda ter nas mãos diversos mapas então produzidos. Em troca Humboldt oferecia à coroa os resultados de suas aferições e pesquisas que tanto podiam "*interesar al hombre de estado, cuando calcula las fuerzas y la riqueza territorial de las naciones*" (Humboldt, 1927, Tomo I, p. 67). A contrapartida de Humboldt, além de memórias e relatórios, resultou em dois trabalhos mais organizados, os *Ensayos Políticos* dos principais centros coloniais visitados por Humboldt, *Nueva España* e *Isla de Cuba*, produzidos ainda em sua viagem e publicados posteriormente [1811] já quando para Espanha talvez aquilo de nada servia.

Humboldt com os da colonização espanhola, a relação que se constitui entre ambas as partes poderia ser vista como forma desdobrada da inserção histórica da ciência na *Tierra Firme*, isto é, levando em conta as transformações que se processavam nas relações de produção tanto na metrópole quanto no mundo colonial.

Como falamos no item anterior, um dos resultados da *Expedición de Límites* foi o de haver estabelecido uma rede de controle e uma milícia armada que guarnecia as possessões espanholas no Orenoco e permitiam ambas efetivar uma política de controle das unidades de produção tanto da costa quanto nos *Llanos*.

Tendo então em vista essa dominação hegemônica do interior venezuelano alcançada em fins do século XVIII, só mesmo na virada para o XIX a territorialização colonial na *Tierra Firme* poderia ser palco da viagem de um cientista sem escolta militar, conseguindo o que precisasse por meio do que carregava no bolso.

Se as perambulações humboldtianas na *Tierra Firme* têm estreita relação com os desdobramento da territorialização colonial num plano interno. No que se refere ao plano das relações intercoloniais, o desconforto da Coroa espanhola quanto às intromissões de outras potências em suas possessões na *Tierra Firme*, que a levava a lançar a *Expedición de Límites* ao ultramar, ainda se mantinha. Mas agora, no desdobramento da concorrência colonial, aquele maior inimigo evitado por Carvajal tinha total controle do Atlântico: a Inglaterra não só tinha possuído a bacia do Essequibo¹³⁵, mas também havia acrescentado ao seu império Puerto Rico e a ilha de Trinidad, porta de entrada à *Tierra Firme* espanhola.

Ao circular pelo oceano Atlântico sob uma bandeira espanhola ou navegar em navios mercantes espanhóis pelo Caribe, Humboldt sabia da iminência de um ataque britânico. Mas o Barão soube prevenir-se de tais empecilhos por meio de suas relações com a comunidade científica britânica; apesar de não ter conseguido um passaporte do ministério da marinha inglesa, sua comunicação com a *Royal Society* de Londres, por meio de seu então presidente na época, um "*distinto cavalheiro*" Sir Joseph Banks, de certo o ajudaram¹³⁶. Por esta via, Humboldt não encontrou dificuldades em conseguir das

¹³⁵ A Companhia das Índias Ocidentais holandesa, depois de um grande levante de escravos no Suriname, concentrava seus esforços na colonização daquela área, tendo deixado então as unidades de produção no Essequibo aos ingleses.

¹³⁶ Banks havia sido ninguém menos que o fundador (em 1788) da *African Assossiation*. Ademais, Banks tinha íntimas relações com o Rei George III (de quem segundo se diz, era seu conselheiro não-oficial) e, claro, com a burguesia manufatureira inglesa. Num dado momento da viagem, quando a segurança em enviar em navios espanhóis os frutos das herborizações estava comprometida por conta das guerras no

autoridades coloniais inglesas, mais especificamente do governador da Ilha de Trinidad, um documento por ele assinado caso um navio espanhol que porventura estivesse embarcado fosse vítima de ataque inglês e intentasse sequestrar seus tripulantes¹³⁷.

Num contexto de amplas disputas entre nações, Humboldt sempre deu bastante relevo que se considerasse a ciência como sua pátria mãe.

Como el objeto de nuestro viaje era puramente científico, habíamos logrado el Sr. Bonpland y yo conciliarnos a una vez la benevolencia de los colonos y la de los europeos encargados de la administración de aquellas vastas comarcas (Humboldt, [1816] 1985, p. 46).

Ao menos no discurso apresentado no relato de viagem, a legitimidade de sua expedição sempre se apresenta, seja à administração colonial local, seja aos ministros *d'el Rey* ou aos círculos de poder em Londres, como algo cuja finalidade é "*puramente científica*", como gostava de dizer. Como se - e isto é bastante importante - pelo fato de não estar comprometido de maneira imediata com a empresa colonial, de certa maneira sua inserção na colônia se desvinculasse da história pregressa da colonização.

É no *Cosmos* onde Humboldt resume bem a forma como entendia esse processo: "*os progressos da ciência do mundo*", diz ele, "*foram adquiridos ao preço de todas as violências e de todas as crueldades que os conquistadores, ditos civilizadores, trouxeram de um lado a outro da Terra*" (Humboldt, *Cosmos*, 1848, p. 160, tradução nossa).

É claro que ele, homem de "*âme sensible*", auto-distinguia-se daqueles "semicivilizados" colonizadores. Mas ele podia formar uma ideia como essa pois em seu momento histórico a prática científica na colônia passava a não vincular-se imediatamente a prática colonial vigente. Deste modo, Humboldt, assim como tantos outros cientistas dessa época, pôde ver-se desligado daquela tradição anterior. Sua expedição inaugura aquelas na qual observa-se uma *autonomização* (Marx, 1996) da prática científica das relações de poder colonizadoras.

Atlântico, Humboldt contou com a "*generosa atividade do cavalheiro Banks*", "*quien trabajó sin descanso por estrechar lazos que mantienen unidos a los sabios de todas las naciones en medio de las agitaciones políticas de Europa*" (Humboldt, 1985, Tomo I, p. 10).

¹³⁷ Já depois de permanecer 5 meses na *Provincia de Nueva Andalucía*, quando Humboldt e Bonpland se deslocavam do porto de Cumaná à área costeira próxima a Caracas, a presença de corsários ingleses estacionados na costa expõe a preocupação do barão. "*Dos de nuestros compañeros de viaje eran oficiales. Habían de temer, más que nosotros, ser hechos prisioneros y enviados a Jamaica. No tenía yo pasaporte del almirantazgo; pero confiado en la protección que el gobierno británico acuerda a los que viajan para el progreso de las ciencias, había escrito al gobernador de la isla de Trinidad desde mi llegada a Cumaná, manifestándole el objeto de mis investigaciones. La contestación que recibí por la vía del golfo de Páris fue enteramente satisfactoria*" (Humboldt, [1816] 1985, Tomo II, p. 252).

Assim, diferentemente de La Condamine e de Pehr Löfving, o que assegurou a entrada de Humboldt e Bonpland ao interior da colônia espanhola foram pedaços de papel: passaportes e algumas dezenas de milhares de francos em letras de câmbio. Nada de militares espanhóis vigiando cada passo que davam, nada de escoltas armadas anti-caribes para ir fazer uma herborização. As armas que tornavam viáveis a viagem de Humboldt e Bonpland pela colônia, não eram, salvo alguns trechos¹³⁸, carregadas por eles em suas viagens.

O Barão é de certa forma pioneiro como uma espécie de empreendedor privado exclusivamente dedicado à pesquisa da natureza adentrando o mundo colonial americano, correndo por si os riscos de sua empresa, de maneira aparentemente liberta da empresa colonizadora. Talvez por conta disso ele seria apontado já no século XIX como o "pai" de uma nova geração de exploradores naturalistas, cientistas e pintores, mobilizados tanto pelas nações colonizadoras quanto pelas colônias recém-independentes para retratar a natureza e descrever o mundo colonial¹³⁹.

Na realidade, poderia ser dito que a ciência representada pelas figuras de Löfving e de La Condamine, expressara uma transição da inserção social científica no mundo colonial; basta comparar sua prática com a daqueles quem primeiro produziram relatos e crônicas acerca das colônias ultramarinas: em sua esmagadora maioria missionários ou gente diretamente ligada à empresa colonizadora, como Sir W. Raleigh, por exemplo.

No entanto, para que Humboldt e Bonpland pudessem se dedicar unicamente à sua ciência, sem haverem que evangelizar ou dizimar indígenas por tabela, as relações de produção na colônia deveriam estar aptas a recebê-los. Isto é, a territorialização colonial ao menos deveria ter alcançado o pressuposto de sua espacialização: uma dominação efetiva na qual a subjugação à forma mercadoria se estabelecesse por meio de mecanismos propriamente coloniais, como estrutura social hegemônica da área.

Deste ponto de vista, a *Tierra Firme* na qual desembarcou Humboldt e Bonpland, era bem diferente daquela que encontrara pela frente Löfving. Afinal foi sob condições de

¹³⁸ Não é à toa que os únicos trechos em que Humboldt relata ter sido necessária a compra de armas é quando navega pelo Orenoco, área mais instável da dominação espanhola (ver 1985, Tomo IV).

¹³⁹ Fazem parte desta geração seguinte a Humboldt os naturalistas que desembarcaram e percorreram o Brasil-Império, como Spix e Martius (1817-1820), Saint Hilaire (1816-1822), o príncipe Adalbert da Prússia (1842), Debret (1817), Rugendas e demais membros da expedição Langsdorf (1824-1829). Humboldt apadrinharia estes cientistas prefaciando diversas obras publicadas a partir daquelas viagens, como é o caso de Saint-Hilaire, Rugendas e do príncipe prussiano. Grande parte das informações sobre o Brasil que aparecem no Tomo V do relato de Humboldt se devem às observações e pesquisas de Saint-Hilaire (ver 1985, Tomo V, p.140).

um poder colonial já institucionalizado, com uma dominação hegemônica inclusive na bacia do Orenoco, que Humboldt e Bonpland puderam se dedicar à pesquisa¹⁴⁰.

Estas condições da sociabilidade colonial, se omitidas no *Quadros da Natureza*, abundam na *Relation Historique* de Humboldt. Ao apresentar a prática cotidiana dos viajantes nas relações que estabelecem ao longo da viagem, o relato dá elementos para pensar a inserção social dos naturalistas na colônia. Dizem muito, no choque da visão de mundo liberal humboldtiana com o mundo colonial, da contradição da dependência da proposta harmônica para a América com a estrutura social da colônia, marcada pelo trabalho compulsório ou por relações de trabalho não-monetarizadas.

Diferentemente daquele viajante solitário representado no *Quadros da Natureza*, é raro encontrar uma passagem no relato de viagem na qual a estrutura do poder colonial não está provendo os meios pelos quais os naturalistas perambulam pela *Tierra Firme*.

Em boa parte do trajeto da viagem pela *Tierra Firme*, Humboldt e Bonpland transportavam uma enorme quantidade de instrumentos de aferição científica¹⁴¹; o deslocamento no interior do território colonial dependia, também por conta disso, de toda uma logística específica para o transporte. Além dos instrumentos que levavam, havia que considerar as herborizações, a coleta de espécies animais, de minérios, etc., que constantemente realizavam. Obviamente ambos não poderiam carregar tudo aquilo sozinhos.

Além disso, para poder viajar pelo interior do território colonial, os naturalistas dependiam de vínculos com o poder local; frequentemente pernoitavam em missões, em fazendas e em postos militares, valendo-se da rede de influência do poder

¹⁴⁰ Como o próprio Humboldt relata a partir de sua viagem ao Baixo Orinoco: "*Tribus de Caribes independientes cruzan todo este terreno meridional; son los débiles restos de esta población guerrera que se mostró tan formidable a los misioneros hasta 1733 y 1735, época en la cual [...] muchos religiosos perecieron a manos de los Caribes. Estos peligros, muy frecuentes antes, no existen ya ni en las misiones del Caroní ni en las del Orinoco*" (Humboldt, 1985, Tomo IV, p. 527).

¹⁴¹ Ele inclusive lista a relação dos itens no primeiro volume da obra: "*Un reloj de longitudes de Luis Berthoud, N. 27, un medio-cronómetro de Seyffert, un anteojo acromático de Dolland, un anteojo de Caroché, un anteojo de prueba, un sextante de Ramsden, un sextante de tabaquera, un círculo repetidor de reflexión de Le Noir, un horizonte artificial de Caroché, un cuadrante de Bird, un grafómetro de Ramsen, una brújula de inclinación, una brújula de declinación de Le Noir, una aguja de 12 pulgadas de largo, un magnetómetro de Saussure, un péndulo invariable, dos barómetros de Ramsden, dos aparatos barométricos, vários termómetros de Paul, de Ramsden, de Mégníe y de Fortin, dos hidrómetros de Saussure y de Deluc, dos electrómetros de Bennet y de Saussure, un cianómetro de Paul [para medir a cor do céu], un eudiómetro de Fontana [para medir a quantidade de gás nitroso na atmosfera], un eudiómetro de fósforo de Reboul, un aparato de Paul, para determinar el grado del agua hirviente, una sonda termométrica de Dumotier, dos aerómetros de Nicholson y de Dolland, un microscopio compuesto de Hoymann*" e demais instrumentos de química como tubos de ensaios, garrafas, etc., etc., etc..

institucionalizado. E mesmo que a mediação posta nessa relação fosse monetária, aquilo que se mobilizava pelos francos de Humboldt não estava livre do trabalho compulsório.

Os fazendeiros, com a ajuda de seus escravos, abriram uma trilha entre as árvores até a primeira cascata do rio Jagua. [...] Quando o vão era estreito a ponto de não podermos encontrar lugar para nossos pés, entrávamos na torrente, a atravessávamos a vau ou sobre os ombros de um escravo, e escalávamos a parede oposta. [...] Quanto mais avançávamos, mais densa se tornava a vegetação. Em vários lugares as raízes das árvores haviam rompido a rocha calcária, inserindo-se nas falhas que separavam os leitos. Nós [sic] tivemos algum trabalho para levar as plantas que colhíamos a cada passo. As canas, as heliconias de delicadas flores púrpuras, os costos e outras plantas da família das amamoáceas [...] formam um notável contraste com a cor marrom das samambaias arborescentes, de folhagem delicadamente moldada. Os índios fizeram incisões com suas largas facas nos troncos das árvores e chamaram nossa atenção para aquelas lindas madeiras vermelhas e amarelo-ouro que um dia serão procuradas por nossos torneiros e marceneiros (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 57 – citação traduzida por Bomfim Gutierrez, apud Pratt, 1999, p. 226).

A passagem acima se refere a um trecho do trajeto percorrido pelos naturalistas em uma excursão ao Cuchivano, ainda nas cercanias da costa de *Nueva Andalucía*. Como vemos, mesmo uma expedição "*puramente científica*" necessita repor a dominação colonial para imprimir sua marcha: ainda que a descrição humboldtiana seja um tanto quanto eufemística no que se refere às relações de poder mobilizadas (na citação os escravos "ajudam" os senhores a abrir a trilha), não deixa de ser irônico que muitas vezes era literalmente sobre os ombros da escravidão que Humboldt e Bonpland avançavam pelo mundo colonial.

Assim, também no que se refere às condições materiais da viagem para o contato com o "espetáculo da natureza", o lastro da proposta da harmonia preestabelecida, a violência explícita, aparecia na colônia de forma escancarada.

Mary-Louise Pratt comenta o mesmo trecho citado acima. Segundo a autora o relato de Humboldt fornece diversos elementos para um estudo acerca da estrutura colonial americana na virada para o XIX. Mas a apresentação do poder colonial é recorrente na *Relation Historique* enquanto *objeto* do avanço expedicionário. Na leitura de Pratt, a presença dos americanos surge na maioria das vezes como "*sujeitos instrumentais*" de Humboldt. Salvo nas digressões históricas, o relato do contato com americanos se estabelece no interior de uma estrutura de poder particular que a própria expedição mobiliza, à qual estão submetidos missionários, funcionários coloniais, colonos *criollos*, escravos africanos, ameríndios ou peões *llaneros*. O olho imperial de

Humboldt (o *Imperial Eye* conforme a interpretação de Pratt), opera inclusive no sentido de subsumir a instrumentalidade daqueles personagens que trabalham para a expedição "com um ambíguo 'nós'" (Op. Cit., p. 227). Certamente, o "*nós tivemos algum trabalho para levar as plantas que colhíamos a cada passo*", contrasta bastante com aquele "*nossos torneiros e marceneiros*" que procurarão as lindas madeiras que os indígenas convidativamente lhes mostravam.

Entremeada à natureza, e de certa forma naturalizada junto ao adorno pitoresco das "*flores púrpuras*", o que se coloca como objeto do interesse de Humboldt no quadro das disponibilidades americanas são matérias-primas para o abastecimento da indústria manufatureira metropolitana.

Mas ainda que, a partir da racionalidade metropolitana, ele já vislumbre o interesse do comércio internacional por tais produtos, a distância da realização daquelas "*lindas madeiras*" como mercadorias está além, nas condições de produção coloniais, de uma simples lógica da demanda do mercado internacional. Isto é, antes desta lógica operar por si na *Tierra Firme*, a territorialização capitalista haveria de ter estabelecido relações sociais de produção para tal.

Muita coisa de fato poderia ser dito acerca das milhares de páginas do relato de viagem. Mas nos interessa aqui observar em que medida elas dão a dimensão de uma nova racionalidade para a descrição colonial embutida implicitamente na descrição da paisagem no *Quadros da Natureza*.

Talvez a chave para esta leitura esteja exatamente em compreender o aspecto da descrição enquanto algo que carrega o diálogo com as propostas pregressas de uma colonização sistemática na *Tierra Firme*.

"*Parece siempre útil*", diz o Barão na *Memoria sobre los límites*, "*que un monarca que tiene tan dilatadas colonias, esté puntualmente instruido sobre la verdadera situación de sus límites*". Tendo se livrado do problema com os Caribes, Humboldt sugeria que a Coroa deveria se preocupar com a entrada de índios das possessões portuguesas, "*buscando en el territorio español la preciosa zarza que es un ramo del comercio del Gran Pará*" (Humboldt, 1985, Tomo IV, p. 284).

Mas, diferentemente das recomendações e ações práticas dos expedicionários enviados por Carvajal, a solução de Humboldt para o problema é uma abertura comercial entre as colônias.

Lo que sería más digno de ser obtenido bajo el reinado del Rey Carlos IV, por medio de mutuas concesiones, sería una libertad entera y recíproca de comercio en estos majestuosos ríos, el Orinoco, el Casiquiare, el Río Negro y el Marañón. Nada sería más propio para fomentar la prosperidad de unos países tan atrasados en el cultivo de las tierras, para sosegar el ardor con el cual los americanos piden el ejercicio de sus derechos naturales y para disminuir la antipatia que existe desgraciadamente entre dos naciones limitáneas (Humboldt, [1800] apud 1985, Tomo IV, p. 284).

A análise de Humboldt sobre a economia política da Venezuela, que consta no quinto tomo do relato de viagem, produzido já depois dos processos de independência da Grã-Colômbia, apresenta visões similares para a inserção dos produtos tropicais de interesse ao comércio exterior, abundantes no Médio e Baixo Orinoco (nas terras da *Guayana*). Aqui, mais minuciosamente, ele vai propor plataformas para a exploração comercial da área sem no entanto entrar muito no problema da falta de mão de obra apontado desde fins do século XVIII pela administração colonial; sobre essa questão ele se limita a indicar um necessário "*aumento de la población*" nas áreas que contêm unidades de produção de matérias-primas pois "*el precio del jornal disminuiría progresivamente*" (Humboldt, 1985, Tomo V, p. 188).

Depois de apresentar as mercadorias mais ativas do comércio exterior venezuelano (o cacau, o algodão, o açúcar, o índigo, o tabaco e a produção pecuária *llanera*) ele lista os "*productos vegetales*" da bacia do Orenoco "*susceptibles de ser un día objetos de comercio*" (Op. Cit., p. 169). Sua proposta para a inserção dessas mercadorias no mercado mundial mostra, no entanto, o quanto suas proposições estão distantes daquelas apresentadas pela *Expedición de Límites*, comprometidas com interesses coloniais monopolistas para a integração econômica da *Guayana*. Ela se difere também (o que é bastante importante do ponto de vista de uma geografia histórica) na medida em que propunha a superação das limitações da geografia comercial das trocas atlânticas.

O Barão recomendava que a integração da produção orenoquense se desse atrelada a um plano de comunicação hidrográfico em escala local que incluía a construção de canais artificiais aptos a receber "*grandes buques de vapor y estableciendo ferrocarriles*", articulado por sua vez à abertura de um canal que unisse o Atlântico ao Pacífico no Rio Chagres, atual Panamá (ver Op. Cit., pp. 192 a 197). Cabe apontar ainda que esta nova "geografia comercial" proposta se relacionava com um amplo projeto de abertura

econômica; sugerindo a criação de uma companhia transnacional que se encarregasse das obras por meio de financiamento de capitais mundiais.

Cualquiera que sea el gobierno que reclama la región en donde se realice la confluencia de los mares, el goce de esta obra hidráulica debe pertenecer a todas las naciones de ambos mundos que hayan contribuido a su ejecución por la compra de las acciones (Humboldt, [1826] 1985, Tomo V, p. 226)¹⁴².

Mesmo que seja possível argumentar que nem de longe os planos de colonização sistemática propostos pela *Expedición de Límites* se realizaram à maneira inicialmente planejada; certamente suas intervenções reais, os avessos do projeto pacífico ilustrado, modificaram as relações sociais na *Tierra Firme* e permitiram as proposições liberais do Barão no início do XIX.

O que se verificou nas tentativas da colonização sistemática nas margens do Orenoco em fins do XVIII foi o fracasso em efetivar unidades de produção, muito embora as condições naturais do local fossem aptas para a produção de alguns gêneros tropicais valorizados pelo comércio internacional. Ocorre, no entanto, que um bosque de cacau ou de *salsaparilla* não é em si uma fonte de mercadorias; nem mesmo um índio é em si um trabalhador disponível. Como Marx apontara "*o Capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção*" ([1867]1996, Vol. II, p. 286). Os meios de produção e de subsistência não são capitais por si mesmos; eles "*tornam-se capital apenas sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e de dominação do trabalhador*" (Op. Cit., p. 286).

A proposta humboldtiana para a tutela espanhola da fronteira portuguesa ou da companhia multinacional, tão liberalmente megalomaniaca¹⁴³, não levava em conta que

¹⁴² O Barão continua no seu plano de criação de uma multinacional: "Los gobiernos locales de la América española podrían ordenar el reconocimiento de los lugares [...]. Estos trabajos previos no exigirán sino pocos gastos, pero deberán ejecutarse de acuerdo con un plan uniforme [...]. Cuado los planos y los mapas [...] puedan ser puestos ante los ojos del público, la persuasión de la posibilidad de una confluencia oceánica se hará más general en los dos continentes; y ella facilitará la formación de una compañía por acciones. La compañía [...] evaluará los gastos, y la ejecución de esta importante obra será confiada a ingenieros que prácticamente hayan concurrido a la ejecución de similares trabajos en Europa. [...] La compañía del canal encontrará accionistas entre aquellos gobiernos y ciudadanos que insensibles al afán del lucro y cediendo a más nobles impulsos, se enorgullecerán ante la idea de haber contribuido a una obra digna da la civilización moderna. [...] el deseo de ganancia, base fundamental en esta empresa cuya defensa abrazo con entusiasmo, no es ilusorio en esta empresa cuya defensa abrazo con entusiasmo (Humboldt, 1985, Tomo V, p. 226-227)

¹⁴³ Aquilo que Humboldt vislumbrava no início do século XIX, só seria colocado em marcha na *Tierra Firme* com o primeiro ciclo da borracha amazônica, quando navios a vapor fazem ligação direta entre os principais portos europeus (como o de Hamburgo) e Manaus (ver Koch-Grumberg, [1916] 2006, Vol. I). A companhia para a abertura do canal do Panamá, por sua vez, só reuniria capitais norte-americanos após a guerra de independência contra a Colômbia no século XX.

as proibições e legislações monopolistas para o comércio de produtos tropicais eram o que permitiam historicamente que a *salsaparilla* entrasse no mercado mundial como mercadoria de maneira a beneficiar o comércio metropolitano. Associadamente, também as relações de trabalho forçado, mediada por colonos laicos ou missioneiros, às quais estavam submetidos de alguma maneira os indígenas que executavam a exploração da mata, eram a maneira pela qual a lógica da demanda do comércio internacional operava sobre aquelas populações.

A liberalização do comércio proposta pelo Barão estende aqui ao indígena uma lógica de mercado que atuava socialmente sob a violência extra-econômica. Isto é, por meio do trabalho forçado. Para que o trabalhador decida "livremente" submeter-se ao trabalho, as relações de produção deveriam não dar a ele outra alternativa. Longe de ter atingido esse patamar, as tentativas da colonização sistemática na *Tierra Firme* ao longo do século XVIII tinham ao menos imposto a estaca zero da territorialização do capital: a aniquilação de formas sociais estranhas à mercadoria e às dinâmicas comerciais coloniais que se opunham à exploração econômica integrada às trocas metropolitanas.

Exploraremos então no texto do relato humboldtiano aspectos desta racionalidade que ignora, e por conta disso entra em contradição, que para que possa haver uma produção de mercadorias algumas condições históricas e sociais devem estar postas. E esta talvez tenha sido a maior contradição nos escritos de Humboldt acerca das colônias americanas: a transposição irrefletida de condições das relações de produção metropolitanas para a realidade americana.

Depois de ter visitado diversos locais na província de *Nueva Andalucía*, Humboldt e Bonpland dirigem-se a Caracas por onde adentram o interior colonial em direção aos *Llanos*¹⁴⁴. Como ele mesmo comenta, em 1795, após a colonização espanhola ter assegurado o controle do curso do Orenoco e implementado rotas *llaneras*, o controle tributado da produção pecuária na área se fazia muito mais presente principalmente através do caminho que ligava os *hatos llaneros* ao porto de *Nueva Barcelona*¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Ao longo do caminho aos *Llanos* e sobretudo nas proximidades de Caracas diversas vezes os naturalistas se deparam com discussões políticas acaloradas que mostravam grande descontentamento com as transformações políticas coloniais das últimas décadas. Por conta do crescente controle de tributação efetivado pela administração colonial, que decorria por sua vez das implicações coloniais das reformas borbônicas, Humboldt relata em diversas passagens ânimos agitados dos *criollos* sobretudo frente às novas possibilidades demonstradas pelos recentes acontecimentos nos Estados Unidos (ver Op. Cit. Tomo II, p. 147 e 289).

¹⁴⁵ "Por ese puerto salen en gran parte los productos de las vastas estepas [...], las cuales abundan en ganados de toda especie, casi como los pampas de Buenos Aires. La industria mercantil de estas comarcas

Humboldt estima a exportação de mulas da área para as Antilhas em mais de 30.000 cabeças por ano¹⁴⁶.

Ao que tudo indica, já em meados de XVIII a territorialização colonial tinha estabelecido nos *Llanos* uma dinâmica de produção de mercadorias na área semelhante ao que fora descrito por Prado Jr. em relação à produção pecuária nos "*sertões do Norte*" (ver [1942] 2009, p. 187 e seguintes) e que Franco ([1974]1976) se referiu como "*áreas de cultura subsidiária*" (p. 12). Isto é, porções das áreas coloniais onde se evidencia o surgimento de um mercado interno no mundo colonial atrelado a divisão intercolonial do trabalho (Alencastro, 2000). Áreas do território colonial na órbita das unidades de produção para exportação sem necessariamente ter ligação comercial direta com a metrópole. Como o próprio Humboldt mostrou os *Llanos* forneciam às Antilhas e à Cuba, os alimentos dos escravos, mulas e couro (1985, Tomo II, p. 250 e seguintes).

[...] llegamos antes de anochecer al pequeño fundo de El Caimán, llamado también La Guadalupe. Es un hato de ganado, es decir, una casa aislada en la estepa, rodeada de algunas chocillas techadas con cañas y cueros. El ganado, toros, caballos y mulos, no están endehesados: vagan libremente en una extensión de varias leguas cuadradas. No hay cercas en ninguna parte. Hombres desnudos hasta la cintura y armados con una lanza recorren a caballo las sabanas para ojear los animales, recoger los que se alejan demasiado de los pastos del hato, marcar con un hierro encendido todo lo que no tiene aún la marca del propietario. Estos hombres pardos, designados con el nombre de peones llaneros, son unos libres o manumisos, otros esclavos. [...] Se nutren con carne desecada al aire y escasamente salada (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 224-5).

Apesar de ver-se frente a uma área cuja propriedade fundiária não está cercada, a citação acima descreve os *Llanos* de forma bem distinta daquela apresentada nos *Quadros*

está basada en la necesidad que tienen las grandes y pequeñas Antillas de carne salada, de reses, mulas y caballos. [...] los negociantes de La Habana, sobre todo en tiempos de paz, prefieren sacar sus provisiones del puerto de Barcelona a correr las eventualidades de un largo viaje en el otro hemisferio, de la boca del río de la Plata. Sobre una población negra de 1.300.000 que hoy contiene ya el archipiélago de las Antillas, Cuba sola tiene más de 230.000 esclavos, cuya alimentación se compone de legumbres, carne salada y pescado seco" (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 250-1).

¹⁴⁶ Como ele mesmo comenta sua estimativa, diferentemente das estatísticas aduaneiras, leva em conta o contrabando realizado sobretudo pela rota via Baixo Orenoco. "Según documentos oficiales, la exportación de cueros de toda la Capitanía general se elevaba anualmente, para las islas Antillas solamente, a 174.000 cueros de toro y 11.500 de cabra. Ahora bien, cuando se repara que estos documentos no se fundan sino en los registros de las aduanas, que de ninguna manera mencionan la extracción fraudulenta de los cueros, se ve uno inclinado a creer que la evaluación de 1.200.000 bueyes esparcidos en los llanos [...] es con mucho hartó baja" (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 238). Ainda no que se refere às mulas, diz: "Los muleros no son propios para el trabajo sino a la edad de cinco años: les dan entonces el nombre de mulas de saca, y se compran ya, en sus localidades, al precio de 14 y de 18 pesos. Llevados al puerto de embarque, valen 25 pesos, mientras que en las Antillas se eleva este precio con frecuencia a 60 u 80 pesos" (Op. Cit., p. 238).

da Natureza, onde a paisagem aparece como um vazio territorial na qual reina o "espetáculo da natureza".

Aqui encontramos formas do poder colonial já estabelecidas nas quais a delimitação da propriedade da produção se efetiva pela marca do proprietário no gado. A forma como o Barão descreve os *peones llaneros* indica também um poder local que efetiva a produção regional através da violência, o que sobressai do apontamento da existência de escravos. No entanto, Humboldt também aponta a presença de homens livres e escravos alforriados integrando a mão de obra da lida com o gado sem entrar muito nos detalhes acerca das relações de trabalho estabelecidas¹⁴⁷.

No entanto, essa configuração das relações de poder *llaneras* não retiravam, ao que tudo indica, a possibilidade do acesso à terra. Aliás, como apontou Franco (1976), a simultaneidade da produção direta de meios de vida e da produção de mercadorias numa mesma área constituíram as formas de reprodução das atividades produtivas coloniais. Formas não monetarizadas de reprodução por parte dos trabalhadores, onde a produção e o consumo diretos, são *meios* para a sobrevivência da atividade mercantil na colônia. Assim como em grande parte do mundo colonial, também na particularidade *llanera* na virada para o século XIX, a reprodução do trabalhador livre dista de estar necessariamente mediada pelo dinheiro¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Apesar de estar proibida a escravidão indígena nas colônias espanholas da América desde o século XVI, Humboldt relata algumas situações onde se vê frente às relações de trabalho forçado. Não poderíamos deixar de apresentar a que talvez seja a mais impactante passagem deste tipo: "*Avanzando a la parte meridional de los Llanos, encontramos el suelo más polvoriento, más falto de yerbas, más agrietado por el efecto de una larga sequia. [...] Cuando más en calma parecía el aire a 8 ó 10 pies de altura, más nos envolvían esas trombas de polvo producidas por las pequeñas corrientes de aire que rasan el suelo. Hacia las 4 de la tarde encontramos tendida en a sabana una indiacita. Estaba del todo desnuda, acostada sobre la espalda, y no parecía tener más de 12 a 13 años. Extenuada de fatiga y de sed, llenas de polvo las narices y boca, respiraba estertorosamente, sin poder responder a nuestras preguntas. Puesto a su lado estaba un cántaro volcado, medio lleno de arena. Teníamos felizmente una mula portadora de agua, y sacamos a la muchacha de aquel estado letárgico lavándole la cara y obligándola a beber algunas gotas de vino. Se asustó al principio viéndose rodeada de tanta gente; mas poco a poco tranquilizó y se entendió con nuestros guías. Juzgaba, por la altura del sol, que debió hacer permanecido durante varias horas en aquel estado de sopor. No pudimos persuadirla a que montara en una de nuestras acémilas, ni quiso volverse a Orituco. Había estado sirviendo en un hato vecino, y sus amos la habían abandonado porque a consecuencia de una larga enfermedad se la había encontrado menos propia que antes para el trabajo. Ruegos y amenazas de nuestra parte fueron inútiles: insensible, como los demás de su raza, al sufrimiento, ocupándose del presente sin temer el futuro riesgo, persistió en su resolución de irse a una de las misiones indígenas que hay cerca de Calabozo. Hicimos sacar la arena de su cántaro para llenarlo de agua. Siguió su camino en la estepa antes que montásemos de nuevo a caballo. Pronto nos separó de ella una nube de polvo*" (Humboldt, 1985, Tomo III, p. 265).

¹⁴⁸ Um tanto para ilustrar essa particularidade, outro tanto como desculpa por não termos achado na bibliografia consultada autores que descreveram as relações de trabalho dos *peones llaneros* na colônia, segue a descrição apresentada por Prado Jr. acerca dos sertões do Norte: "O pessoal empregado [nas fazendas] é reduzido: o *vaqueiro* e alguns auxiliares, os *fábricas*. Aquele, que dirige todos os serviços da

Um caso específico relatado por Humboldt pode ilustrar o que queremos chamar atenção. Alguns meses antes de adentrar o interior colonial, Humboldt passara por Cumanacoa, ainda na província de *Nueva Andalucía*. Lá, visitara a produção local, sobretudo de tabaco e anil e ficara um tanto decepcionado com o que encontrara.

A pesar de la excelencia de las producciones y la fertilidad del suelo, la industria de Cumanacoa está todavía en su infancia. [...] Faltan brazos, y la escasa población disminuye a diario por su emigración a los Llanos. Esas sabanas inmensas [isto é, os *Llanos* - FBL] ofrecen al hombre una alimentación abundante, a causa de la fácil multiplicación de los ganados [...] (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 52).

A queda da produção de Cumanacoa é explicada por sua vez pela instituição do estanco na área em 1779; toda a produção do tabaco passou a ser concentrada em áreas específicas e o colonato só poderia comercializá-la à *Companhia Guipuzcoana* que detinha o monopólio da produção colonial de *Nueva Andalucía*¹⁴⁹. A emigração da mão de obra indígena e mestiça de Cumanacoa aponta no entanto a outro elemento que escapa de ver-se explicado somente pelo declínio econômico da área; como o próprio Humboldt chama atenção as possibilidades de reprodução nos *Llanos*, onde a mão de obra tinha maior acesso à terra, eram muito mais interessantes do ponto de vista dos trabalhadores que a permanência nas áreas costeiras onde, ao que parece, o acesso aos meios de subsistência eram menores.

fazenda, é remunerado [...] com o próprio produto dela, uma quarta parte das crias. [...] Os fábricas são em número de dois a quatro, conforme as proporções da fazenda; são subordinados ao vaqueiro e o auxiliam em todos os serviços. Às vezes são escravos, mais comumente assalariados, percebendo remuneração pecuniária por mês ou por ano. Estes fábricas também se ocupam das roças que lhes fornecem a subsistência, e que são plantadas nas "vazantes" [...]. Na falta de roças, cumpre ao proprietário fornecer a alimentação de seu pessoal. Ela é completada com uma vaca por mês que a fazenda fornece (Prado Jr, [1942], 2009, pp. 190-1, grifos do autor).

¹⁴⁹ "El sistema de Estanco" diz Humboldt, "es un monopolio odioso al pueblo. Todo el tabaco cosechado ha de venderse al gobierno; y para evitar, o más bien, para disminuir el fraude, se ha hallado más sencillo concentrar el cultivo en un solo punto. Unos vigilantes recorren el país para destruir los plantíos que se hagan fuera del cantón privilegiado, y denuncian a los desdichados habitantes que osan fumar tabaco preparados por sus propias manos. Estos vigilantes son en su mayor parte españoles, y casi tan indolentes como los que veíamos desempeñar el mismo oficio en Europa. No poco ha contribuido tal insolencia a mantener el rencor entre las colonias y la metrópoli" (Humboldt, 1985, Tomo II, p. 47). Ao que parece articulada ao estabelecimento do Estanco, a Cia. Guipuzcoana havia também proposto a introdução de 400 escravos negros nas unidades de produção de tabaco da área, os quais deveriam ser distribuídos aos proprietários que tivessem capacidade de devolver a antecipação em dois ou três anos. "Con satisfacción he visto que este proyecto fue censurado por muchos propietarios. No era de esperar que, a ejemplo de algunas partes de los Estados Unidos, se acordara la libertad a los negros o a sus descendientes tras cierto número de años, y debíase temer a mayor abundamiento, sobre todo después de los funestos acontecimientos de Santo Domingo, ese aumento de esclavos en la Tierra Firme." (Humboldt, 1985, Tomo II, pg. 52). Talvez se somasse a este elemento explicativo de Humboldt a enorme dívida que os colonos locais estariam contraindo juntamente com os escravos.

Uma passagem um tanto quanto excêntrica ilustra o que queremos chamar atenção, ela se refere à incansável busca de Humboldt por enguias elétricas.

Desde o início de sua viagem, o Barão frequentemente ouvira falar na força da "*electricidad galvánica*" de enguias que abundavam na bacia do Orenoco. Conforme ele mesmo comenta "*estaba impaciente desde mi llegada a Cumaná por procurarme anguilas eléctricas. Nos las habían a menudo prometido, y siempre dejaban fallidas nuestras esperanzas*" (Humboldt, 1985, Tomo III, p. 241).

Quando chega em Calabozo, maior núcleo colonial *llanero* com cerca de 5.000 habitantes, Humboldt podia finalmente realizar seu desejo de dissecar algumas enguias elétricas e fazer testes com suas fibras nervosas¹⁵⁰.

Nos *arroyos* das cercanias de Calabozo eram abundantes as enguias; nos tempos de seca os cursos de água transformavam-se em "*charcos de águas pantanosas*" e era então muito mais fácil do que em qualquer outra parte conseguir um exemplar dos *Gimnotos* (nome científico das enguias). Apesar de reconhecer a dificuldade da pesca daquela espécie, o Barão considerava exagerada a indisposição de índios e peões *llaneros* em pescar os peixes¹⁵¹.

Em vão Humboldt tentou que homens livres, indígenas e até escravos aceitassem seu dinheiro para realizar a pesca. Frente ao grave problema de ver mais uma vez distante a realização de seu sonho com enguias, o Barão faz uma curiosa observação: "*El dinero*", suspira ele, "*pierde su valor a medida que se aleja uno de las costas*". Em seguida faz uma pergunta como que para si mesmo, formulando ao modo de sua época um antigo problema da colonização: "*¿cómo, pues, vencer la flema imperturbable del pueblo cuando no le estimula el deseo del lucro?*" (Humboldt, 1985, Tomo III, p. 242).

¹⁵⁰ A curiosa permanência de Humboldt e Bonpland em Calabozo reúne também outro fato inusitado: "*Encontramos en Calabozo, en el corazón de los llanos una máquina eléctrica de grandes discos [...] un material tan completo como el que poseen nuestros físicos en Europa. No habían sido comprados en los Estados Unidos todos estos objetos; eran la obra de un hombre que nunca había visto instrumento alguno, que a nadie podía consultar, que no conocía los fenómenos de la electricidad más que por la lectura del Tratado de Sigaud de La Fond y de las Memorias de Franklin. El Sr. Carlos del Pozo, que así se llamaba aquel estimable e ingenioso sujeto, había comenzado a hacer máquinas eléctricas de cilindro empleando grandes frascos de vidrio a los cuales había cortado el cuello. Desde algunos años sólo pudo procurarse, por vía de Filadelfia, platillos para construir una máquina de discos y obtener efectos más considerables de la electricidad*" (Humboldt, 1985, Tomo III, p. 240).

¹⁵¹ Para a pesca era necessário que se montasse a cavalo e entrasse nos charcos, as enguias soltavam choques elétricos que por vezes até derrubavam os animais. A tática empregada para poder serem retirados da água com vida era fazer os peixes soltarem toda sua carga elétrica e ficarem num estado de letargia.

Ao paradoxo que se apresentava ao Barão, a prática real da colonização tinha, com os mais variados métodos, uma resposta infalível para aquela questão: o trabalho compulsório, a violência direta que forçasse à realização do trabalho.

Ele vivenciava aquela contradição que apontávamos da transposição ao mundo colonial de uma lógica das relações de produção metropolitanas. Na costa onde o acesso dos trabalhadores aos meios de produção era mais difícil, o dinheiro tinha maior capacidade em mobilizar trabalho. Nos *Llanos*, onde a reprodução do trabalhador dificilmente se estabelecia através de trocas monetarizadas e onde tinham maior acesso à terra, decrescia daquele pedaço de metal ou papel o poder de pôr em movimento o trabalhador. Também o dinheiro é, afinal de contas, uma relação social histórica geograficamente territorializada.

De certa forma aquela breve experiência do Barão se assemelha com o que fora vivenciado pelo "*precavido*" Mr. Peel, cuja historieta fora descrita e interpretada por um contemporâneo de Humboldt, Edward Gibbon Wakefield (1766-1862). A interpretação de Wakefield sobre a tentativa do Sr. Peel de uma colonização sistemática nas colônias inglesas da América e seu plano para uma bem sucedida colonização sistemática é analisada por sua vez por Marx no capítulo d'A *Teoria moderna da colonização* no primeiro livro d'*O Capital* (1996).

O Sr. Peel, lamenta-se ele, levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas, da Inglaterra para o Swan River, na Nova Holanda. O Sr. Peel foi tão precavido, que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Uma vez alcançado o lugar de destino, "o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água do rio". Infeliz Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River! (Marx, [1867] 1996, Vol. II, p. 286).

O que de certa forma levou ambos, o Sr. Peel e Humboldt, à desilusão foi não ter vislumbrado que, para que se generalizasse a capacidade de mobilização do trabalho pelo dinheiro, isto é, para que o trabalhador se pusesse a trabalhar por uma violência puramente econômica, era necessária a expropriação hegemônica do trabalhador dos meios de produção, algo que, pela abundância de terras, não ocorrera na Nova Holanda nem nos *Llanos*.

De início, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que

o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas mediada por coisas (Marx, [1867] 1996, Vol. II, p. 286).

Porém, a violência adotada historicamente na colônia tinha uma razão de ser, era força motriz do sistema colonial para o desenvolvimento e controle da produção de mercadorias. Mas, como apontou Marx, antes de ser propriedade exclusiva da colônia, o trabalho compulsório revelava "*a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole*", onde já tinha se efetuado "*a expropriação em massa do povo de sua base fundiária*" (Op. Cit., p. 287). Em outras palavras, a necessidade da manutenção da violência extra-econômica no mundo colonial¹⁵², onde há maior acesso dos trabalhadores aos meios de produção, deixa escancarada o que na metrópole se apresenta como uma "*divisão voluntária*" entre "*proprietários de capital e proprietários de trabalho*", como via Wakefield (apud Op. Cit., p. 287).

A escravidão constituía, ao lado do monopólio mercantil, o centro da crítica liberal de Humboldt às relações da sociedade colonial. No *Ensayo Político de la Isla de Cuba*, célebre por suas considerações críticas à escravidão negra nas Antilhas, ele chega a afirmar que "*a escravidão é, sem dúvida, o maior de todos os males que afligiram a humanidade*" ([1826], 1998, p. 301)¹⁵³. Sendo assim o Barão desprezava aquele velho recurso utilizado nas colônias; mas que apresentava-se tão necessário agora para a obtenção de suas enguias.

No entanto, esta sua indisposição frente ao trabalho compulsório aponta para outro momento das relações de produção metropolitanas para a qual não bastava que a colônia fosse apenas fonte de matérias primas e mercadorias tropicais. Ao entender a disposição do trabalhador ao dinheiro como uma vontade de obter lucro (algo que sob o Capital é

¹⁵² Além de ser, no que se refere ao tráfico e à escravidão negra, forma de controle das "*operações situadas a montante e a jusante do processo produtivo americano*" (Alencastro, 2000, p. 27).

¹⁵³ Merece colocar dúvidas no caráter incontestável do humanismo humboldtiano apontado por diversos comentadores. Quem lê o item do *Ensayo Político* de Cuba e seus comentários a respeito dos "*funestos acontecimentos de Saint Domingues*" tanto no *Quadros da Natureza*, quanto na *Relation Historique* pode ficar com a impressão de que sua preocupação maior é que as nações que mantêm a *legislação escravocrata* possam ser palco de um levante escravo na qual "*disensiones civiles brotarían con toda su violencia y las familias europeas, que no tienen culpa de un orden de cosas que no han creado, estarán expuestas a los mayores peligros*" (Humboldt, [1926], 1998, p. 305). Como apontaram timidamente os comentadores do *Ensayo Político* de Cuba aqui consultado, o "*medo negro*", ainda mais depois do levante em Santo Domingo, gravitava os círculos intelectuais e oligárquicos no início do XIX (Puig-Samper, Orovio, González in Op. Cit., p. 83). Interessa no entanto observar outras facetas da natureza deste medo, do qual também o Barão Humboldt não estava livre. Sua preocupação apresentada no *Quadros da Natureza* é de que a "*guerra dos negros*" acabava por deixar de alimentar com açúcar a Europa, fazendo com que os preços disparassem no mercado europeu. O medo aqui se refere às "*perturbações deploráveis que sofreram a agricultura e as relações mercantis*" (Humboldt, [1808] 1952, p. 33).

próprio do capitalista e não da força de trabalho) e o desinteresse dos *peones llaneros* em relação ao dinheiro como um problema de *falta de ambição*, o Barão buscava nos trabalhadores *llaneros* algo que até então eram características dos trabalhadores assalariados metropolitanos. Mas este movimento de seu pensamento não é fortuito.

Se o trabalho compulsório e, especialmente, a escravidão negra, foram formas de assegurar o controle metropolitano da exploração colonial, a época de Humboldt vinha na direção, como já comentamos, exatamente de superar os paradigmas do receituário mercantilista para a acumulação de capital. Tendo já efetivado uma acumulação primitiva - da qual o sistema colonial era peça -, o capital podia "*andar com seus próprios pés*" e o capital manufatureiro que tinha até então seu desenvolvimento fincado na supremacia comercial das potências colonizadoras já se arvorava em suas ganas industriais, em seus "*empurrões*" e "*chutes*", "*proclamando a extração da mais-valia como objetivo último e único da humanidade*" (Marx, Vol. II., 1996, p. 278). Isto é, o desenvolvimento do capital manufatureiro, especialmente em países como a Inglaterra e a França "*sobrecarregados de manufaturas*", tinham agora, uma demanda inesgotável por consumo, isto é por mercados que desentulhassem seus estoques. Os homens livres *llaneros* apareciam a Humboldt como uma "*superpopulação latente*", ainda passível de se ver totalmente expropriada de seus meios de subsistência (Marx, [1867], 1996, Volume II, p. 190)

A volta de Humboldt para a Europa em 1804 coincidiu com os processos de independência das colônias que visitara, enquanto escrevia o relato e reeditava o *Quadros*, ainda não se sabia ao certo como se configuraria o poder local nas antigas possessões espanholas.

El embrutecimiento de los pueblos es efecto de la opresión que ejercen o el despotismo interior o el conquistador extranjero. Va siempre acompañado de un empobrecimiento progresivo, de una disminución de la fortuna pública. Instituciones libres y fuertes adaptadas a los intereses de todos, alejan estos peligros; y la civilización creciente del mundo, la competencia del trabajo y la de los intercambios no arruinan los estados cuyo bienestar se desprende de fuentes naturales. Europa, *productora* y comercial, se beneficiará del nuevo orden de cosas que se introduzca en la América Española, *como se benefició, por el aumento del consumo*, de los sucesos que hicieron cesar la barbarie en Grecia, en las costas septentrionales de África y en los otros países sometidos a la tiranía de los otomanos. No hay nada amenazante para la prosperidad del viejo continente, pues, sino la prolongación de *esas luchas intestinas que detienen la producción y disminuyen al mismo tiempo, el número y la necesidades de los consumidores*. En la América Española, esta lucha, comenzada seis años antes de mi partida, va tocando su fin. *Veremos bien pronto pueblos independientes, regidos por formas de gobierno muy diversas, pero*

unidas por el recuerdo de un origen común, la necesidad de hacer siempre la civilización habitar las dos costas del océano Atlántico (Humboldt, 1985, Tomo V, p. 85-86).

Certamente as colônias recém-independentes lembravam-se, como um trauma, aqueles "*recuerdos*" comuns da civilização; e a dívida externa, "carta de batismo" das independências, certamente fortalecia na memória de seus novos administradores a necessidade de dar continuidade ao projeto civilizatório iniciado com a colonização¹⁵⁴.

Assim, diferentemente do *Quadros da Natureza*, o desejo de Humboldt em alimentar no leitor o interesse no conhecimento do Novo Mundo justificado pela revelação da harmonia preestabelecida, aparece na *Relation Historique* sob outros contornos. Aqui é a lógica da necessidade de criação de mercado que provê, como necessidade incontestável, o interesse metropolitano na zona tórrida. A passagem citada abaixo se refere ao último volume do relato, quando, já depois de ter considerado as produções da *Tierra Firme* ele faz um balanço de tudo o que foi dito e se lança às "altas aspirações":

Para elevarnos a consideraciones más generales, será útil contemplar un momento estos resultados numéricos. Europa, sobrecargada de manufacturas, busca mercados para los productos de su industria. Tal es la falta de manufactura y el estado de las sociedades nacientes en la América del Sur, que la población de Venezuela, la cual iguala, calculando con largueza, la población media de dos departamentos de Francia, necesita anualmente, para su consumo interior, treinta y cinco millones de francos en mercancías y productos extranjeros. Más de cuatro quintos de estos efectos llegan, por diversas vías, de los mercados de Europa. Sin embargo, la población de Venezuela es pobre, frugal y poco avanzada en civilización; si tomando en cuenta las estadísticas de importación, nos parece muy consumidora, y si por sus necesidades alimenta la industria de las naciones comerciales, es porque la nación está enteramente desprovista de manufacturas y las artes mecánicas más simples, apenas comienzan a ser ejercidas allí. [...] Cuando el comercio de Francia con las colonias de América era más floreciente, antes de 1789, esta metrópoli enviaba a sus colonias productos del suelo y de la industria francesa por valor de 80.000.000 de francos. Esta suma es un poco superior a la que expresa el valor total de los consumos extranjeros en Colombia. Insisto en la importancia de estas consideraciones para probar hasta donde están interesados los pueblos del antiguo

¹⁵⁴ "[...] nenhum dos países latino-americanos escapou desta carta de batismo internacional: um primeiro vultoso empréstimo em libras esterlinas. Apesar de onerados por altos juros, estes empréstimos ainda sofriam descontos escorchantes. Raramente o tomador recebia mais de 60 libras por cada 100 que se comprometia a pagar e, ordinariamente, vinculava-se uma alta parcela de empréstimo à entrega de armas e mercadorias inglesas, a preços gravosos. O contrato de pagamento se fazia mediante a hipoteca das principais fontes de receita dos estados nascentes, como as rendas aduaneiras. Através destes mecanismos, a Inglaterra industrial e banqueira se substituíra à Espanha, agrária e mercantil, no mundo latino-americano, conquistando mercados privilegiados para suas manufaturas e fornecendo cativos de matérias-primas" (Ribeiro, 1970, p. 348).

mundo en la prosperidad de los estados libres que se forman en la América equinoccial. Si estos estados, hostigados desde afuera, continúan su agitación, una civilización que aún no ha echado raíces profundas será destruida poco a poco; y Europa, sin ventajas para la metrópoli que no ha podido tranquilizar ni reconquistar con firmeza sus colonias, quedará privada por largo tiempo, de un mercado propio para vivificar el comercio y la industria manufacturera (Humboldt, [1825] 1985, Tomo V, p. 184-185).

O cálculo racional de Humboldt se depara com os resultados numéricos da estatística colonial assumindo, como na relação da paisagem frente às forças da natureza, um caráter contemplativo. Mas o interesse que lança o indivíduo à contemplação não é formulado como o interesse que tem em si mesmo a natureza agindo sobre o sujeito - como na predileção kantiana da experiência do Belo. Seu louvor aparece aqui não como um canto à harmonia da natureza, mas à necessidade que tem em si a mercadoria: sua realização e transformação em dinheiro.

É o potencial de consumo da Grã-Colômbia, a necessidade da realização das manufaturas sobrecarregadas na Europa, que molda o "*interesse dos povos do antigo mundo*" na "*prosperidade da América equinoccial*".

Assim, o cálculo de Humboldt se vê frente a uma etapa particular do processo social também como um sistema fixo e acabado, como um quadro, um cenário, e daí se dá o reconhecimento e a previsão do curso inevitável da *vivificação do comércio e da indústria manufatureira*¹⁵⁵.

Interessa apontar, finalmente, que não é apenas quando descreve a colônia a partir da perspectiva da economia política que opera em Humboldt a racionalidade burguesa do livre comércio. O que procuramos sugerir é que sua descrição estético-científica da paisagem pode ser vista como um desdobramento dessa mesma visão de mundo. Mas enquanto tal ela tem de lidar não apenas com números num gabinete de contabilidade.

Talvez até mais poderosa que a contemplação estatística, a paisagem americana é responsável por alimentar num plano ideológico a natureza irrefutável da lógica do mercadoria. Afinal, é sob a forma da paisagem que tal imperativo se coloca de maneira descomprometida, como se não estivesse lá mesmo no olhar de quem a compôs.

¹⁵⁵ A relação da *contemplação* com a racionalidade do cálculo capitalista, apontada por Lukács ([1923] 2003), pode ser uma chave para a reflexão acerca da forma da paisagem. Sua expressão máxima será expressa também numa relação correlata à forma da paisagem dependente da forma do sujeito, do "*ator sintagmático*" (Raffestin, 1980) que produz a representação. "Quanto mais se considera essa situação em profundidade [o caráter *contemplativo* da atitude capitalista do sujeito] [...], tanto mais claramente aparece, em tal comportamento, a analogia estrutural com o comportamento do operário em relação à máquina que ele serve e observa, e cujo funcionamento ele controla enquanto observa" (Lukács, 2003, p. 218-219).

Mas ao se referir à realidade empírica, a sujeitos empíricos, ao integrar e também mediar o processo concreto da territorialização do capital, a necessidade de representação da colônia no interior da ideologia de um devir harmônico, isto é, como mercado consumidor, tinha de lidar com a contradição de que era ainda a violência extra-econômica que regia nas relações de produção coloniais a lógica de oferta e demanda naturalizada no olhar metropolitano do Barão.

Esta discussão, ao nosso ver, a contradição fundante da paisagem do *Quadros da Natureza*, será tema do último item deste trabalho.

A CONTRADIÇÃO NA PAISAGEM HUMBOLDTIANA

ou "um trabalho para mais de um século"

[...]

Por que estavam tão enfeitiçados?
Por que ele suportou tudo: insetos, lianas, chuvas e
os olhares taciturnos dos índios?
Não foi o estanho, a juta, a borracha, o cobre.
Um homem saudável ele, portador involuntário da
doença, um prenúncio altruísta da pilhagem,
um mensageiro que não percebia que ele tinha vindo
anunciar a aniquilação do que ele amorosamente pintaria até
os noventa,
em seus Quadros da Natureza.

Hans Magnus Ensenberger
Trecho de A. von H. (1769-1859)
Mausoleum
Thirty-Seven Ballads
from the History of Progress¹⁵⁶

Neste item tentaremos sugerir um caminho para pensar a relação entre a proposta harmônica estético-científica de Humboldt com suas recomendações práticas, de caráter liberal, para transformações na gestão colonial. Estas duas facetas da proposta humboldtiana para a América se apresentam como algo separado e, por assim dizer, irreconciliado em suas obras: de um lado, a representação da colônia a partir da estética do sublime, de outro, um plano prático e pragmático liberal visando fortalecer a colônia como mercado consumidor.

Não por acaso, estes dois aspectos de sua proposta para a América encontram-se também isolados em suas publicações. A proposta da revelação harmônica do mundo americano através da estética do sublime é defendida como em nenhuma outra obra no

¹⁵⁶ Why were they so bewitching?
Why had he endured it all: insects, lianas,
Downpours,
And tile sullen gazes of the Indians? It wasn't the
Tin, the jute,
The rubber, the copper. A healthy man he, an un-
witting carrier
of the disease, a selfless harbinger of plundering, a courier
who didn't realize he had come to announce the annihilation
of what he lovingly painted until ninety, in his
Views of Nature (Enzenberger, 1976, p. 66)

Quadros da Natureza, onde, por outro lado, não se acha muito a respeito de suas propostas práticas para uma modernização das relações coloniais. Isto por sua vez aparece mais em seus *Ensayos Políticos* e, como vimos no item anterior, também em seu relato de viagem.

A discussão que pretendemos apresentar aqui não deveria ser entendida como elemento terminante de nossa reflexão, por mais que neste trabalho ela se ponha como algo que conclui o caminho de nossa análise. Dada a dificuldade do tema a ser enfrentado não poderíamos formular a questão mais do que como sugestão para uma reflexão que se seguirá. Trata-se da reflexão acerca de um processo que, aliás, está longe de se limitar ao período e à obra de Humboldt, afinal de contas pelo que parece - e esta dissertação é prova disso - a sociedade do trabalho ainda não se concluiu.

Pensamos que a experiência humboldtiana no mundo colonial e em especial a maneira como enxergou a força de trabalho da colônia são elementos-chave para compreender a proposta idealista de Humboldt para a América. Como vimos, a proposição prática de seu liberalismo esbarrava, como em certa medida o Barão admitia, nas formas de governo estabelecidas historicamente no mundo colonial, mas também no que foi entendido como “*passividade imperturbável*” dos povos americanos a quem – como o episódio com as enguias demonstrou – faltava o “*desejo do lucro*”, ou seja, a internalização da lógica do dinheiro para a inclinação ao trabalho. Deste modo, pode-se ler em Humboldt que o problema de uma superação do mercantilismo não se colocava apenas numa desejada troca de governo, era necessário um programa complexo de modernização das relações coloniais de produção. As contradições implícitas em seu discurso apontam que para isso se efetivar era necessário que se impusesse o trabalho assalariado como forma de reprodução geral dos homens americanos.

O que procuraremos sugerir aqui é que, por mais que estas distintas maneiras de tratar o mundo americano apareçam como algo irreconciliado, podemos ver algo que as dá um sentido. Por mais que Humboldt não tenha formulado a relação entre a representação estético-científica e suas sugestões para a modernização das relações coloniais, através da leitura de Schiller, poderíamos pensar que a escolha humboldtiana da representação da América pela estética do sublime pode ser vista como a maneira que idealisticamente procurou lidar com o problema da necessidade de formação do trabalho assalariado no mundo americano.

Mas um elemento que dificulta bastante nossa entrada na relação do estético-científico com o político-econômico em Humboldt é que não encontramos autores que tenham se debruçado muito sobre esse tema particular; em meio à multidão de comentaristas, os autores que tivemos acesso não trataram da *relação inerente* das formulações de Humboldt.

Antonio Carlos R. Moraes, por exemplo, em seu livro *A gênese da geografia moderna* (1989) esquadrinha diversas facetas de Humboldt sem a preocupação de compreendê-las como algo necessariamente em relação. É sintomático que tenha apresentado "*O posicionamento político e as concepções sociais de Humboldt*" como item à parte da reflexão tanto acerca do seu método, quanto d"*A geografia na história da Alemanha*" (ver p. 70 e seguintes). Assim poderíamos colocar nosso problema na seguinte questão: existiria uma relação entre essas facetas identificadas por Moraes? Ou melhor, haveria uma relação entre sua escolha da descrição americana pela estética do sublime com suas críticas ao Antigo Regime (Novais, 1977)?

"Se for para encontrar uma influência filosófica dominante nas concepções de Humboldt" dizia Moraes, "*seria com o idealismo de Schelling e o romantismo de Goethe*" e "*em menor grau a sensível influência de Schiller*" (Op. Cit., pp. 90-91), mas "*no plano mais estritamente político*", diz o autor "*as concepções de Humboldt localizam-no como adepto do ideário do liberalismo*" (Op. Cit., 1989, p. 97).

Talvez coubesse aqui a pergunta: as elaborações de Schelling, Goethe e Schiller não eram *também* políticas? Afinal de contas, elas não abriam disputas com círculos de conhecimento divergentes na Prússia, ou se quisermos de Paris ou Londres?

Apesar de ser dominante o silêncio acerca de questões desse tipo, ao menos em autores que trataram de Humboldt, a obra de Mary-Louise Pratt (1999) traz alguns questionamentos que nos levaram a tentar aprofundar esta questão. Identificando um vácuo entre as considerações literárias da obra de Humboldt com uma leitura mais comprometida com a dimensão histórica e ideológica da obra do Barão, Pratt comenta o que recorrentemente ouvia de colegas pesquisadores, provavelmente em *cofeebreaks* nos corredores universitários de Stanford:

Qual a razão, perguntam-me [os críticos literários], para todo este aparato explicativo histórico-colonial-ideológico, quando é perfeitamente óbvio que Humboldt, em seus escritos, está simplesmente *sendo* um romântico, simplesmente *exercendo* o Romantismo. Enquanto romântico, de cepa alemã, o que mais poderia ele fazer na América do Sul? É suficiente ler o prefácio do

Quadros da Natureza, que termina com uma citação da *Noiva de Messina*, de Schiller. [...] não se poderia alegar, por exemplo, que Humboldt no *Quadros* estava simplesmente seguindo o programa de Schiller exposto em *Educação Estética do Homem*? (Pratt, 1999, p. 237).

Tomando golezinhos de um café colombiano – quem sabe? – o pesquisador que teria feito esta pergunta à Mary-Louise volta apressado à sua saleta e não lhe passa pela cabeça que, assim como a prática estético-científica romântica de Humboldt, também a sua própria mantém-se atrelada pela mesma forma social que domina as relações de trabalho nos rincões da América do Sul; e seu cafezinho já frio mancha as páginas de seu currículo Lattes.

Mas vamos supor que ele tenha razão; isto é, que é mesmo inegável a herança schilleriana no tratamento estético desenvolvido por Humboldt nos *Quadros da Natureza*. Se for para darmos trela a um pensamento desses, *não necessariamente* deveríamos abrir mão de pensá-lo de forma articulada ao *histórico-colonial-ideológico* ou à relação-mercadoria que permeou a vida de Humboldt, de Pratt e seu colega e este trabalho.

Em seu livro, Pratt põe-se contrária à ideia de que a análise da obra de Humboldt seja limitada por uma explicação que se mantenha presa a uma discussão literária do Romantismo. Ela vai adiante nessa ideia sugerindo que se "*repense o 'Romantismo' (e a 'Literatura', e a 'Europa')* à luz de escritores como Humboldt e de processos históricos como o *cambiante contato com as Américas*" (Op. Cit., p. 238). No entanto, Pratt não nos ajuda muito mais do que isso, ao menos nessa obra. E talvez com total razão não aprofunde sua provocação, apenas indica que poderíamos pensar a formação destas instituições genuinamente europeias de fora para dentro, isto é, a partir do mundo colonial.

Pode-se entrever o que seria imaginar a "Europa" como também se construindo a partir de seu exterior, devido a materiais infiltrados, doados, absorvidos e apropriados, a partir de impostos de zonas de contato de todo o planeta (Op. Cit., p. 238).

É justamente na chave desta provocação de Pratt que reside o interesse de nossa interpretação da obra do Barão (provocação, diga-se de passagem, nada nova, vamos e convenhamos)¹⁵⁷. Na medida que pensamos a visão de mundo humboldtiana como constituída pelo processo de acumulação primitiva de capital, podemos articular sua *paisagem* – isto é, a visão estético-científica sobre o processo de expropriação do

¹⁵⁷ De certa forma ela repete, a seu modo, aquela velha ideia sobre a qual Marx já tratara em 1867 em sua análise acerca do papel fundamental do sistema colonial no processo de acumulação primitiva de capital no mundo metropolitano.

trabalhador dos meios de produção - com suas propostas práticas liberais. Essa articulação não se dá, ao contrário do que apontam alguns comentadores, como algo que estabelece uma ruptura fundamental na forma de pensar o mundo colonial (ver por exemplo ZEA, 2009), mas se estabelece dentro de um contexto histórico, social, político e geográfico, como um desdobramento determinado pelas novas demandas de reprodução do capital manufatureiro.

Nos adiantamos um pouco para poder retomar a questão: mesmo considerando o Romantismo como instituição europeia, não há motivos para desconsiderar o elemento colonial em sua formação. Já vimos aqui que a própria formação dos Estados nações europeus, a quem o romantismo sempre se reportou, tinha como arrimo a colonização ultramarina. A reflexão romântica sobre o homem civilizado sempre se respaldou na ideia do selvagem, do rústico ou do bárbaro – variações de uma forma idealizada de representar um outro, não-europeu, não-civilizado, não-letrado, não-branco. Tendo isto em mente, não haveria motivos para dar tanta trela ao colega de Pratt e desconsiderar o elemento colonial mesmo neste impulso da realização romântica¹⁵⁸ que envolve o *Quadros da Natureza* de Alexander von Humboldt.

Se temos a ideia de que a problemática colonial, no que se refere às questões de ordem política e social, *aparece* de maneira mais evidente *apenas* nos *Ensayos Políticos* de Humboldt, é porque talvez estamos de certa forma já moldados pela acentuação da divisão do trabalho científico e do processo histórico que a acompanhou - que separa os duzentos anos da publicação do *Quadros da Natureza* dos dias atuais. Olhar para as obras de Humboldt de maneira tão fragmentária e entender que suas preocupações sociais e políticas se expressaram apenas enquanto economia política talvez seja justamente resultado de uma perda de visão da totalidade que a divisão do trabalho, inclusive científico, acarreta.

¹⁵⁸Existe também a possibilidade de estabelecer uma relação filológica: poder-se-ia argumentar acerca da experiência de uma colonização sistemática que teria fundamentado a formulação precursora romântica; há quem diga que uma obra do Padre Joseph Gumilla sobre o Orenoco foi fundamental para que Rousseau esboçasse suas reflexões sobre o “bom selvagem”. Provavelmente esta referência esteja no *Informe a S.M. sobre impedir las hostilidades que experimentan las colonias del gran río Orinoco* ([1745]), nela, segundo se diz, Gumilla relata os resultados de um projeto de colonização no Orenoco da qual tomara cargo, efetivando a criação de uma *población* com espanhóis degenerados, mulheres sem famílias e presos. Em contato com a natureza primal do Orenoco aquela gente emendou sua vida e progrediu social, econômica e sobretudo moralmente. Formulando ao modo jesuítico, este “regresso” à natureza seria uma espécie de cura ou restauração da alma e do corpo.

Se folhearmos as obras de alguns clássicos do romantismo ou, mais apropriadamente, do classicismo alemão não encontramos *apenas* reflexões que se limitam ao plano estético ou de uma filosofia pura, ensimesmada. Os escritos sobre arte de Schiller atestam que se o problema estético surgia como urgência da prática artística e filosófica ele decorria de questões bem objetivas de seu momento histórico. Afinal, não foi enclausurado no campo de uma discussão estética supra-social - por mais que talvez Schiller as visse desta maneira - que o poeta escreveu *A educação estética do homem* [1795], cuja publicação se inicia apenas seis anos após o início da Revolução Francesa:

Cheios de expectativa, os olhares do filósofo e do homem do mundo voltam-se para a cena política, onde, acreditam, decide-se agora o grande destino da humanidade. Abster-se desse diálogo comum a todos não trairá uma reprovável indiferença em relação ao bem da sociedade? (Schiller, [1795] 1990, p. 26)¹⁵⁹.

Mesmo que Schiller não acreditasse que era na cena política onde se decidia o grande destino da humanidade, ressaltava de maneira bastante explícita que sua filosofia e sua prática artística não deveriam se abster do diálogo que envolvia as realizações dos homens de seu tempo. Por mais que entendesse que o caminho à liberdade se formava no tempo lento de um “*despertar do homem de seu torpor sensível*”, seu projeto estético-filosófico-moral (também de longo prazo) devia necessariamente lidar com o “*homem físico e real*”, aquele “*que estabelece leis para si*” (Op. Cit., p. 28). Por mais que ele torcesse seu nariz romântico e idealista à compreensão de mundo daqueles “*bárbaros*”, nomeadamente daqueles que à época de suas reflexões levavam a cabo o regime do terror da fase final da Revolução Francesa, era aquele seu contexto e com aqueles homens é que deveria dialogar e isso nem ele negava.

Segundo Schiller, eram “*bárbaros*” aqueles revolucionários pois acreditavam-se livres sem de fato o serem. “*Bárbaros*” por acreditarem que seus princípios não mais eram comandados pela natureza (como eram os “*selvagens*”) mas por isso a “*escarneciam*” e a “*desonravam*”, sem perceber que eram escravos de si “*por um modo frequentemente mais desprezível que o do selvagem*” (Op. Cit., p. 33).

Enojado pelo sangue das guilhotinas, revoltado pelo ímpeto do terror jacobino, como poderia Schiller acreditar que a Revolução Francesa honraria suas belas promessas? Ele chega à conclusão de que a saída daquele “problema político” – “a instituição da

¹⁵⁹O trecho acima, publicado no ano de 1795, fazia parte de uma série de cartas enviadas por Schiller ao Príncipe Augustenberg entre os anos de 1791 a 1793 como forma de agradecimento pela pensão anual de mil táleres que este lhe provia (Suzuki in Op. Cit., p. 11).

liberdade e de um Estado racional” – “passava por uma transformação mais profunda, *cultural*, da criação das condições subjetivas necessárias ao êxito da Revolução Francesa” (Barbosa in Schiller, 2009, p. 32 e 33).

A tentativa do povo francês de estabelecer-se nos seus sagrados direitos humanos e conquistar uma liberdade política trouxe a lume apenas a incapacidade e a indignidade do mesmo, e lançou de volta à barbárie e à servidão não apenas este povo infeliz, mas, com ele, também uma considerável parte da Europa, e um século inteiro. O momento era o mais favorável, mas encontrou uma geração corrompida que não mais lhe era merecedora e não soube nem dignificá-lo nem utilizá-lo. O uso que ela fez e faz deste grande presente do acaso demonstra incontestavelmente que o gênero humano ainda não se livrou da violência tutelar, que o regime liberal da razão chega demasiado cedo onde mal se está pronto para se defender da brutal violência da animalidade, e que aquele, a quem falta muito para a liberdade *humana*, ainda não está maduro para a liberdade *civil* (Schiller [Carta ao Príncipe de Augustenburg, Jena, 13 de julho de 1793], 2009, p. 33-34 – grifos do autor).

As formulações sobre arte em Schiller, por mais que tenham sido compreendidas como algo que diz respeito a um debate acerca dos impulsos humanos independentemente de seu contexto social (ver por exemplo Silveira, 2012, pp. 195 e 196), se reportam a um momento histórico específico. Sua leitura de Kant (de quem nunca escondeu ser a origem de suas ideias) trazia do plano formal a ideia da reconciliação pelo juízo estético, mas ganhava outro significado dentro do contexto de um debate acerca da formação da verdadeira cidadania durante a Revolução em Paris. Colocando suas asinhas pragmáticas de fora, Schiller entendia ser urgente a criação de uma ação educacional fundamentada na ideia de que a formação do cidadão só seria efetiva através de uma educação estética constante.

Para Schiller, tanto o selvagem como o bárbaro eram governados pelo que chamava de Estado natural - note-se o “E” maiúsculo. No seu entendimento, aqueles homens eram governados por um Estado que não servia ao homem como fim em si; portanto estava em desarmonia com a *verdadeira governabilidade do homem físico*; o que por sua vez escancarava esta desarmonia era o fato dos homens estarem ainda presos à violência tutelar, física, explícita.

Para ele faltava aos homens de seu tempo o desenvolvimento da formação moral do homem; somente a formação moral poderia opor-se à violência (fosse da natureza contra os homens, fosse dos homens entre si) de maneira a anulá-la em seu conceito.

Ele diferencia o desenvolvimento da cultura humana em dois aspectos, a *cultura física* e *cultura moral*, esta última obtida por sua vez através da educação estética. Schiller chamava de cultura física a oposição imediata desenvolvida pelo homem para “dominar a natureza” e para subjugar outros homens – o desenvolvimento da cultura física foi também o desenvolvimento da técnica e da adoração à *utilidade* (“*grande ídolo*” de seu tempo¹⁶⁰). Mas o desenvolvimento da *cultura física* não garante a liberdade humana, pois, o homem se opõe à natureza ainda por meio das forças naturais e assim mantém-se preso ao seu domínio (ver Schiller [1802] 2011, p. 56-58).

É, para Schiller, no desenvolvimento moral, desenvolvimento da relação com a natureza (interna e externa ao homem), que se abre o caminho para a verdadeira liberdade humana.

A necessidade mais urgente de nossa época parece-me ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia deste conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento de formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que deve ser mantido inteiramente independente da situação política e, portanto, mesmo sem a ajuda do Estado. E é aqui, Magnânimo Príncipe, que a arte e o gosto tocam os homens com sua mão formadora e demonstram sua influência enobrecedora (Schiller [Carta ao Príncipe de Augustenburg, Jena, 13 de julho de 1793], 2009, p. 34-35).

Seguindo aquela velha ideia kantiana da reconciliação entre razão e sensibilidade através do juízo estético, somente a experiência da beleza poderia educar o homem para exercer a liberdade de maneira plena e harmônica. O exercício da liberdade não se efetiva plenamente se o homem está posto numa relação de violência, pois a violência é exatamente o que anula qualquer liberdade. A educação estética do homem teria o poder de harmonizar a relação entre homem e natureza, Estado e sociedade civil, pois poderia transformar o significado da violência naquele e para aquele que o sofre.

[...] o homem estaria privado de sua liberdade se não fosse capaz de nada além da cultura física. [...] não lhe resta nenhuma alternativa para não sofrer violência alguma senão: anular inteiramente uma relação que lhe é desvantajosa, e aniquilar no

¹⁶⁰“A arte é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da matéria. Hoje, porém, a privação impera e curva em seu jugo tirânico a humanidade decaída. A *utilidade* é o grande ídolo do tempo; quer ser servida por todas as forças e cultuadas por todos os talentos. Nesta balança grosseira, o mérito espiritual da arte nada pesa, e ela, roubada de todo estímulo, desaparece do ruidoso mercado do século” (Schiller, [1895] 1990, p. 26).

conceito uma violência que é obrigado a sofrer na realidade. [...] O ser humano formado moralmente, e apenas este, é inteiramente livre. Ou ele é superior, como poder, à natureza, ou então entra em consonância com ela (Schiller, [1802] 2011, p. 57).

Como superar a violência da natureza ou do impulso animalesco existente nos homens fora de uma oposição física? A resposta de Schiller é categórica: “*aniquilar uma violência a partir do seu conceito não significa, porém, nada mais do que se submeter a ela voluntariamente*”. A cultura moral não passaria de uma submissão dos homens à violência exterior de maneira a interiorizar esta violência, nas palavras de Schiller, “*a violência exterior é transformada na sua própria ação em resignação na necessidade*” (Op. Cit., p. 57).

Mas haveriam duas disposições estéticas principais que poderiam ser utilizadas para tocar os homens e influenciá-los na nobre formação de sua submissão voluntária: o belo e o sublime. As duas foram tratadas por Schiller em suas maquinações acerca do papel da arte como força indispensável para a relação harmônica entre Estado e sociedade civil e ambas carregariam este “*poder formador da arte*”.

No entanto, em épocas de guilhotinas e linchamentos públicos, Schiller duvida de que a disposição estética do belo seria capaz de lidar com o que seu momento histórico lhe oferecia pois “*o caráter do homem que reconhece apenas o belo*” mantém uma “*dependência material*” que limita a possibilidade de suas sensações.

Naquele momento histórico era necessário que se desse mais importância às inclinações do sentimento do sublime; ele era mais adequado por sua capacidade de ver a beleza mesmo onde ela não é percebida imediatamente, mesmo onde ela não existe.

Em outras palavras, o sentimento do belo necessita que o objeto percebido, que o entorno, lhe propicie a beleza imediatamente¹⁶¹, e não era exatamente como bela que se descreviam as cenas do terror jacobino. Não que ele se opusesse ao sentimento do belo, mas, como apontava, este sentimento tinha limitações para lidar com o que se apresentava naquele momento que vivenciava.

O sentimento do sublime, por outro lado, tinha a vantagem de não estar limitado pelo objeto percebido, pois nele é a partir do reconhecimento da beleza em algo que não é imediatamente belo que surge sua força e a possibilidade de arrebatá-lo “*nosso ânimo*”. Ele

¹⁶¹ “No caso do belo, a razão e a sensibilidade se harmonizam, de modo que apenas em função dessa harmonia ele tem seu atrativo para nós. Portanto, apenas por meio da beleza nunca experimentaríamos que estamos destinados a nos mostrar como puras inteligências, e que somos capazes disso” (Schiller, [1802] 2011, p. 61).

provoca uma contradição entre razão e sensibilidade, pois o percebido sensorialmente revela-se inferior ao sentimento que se abre no homem, e assim possibilita que se forme um “*ideal de beleza, moral*” que quer agir no mundo, que supera a limitação do mundo existente e que passa a existir dentro do homem que experimenta aquele sentimento. “*O sublime*”, reza Schiller, “*cria para nós, portanto, uma saída do mundo sensível, no qual o belo gostaria de nos manter sempre presos*” (Op. Cit., p. 63).

Dáí sua preferência ao sublime e o lugar de destaque que deu à esta disposição estética em suas publicações posteriores a *A educação estética do homem*, como o texto *Sobre o Sublime* [1802]. Portanto, esta sua preferência e o entendimento de que tratamentos artísticos que utilizassem a estética do sublime seriam mais adequados à sua época tinha na realidade como fundamento um posicionamento político, defendido por sua interpretação histórica do contexto que vivenciava.

O sublime teria, assim, a força formadora adequada para o que entendia ser a verdadeira criação da cidadania, com o sentimento do sublime o que antes era vivenciado como violência exterior poderia ser compreendido como necessidade moral de resignação. A submissão do homem à violência tutelar de forma voluntária destruiria esta violência como exterioridade, colocando-a bem dentro de si. Tarefa de sua educação estética, como dizia, “*um trabalho para mais de um século*”.

Quanto maior a frequência com que o espírito renova esse ato de autonomia [isto é, essa submissão voluntária à violência tutelar - FBL], maior a sua preparação para fazê-lo e mais ganha vantagem sobre o impulso sensível, de modo que ele, afinal [...] estará em condições de lidar com o impulso sensível como se fosse artificial e - supremo arroubo da natureza humana! - dissolver o sofrimento real em uma emoção sublime (Schiller, 1802, p. 71).

Talvez esta última citação exprima com maior rigor a saída vista por Schiller para tratar do problema da formação do verdadeiro cidadão, harmônico em relação ao Estado: aquele que estetiza seu próprio sofrimento numa emoção sublime frente à sua total submissão.

Tendo isto em vista, caso levemos a sério o que Pratt ouvira de seus colegas da crítica literária – que Humboldt no *Quadros* estava simplesmente seguindo o programa de Schiller exposto em *A educação estética do homem* – caberia sim a reflexão da relação do tratamento estético-científico com questões de ordem sociais, econômicas e políticas vivenciadas e expostas pelo Barão em algumas outras obras. Mas na América, ou melhor, no mundo colonial americano, a questão se colocava de maneira distinta, pois a

expropriação do trabalhador de seus meios de produção não era algo já estabelecido, não estava nem perto de haver formado uma superpopulação relativa de trabalhadores ou exército industrial de reserva (ver Marx, [1867] 1996, Tomo 2, p. 260).

Como vimos nos itens anteriores, uma das principais dificuldades enfrentadas na implementação de uma colonização sistemática na *Tierra Firme* era o problema da falta de braços, segundo se dizia. Ela decorria de uma baixa popularização e da constante debandada dos poucos trabalhadores livres das áreas de exploração colonial, que, ao invés da submissão aos colonos brancos, preferiam a “selvageria” do trabalho direto, com acesso à terra e aos meios de subsistência.

Sofriam penúrias os capitais empregados na colonização por não conseguir “harmonizarem-se” com a força de trabalho. Até mesmo os valiosos francos de Humboldt não encontraram nos *peones llaneros* aquela submissão interiorizada que os fizesse naturalmente estarem dispostos ao trabalho.

A relação entre o tratamento estético adotado por Humboldt na composição da paisagem com sua posição política liberal, apresentada tanto em seus *Ensayos Políticos* como no seu relato de viagem, mostra-se na realidade bastante próxima. Ainda que esta relação se resolva dentro de sua perspectiva idealista como promessa do devir histórico, pensamos ser possível estabelecer a relação de que apresentar o mundo colonial como sublime é sugerir que a violência nele existente (a violência historicamente adotada pela colonização mercantilista) possa ser sublimada, isto é, elevada à altura da dignidade; uma dignidade liberal onde a violência tutelar pode ser interiorizada em cada um de nós como algo da natureza do mundo. O sentido da sublimação, como submissão voluntária à violência, proposta por Schiller, sugere uma relação próxima com a passagem do mercantilismo ao liberalismo burguês. A lógica do mercado que se apresenta primeiramente como imposição violenta, explícita, passa a ser *modus operandi* da forma social; o trabalhador, antes coagido de maneira explícita, libertado violentamente de qualquer alternativa de reprodução a não ser aquela apresentada pelo capital, passa a poder dirigir-se voluntariamente ao mercado para vender seu tempo de trabalho, podendo até ver-se contente com tal situação – como uma feliz mercadoria em harmonia com o cosmos econômico.

Algumas palavras de Schiller parecem caber perfeitamente ao tão bem intencionado Barão von Humboldt:

O que torna a bizarria selvagem na criação física tão atraente para o viajante sensível é exatamente o que, mesmo na arriscada anarquia do mundo moral, abre para um ânimo capaz de entusiasmar uma fonte de um deleite muito singular. Certamente, quem ilumina a grande habitação da natureza com a precária tocha do entendimento, sempre pretendendo dissolver em harmonia a sua audaciosa desordem, não pode sentir-se bem em um mundo no qual o colérico acaso parece governar, muito mais do que um plano sábio, de modo que, na grande maioria das vezes, o mérito e a felicidade encontram-se em contradição. Ele desejaria que, no grande curso dos acontecimentos, tudo estivesse ordenado como em uma boa economia, e quando sentir falta dessa conformidade a leis, como não poderá deixar de ocorrer, nada lhe restará além de esperar que venha de uma existência futura e de uma outra natureza a satisfação que a existência presente e passada ficaram devendo (Schiller, [1802] 2011, p. 67)

Assim como o historiador Schiller, também o sensível viajante Humboldt construiu sua perspectiva a partir de uma nobre posição civilizada, que em sua completa cegueira aparece como infinitamente superior a todas as outras, “*bizarras e anárquicas*”. Ambos não percebem que o fundamento da existência presente e passada, isto é, o processo de acumulação primitiva de capital vista como desordem do mundo, é exatamente aquilo que os move e que tem a função de estabelecer o princípio sobre o qual podem vislumbrar uma boa economia, harmônica, onde toda a colérica violência se dissolveria.

Em Humboldt, a própria viagem carrega a marca desta completa confusão, como Werther que, carregando dentro de si o tormento foge para tentar apaziguá-lo acreditando estar fora de si o que o aflige. Ao chegar em seu destino, que no caso do Barão foi o mundo colonial, o entorno só piora e assim vê-se novamente em fuga, em direção à natureza e por fim aos Cosmos.

[...] o homem, quer vá buscar ao ínfimo grau de selvageria animal, quer aos ápices da civilização, prepara sempre para si mesmo uma vida cheia de provações. É assim que o viajante, percorrendo a superfície do globo, se vê perseguido, por mar e por terra, como o historiador no seu percurso através dos séculos, pelo espetáculo uniforme e desolador das dissensões da raça humana.

Por isso aquele que, testemunha das lutas encarniçadas que dividem os povos, aspira aos gozos aprazíveis da inteligência, descansa com prazer o olhar na vida serena das plantas e nas molas misteriosas da força que fecunda a natureza; ou, cedendo à curiosidade hereditária que, há já milhares de anos, inflama o coração do homem, eleva os olhos, cheios de pressentimentos, para os astros que prosseguem com harmonia inalterável, a sua eterna carreira (Humboldt, 1952, vol.1, pg. 28)¹⁶².

¹⁶² Há algumas passagens semelhantes no *Quadros da Natureza* que de certa forma dizem respeito acerca do impulso em Humboldt de voltar-se à natureza como uma reação a violência e a opressão social. “A recordação de um país distante e abundante em todos os dons da natureza, [diz Humboldt se referindo à

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ou uma infinidade de coisas que poderiam ter sido consideradas

Tô estudando prá saber ignorar
Eu tô aqui comendo para vomitar

Tô
Élton Medeiros e Tom Zé,
in *Estudando o Samba* (1976)

O caminho que tomamos com esta pesquisa foi o de observar a paisagem dos *Quadros da Natureza* considerando as contradições inerentes desse discurso, pautado pela ideologia da harmonia, em meio ao processo de formação do capitalismo. Nossa abordagem foi conduzida então a partir dessa perspectiva crítica que teve sua fundamentação através da leitura de Marx, sobretudo de acordo com a maneira que entendemos o que foi apresentado pelo autor nos capítulos 24 e 25 de *O Capital*. Pensamos que esta interpretação possibilita o entendimento da totalidade como processo social capitalista. Tentamos ver a modernização, suas categorias e ideologias a partir de sua negatividade, como o aprofundamento de um violento processo social que impõe o trabalho abstrato, a mercadoria e o dinheiro como mediação social necessária¹⁶³. O entendimento da abstração do valor como forma social real e totalitária (Kurz, [2004] 2005) deu-nos subsídios para o desenvolvimento desta pesquisa e tornou viável estabelecermos diversas relações entre coisas aparentemente desconexas: Humboldt e A. Smith, a representação da América feita pelo Barão e a América representada pelo mercantilismo, entre outras.

Entendemos que as possibilidades de leitura que se abrem quando se tem em mãos o *Quadros da Natureza* expressam o que se abre aos personagens que todos somos na sociabilidade da mercadoria. Isto é, a forma como se lê Humboldt está carregada não apenas por uma tradição epistemológica acadêmica, mas acima de tudo, pelos diversos

sua viagem pelo Orenoco - FBL] o aspecto de uma vegetação livre e vigorosa, reanimam e fortificam o espírito; oprimidos pelo presente, deleitamo-nos em fugir dele para gozar dessa singela grandeza que caracteriza a infância do gênero humano” (Humboldt, 1952, p. 212). Alguns autores chamam a atenção para que essa inclinação humboldtiana tinha relação com sua homossexualidade e a grande repressão vivenciada por ele nos círculos sociais prussianos desde antes do falecimento de sua mãe.

¹⁶³ Esta possibilidade interpretativa da obra de Marx está vinculada aos grupos de estudo que durante a graduação e a pós participamos. Para formular suas próprias discussões, nossas leituras se apoiam nos textos do grupo *Krisis*, sobretudo na crítica de Robert Kurz.

contextos que possibilitam sua leitura dentro do processo social capitalista no qual a obra foi produzida, posta à venda e ainda hoje circula.

Neste sentido, dizer que qualquer interpretação da obra de Humboldt é válida se justifica na medida em que permite um outro ponto de vista da totalidade capitalista. Não há leituras certas ou erradas, mas perspectivas que se afirmam histórica, ideológica e politicamente através de sua compreensão expressa. Algumas delas merecem ainda hoje ser combatidas.

Na maioria das vezes, estas relações foram apresentadas apenas como sugestões que encaminham a reflexão que propomos, Não pretendemos transformar estas sugestões em provas científicas pois nossa perspectiva não partilha da crença de que uma discussão que vise à crítica da sociedade do dinheiro e do trabalho seja passível de ser formulada como algo incontroverso. Além disso propomos com este trabalho uma coisa bem oposta a uma leitura cabal dos *Quadros da Natureza* e no final das contas ela talvez sirva apenas para apontar, ao contrário da forma que entende Silveira (2012), que a obra de Humboldt suscita várias leituras possíveis.

Cabe dizer, aliás, que a perspectiva adotada nesta pesquisa poderia ser vista como respeitando o *modus operandi* de uma geografia histórica. Afinal, na explicação de uma determinada visão de mundo, não interessa se a maneira como se representa esse mundo é para os tempos atuais certa ou errada, pois esse julgamento estaria, anacronicamente, dirigindo a um outro momento histórico-geográfico a forma como se entende o mundo no presente. A realidade da visão de mundo proposta por Humboldt, por mais que possa ser cientificamente refutada hoje, teve efeitos profundos na maneira como a Europa imaginou a América e na forma como os Estados independentes americanos construíram seu próprio imaginário.

Mas ao invés de dar um fôlego extra à ciência geográfica, e com este trabalho municiar qualquer perspectiva afirmativa da ciência, devemos considerar que qualquer possibilidade de análise da obra do Barão, inclusive histórico-geográfica, ainda se projeta dentro da mesma constituição histórica e social do capitalismo.

Quando iniciamos o processo desta pesquisa primeiramente nos deparamos com os diversos comentadores, fossem eles da geografia ou de outras disciplinas, que trataram das obras e da vida de Alexander von Humboldt. Apesar de ser quase unânime a relação do Barão com o romantismo ou o classicismo alemão, diziam que algumas de suas obras seriam mais apropriadamente românticas do que outras, que apresentariam uma outra

faceta de seu pensamento e indicariam suas fortes convicções liberais¹⁶⁴. De um lado eram mencionados o *Vistas de las Cordilleras*, o *Quadros da Natureza* e o *Cosmos* e, de outro, seus *Ensayos Políticos* e alguns trechos de seu relato de viagem à América do Sul.

Iniciando a pesquisa, colocamo-nos então a tarefa de abrir duas frentes de trabalho, na realidade três: estudar o liberalismo de fins do séc. XVII, o classicismo alemão e ao mesmo tempo aprofundar especificamente a leitura dos *Quadros da Natureza*.

Para a revisão bibliográfica sobre o liberalismo do século XVII três textos foram fundamentais: primeiramente um capítulo da tese de Fernando Novais, *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*, que nos levou à leitura de Eric Williams (*Capitalismo e escravidão*, 1975) e ao clássico da economia política *A riqueza das nações* de Adam Smith ([1776] 1996).

A leitura de *A Riqueza das Nações* buscou no texto onde Smith marcava território em um debate com seus contemporâneos, o que levou-nos ao livro quarto da obra (*Sistemas de Economia Política*), onde Smith deixa claro que sua Economia Política é mais apta para a compreensão da vida econômica em geral do que as teorias metalistas que a precederam pelo próprio desenvolvimento da divisão do trabalho. A ideia da *mão invisível* trazendo um equilíbrio natural ao mercado não é entendida apenas como formulação mais próxima da realidade econômica. Smith dá uma explicação materialista para a superação crítica do mercantilismo: era o próprio desenvolvimento de uma acumulação de capitais que propiciou formulações econômicas mais acuradas, aquelas que suas proposições liberais expressavam.

Apesar da ideia da harmonia em Humboldt soar como algo que transcende uma base materialista, era a partir do princípio harmônico que Humboldt podia criticar a ciência de um momento anterior, contemporânea às formulações do mercantilismo. Eram objetos de crítica a maneira como havia se descrito a América tanto em obras de história natural, como nas observações pouco acuradas de missionários americanos e cronistas coloniais. No limite, se poderia dizer que estas imagens eram entendidas por Humboldt

¹⁶⁴ Para uma ampliação da discussão a esse respeito pode ser visto o artigo de Moritz von Brescious *Connecting the New World. Nets, mobility and progress in the Age of Alexander von Humboldt* (2012), onde o autor apresenta algumas correspondências de um Alexander von Humboldt consultor, trabalhando nos anos 40 do século XIX para uma empresa alemã de transporte de cargas para a América em navios a vapor. Pesou também para a decisão do estudo de economia política um dado biográfico de Humboldt, ele ter estudado economia política com G. Büsch ainda antes da viagem americana. A impossibilidade de ler Büsch em alemão dirigiu-nos a Smith.

como algo que justificava¹⁶⁵ os modelos de colonização do Antigo Sistema Colonial (Novais, 1977) perante os quais Humboldt sempre se demonstrou contrário. Isto nos fez reunir as críticas de Smith e Humboldt.

A partir do reconhecimento desse movimento crítico no *Quadros da Natureza* começamos a procurar nas obras de Humboldt como ele explicava ser possível, ao contrário da ciência mercantilista, juntar diferentes observações numa *totalidade ordenada* e ver a natureza e as sociedades humanas de maneira universalizante.

Adam Smith havia apresentado argumentos históricos que justificavam sua crítica às formulações econômicas da ciência mercantilista. Mas para Humboldt sua crítica científica tornava-se possível não pelo desenvolvimento da divisão do trabalho, como formulava Smith, mas pelo cultivo da sensibilidade da alma, pelo impulso em manter o intelecto em harmonia com a Natureza.

O reconhecimento da semelhança da racionalidade operando em Smith e Humboldt, ideologia da fase final da acumulação primitiva de capitais (Marx, 1996) permitia-nos avançar numa reflexão crítica de diversas passagens do *Quadros da Natureza*, inclusive no que dizia respeito à própria ideia da paisagem mobilizada no livro primeiro da obra. No entanto, a abertura desta chave interpretativa implicava no reconhecimento da fantasmagoria do valor operando como abstração real tanto nas ideias de Smith como em Humboldt. Consequentemente, implicava pensar que a crítica humboldtiana à ciência mercantilista só poderia ter surgido num momento em que a mercadoria trabalho já se constituísse como principal objeto de desejo da exploração capitalista, como percebera Smith e nisso baseara sua crítica ao metalismo. Reconhecer isto implicava pensar que por mais que a totalidade vista por Humboldt fosse entendida como uma relação harmônica entre o homem e a natureza era na realidade o processo de formação capitalista que viabilizava este seu pensamento.

No entanto, ao contrário de Humboldt, Smith nunca esteve na América e suas explicações econômicas consideravam sujeitos empíricos e uma sociedade em que o trabalho assalariado já estava posto. Humboldt, por outro lado, lidava com uma sociabilidade onde isto ainda estava longe de acontecer, ele no final das contas não encontrou esse indivíduo smithiano nos homens livres dos *Llanos*.

¹⁶⁵ Para o naturalista francês Buffon, por exemplo, o mundo americano era naturalmente mais próximo do caos que o velho mundo; Buffon afirmava que até quando se transportava uma vaca ou um cachorro via-se uma regressão daqueles animais. Logo, os americanos, fossem eles nativos ou migrantes europeus, também sofriam desse mal.

Entendemos que para compreender a proposta harmônica de Humboldt isto haveria de ser considerado; a necessidade da ordenação harmônica advém de sua incapacidade de compreensão do fundamento colonial como idêntico ao metropolitano, no entanto ela permite apresentar os dois mundos a partir de um mesmo pressuposto na medida em que vislumbra a harmonia como promessa futura.

Assim como suas proposições liberais para o mundo colonial americano, sua evocação paisagística da América tinha uma mesma contradição em comum. Neste sentido as facetas liberal e romântica do Barão poderiam não ser mais vistas de forma cindida. Elas partilhavam da tarefa de resolver os dilemas da crise do Antigo Regime, que decorria para Smith, mas também para Humboldt de que o curso natural do mundo estava em desequilíbrio ou em desarmonia.

Neste sentido, a composição do *Quadros da Natureza* teve de ser entendida quase como uma prática política dentro dos marcos do romantismo ou do classicismo alemão. Isto não seria de todo absurdo, pois aqueles pensadores que embasaram a perspectiva humboldtiana estiveram, como dissera Hegel, tentando por em prática a proposta de Kant de sua terceira crítica (da Faculdade de Julgar) na qual havia a promessa de que somente através da conciliação entre sujeito e objeto por meio da arte o homem seria verdadeiramente livre e superaria a opressão espiritual que recaía sobre a humanidade.

Assim, por mais que a discussão idealista propusesse sua prática em campos não muito reconhecidos hoje como os da esfera política, a filosofia, a literatura e a arte, o problema que se propunha a combater emanava de uma contradição entre o mundo que vivenciava e aquele que filosoficamente podia vislumbrar. O enfrentamento da realidade passava, deste modo, pela criação de uma nova forma de entender os problemas vivenciados e, como dizia Schiller, anulá-los no conceito.

Em outras palavras, a perspectiva que reúne as facetas humboldtianas passa pelo reconhecimento de que o pressuposto smithiano de um equilíbrio que comanda a *mão invisível* do mercado é transfiguração fetichista econômico-política da necessidade histórica da imposição da livre concorrência de mercados que por sua vez o idealismo alemão transfigurou como força harmônica que antecede conceitualmente toda a existência. Ambas se referiam à abstração real que foi definida por Marx como o valor em sua necessidade tautológica de valorização¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Na fase final de escrita deste trabalho chegamos à ideia de pensar as diferenças entre a proposta harmônica (idealista) e do equilíbrio (liberal) mobilizada por Smith. Se o escocês vê a realização da

Mas se nos *Ensayos Políticos* Humboldt propõe saídas para a crise da gestão colonial, nos *Quadros da Natureza* talvez pudesse ser dito que ele procurou empreender esta modernização de forma a “anular no conceito” aquilo que identificou como o principal problema para o mundo colonial: a baixa dinamização das trocas internas e a aversão dos homens ao trabalho.

Identificamos que as proposições liberais de Humboldt para a gestão colonial pretendiam fomentar as trocas internas da *Tierra Firme* através de duas plataformas fundamentais de modernização: uma era a alteração da geografia comercial visando integrar as trocas comerciais atlânticas e pacíficas por meio da abertura de rotas vi-reinais e de canais entre os oceanos minando a estrutura comercial monopolista prévia. Outra era o fomento de uma plataforma de exportação dos produtos nativos da bacia do Orenoco que certamente, dizia Humboldt, interessariam ao comércio internacional.

Havia, no entanto, uma questão que, mesmo Humboldt tendo a identificado, não enfrentou ao se debruçar sobre o tema a partir de um ponto do ponto de vista da economia-política: a falta de interesse dos homens pelo dinheiro e, consequentemente, pelo avanço nas relações de produção, algo que não era nenhuma novidade para a gestão colonial da *Tierra Firme*. Como então promover grandes obras e iniciar uma exploração comercial das espécies nativas da bacia do Orinoco se lá nas *Guayanas* não havia suficiente mão de obra disposta a trabalhar?

Escapou a Humboldt que fora este mesmo princípio da necessidade de exploração mercantil que decorreu no uso sistemático da violência direta pela gestão colonial prévia. Humboldt não pôde, não soube ou não quis ver, assim como Smith, que a lógica do mercado e a possibilidade de mobilizar o trabalho com dinheiro não era algo natural ao

liberdade como satisfação imediata dos desejos subjetivos, propiciados pela riqueza, para o idealismo alemão a realização da liberdade passa por uma mudança nos homens daquilo que até então é entendido como satisfação. Há em Schiller uma crítica à adoração da utilidade algo que era entendido por Smith, de forma positiva, como aquilo que move a sociedade rumo à liberdade. Por outro lado, o conceito do humano em Smith é pretensamente empírico (ele não se propõe a pensar um sujeito fora das relações de mercado), já para o idealismo alemão o humano é a realização da humanidade que não é ainda reconhecida empiricamente mas pode ser vislumbrada filosoficamente. Vale dizer que Humboldt não encontrou nos *Llanos* o sujeito pressuposto na economia política de Smith, aquele homem fazedor de contratos movidos pelo interesse no dinheiro, talvez por conta disso tenha se utilizado da perspectiva idealista para resolver a contradição vivenciada na colônia. Resta por último apontar que essas distintas perspectivas ideológicas liberal e idealista romântica poderiam ser pensadas a partir do contexto social da qual emanavam, para isso seria necessário considerar as particularidades históricas, na virada para o século XIX, da modernização naquilo que viria a ser a Alemanha. Entender que uma perspectiva tem mais interesse na defesa da autoridade estatal que outra poderia ajudar na reflexão.

desenvolvimento humano, mas resultado de um violento processo de imposição da forma mercadoria.

Ainda que a outra forma de manifestação da necessidade de uma modernização do mundo colonial tenha sido expressa através de uma composição estético-científica idealista, pensamos ser viável a interpretação de que também no *Quadros da Natureza* Humboldt lidou com a contradição do encontro de uma racionalidade metropolitana com o mundo colonial, local onde a lógica de mercado ainda não opera sem a violência direta.

Neste gesto, entretanto, o *Quadros da Natureza* teve de ignorar tudo aquilo que materialmente possibilitou a viagem de Humboldt, pintando a América sobretudo como um grande vazio social que oferece ao leitor a promessa da civilização burguesa e europeizante. Por outro lado, quando a aniquilação descritiva da sociabilidade colonial na obra descreve os grupos indígenas marginalizados pela colonização sua atitude narrativa repete o genocídio real levado a cabo pela colonização espanhola.

Há por fim a sugestão de uma interpretação da forma estética adotada na paisagem de Humboldt. Algo que apresentamos como conjectura a partir da leitura de Schiller. A estética adotada que representa a América como sublime apontaria a necessidade da sublimação da violência direta para por em marcha o trabalhador assalariado da colônia, se os homens anulassem essa violência conceitualmente, o trabalho poderia deixar de ser um sofrimento e se transformaria numa resignação moral que transformaria o sofrimento em prazer estético. Humboldt procurava resolver na representação o que vivenciara na realidade.

Por outro lado, se pensamos que o *Quadros da Natureza* era voltado ao público europeu, a mesma ideia é válida. Mas seria o capital que deveria anular aquilo que impossibilita a sublimação de seu investimento produtivo, anular a possibilidade do sofrimento que teria o capitalista ao ver desperdiçados seus investimentos coloniais. Nas duas interpretações há a necessidade daquilo que é a superpopulação latente ser finalmente e definitivamente expropriada.

A paisagem teria sido, assim, a forma ideológica que permitiu que Humboldt abarcasse a problemática colonial de forma mais contundente que em suas outras obras. Foi a representação que fez da América que mais ressoou historicamente. Com ela Humboldt pôde apresentar a América em pé de igualdade e em harmonia com o mundo metropolitano, ainda que para tal tivesse de silenciar a relação histórica que une esses

dois mundos, ele transforma a violência colonial em narrativa da natureza – e por assim dizer, como faz a mercadoria, naturaliza a violência.

.....

Para além de autores revistados neste trabalho, interessados em conceituar a paisagem no campo restrito da ciência geográfica, poderíamos ter enquadrado também alguns geógrafos e filósofos que pensaram a problemática da paisagem de maneira mais abrangente, autores que expuseram reflexões sobre a paisagem e que tentaram abarcar distintos olhares que observam uma particularidade empírica e lhes dão o nome paisagem.

Este foi o caminho de uma pesquisa anterior à esta realizada ainda na graduação em geografia. Na ocasião também estudamos algumas descrições paisagísticas humboldtianas sem no entanto estar muito preocupados em observar seu funcionamento próprio, anacrônico para os dias atuais, dentro de sua proposta filosófica estético-científica. Naquela altura, o texto de Humboldt nos serviu mais para articular essa discussão da paisagem enquanto forma de consciência com o problema filosófico da cisão entre sujeito e objeto, discutido por T. Adorno no texto *Sobre sujeito e objeto* ([1969], s.d.).

Tentarei resumir um pouco a forma que interpretamos naquela época o texto de Adorno, para então expor brevemente o porquê da rejeição de tratar o problema da paisagem simplesmente como uma cisão entre sujeito e objeto. Na sequência buscarei tratar, no último fôlego deste texto, algo que tentei inserir anteriormente no texto e que diz respeito a uma crítica da paisagem para além da obra de Humboldt, o que acaba por nos conduzir a rever a ideia de sujeito e modernidade manejadas por aqueles que observaram com rigor a obra do Barão.

O texto de Adorno buscava uma crítica à filosofia iluminista à medida que, toda ela, assegura-nos Adorno, mantém uma correspondência irrefletida com a forma social e fetichista da racionalidade da troca de mercadorias. Adorno mostrava que no grande saco do fetichismo cabia toda a filosofia ocidental moderna, à medida que, até mesmo antes de Kant qualquer problema filosófico partia do pressuposto lógico do “eu que penso” e que, a partir de Kant, foi chamado de *sujeito transcendental* (ver Adorno, Op. Cit., ou Kant, [1981] 1980, p. 39 e seguintes).

Na perspectiva de Adorno, qualquer problema filosófico moderno estava coagido a ser tratado a partir deste pressuposto pois, apesar de não enxergar o mundo necessariamente desta maneira, a filosofia ocidental moderna lidava com a “*abstração do homem vivo e individual*”. Isto é, Adorno apontava como fundamento das maquinações filosóficas iluministas, a abstração proveniente de uma sociabilidade que tem a troca de mercadorias como centralidade. Mais do que isso, a ideia kantiana de que antes mesmo de ser um “*homem vivente*”, isto é, antes da possibilidade da experiência empírica, estarem postos apriorismos ontológicos inescapáveis reflete a própria lógica totalitária da sociabilidade da mercadoria. Nela é secundário o que os indivíduos pensam sobre si, é secundário se eles estão de acordo com a prática social, pois o que lhes pesa sobre os ombros, a necessidade de sua reprodução, está determinada já de antemão: antes de mais nada o indivíduo vivente é para a totalidade social apenas mais uma mercadoria trabalho passível, como tantas outras, de ser consumida no processo produtivo (ver Adorno, [1969] s.d., item terceiro).

Quando aplicamos a crítica abrangedora de Adorno à análise da paisagem humboldtiana tínhamos já pronta a crítica. Em nossa perspectiva não havia a menor possibilidade, e com demasiada razão, de ver as descrições humboldtianas da paisagem sem a acusação de fetichismo. Coube-nos na pesquisa anterior apenas indicar o fetichismo operando como base sociológica (?) da experiência da paisagem. Neste procedimento a paisagem descrita por Humboldt, isto é as particularidades do mundo colonial americano trabalhadas de forma literariamente imagética, eram esvaziada de seu conteúdo histórico. Tão pouco a violência colonial foi mencionada naquele trabalho como também silenciada ela está no texto de Adorno.

Tendo então aqui neste trabalho feito um outro caminho, no esforço de entender o significado histórico da paisagem humboldtiana, vimos a violência colonial emergir como base material da observação paisagística humboldtiana. Por isso haveria que se voltar à questão discutida no TGI, mas agora considerando a forma da paisagem, do sujeito e do objeto, a partir da violência colonial.

Essa discussão foge obviamente de nosso escopo de pesquisa.

.....

A VIOLÊNCIA COMO PAISAGEM

ou a autoflagelação estetizada

Nascida como recordação distante, idealizada como promessa fugidia que acreditava atestar um outro momento da relação do homem com a natureza, hoje a paisagem é, e já há um bom tempo, *souvenir* postal, objeto da política público-privada da especulação imobiliária, cenário de *selfies* a serem consumidos e logo descartados no lixo virtual do espetáculo (Debord, [1967] 1997). Manter qualquer tipo de positividade frente à sua ideia talvez seja o mesmo que não torcer o estômago à história sempre violenta que acompanha a possibilidade de sua contemplação.

Mas a vinculação da paisagem quer com a violência ou a expropriação não é nenhuma novidade. E não estamos nos referindo ao cinismo maquinal que acompanha hoje o deslumbramento da suave e graciosa vista dos morros cariocas por exemplo, pois na realidade a vinculação da paisagem com a violência talvez tenha sempre acompanhado, de forma mais ou menos consciente, desde seu surgimento como representação pictórica (a figura adiante nos serve como exemplo). De fato, talvez melhor seria se o deleite paisagístico pudesse ser pensado como uma autoflagelação não só exclusiva dos tempos atuais.

Vimos em nossa pesquisa que a paisagem humboldtiana estava enredada no contexto da promessa de que o trabalho assalariado, ou melhor, trabalho forçado pela violência econômica, superaria a crise vivenciada por uma dominação baseada na violência explícita e no trabalho compulsório. Buscando um diálogo com este ponto de vista encontramos até mesmo na Geografia Cultural a paisagem pensada como ideologia da formação socioeconômica do capitalismo. Em seu livro *Social Formation and Symbolic Landscape*, publicado nos anos 80, Denis Cosgrove aborda “a ideia da paisagem” como “um modo de ver que tem sua própria história, mas uma história que só pode ser compreendida como parte de uma história mais abrangente econômica e social” (Cosgrove, [1984] 1998, p. 1)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Tradução nossa, original: “Landscape is a way of seeing that has his own history, but a history that can be understood only as a part of a wider history of economy and society” (Op. Cit., p. 1).

Figura 6 - O Triunfo da Morte (Pieter Bruegel, o “Velho”, 1562)

Para Cosgrove, a ideia da paisagem teria basicamente duas vertentes mais fundamentais, uma estética, que se constrói no campo da subjetividade, e outra científica, que a considera de forma objetiva, como *porção delimitada da superfície terrestre*. Para o autor, é na consideração do desenvolvimento histórico da relação da paisagem como forma estética e forma objetiva de ver o mundo que podemos entender seu *papel ativo na produção cultural na transição ao capitalismo*.

Com isto em mente, Cosgrove se coloca a tarefa de *procurar os fundamentos materiais da ideia de paisagem*, e vê como *ponto de partida óbvio as relações sociais e o uso da terra*. Sua análise culmina no entendimento da paisagem como *ideologia articulada ao período de mudança da terra utilizada para a reprodução da vida humana à terra como mercadoria realizadora de valor de troca* (Op. Cit., p. 161). O autor é bem claro nesse sentido. Mesmo que não muito preocupado com um aprofundamento dos termos marxianos do processo de acumulação primitiva de capital, ele identifica o que chama de ideologia da paisagem como relacionada ao processo em que até o *trabalho em si se torna uma mercadoria, libertada das amarras do costume e da fidelidade que até então atava o trabalhador social e espacialmente*¹⁶⁸.

Assim, mesmo do ponto de vista de Cosgrove, pôde-se compreender a paisagem como produto ideológico da expropriação do trabalhador de seus meios de produção. Mas apenas isso não garantiu que sua análise rejeitasse uma positividade com relação à ideia da paisagem, até porque ele não enxerga como necessariamente negativo ou contraditório o desenvolvimento capitalista¹⁶⁹. Claro que, para não criar grandes constrangimentos em seu estudo da *América como paisagem*, que se remete exclusivamente à formação social estadunidense, ele foi obrigado a omitir do processo que analisou o massacre indígena e a subjugação forçada do trabalho escravo negro levado a cabo pela colonização francesa e inglesa na América do Norte¹⁷⁰.

Outras abordagens, ainda menos materialistas, apontaram também para uma relação inerente da paisagem com a violência. Poetas e filósofos ocidentais que colocaram-se frente à problemática da paisagem no século XX viram-se

¹⁶⁸ Tradução nossa, original: “Labour itself became a commodity, released from the bonds of custom and allegiance which had formerly tied the labourer both socially and spatially” (Op. Cit., p. 2).

¹⁶⁹ Podemos observar o capitalismo a partir de diversas caminhos nem sempre contraditórios: ele pode ser visto como a força progressiva e materialmente libertadora da ‘modernização’, ou um método alienante de maximização da exploração da mais-valia e dos recursos naturais (Op. Cit., p. 3).

¹⁷⁰ Sobre estes dois “*grupos populacionais*” Cosgrove diz apenas que eles estavam “*institucionalmente excluídos da participação da criação da paisagem simbólica*” (Op. Cit., p. 173).

inescapavelmente tendo que lidar com o que foi chamado de “uma violência na experiência da paisagem”. Em seu livro *Voir la Terre (Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, [2000] 2006) Jean-Marc Besse reuniu diversas perspectivas sobre paisagens, articulando-as numa visão acalentadora e erudita. Ele cita o poeta francês Yves Bonnefoy quando diz que “*Na arte, a paisagem começa com as primeiras angústias da consciência metafísica, aquela que se inquieta de repente com a sombra que se mexe sob as coisas*” ([1992] apud Besse, [2000] 2006, p. VIII).

Um apontamento como o de Bonnefoy mereceria ser problematizado por aqueles que o citam, sob o risco de verem esse problema da consciência metafísica moderna jogar a segundo plano as transformações do papel ideológico que a paisagem cumpriu em diferentes momentos históricos. Afinal, como vimos aqui, mesmo o tratamento estético da realidade como paisagem tem sua razão de ser no mundo moderno, e se hoje a paisagem pode preencher o cenário espetacular da contemporaneidade, com um cartão postal representar a esperança de um migrante na parede improvisada de um campo de refugiados, sua representação em épocas menos recentes tinha outras funcionalidades fetichistas (como tivemos o prazer de ver na obra do Barão).

Mas o ponto de vista de Besse que eleva sua problemática a uma reflexão metafísica ou existencialista não está nem um pingo interessado em olhar o funcionamento social da ideia da paisagem e se perguntar que papel ela cumpre como forma ideológica. E, na realidade, fica reservado um lugar social muito especial (ainda que de restritas vagas de trabalho) para estes que estão interessados em constantemente louvar o paisagístico. Atitude a qual talvez veja-se forçado a cumprir o *éminent Monsieur* Jean-Marc Besse, professor na *École Superior du Paysage de Versailles*.

Besse recupera no prefácio de seu livro um texto de Georg Simmel intitulado *A filosofia da paisagem* e apresenta diferentes autores e artistas que lidaram com o tema, partindo das inquietações de Petrarca frente à paisagem, passando pelas alegrias e tormentos de Goethe e Humboldt, dirigindo-se à infinidade e ao além.

Ainda no prefácio ele ensaia uma reflexão acerca do fundamento da inquietação metafísica de que falava Bonnefoy, expressão, para Besse, de uma violência que atinge o sujeito da experiência paisagística.

Georg Simmel circunscreve esta violência na experiência de ser arrancado do sentimento de pertencer a um Todo (o sentimento da *grande natureza*), que acompanha inevitavelmente a individualização das formas da vida na cultura das sociedades

modernas. Segundo Simmel, esta "*tragédia*" constitutiva ao mesmo tempo da paisagem e da modernidade, exprime-se no fato de "a parte de um todo" tornar-se por sua vez "um conjunto independente, que se desprende do precedente e reivindica seu direito em relação a ele". A paisagem significa originalmente a restrição do mundo visível ao campo visual que se abre a partir desse recorte primordial. O sentimento de pertencer à generosa presença daquilo que é, é substituído então por uma contemplação à distância do mundo (Besse, [2000] 2006, p. VIII).

Quando Besse traduz Simmel, ele infla a problemática da paisagem transformando-a numa discussão ainda mais estrambólica, esvaziando uma relação ainda possível em Simmel da paisagem com o dinheiro e a violência social. Com Besse assistimos o distanciamento de um debate que tenta perceber as implicações históricas, sociais e políticas que engendram, embora não imediatamente, a experiência da paisagem. Abandonando a sugestão de Simmel em se pensar um Todo, ele diz que a violência da paisagem é, no fundo, aquela da "*vida humana que toma a forma do espaço*" (Op. Cit., p. IX). Apesar de estar sugerida uma possibilidade de enfrentarmos o problema, na medida que nos perguntemos "que vida humana é essa?" ou "que espaço é este que força e coage o homem?", não há nada em suas palavras que a isso se refira ou se articule, apenas conceitos universais pretensamente ontológicos que surpreendentemente podem ser todos explicados e naturalizados no âmbito cultural.

Mais adiante, Besse apresenta o postulado da perspectiva estética referente à noção da paisagem na modernidade, segundo ele amplamente "*disseminado atualmente*" - talvez se referindo ao amplo círculo social de Versalhes. O autor contrapõe a ideia de que a paisagem está estritamente na ordem da representação, evocando outros olhares possíveis que se lançam sobre a paisagem: "*Há o olhar do cientista, o do médico, o do engenheiro, o do religioso ou do peregrino etc. Em cada caso, o território é afetado por qualidades paisagísticas particulares, próprias ao interesse daquele que o considera*". Mas esta diferenciação de olhares e a divergência de interesses é explicada e justificada na medida em que derivam de práticas e conceitos que, "*tanto quanto*" a estética, podem ser entendidos como "*produções culturais*" ou "*significações culturais*" (Op. Cit., p. 62).

**Figura 7 -- Início das obras da Usina Belo Monte-Altamira PA (Gilson Campos, 2012).
Fonte: flickr.com**

**Figura 8 - De projetos como Belo Monte depende a civilização brasileira.
Mas o ambientalismo semeia perigosos obstáculos" (UHE Belo Monte, 2011).
Fonte: ipco.org.br**

Figura 9 - #EuFaçoParteDessaHistória (Belo Monte Oficial, 2015). Fonte: facebook.com

Ora, então é assim que poderíamos explicar, por exemplo, diferentes representações paisagísticas de personagens envolvidos na representação espetacular de Belo Monte (PA)? O pano de fundo de operários migrantes, o amedrontador vazio da representação ficcionalizada da hidrelétrica e a composição de um fotógrafo (que talvez faça referência ao famoso quadro de Caspar Friederich) traduzem apenas distintas significações culturais? Sendo apenas diferentes pontos de vistas culturais lançados num vazio espaço de significações possíveis, como podemos aprofundar a relação da paisagem com a vida que levamos hoje?

No texto do qual parte Besse para seu joguete pós-moderno, Georg Simmel apresentava a discussão sobre experiência da paisagem como um *“ato espiritual”* que a vivência da experiência de uma particularidade engendra. De acordo com Simmel, como paisagem, a particularidade aparece autonomizada ganhando o aspecto de uma unicidade. Segundo ele a paisagem é percebida como *“autônoma”* e *“avulsa”*, porém *“entrançada”* *“numa extensão infinitamente ampla”* que mantém uma impossibilidade da *“expressão total”* na experiência (ver Simmel, [1913] 2009, p. 6 e 7).

Ao que parece, Simmel procurava no início do século XX reavivar num debate com positivistas a perspectiva metafísica kantiana. Em seu ensaio, ele chamava a atenção para uma contradição inerente da paisagem: apesar de se apresentar como unidade, esta unidade não advém da soma de seus inúmeros fragmentos. A experiência paisagística busca resolver de maneira impossível a contradição entre a finitude da unidade

paisagística e a infinidade que ela sugere à alma humana, ou então, a infinidade de possibilidades que sua experiência abre dentro de uma finita unidade possível de ser vivenciada.

A paisagem resultaria de um “*ato espiritual*” compreendido como produção cultural, embora de maneira bem distinta de Besse, pois refere-se a um ato psíquico, objeto sociológico, comparável aos sentimentos humanos do amor e da fé religiosa. Simmel sugere a força de uma inconsciência que subjaz à experiência da paisagem e que atravessaria o indivíduo posto naquela relação.

A tradução de Besse também faz menção a esta contradição:

A paisagem é atormentada pelo infinito, e talvez, no fundo, esta insistência, esta presença transbordante do infinito no finito, seja a força mais íntima da experiência paisagística (Besse, [2000] 2006, p. VIII).

Porém, parece que não só na experiência paisagística o indivíduo moderno é atormentado pela presença do infinito no finito. Afinal, que infinidade de possibilidades transbordantes não são prometidas se temos nas mãos uma cédula monetária?

Listemos todas as mercadorias prometidas a partir da posse desse pedaço de papel representado pela figura abaixo, não teríamos um catálogo maior que aqueles obtidos por um botânico no esquadramento de um fragmento paisagístico?

**Figura 10 - Nota de 5 Marcos Alemães
com o busto de Alexander von Humboldt, impressa no ano de 1964**

Mas acalme-se leitor, pois na realidade a resposta é negativa, afinal de nada vale a composição pictórica de um marco alemão se um Estado nacional não o reconhece.

No entanto, se a vista da paisagem abre-se ao indivíduo moderno como a promessa do dinheiro, a experiência da paisagem haveria de levar em conta o lugar social do indivíduo que a vivencia, pois por mais que o dinheiro tenha a pretensão de mediar a totalidade das relações sociais, por vezes a forma com que age socialmente é na desmonetização do indivíduo (Kurz, [1992] 2004). Nem todos os indivíduos sociais possuem cédulas de dinheiro – o que afirmamos saber muito bem.

Talvez só para encaminhar uma discussão como esta serve o texto do psicólogo alemão Willy Hellpach quando afirma que o trabalhador rural “*não vê o campo que ara como paisagem*” (1967, p. 237). Recuperando o que foi tratado no capítulo III, será que aqueles *peones llaneros* partilharam com Humboldt o gozo paisagístico daquelas estepes?

Frente à impossibilidade de responder questões como esta, ao menos poderíamos dizer que sem eles era Humboldt quem não veria aquelas paisagens. Como vimos, foi fundamental ao estabelecimento de sua expedição o massacre e a perseguição indígena levado a cabo na última metade do século XVIII e o correlato desenvolvimento das relações de produção coloniais.

Esta perspectiva colocaria em questão a afirmação apaixonada de Otmar Ette (1999) quando dizia que a ciência de Humboldt tem consciência da perspectiva europeia e expressaria os fundamentos de uma subjetividade moderna pelo seu “*constante movimento em busca do novo*”, “*pela experiência de uma intensa aceleração da vida*” (p. 29).

Porém, se a perspectiva humboldtiana expressa os fundamentos da subjetividade moderna, isto ocorre justamente por ele não se mostrar consciente de seu eurocentrismo. Tanto é que na descrição paisagística de Humboldt ocorre a necessidade de omitir na narração aquela base material genocida para se cantar a beleza sublime dos trópicos.

Duzentos anos depois, os sujeitos torneados da experiência paisagística diferenciam sua individualidade nas páginas monopolizadas das redes sociais; louvamos a nossa unicidade através de métodos genéricos de enquadramento de *selfies*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Adilson Avansi de. Informação oral transmitida no curso "*A paisagem terrestre: da natureza a cultura, do empírico ao ideológico*", Programa de Pós-Graduação em Geografia Física - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), 2013.

ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*, Lisboa: Edições 70, [1970] 2008.

_____. *Sobre sujeito e objeto* [1969], disponível no site adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm, acessado em fevereiro de 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "O Aprendizado da Colonização", in *O trato dos viventes*, Cia. das Letras, 2000.

BESSE, Jean-Marc, *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, São Paulo: Perspectiva (Coleção Estudos), 2006.

CALDAS, Pedro. "Thomas Mann, leitor de Goethe: o fardo da naturalidade em Viagem à Itália e Morte em Veneza", in: *Viso - Cadernos de estética aplicada*, n. 1, Revista eletrônica de estética disponível em www.revistaviso.com.br, jan./abr. 2007.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea*, Barcelona: Barcanova, 1988.

CHEVALIER, Jean. *Diccionario de los Símbolos*, Barcelona: Editorial Herder, 1986.

COSGROVE, Denis. *Social Formation and Symbolic Landscape*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

DCB. *Dictionary of Canadian Biography*, Vol. III, University of Toronto/Université Laval, 2003/2013, disponível em: <http://www.biographi.ca/en/index.php>.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, [1967] 1997.

EBERLE, Matthias. *Individuum und Landschaft. Zur Entstehung und Entwicklung der Landschaftsmalerei*. Giessen, Anabas Verlag, 1980.

ENZEMBERGER, Hans Magnus. *Mausoleum: Thirty-Seven Ballads from the History of Progress*, Unrizen Books, New York, 1976.

ETTE, Ottmar. Un "espírito de inquietud moral". Humboldtian writing: Alexander von Humboldt y la escritura en la modernidad, In: ZEA, Leopoldo; TABOADA, Hernán (Compiladores). *Humboldt y la modernidad*, México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1999.

FARAGE, Nádia. *Muralhas do Sertão: os povos indígenas do Rio Branco e sua colonização*, Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH – Unicamp, 1986.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1999.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo, história de uma polêmica: 1750-1900*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOETHE, Johann Wolfgang von - *O sofrimento do jovem Werther*. São Paulo: Hedra, [1774] 2006.

_____. *Viagem à Itália: 1786-1788*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A metamorfose das plantas*, Trad., Introdução e Notas Maria Molder, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, [1790] 1997.

_____. *As Afinidades Eletivas*. Tradução de Tercio Redondo. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, [1809] 2014.

_____. *Doutrina das cores*. São Paulo: Nova Alexandria, [1810] 1993.

HARTSHORNE, Richard. *Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, Ann Arbor: Edward Brothers Inc., [1939] 1951.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Curso de estética: o belo na arte*, São Paulo: WME Martins Fontes, 2009.

_____. *Curso de estética: o sistema das artes*, São Paulo: WME Martins Fontes, 2010.

HORNEMANN, Friedrich Conrad. *The Journal of Frederick Horneman's Travels, from Cairo to Mourzouk, the Capital of the Kingdom of Fezzan, in Africa. In the years 1797-8*. London: W. Bulmer and Co., 1802.

HUMBOLDT, Alexander von. *Cartas Americanas*, Venezuela: Biblioteca Aycaucho, Trad. Marta Traba, s.d..

_____. *Ensayo Político sobre la Nueva España* (Tomo 1), Trad. Don Vicente Gonzáles Arnao, Paris: Jules Renouard, 1827.

_____. “De La Esclavitud”, in: *Ensayo Político de la Isla de Cuba*, Puig-Samper, Orovio, González (Org.), Madrid: Theatrum Naturae Ediciones Doce Calles, [1826] 1998.

_____. *Quadros da Natureza*, 1º Vol., Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. (Clássicos Jackson), 1952.

_____. *Quadros da Natureza*, 2º Vol., Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. (Clássicos Jackson), 1953.

_____. *Tableaux de la Nature*, Trad. Ch. Galausky, Paris: Gide et J. Baudry - Éditeurs,

1851.

_____. *Views of nature: or contemplations of the sublime phenomena of creation*, London: Otté & Böhn, 1850.

_____. *Ansichten der Natur mit wissenschaftlichen Erläuterungen*, Erster Band, Dritte verbesserte und vermehrte Ausgabe. Stuttgart und Tübingen: J. G. Cotta, 1849.

_____. *Viaje a las Regiones Equinocciales del Nuevo Continente*, Caracas: Monte Ávila Editores, 1991, Trad. Lisandro Alvarado, 1ª ed. en M.A., Tomo I, II, III, IV e V, [1816-1831] 1985.

_____. *Vistas de las Cordilleras y monumentos de los pueblos indígenas de América*, Traducción de Bernardo Giner. Madrid: CSIC, 2010.

_____. *Vues des cordillères, et monumens des peuples indigènes de l'Amérique*, J. H. Stone, Paris, 1810.

_____. *Cosmos: Ensayo de una Descripción Física del Mundo*, Tomo I e II, trad. de Bernardo Giner e José de Fuentes, Madrid: Imprenta de Gaspar y Roig Editores, [1847-1848] 1874.

KALM, Pehr. *Travels into North America*, London: printed for the editors; and sold by T. Lowndes, 1771.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1980.

_____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Ensaio sobre as doenças mentais*, Campinas: Papirus, [1764] 1993.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*, Vol. 1, São Paulo: Ed. UNESP, [1916] 2006.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A Substância do Capital. O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*, [2004] s.d., disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>.

LA BLACHE, Paul Vidal de. “As Características Próprias da Geografia”, in CHRISTOFOLETTI (Org.), *Perspectivas da Geografia*, Difel: São Paulo, 1982, p. 37-48.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Relation Abrégé d'un voyage fait d'ans l'intérieur de l'Amérique méridionale*, Paris: Dufour & Roun, 1745.

LOURENÇO, Claudinei. *Paisagem no Kosmos de Humboldt: um diálogo entre a abstração e a sensibilidade*, Tese de Doutorado - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), 2002.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*, São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUCENA GIRALDO, Manuel. *Laboratorio tropical - La Expedición de Límites al Orinoco, 1750-1767*, Caracas: Monte Ávila-CSIC, 1991.

LÚKACS, Georg. “A reificação e a consciência do proletariado”, in *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*, Vol. I e II, São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.

MOMBEIG, Pierre. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A Gênese da Geografia Moderna*, São Paulo: Hucitec, 1989.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*, São Paulo: Brasiliense, 1977.

O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América. Investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo mundo y del sentido de su devenir*, México D. F.: Fondo de Cultura Económica, [1958] 1995.

OLARTE, Mauricio Nieto. *La comprensión del Nuevo Mundo: Geografía y Historia Natural en el siglo XVI*, Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2008.

PASSARGE, Sigfried. *Geomorfología*, Buenos Aires: Editorial Labor, S.A. - Barcelona, 1931.

PEDRAS, Lúcia Ricotta. *A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos Quadros da Natureza*, São Paulo: Revista USP, n. 46, p. 97-114, 2000.

POSTONE, Moishe. "Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism", disponível em: http://home.comcast.net/~platypus1848/postone_lukacsdialecticalcritique2003.pdf, [2003] s.d..

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*.

Bauru/São Paulo: EDUSC, 1999.

_____. *Scratches on the Face of the Country; Or, What Mr. Barrow Saw in the Land of the Bushmen - Critical Inquiry*, Vol. 12, n. 1, "Race", Writing, and Difference, Chicago: The University of Chicago Press, p. 119-143, 1985.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*, São Paulo: Ed. Ática, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, São Paulo: Nova Cultural, Vol. II, [1751] 1999.

SANCHEZ-BARBA, M. Hernadez. *La sociedad colonial americana en el siglo XVIII*, in VIVES, J. Vicens (Orgs.) - *Historia de España y America* (Tomo IV) - Barcelona: Ed. Vicens-Vives, 1961, p. 322-467.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem, in: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SHELLING, F. W. J. *El "Discurso de la Academia". Sobre la relación de las artes plásticas con la naturaleza*, Introducción de A. Leyte. Cronología, bibliografía, traducción y notas de H. Cortés y A. Leyte, Madrid: Biblioteca Nueva, [1807] 2004.

_____. Prefácio, Introdução e Aditamento à Introdução, in: *Ideias para uma Filosofia da Natureza*, Lisboa: Casa da Moeda, [1797] 2001.

SCHILLER, Friedrich. "Sobre o sublime", in: *Do sublime ao trágico*, SÜSSEKIND, Pedro (Org.), Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1802] 2011.

_____. *A Educação Estética do Homem. Numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, [1795] 1990.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. *Filosofia, Arte e Ciência na Geografia de Alexander von Humboldt*, Tese de Doutorado - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. *Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira*, Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), 2013.

SIMMEL, Georg. *A Filosofia da Paisagem*, trad. de Artur Morão, Universidade da Beira Interior - Covilhã: Luso Sofia Press, [1913] 2009, disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf

- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, São Paulo: Ed. Nova Cultural, [1776] 1996.
- SOCHAVA, Victor. Geosystems Science (p. 175-205), in *Soviet Geography Today: Physical Geohraphy*, Moscou: Progress Publishers, 1982.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das lavras baianas*, Tese de Doutorado - Departamento de Geografia – FFLCH/USP, 2008.
- TRIGO, Benigno. *Subjects of crisis: race and gender as disease in Latin America*, Hannover and London: Wesleyan University Press, 1999.
- VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. *Natureza em Alexander von Humboldt: entre a ontologia e o empirismo*, Mercator, Vol. 9, n. 20, p. 179-195, set./dez. 2010.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*, Rio de Janeiro: Editora Americana, [1944] 1975.
- WILLIAMS, Norman Lloyd. *Sir Walter Raleigh*, London: Cassell Biographies, 1962.
- ZANTOP, Susanne. *Colonial Fantasies: Conquest, Family, and Nation in Precolonial Germany, 1770-1870*, Durhan and London: Duke University Press, 1997.
- ZEA, Leopoldo - *Humboldt y el otro descubrimiento* in ZEA, Leopoldo e MAGALLÓN, Mario- *El Mundo que encontró Humboldt* - Fondo de Cultura Econômica, México D.F., 1999.